

Anais do **1º COLÓQUIO DE PESQUISA DO IHGRGS**



Realização



Anais do

1º COLÓQUIO DE

PESQUISA DO

IHGRGS

IHGRGS

2019

C722a Colóquio de Pesquisa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1. : 2019 : Porto Alegre).

Anais do I Colóquio de Pesquisa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 24, 25 e 26 de abril de 2019 / Organizado por: Éverton Reis Quevedo...[et al.] – Dados eletrônicos - Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2019.

Modo de acesso:

<http://ihgrgs.org.br/#ebooks>

1. História. 2. História : Rio Grande do Sul. 3. Pesquisa Acadêmica. 4. Acervos Documentais. I. Quevedo, Éverton Reis. II. Gomes, Carla Renata Antunes de Souza. III. Carvalho, Djiovan Vivícius. IV. Martins, Jefferson Teles. V. Saccol, Tassiana Maria Parcianello. VI. Campos, Vanessa Gomes de. VI. Título.

CDU 94(816.5)

Márcia Piva Radtke

CRB 10/1557

Realização

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)

Apoio

Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF)

Memória e Cultura Unimed Federação/RS

Comissão Organizadora

Carla Renata Antunes de Souza Gomes

Djiovan Vinícius Carvalho

Éverton Reis Quevedo

Jefferson Teles Martins

Tassiana Maria Parcianello Saccol

Vanessa Gomes de Campos

Sumário

Programação	5
Apresentação	6
O papel da coluna “Pesquisa” do Jornal Gazeta do Sul na formação do acervo do Museu do Colégio Mauá no período 1987-1996 Lourdes Maria Agnes e Marlise Maria Giovanaz	7
Os Ignácio Xavier: núcleos familiares em Pelotas a partir de Inventários Ângela Pereira Oliveira Balladares	20
A atuação de Paulo Brossard no plebiscito sobre a forma e o sistema de governo (1993) Roberto Biluczyk	33
A contribuição dos jornais, dos relatos de viagens e das peças de teatro para uma memória linguística e social do rio grande do sul do século XIX Paulo Ricardo Silveira Borges	47
Gênese da contracultura estadunidense e o papel assumido pela música no contexto pós-segunda guerra mundial Edemilson Antônio Brambilla e Alexandre Saggiorato	60
Os ditames da ordem: a inserção dos delegados de polícia em Rio Pardo na década de 1840 Michele de Oliveira Casali	70
Um olhar sobre o mundo rural na Era Vargas (1930-1945) Vitória Comiran	80
Indícios da história do campo dos museus no Rio Grande do Sul: itinerários de uma pesquisa a partir de suas fontes documentais Ana Carolina Gelmini de Faria e Iandora de Melo Quadrado	88
Uma pesquisa sobre imigração no Rio Grande do Sul (1890-1940): fontes primárias, literatura e outras fontes Júlio C. Bittencourt Francisco	103
Apontes sobre a história do clima do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX Paulo Jolar Pazzini Galarça e Jefferson Cardia Simões	121
Agentes de um “proselitismo ativo, untuoso, lisonjeador”: um mapeamento dos sujeitos protestantes nas páginas da Revista Eclesiástica Brasileira (1953-1971) Augusto Diehl Guedes	132

As atas da Alergs como fonte de pesquisa da ação do Deputado Estadual pelo MDB João Carlos Gastal (1971-1978) Daniel de Souza Lemos.....	144
Entre a liberdade e a segurança: uma análise baumaniana do desejo pela intervenção militar nas manchetes de periódicos brasileiros de 1964 Ricardo Cortez Lopes e Nádila Albuquerque Luchini	158
Trajetória social do engenheiro de minas Francisco Rodolfo Simch: memória do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IHGRGS Alice Marc	171
As contradições da barragem do Passo Real na Assembleia Legislativa (1967-70) Pedro Vicente Stefanello Medeiros	186
As grandes propriedades pecuaristas nos Campos de Cima da Serra no final do século XIX Andréa Pagno Pegoraro	198
Lenço gaúcho: a origem de suas cores e nós a partir dos livros de Paixão Côrtes (1979) e Campus Abreu (2015) Cleici Naira Rios Reolon e Natalie Pacheco Oliveira	212
A moção de São Luiz Gonzaga Anderson Iura Amaral Schmitz	225
Reflexos da poética leonense: quando a história vira poesia e um poeta vira lei Carlos Eugênio Costa da Silva	235
Diário de Porto Alegre: apontamentos históricos sobre o primeiro jornal do Rio Grande do Sul Aline Strelow, Ana Gruszynski e Antonio Hohlfeldt	244
A cidade retratada: uma análise das representações da cidade a partir do concurso cultural de fotografia amadora “Meu olhar de Canoas” Ketlin Quinhones Wons	259

PROGRAMAÇÃO

QUARTA-FEIRA (24 DE ABRIL)

TARDE

13h30 – Credenciamento

14h00 – Apresentações de Trabalhos

16h30 – Convívio

17h00 às 18h00 – Roda de Conversa: “Entre fontes e metodologias”

Prof. Dr. Paulo Staudt Moreira (UNISINOS)

Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS)

Mediação: Profa. Dra. Carla Renata A. de Souza Gomes (IHGRGS)

QUINTA-FEIRA (25 DE ABRIL)

MANHÃ

09h00 às 12h00 – Apresentações de Trabalhos

TARDE

14h00 – Apresentações de Trabalhos

16h30 – Convívio

17h00 às 18h30 – Conferência: “*Cabouqueiros da História, salvadores de tesouros: o IHGSC frente aos documentos de arquivo*”

Profa. Dra. Janice Gonçalves (UDESC/IHGSC)

Mediação: Prof. Dr. Éverton Reis Quevedo (IHGRGS/Memória e Cultura Unimed Federação/RS)

18h30 às 20h00 – Lançamento de Livros

SEXTA-FEIRA (26 DE ABRIL)

MANHÃ

09h00 às 12h00 – Apresentações de Trabalhos

TARDE

14h – Apresentações de Trabalhos

16h30 – Convívio

17h00 às 18h00 – Roda de Conversa: “Fontes: seleção e classificação do passado”

Profa. Dra. Marlise Giovanaz (UFRGS) - "Fontes históricas: entrecruzamentos entre História, Museologia e Arquivologia"

Profa. Dra. Ana Carolina Gelmini de Faria (UFRGS) - "O projeto Memória Museologia UFRGS - um estudo de caso"

Mediação: Prof. Dr. Jefferson Teles Martins (IHGRGS)

APRESENTAÇÃO

O Colóquio de Pesquisa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) teve por finalidade proporcionar um espaço para discussão e divulgação de pesquisas e trabalhos nas áreas de conhecimento das Ciências Humanas; Artes; Ciências Sociais Aplicadas; Linguística e Letras, que utilizam fontes custodiadas pelo IHGRGS ou outras instituições de custódia de acervos do Rio Grande do Sul. Assim, o 1º Colóquio buscou promover o diálogo entre pesquisadores de diferentes campos do conhecimento, divulgando instituições de pesquisa e seus acervos documentais.

Ao longo de três dias foram apresentados trabalhos das mais variadas temáticas que provocaram importantes discussões, provocando reflexões e intercâmbios entre os participantes e mediadores. A qualidade das apresentações é merecedora de destaque.

No encerramento de cada dia, contamos com a presença de experientes profissionais, elevando as análises sobre a atuação do historiador e suas relações com as fontes de pesquisa. Agradecemos aos Professores Doutores Paulo Staudt Moreira, Jurandir Malerba, Marlise Giovanaz e Ana Carolina Gelmini de Faria pela participação e contribuições. De modo especial, agradecemos a Profa. Dra. Janice Gonçalves que prontamente respondeu ao convite de compartilhar suas experiências e pesquisas junto à produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Os 20 textos que ora compõem estes Anais estão dispostos por ordem de autor; nos casos em que há mais de um autor, foi considerado o primeiro autor.

O PAPEL DA COLUNA “PESQUISA” DO JORNAL GAZETA DO SUL NA FORMAÇÃO DO ACERVO DO MUSEU DO COLÉGIO MAUÁ NO PERÍODO 1987-1996

Lourdes Maria Agnes¹
Marlise Maria Giovanaz²

O Museu do Colégio Mauá, localizado em Santa Cruz do Sul (RS), foi aberto ao público em 1966 para ser o museu da cidade, após a celebração de um convênio entre a mantenedora do Colégio Mauá e a Prefeitura Municipal. Verificar o processo de formação de seu acervo e a relação estabelecida entre os doadores e o museu foi o objetivo deste trabalho. O foco da pesquisa foi a coluna Pesquisa publicada pelo professor e diretor do museu, Hardy Elmiro Martin, no jornal Gazeta do Sul no período de 1987-1996. A metodologia aplicada foi a de investigação documental e a análise de conteúdo das informações localizadas no jornal. Foram abordados os conceitos do colecionismo, museu de cidade e representação. Após a análise da documentação concluiu-se que os museus de cidade necessitam estabelecer uma política de aquisições, para que suas coleções representem todos os grupos sociais que constituem as diferentes etnias desta cidade, acolhendo as demandas históricas e provocando reflexões contemporâneas.

Palavras chave: Coleções. Formação de Acervos. Museu de Cidade. Museu do Colégio Mauá.

Introdução

O presente trabalho é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 2018. O objeto de estudo deste trabalho foi procurar conhecer a importância da publicação semanal feita pelo professor Hardy Elmiro Martin, na formação do acervo do Museu do Colégio Mauá, um dos pontos turísticos da cidade de Santa Cruz do Sul.

Na construção do projeto de pesquisa para a realização do Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharel em Museologia na UFRGS, escolhi retornar ao primeiro museu que conheci na minha infância, o Museu do Colégio Mauá (MCM), localizado em Santa Cruz do Sul (RS). Inicialmente a ideia era a realização de uma pesquisa para conhecer o processo de formação de seu acervo na documentação do museu, esta atividade tornou-se inviável, por restrições encontradas, quando foi preciso mudar o foco. Tendo conhecimento das publicações do professor Hardy Martin, idealizador e diretor do MCM, no jornal Gazeta do Sul em uma coluna

¹ Lourdes Maria Agnes, Bibliotecária (FURG) e Bacharela em Museologia (UFRGS), e-mail: udiagnes@yahoo.com.br

² Marlise Maria Giovanaz. Historiadora (UFRGS), mestre em História (UFRGS). Docente do Curso de Museologia do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/FABICO/UFRGS). Contato: marlise.giovanaz@ufrgs.br

intitulada, Pesquisa, esta passou a ser o objeto de análise para mapear os processos de incorporação do acervo (quais os objetos eram doados e quem eram seus doadores), identificar a participação comunitária dos doadores citados no jornal, o protagonismo do professor Hardy Martin na sensibilização desta comunidade e contribuir para o conhecimento do processo de formação dos acervos nos museus localizados no interior do Estado.

Material e métodos

A pesquisa foi iniciada nas edições do ano de 1996, ano de falecimento do professor Hardy Martin, pois não era conhecida a data de início da publicação dessa coluna. O professor Hardy Martin foi colaborador do jornal desde 1969, e no momento em que o Museu foi aberto ao público escreveu semanalmente textos relativos às doações destinadas ao Museu, e posteriormente também ao Arquivo Histórico do Colégio Mauá (AHCM), bem como temas resultantes de pesquisas acerca dos objetos e/ou documentos doados, sobre a história local, história da colonização, informações sobre o funcionamento do museu, orquidofilia, etc... Inicialmente foi realizado um levantamento fotográfico de cada coluna publicada no jornal Gazeta do Sul desde a edição do final de semana, dias 6 e 7 de julho de 1996 - professor Hardy Martin faleceu em 5/07/1996, até encontrarmos, na edição do dia 27 de outubro de 1987, data da primeira publicação da coluna Pesquisa. O período abrangido foram nove anos, perfazendo um total de 390 colunas analisadas.

Após a coleta das informações procedeu-se a uma transcrição, em um quadro anual, denominado “Coluna PESQUISA Doações” com as respectivas datas de publicação, (mês/dia) e a descrição de cada um dos objetos doados e seu doador conforme divulgado no jornal. Para as colunas onde o assunto era outro, que não as doações recebidas, também foram transcritos em um quadro anual, denominado “Coluna PESQUISA Temas Diversos”, onde após a respectiva data de publicação (mês/dia) o título da coluna (este enunciava o(s) assunto(s) a ser apresentado aos leitores). Além da coluna, outras matérias relativas ao MCM publicadas espontaneamente pelo jornal também foram analisadas.

Conceitos deflagradores

Para cada colecionador de objetos, documentos, imagens, relíquias e afins pode haver, ou não, um sentido subjetivo para a formação de sua coleção, porém há sempre uma preocupação, a manutenção e integridade da coleção após a sua morte. Pomian (1983, p. 82) assim escreveu “[...] os museus são instituições que sobrevivem a seus fundadores diferentemente das coleções particulares [...]” Assim também Almeida (2012, p. 185) menciona que “[...] um dos impulsos que explicam o colecionismo e que raramente é revelado, está ligado ao desejo de museu: o de construção da posteridade do colecionador [,,]” constituindo-se assim:

As relações entre colecionadores e museus estão marcadas por um gesto amistoso de troca, o colecionador oferece sua coleção, que de outra forma

poderia cair na dispersão, em favor da ampliação e melhoria do museu. Entretanto, o que mais importa nessa troca é a sua sobrevivência, a sua transcendência a própria morte (ALMEIDA, 2012, p.186).

Assim também Regina de Abreu (1996) nos mostra como a doação recebida pelo Museu Histórico Nacional (MHN) da viúva de Miguel Calmon evidenciava este cenário somado ao desejo de demonstrar o estilo de vida da família Calmon para a sociedade, doação esta que recebeu uma sala que foi denominada sala Miguel Calmon onde foram expostos, móveis, pratarias, louças, joias, objetos de arte, etc...

No Museu de Porto Alegre, Possamai (2001) também realizou um estudo por meio de entrevistas realizadas com funcionários, alguns doadores e outros entes públicos envolvidos com a criação e formação do acervo deste museu. Verifica-se que foram movidos pelo desejo de **preservar que segundo Gourarier (1984 apud POSSAMAI, 2001, p. 45) “[...] os diferentes objetos** chegam aos museus definidos pelo envolvimento de quem deseja doar, e pelo corpo funcional **do museu que recebe [...]”**. Essa situação é percebida em grande parte dos museus, onde a inexistência de uma política de gestão de acervos implantada resulta no recebimento de muitos objetos sem nenhum critério de formação de coleções segundo a missão do museu. Outro fator apontado por Rangel (2012, p. 134) diz respeito “[...] a ausência de uma clara definição do que possui valor histórico, artístico e científico para ser considerado patrimônio [...] motivando essa grande variedade de objetos nas coleções dos museus de cidade. As autoras Lima e Carvalho (2005, p. 87) apontam que “[...] trata-se do uso do museu como estratégia para romper os limites da vida doméstica, cotidiana, perecível e estritamente privada, e atingir a vida pública, uma forma de auto biografar-se no museu, registrar sua participação na vida da cidade.

O MCM é um dos pontos turísticos da cidade de Santa Cruz do Sul, assim indicado no site da Prefeitura Municipal,³ sendo o espaço que representa esta cidade, sua história, seu desenvolvimento, os costumes, as tradições e outros aspectos desde a criação da Colônia de Santa Cruz aos dias atuais. Na criação de museus de cidade, Uzeda (2016) aponta que:

Os museus de cidade surgem como resultado de uma valorização de aspectos memoráveis da cidade, suas datas, seus heróis, com ênfase no orgulho cívico. As exposições costumam revelar, assim, a narrativa sobre um patrimônio material que é recortado de um contexto amplo e que mostra apenas parcialmente, a riqueza cultural que deu forma a cidade. (UZEDA, 2016, p.63).

Podemos considerar que este é o cenário de apresentação da coleção de longa duração do MCM, Benchetrit (2010, p. 12) sugere que “[...] somando-se à coleta e preservação, as ações nos museus deveriam também promover a dinamização das coleções sob sua guarda, visando

³ Maiores informações: <http://www.santacruz.rs.gov.br/municipio/pontos-turisticos>. Acesso 28 abr. 2019

seduzir o grande público [...] Para Meneses (2003, p. 257) um museu de cidade deve ser referência para conhecimento de seu passado e vivendo seu presente tendo como objeto de reflexão os tempos que a compõe possibilitando projetar seu futuro, “amá-la e preocupar-se com ela, agir em consequência”

Para proporcionar uma reflexão acerca da representatividade desta cidade dentro do museu, Meneses (2003) aponta esta como um desafio “[...] pois , a cidade constitui-se num artefato em constante formação como resultado das relações de seus diferentes grupos sociais necessita também de mecanismos e uma equipe adequada para executar essa atualização [...]”

Já para Pesavento (2007, p. 3) “[...] a cidade desde a década de 1990 passou por mudanças que a colocaram num patamar como um problema e objeto de reflexão a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais [...]” Estas práticas, são definidas em três aspectos: materialidade (que modificam seu ambiente por meio do crescimento e urbanização de seus espaços naturais); a sociabilidade (onde relações sociais entre seus habitantes geram hábitos comportamentos, criam conflitos e práticas de interação) e a sensibilidade (a cidade como um fenômeno cultural é objeto da produção de seus habitantes com imagens, discursos, emoções). Meneses (2003, p. 261) propõe que a cidade também seja observada, em relação ao museu de cidade, como um artefato, um campo de forças e como espaço de representações sociais, aspectos também apontados por Pesavento (2007). O que resulta dessas práticas e sentidos, praticados ou não, relacionados inclusive ao patrimônio histórico, cultural e ambiental deveria estar em evidencia neste museu de cidade, pois este tem a possibilidade de problematizar, provocar reflexões e discussões para além da visão de suas memórias, identidades, belezas naturais. É um desafios para esta tipologia de museus.

O Município e o Colégio

O município de Santa Cruz do Sul está localizado na Encosta Inferior do Nordeste do estado do Rio Grande do Sul (RS), na Região do Vale do Rio Pardo, conta com uma população aproximada de 127.429 mil habitantes ⁴, sua economia teve início no cultivo e comercialização do tabaco, e na agricultura familiar.

Sua origem remonta ao final da primeira metade do século XIX por meio da política de colonização promovida pelo Governo Provincial, sendo esta para Roche (1969), do segundo período 1848-1874. O registro de chegada do primeiro grupo, composto de doze imigrantes alemães na Colônia de Santa Cruz, é de 19 de dezembro de 1849 (MARTIN, 1979).

Uma das preocupações dos imigrantes apontados por Martin (1989) em diferentes oportunidades em sua coluna Pesquisa, e em outras obras escritas por ele, foi com a educação, com a vida cultural e espiritual, confirmando suas considerações, Kreutz (2000) afirma que:

⁴ Maiores informações: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/panorama>

Nas regiões de proveniência da maior parte de imigrantes alemães, poloneses e italianos, predominava o motivo religioso na educação até fins do século XVIII. O objetivo era formar bons cristãos. Além do ensino do ler, escrever e contar considerava-se a catequese como prioritária (KREUTZ, 2000, p.163).

No isolamento da Colônia o aprendizado da língua alemã como a língua mãe é outro aspecto ressaltado por Seyferth (1994):

A “escola alemã” veio suprir uma lacuna, por exemplo, a falta de escolas públicas em número suficiente para atender a demanda, mas também contribui bastante para a preservação do uso do idioma alemão. Enfim, as “colônias alemãs” [...] estabelecidas em frentes pioneiras, em áreas restritas, no final do século XIX formavam uma sociedade e uma cultura realmente teuto-brasileiras, associadas ao complexo colonial [...] (SEYFERTH, 1994, doc. eletrônico).

Neste cenário registra-se o surgimento de escolas, mantidas por sociedades com a finalidade de proporcionar educação e cultura para os filhos dos imigrantes. A primeira escola particular foi criada em 1853, na Picada Velha (Alt Pikade), local onde foram assentados os imigrantes, sendo responsável o professor Richard Ernst Wolfran (Martin, 1999, p.115). Em 1854 atendendo a solicitação do administrador da Colônia, Johann Martin Buff, o governo da província instalou a primeira escola pública, também na Picada Velha. Foi também em 1854 que iniciou a formação da Povoação da Colônia de Santa Cruz, local onde hoje encontramos o centro do Município. Em 1868, foi implantada na Povoação, a primeira escola particular pelo pastor Hermann Jacob Bergfried – a Deutsche Schule, que passou por dificuldades e para auxiliar na manutenção dessa Escola, em 20/07/1870, foi criada a Schulgemainde - Sociedade Escolar Santa Cruz, esta constitui-se como o embrião do atual Colégio Mauá.

O Professor e o Museu

O professor Hardy Elmiro Martin, nasceu no dia 22 de setembro de 1927, na localidade de Linha Ferraz, município de Vera Cruz; estudou no Instituto Visconde de Mauá, (nome do CM entre 1942-1949) e complementou seus estudos de formação para o magistério em Santa Maria. No ano de 1945, aos 18 anos foi contratado como professor de Língua Portuguesa e História no Colégio Mauá. Também foi professor no Colégio Ernesto Alves de Oliveira até 1954, neste ano também foi nomeado para o cargo de vice-diretor geral no CM função que lhe foi solicitada a dedicação exclusiva (MARTIN, 1991, p.2). Em 1960 assume a direção geral do CM, onde empreende várias ações na modernização desta instituição de ensino, assim como participa ativamente de outras instituições como membro, do Instituto Histórico de São Leopoldo, do Conselho Estadual de Cultura, do Conselho Municipal de Cultura; foi

reconhecido conforme Noronha (2012) ⁵ como um dos metahistoriadores responsáveis pela preservação e divulgação de instituições da memória no município de Santa Cruz do Sul, recebeu vários prêmios pelo trabalho realizado.

A idealização do Museu nasceu em decorrência de visitas realizadas a outros museus em suas viagens, quando de sua participação no Congresso Brasileiro de Ensino Particular, ao longo da década de 1960 como as edições realizadas em Salvador no ano de 1964, e em Fortaleza no ano de 1966.

No ano de 1966 o professor Hardy Martin apresentou um projeto para a criação do museu à mantenedora do CM, a Sociedade Escolar Santa Cruz. Com a aprovação desta iniciativa foi necessário a formação e dedicação de uma equipe constituída por funcionários do colégio, professores, ex-alunos e membros comunidade local para sua organização. A equipe inicial, além do professor Hardy Martin na direção, foi formada com o Sr, Gastão Baumhardt, ex-aluno do CM, professor, apaixonado por Mineralogia, e sua esposa Úrsula Baumhardt – também apaixonada pela Arqueologia, ambos tinham como hobby a orquidofilia; Roberto Steinhaus – colecionador amador de objetos arqueológicos, trabalhou no Jornal Kolonie, e Lothar Heuser (tesoureiro da mantenedora).

O acervo inicial para abertura do museu já existia no Colégio, este era formado por algumas peças indígenas, pela Coleção Riedl (MARTIN, 1992, p.21) composta por coleções de Arqueologia, Botânica, Etnologia, Mineralogia, Numismática e Ornitologia; e somando-se a estas a Coleção de Armas do Dr. Ingo Ebert (BARTH, 2013), já doadas anteriormente pelo proprietário ao então prefeito municipal Dr. Arthur Walter Kaempff para incorporar futuramente um museu municipal que seria criado.

A inauguração solene do Museu aconteceu no dia 20 de setembro de 1966, após assinatura de um convênio com a Prefeitura Municipal, firmado pelo prefeito Orlando Oscar Baumhardt, e a direção do Colégio representado pelo professor Hardy Martin.

Neste ato o Colégio Mauá novamente reforçou seu vínculo com a comunidade, proporcionando em suas dependências - localizado na Rua Marechal Floriano, 274, em frente ao prédio da Prefeitura Municipal, um espaço cultural para visibilidade da história e cultura local, destinado ao público visitante da I Festa Nacional do Fumo (FENAF), que se encontrava em fase de preparação. Esta primeira festa aconteceu no período de 15 de outubro a 6 de novembro de 1966.

⁵ NORONHA, Andrius Estevam. Beneméritos empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966). 2012. 371 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

O museu foi ampliando seu acervo com doações de diferentes tipologias, inicialmente por um grande número de peças arqueológicas oriundas de expedições exploratórias realizadas pelo interior do município pela equipe do MCM, onde o contato com os agricultores proporcionava a possibilidade de informar sobre a importância das peças encontradas em suas lavouras.

Após três anos de funcionamento o Museu, segundo Barth (2013), cujo foco de sua dissertação foi a Arqueologia, destaca a ampliação do acervo, área de exposição e atuação da instituição:

O Museu desenvolveu-se progressivamente do decorrer dos anos ampliando seu acervo, áreas de atuação e salas de exposições, na primeira sala apresentava ao público seções de Arqueologia, Mineralogia, Paleontologia e Zoologia, na segunda dependência estava à apreciação da comunidade a história e colonização do município e da região; na terceira estava exposto o material etnológico na quarta e última sala intitulada 'diversos' estavam objetos como realejo, grilhões de escravos, entre outros. (BARTH, 2013, p. 28).

O arqueólogo e professor Pedro Mentz Ribeiro passou a integrar a equipe no ano de 1972 até 1974 quando foi lecionar na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, ⁶onde criou o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA).

Na edição da Gazeta do Sul, de 14 de setembro de 1989, o tema divulgado na coluna Pesquisa foi: “Os 23 anos do Museu”, onde foram descritas algumas das peças do acervo que se encontravam expostas em suas respectivas seções, e ao finalizar o texto, o professor Hardy Martin manifestou em nome da equipe um agradecimento para a comunidade:

[...] agradecemos aos colaboradores e doadores pela confiança obtida, graças a seriedade dos trabalhos desenvolvidos. Reafirmamos e confirmamos o nosso desejo - de toda equipe - de realizar para a comunidade. (MARTIN, 1989, p.12).

Na coluna do dia 13 e 14 de janeiro de 1996, o título da coluna Pesquisa é: “Museu: 28981 visitantes”, sendo este o mais alto número de visitantes desde 1989, e segundo o professor Hardy Martin o aumento na visitação desse ponto turístico foi atribuído às melhorias realizadas na estrutura do prédio (forro, parede, assoalho, mobiliário expositivo, telhado e instalação de ventiladores). Estas obras foram realizadas por meio de verba recebida da Prefeitura Municipal, com aprovação do Poder Legislativo. Na coluna ainda foi mencionado como o rodízio das peças expostas, 4800 peças, das 172.000 unidades existentes no acervo foram fatores que favoreceram o aumento do número de visitantes.

⁶ Esta foi uma das Faculdades que deu origem a atual Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

As publicações apontam uma dinamização e sedução, voltadas para o público, no período analisado onde o professor Hardy Martin exerceu este papel de forma brilhante, seja na divulgação das doações recebidas quanto às pesquisas realizadas no acervo e sua posterior publicação, nas palestras em datas comemorativas e também desempenhando seu papel como um homem público preocupado com a história e a cultura da região.

O Jornal

Além do trabalho, a religião, a escola, a imprensa também é apontada como uma das características da colonização alemã cujas instituições foram sendo criadas. O primeiro jornal publicado na Vila denominava-se A Cruzada, publicado em 25/03/1887, na língua portuguesa, atendendo a demanda dos moradores que naquele momento era constituída de negociantes e comerciantes lusos que mantinham contato com Rio Pardo, Sua publicação foi interrompida em seu décimo número.

No ano de 1890 surgiu a sociedade que a partir de 1/01/1891 publicou, na língua alemã, o Jornal Kolonie, atendendo a demanda dos imigrantes que não dominavam a língua portuguesa. Inicialmente este jornal circulava apenas aos sábados, posteriormente passou a circular terças, quintas e sábados. Com a entrada do Brasil na primeira guerra este deixou de ser publicado em 29/10/1917, e para ocupar este espaço foi fundada em 15/02/1918, a Gazeta de Santa Cruz, publicado na língua portuguesa, este jornal era ligado ao Partido Republicano de Santa Cruz. Foi censurado quando publicou em 27/09/1918 artigos relacionados à guerra, a censura que persistiu até a edição de 20/12/1918.

Em 27/06/1919 o Kolonie volta a ser publicado, novamente na língua alemã, e a Gazeta de Santa Cruz tem sua publicação interrompida, pois sua impressão era realizada nas mesmas oficinas da tipografia Lamberts @ Riedl, do Jornal Kolonie. Em 29/08/1941 este jornal sofre uma nova interrupção por causa da segunda guerra mundial. Em uma nova tentativa de salvar a imprensa novamente os editores publicam na língua portuguesa, o “Jornal de Santa Cruz” cujo período de circulação foi de 5/09/1941 até 21/10/1941. Em momentos delicados em razão das guerras houve outras tentativas que não prosperaram como: Die Neue Zeitung, Anti-Gruisgram, Fortschritt (1902-1904); Santa Cruz Anzeiger (1905-1908); O Santa Cruz (1908); O Brazil (1908); A União (órgão do Partido Republicano de Santa Cruz, 1910-1911); Luneta (1918); O gaúcho (1924); Volksstimme (1930-1939). Alguns destes jornais conviveram, porém o prestígio do Kolonie predominava e quando de seu fechamento em 21/10/1941 até 26/01/1945, data de fundação da Gazeta de Santa Cruz, o município ficou sem seu jornal.

A Gazeta de Santa Cruz foi fundada por Francisco J. Frantz, Leopoldo Morsch, Willy Carlos Frölich, Arthur Carlos Kliemann (diretor), Rolph Bartholomay (redator), Erny Ludwig, Bruno Agnes e Ricardo Scherer. Sua produção era quase que artesanal, pois não possuía oficina própria, circulou inicialmente na sexta-feira.

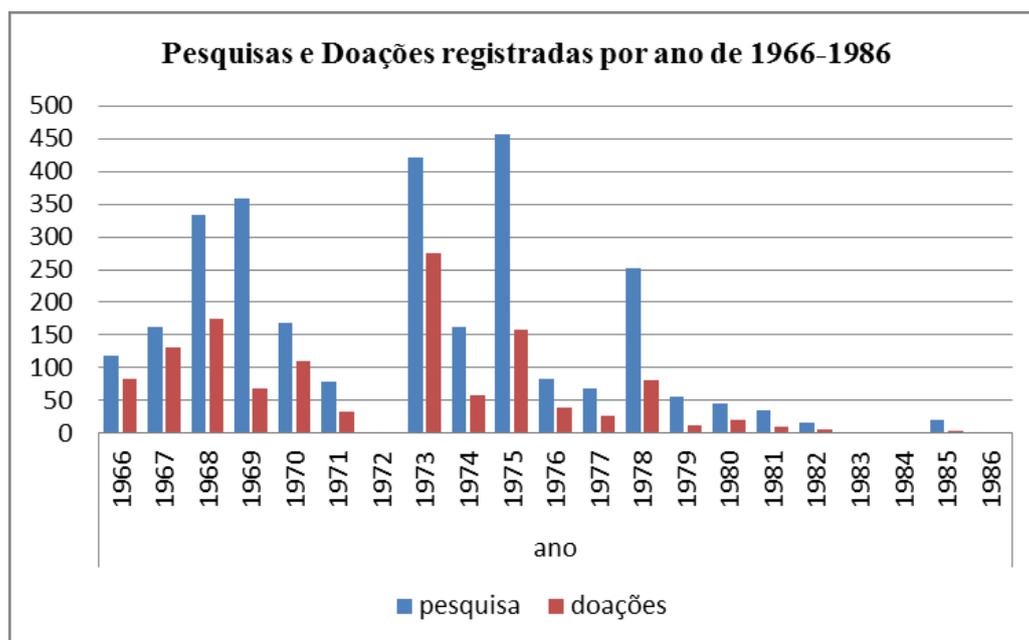
Em 1950, Francisco J. Frantz assume como diretor iniciando seu processo de expansão adquirindo novas máquinas e sua instalação em uma sede própria. No ano de 1955, uma nova modernização do maquinário necessita de novos investimentos que acontecem pela subscrição de capital passando a empresa a ser uma Sociedade Anônima com novos 163 sócios, a Editora Santa Cruz passou a denominar-se Gazeta do Sul S.A, alterando também o nome do jornal para Gazeta do Sul, com cinco edições semanais.

A Coluna “PESQUISA”

Um mapeamento dos artigos publicados pelo professor Hardy Martin no jornal Gazeta do Sul foi realizado por Barth (2013), no período de 1969-1986, (Figura X) seu foco foi a pesquisa arqueológica realizada pela equipe do MCM, esta apontou a existência de 357 artigos publicados. O primeiro artigo publicado pelo professor Hardy no jornal foi na edição do dia 6/08/1969, intitulado Acontecimentos Históricos - O Tratado de Tordesilhas. Dos artigos mapeados por Barth (2013) estes foram classificados como, 94 relacionados com a Arqueologia; 2 de Etnologia; 5 de Paleontologia; 221 de História e 35 referentes ao Museu em geral. Existindo ainda neste período, outros 52 artigos, relacionadas ao Museu, que foram publicados em matérias produzidas espontaneamente pelo jornal.

O foco de seu estudo foi referente ao período compreendido desde a fundação do MCM até o ano de 1986, quando foram encerradas as missões arqueológicas.

Gráfico 1 - Pesquisas e Doações registradas por ano pelo Museu Mauá de 1966-1986

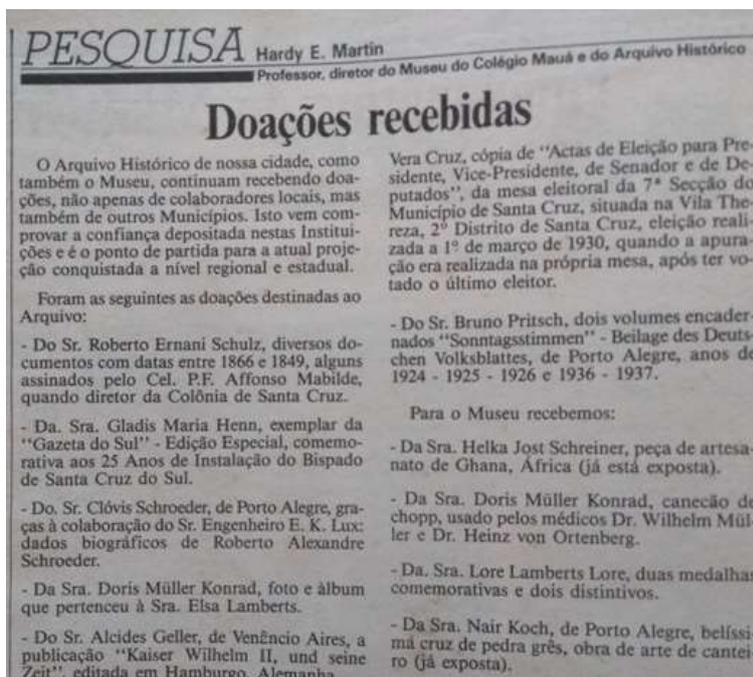


Fonte: BARTH (2013, p.51)

O período de abrangência de nosso estudo refere-se ao período, em que os artigos, foram publicados na coluna intitulada, Pesquisa. Sua publicação iniciou em 27/10/1987, até o

falecimento do professor Hardy Martin, em 5/07/1996. Na primeira coluna Pesquisa, o título foi Doações recebidas.

Figura 1 - Primeira publicação da Coluna PESQUISA 27/10/1987



Fonte: GAZETA DO SUL, 27 out.1987.

Esta coluna apresentou uma periodicidade semanal ou quinzenal em alguns dos anos mapeados, com a característica de ser publicada na terça-feira (1988), quarta-feira (1988, 1989, 1990, 1992), quinta-feira (1989, 1994), e excepcionalmente, algumas vezes na edição de sexta-feira ou ainda na edição conjunta de sábado e domingo.

A localização da coluna em cada edição no jornal também variou, sendo que inicialmente encontramos esta, na página 2 (1987, 1988, 1990, 1991), na página 8 (1989, 1992), e também após a página 20 (1993, 1994, 1995).

Ao analisarmos os objetos recebidos pelo MCM neste período encontramos uma variedade de objetos e equipamentos como: livros, wanderbuch, equipamentos, moedas, medalhas, flâmulas, brasão familiar, vestuário, discos, gramofones, toca-discos, máquina de costura, máquina fotográfica, dedal, pote para refrigeração de manteiga, estojo com mostruário de lentes, ; ninho João-de-Barro, grampo de cerca, cascas de ovos de perdigão, vértebra de baleia, fragmentos muro de Berlim, pele cobras; documentos: fotografias, jornais, plantas de imóveis, cartas, mapas, certificados, prazos coloniais, programas de peças teatrais; poucos brinquedos, material de origem indígena, peças arqueológicas

Na análise dos doadores foi possível observar a frequência periódica com que alguns traziam material para o museu, assim como a percepção de que as pesquisas divulgadas

resultavam em novas doações de objetos relativos ao tema divulgado, sendo que estes doadores eram ex-alunos e ex-professores do Colégio, pessoas que frequentavam o museu, colecionadores como numismatas, profissionais liberais e pessoas que tinham apreço ao trabalho realizado pelo professor Hardy Martin em preservar, pesquisar e divulgar o acervo pois toda a formação deste acervo tem sua aquisição oriunda da doações da comunidade.

Considerações Finais

A coleta de dados para realização deste trabalho foi realizada na Biblioteca Central e no Centro de Documentação da UNISC e no Jornal Gazeta do Sul, pois encontramos uma interrupção e alguns danos no acervo da Biblioteca – situação que evidencia a vulnerabilidade dos acervos não digitalizados como forma de consulta evitando danos ao documento original. Evidencia-se a postura de liderança do professor Hardy Martin frente ao MCM na busca de fortalecer o museu como instituição de memória da comunidade santa-cruzensense e o reconhecimento de seu trabalho através das premiações e manifestações pós-morte. Constatase um campo em aberto para novas investigações em seu acervo tanto pela presença quanto pela ausência de objetos e aspectos da formação do município, pois a missão de um museu de cidade é narrar sua história, porém também se faz necessário uma atualização periódica relativa às mudanças pelas quais a cidade passou uma vez que esta é resultado as ações de seus diversos campos de forças que agem neste espaço através da urbanização, industrialização, migrações, meio ambiente, espaços de cultura e lazer e outros. Reconduzir este espaço cultural ao destaque recebido durante a gestão do professor Hardy Martin seria uma justa homenagem à memória de seu idealizador.

Referências

ABREU, Regina. A Fabricação do imortal: memória, história, estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. Os objetos que se oferecem ao olhar: Colecionadores e o “desejo de museu”. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; ZAMORANO, Rafael (Org.). Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012. p. 183-200.

BARTH, Marina Amanda. Arqueologia: ação comunitária ou ciência acadêmica. 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2013.

BENCHETRIT, Sarah Fassa. Os museus e a comunicação. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa. Museus e Comunicação: exposições como objetos de estudo. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010.

IBGE. Cidades. Santa Cruz do Sul. Disponível em: Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/panorama>>.

- LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material e coleção em um museu de história: as formas espontâneas de transcendência do privado. In: FIGUEIREDO, Betania Gonçalves. Museus: dos gabinetes de curiosidades à Museologia moderna. Belo Horizonte: Argumentvm, 2005. p. 85-110.
- MARTIN, Hardy Elmiro. Escolas e professores na Colônia de Santa Cruz I. Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 16 jun. 1989. Pesquisa, p.18.
- MARTIN, Hardy Elmiro. José Ernesto Riedl. Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 26 ago. 1992. Pesquisa, p.21.
- MARTIN, Hardy Elmiro. Momentos históricos d'uma vida do Mauá. Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 3 abr.1991. Pesquisa, p.2.
- MARTIN, Hardy Elmiro. Recortes do passado de Santa Cruz. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- MARTIN, Hardy Elmiro. Santa Cruz do Sul de Colônia à Freguesia 1849-1859. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: SANTOS, Afonso C. M dos; KESSEL, Carlos. Museus e Cidades. Rio de Janeiro: MHN, 2003. (Livro do Seminário Internacional, 2)
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu na cidade x a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. Revista Brasileira de História, v. 5, n. 8/9, p. 197-205, set. 1984/abr.1985.
- MENEZES, João Bittencourt de. Município de Santa Cruz. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. Texto transcrito em ortografia atualizada por Arthur Rabuske.
- NORONHA, Andrius Estevam. Beneméritos empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966). 2012. 371 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. 1983. v. 1, p. 51-84.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: EST, 2001.
- RANGEL, Márcio. As coleções e a construção do conhecimento: a formação do acervo do Museu da Cidade do RJ, a Coleção Costa Lima e a Coleção de Instrumentos Científicos do Museu de Astronomia e Ciências Afins. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; ZAMORANO, Rafael (Org.). Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012. p.133-146.
- ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o estado brasileiro. 1994. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_08.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

UZEDA, Helena Cunha de. Os museus de cidades e o processo de interpretação da memória dos centros urbanos. *Museologia e Patrimônio: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 61-80, 2016.

OS IGNÁCIO XAVIER: NÚCLEOS FAMILIARES EM PELOTAS A PARTIR DE INVENTÁRIOS

Ângela Pereira Oliveira Balladares⁷

O interesse pela família Ignácio Xavier se deu pelo fato deles serem donos de escravizados e, entre eles, a escravizada Eva, mãe do ingênuo Rodolpho (cuja trajetória tenho me dedicado a compreender em pesquisa de tese). Rodolpho era filho da escravizada Eva, mas também do senhor de sua mãe, Domingos Ignácio Xavier. Os Ignácio Xavier, residentes na cidade de Pelotas, no século 19 e início do século 20, são os que serão abordados (haja vista que outros membros dessa família residiam, nesse mesmo período, em outras cidades do Rio Grande do Sul). O objetivo dessa apresentação é destacar relações de parentesco, poderio econômico e outras informações referentes a eles, a partir de dados contidos nas fontes. Entre elas estão os inventários desses sujeitos, salvaguardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Pelotas. Ignácio Xavier. Inventários.

Introdução

A análise que desenvolvo neste texto trata de apresentar alguns dos caminhos percorridos, até então, na busca por conhecer um pouco mais a respeito de quem eram os membros da família Ignácio Xavier. Esse interesse por eles foi despertado em mim, pois os **Ignácio's Xavier estão diretamente relacionados com o meu objeto de pesquisa do doutorado**, que tenho desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desde 2018, tenho me dedicado a compreender a trajetória de Rodolpho Xavier (1875- 1964). Porém, de certa forma, deixo um pouco de lado o foco em Rodolpho, para alcançar o objetivo a que me proponho neste texto: relatar informações/dados que digam respeito à família Ignácio Xavier, habitantes da cidade de Pelotas, localizada na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, que ali estiveram entre o final do século XIX e o início do século XX.

Os primeiros contatos com a família Ignácio Xavier se deram através de três fontes, sendo elas: a carteira de trabalho (naquele momento, 1945, conhecida por carteira profissional) e a certidão de óbito de Rodolpho e, por fim, a carta de alforria de Eva. Os dois primeiros documentos fazem parte de um acervo pessoal de família⁸, e o último foi localizado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. O mesmo nome era comum em ambos os papéis: tratava-se de Domingos Ignácio Xavier, aparecendo na carta de alforria de Eva, como seu senhor e nos documentos de Rodolpho como seu pai. Saliento que Eva, a escravizada de

⁷ Doutoranda em História (UFRGS).

⁸ Dona Isabel de Souza, afilhada de Rodolpho foi quem carinhosamente me cedeu os documentos para pesquisa, que foram intermediados pelo pesquisador Lúcio Xavier a quem sou imensamente grata.

Domingos, pai de Rodolpho, que apareceu comprando a sua alforria, era também a mãe de Rodolpho. Rodolpho que era filho de uma escravizada com o seu senhor, nasceu de ventre livre, portanto após a Lei de 1871. Rodolpho era identificado em seus documentos como pardo, o que poderia ser pela distância da escravidão (como já referido, ele nasceu de ventre livre) ou mesmo por ter sido fruto da miscigenação de um homem branco com uma mulher negra.

Informo ao leitor que apesar de ser filho de Domingos Ignácio Xavier e utilizar o mesmo sobrenome, após sua saída da casa dele juntamente com sua mãe, Eva, não há nenhum indício, ao menos até o presente momento, que aponte para qualquer relação de afetividade entre ambos. Quando Eva conseguiu comprar a sua carta de alforria ela partiu da casa de Domingos levando consigo o filho, Rodolpho, que tivera com o senhor, mas eles não foram para longe, assim eles continuavam a viver na mesma cidade, Pelotas.

Quando as historiadoras Ana Rios e Hebe Mattos se propuseram a pensar algumas perspectivas do pós-abolição que o colocam como um problema histórico, elas destacaram que boa parte dos trabalhadores que estavam sob o jugo do regime servil, quando se tornaram **libertos consideraram que seria “vantajosa à permanência na região em que já eram conhecidos e nas quais já contavam com uma rede de parentes e amigos”** (2004, p. 179). O cenário de pesquisa de Ana Rios e Hebe Mattos foi o centro-oeste do país, no entanto, ao pensar por que Eva e Rodolpho permaneceram nesse espaço, é provável que os motivos possam ser os mesmos destacados pelas pesquisadoras.

A partir do levantamento de um nome nos documentos de Rodolpho (e da mãe dele, Eva), o interesse por conhecer mais sobre quem era Domingos Ignácio Xavier, acabou me levando a toda uma família da qual tenho levantando informações, através da consulta de alguns documentos, em especial, inventários, salvaguardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do sul. Passo a seguir a fazer alguns apontamentos em relação às informações que foram possíveis de serem apreendidas das fontes consultadas.

Conhecendo os Ignácio Xavier

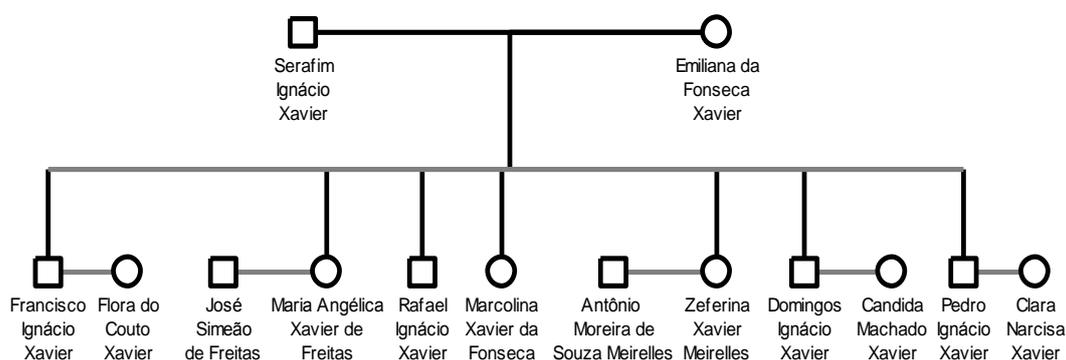
Domingos Ignácio Xavier nasceu na cidade de Pelotas. Ele era filho de Serafim Ignácio Xavier e de Emiliania da Fonseca Xavier. Domingos não era o filho único, foi o sexto de um total de sete irmãos. Entre eles, foi possível encontrar três mulheres e quatro homens. Na ordem de nascimentos temos: Francisco Ignácio Xavier, Maria Angélica Xavier, Rafael Ignácio Xavier, Marcolina Xavier da Fonseca, Zeferina Xavier, Domingos Ignácio Xavier e por fim, Pedro Ignácio Xavier.

Através do inventário de Serafim Ignácio Xavier e de sua esposa Emiliania da Fonseca Xavier, datado do ano de 1879, ficamos sabendo a respeito dos genros e noras do casal: Francisco Ignácio Xavier havia contraído matrimônio com a senhora Flora do Couto Xavier; Maria Angélica Xavier unira-se em casório com José Simeão de Freitas e passara a adotar o sobrenome de Freitas, do marido; Zeferina estava casada com Antônio Moreira de Souza

Meirelles, assinando seu nome como Zeferina Xavier Meirelles, Domingos Ignácio Xavier estava casado com Cândida Machado Xavier e, por fim, Pedro Ignácio Xavier unido em matrimônio com Clara Narcisa Xavier.

As informações presentes nessa partilha amigável apontam que Zeferina juntamente de seu cônjuge, Antônio, residiam na cidade de Faro (naquele momento província do Algarve), em Portugal. Sendo assim eles nomearam outras pessoas com o intuito de representá-los durante o processo, não tendo assim, se deslocado da cidade em que residiam para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Os quatro procuradores escolhidos, nesta ordem, foram: José Joaquim de Freitas (sobrinho de Antônio e de Zeferina), Polsidonio Mâncio da Cunha, Vicente Lopes dos Santos e Urbano Martins Garcia.

Gráfico Genealógico 1 - Filhos de Serafim e Emiliana declarados no inventário do casal de 1879.



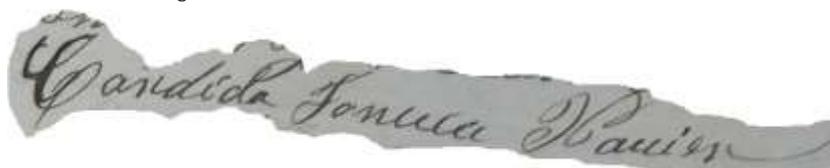
Fonte: Processo de inventário de Serafim Ignácio Xavier e Emiliana da Fonseca Xavier – 1879 – APERS.

De todos os nomes referidos no gráfico genealógico 1, referente a primeira geração de descendentes de Serafim e Emiliana, não sabem escrever apenas Flora, esposa do primeiro filho, Francisco e sua cunhada Marcolina, a quarta filha do casal. Constando as assinaturas dos demais no processo. Zeferina e seu esposo Antônio, que residiam longe, nomeiam procuradores para assinarem por eles, no entanto, no documento em que delegam essa responsabilidade aos homens já mencionados, e que se encontra anexado ao processo, ambos assinam seus nomes, demonstrando que tinham conhecimento das letras.

Outras informações sobre Rafael Ignácio Xavier, irmão de Domingos e filho de Serafim, podem ser acessadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, entre eles o inventário de Maria Juliana Xavier, no qual ele foi o inventariante, no ano de 1880. Pelo sobrenome, provavelmente, ela era esposa de Rafael. Ele teve um filho que se chamava Rafael Ignácio Xavier Junior. No ano de 1879, Rafael Júnior entra com pedido de tutor de Amélia Inocência da Silva. Anteriormente, em 1871, Rafael Júnior foi réu em um processo crime movido por Manoel Pires da Silva. Ambos os documentos ainda não foram analisados, por isso não proporciono maiores informes sobre eles.

No dia 15 de outubro de 1884, Cândida Xavier veio a falecer, ficando o senhor Domingos Ignácio Xavier viúvo, e como ela não deixou testamento ele ficou encarregado de ser o inventariante dos bens do casal. No inventário de dona Cândida, ela está registrada com o sobrenome da Fonseca Xavier, diferente daquele sobrenome em que ela foi identificada no inventário de seus sogros, tida por Machado Xavier. O interessante é que o sobrenome que ela aparece no fim da vida, isto é, em seu inventário, é o mesmo sobrenome de sua sogra da Fonseca Xavier, por outro lado, a mãe de Cândida, se chamava Lucia da Fonseca, enquanto que a respeito de seu pai não encontrei nenhuma informação. Portanto é provável que ela de fato tenha se chamado da Fonseca Xavier e não Machado Xavier. Analisando também a assinatura de Cândida, ela escreve da Fonseca Xavier e mesmo assim o escrivão do processo de seus sogros a identifica como Machado Xavier.

Imagem 1 - Assinatura de Cândida da Fonseca Xavier

A imagem mostra uma assinatura manuscrita em tinta escura sobre um fundo claro. A assinatura é escrita em uma caligrafia cursiva e elegante, com o nome 'Cândida Fonseca Xavier' claramente legível. A assinatura está sobreposta a uma faixa horizontal de cor cinza.

Fonte: Processo de inventário de Serafim Ignácio Xavier e Emiliania da Fonseca Xavier – 1879 – APERS.

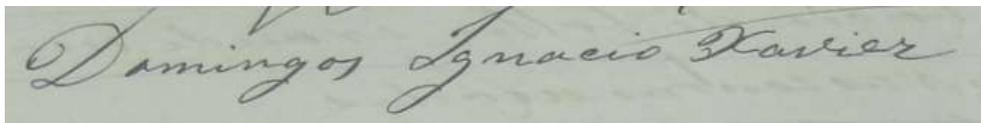
Cândida e Domingos tiveram sete filhos, sendo duas mulheres e os demais homens. São eles: Perseverano, Alfredo, Clara, Cantídia, Alcibíades, Francisco e José.

É através do inventário de dona Cândida, realizado no ano de 1884, que ficamos conhecendo mais sobre essa família. Clara, a terceira filha do casal, a esta altura estava casada com o senhor Gabriel Rubira, enquanto Cantídia, a quarta filha, também era casada, nesse caso, com o senhor João Prets. Ambas adotaram o sobrenome de seus respectivos cônjuges. Sendo assim, apenas os homens desse núcleo familiar assinavam o sobrenome Ignácio Xavier, as mulheres, não tendo mais o Ignácio, utilizavam o Xavier acrescido do sobrenome de seus respectivos maridos. Quando Cândida faleceu deixou três filhos menores de idade, Alcibíades, com 20 anos, Francisco, com 16 anos e José, com 14 anos.

Durante o andamento do inventário de dona Cândida, Alcibíades alcança a sua maioridade, isto é, completa os seus 21 anos e, buscando não mais ser representado por um curador, a fim de que ele mesmo pudesse se representar ele vai buscar comprovar sua idade e para isso utilizou como documento comprobatório a sua certidão de batismo que, acaba sendo informada no arrolamento. Através dela foi informado que Alcibíades nasceu no dia 24 de dezembro de 1862 e que foi batizado no dia 03 de setembro de 1863, tendo por padrinhos o senhor João Pereira da Silva e sua esposa, Fernanda Francisca Pereira.

No que se refere à alfabetização dos filhos de Domingos e Cândida, apenas Alcibiades e Francisco desconheciam as letras até aquele momento, nenhum deles lia nem escrevia. Todos os demais eram alfabetizados.

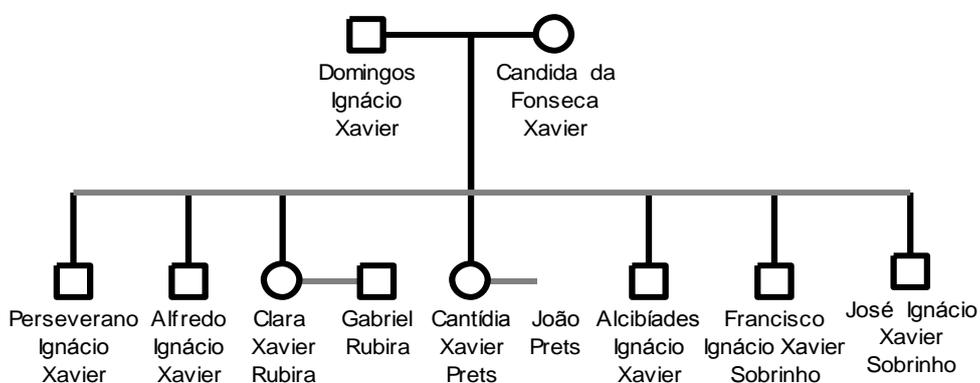
Imagem 2 - Domingos Ignácio Xavier assinando o seu nome.



Fonte: Processo de inventário de Cândida da Fonseca Xavier – 1884 – APERS.

Dito isso, sabemos que o núcleo familiar de Domingos e Cândida se constituiu da seguinte maneira:

Gráfico genealógico 2 - Filhos de Domingos e Cândida, declarados no inventário dela em 1884.



Fonte: Processo de inventário de Cândida da Fonseca Xavier – 1884 – APERS.

No entanto nem todos os filhos de Domingos Ignácio Xavier estão nesta árvore genealógica, isto porque, ele teve filhos fora do casamento com Cândida, como com a sua escravizada Eva, que desempenhava a profissão de cozinheira para a família. Não sei informar se Domingos teve filhos com outras mulheres escravizadas além desta ou mesmo com outras mulheres brancas ou livres.

Eva deu à luz a Rodolpho depois de promulgada, em 28 de setembro de 1871, a Lei 2.040, conhecida popularmente por Lei do ventre livre. O nascimento de Rodolpho não é preciso devido às fontes apontarem diferentes datas, mas teria sido entre 1873 a 1879. O certo é que Rodolpho nasceu em 10 de maio. A Lei do Ventre Livre se deu em um momento em que se discutia a sustentação do sistema escravagista no Brasil, tendo sido uma resposta às demandas abolicionistas e às pressões sociais. Constava em seu Artigo 1º no § 4º “se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito anos, que estejam em poder do senhor dela (...) lhes

serão entregues”. Após a possibilidade de aquisição de pecúlio também previstas nessa mesma lei, Eva conseguiu comprar a sua liberdade e saiu dos domínios senhoriais juntamente com seu filho. Apenas a título de curiosidade, entre os anos de 1870 a 1879, foram expedidas em Pelotas cerca de 825 cartas de alforria, sendo que o número de pagas era inferior ao de gratuitas e condicionais, esta última, por sua vez, era a mais utilizada pelos senhores (PINTO, 2015).

Eva adotou o sobrenome Xavier quando em liberdade e Rodolpho adotou o Ignácio Xavier, utilizando-se posteriormente somente o Xavier. Rodolpho foi batizado na Igreja matriz de São Francisco de Paula e teve por padrinhos, José da Costa Xavier e Maria Filisbina da Fonseca. Interessante notar que o sobrenome Xavier e da Fonseca, sobrenomes esses que faziam parte do convívio de Eva e Rodolpho estão presentes nos padrinhos de Rodolpho. No entanto, a certidão de batismo não fornece nenhuma informação a mais sobre os padrinhos que não seja os seus nomes. Sendo assim, ficamos sem saber, por exemplo, se eles eram brancos ou negros (poderíamos pensar que a ausência da indicação da cor poderia indicar serem brancos, o que era comum nos documentos desse período, no entanto, Rodolpho, que não era branco também não teve a sua cor referida). Rodolpho que aparece como filho natural de Eva, na certidão de batismo, não tem o nome do pai identificado, diferente do que ocorre com outros documentos que ele possuía em vida.

Rodolpho que foi um homem negro no mundo das letras, e importante no movimento operário da cidade de Pelotas não deixou nenhum escrito que falasse a respeito de seu pai, mesmo tratando de sua infância ou mesmo de sua mãe e de seu irmão, Antônio.

Em minha busca aos Ignácio Xavier, encontrei muitos homens e mulheres que possuem esse sobrenome. Como principal espaço de pesquisa me detive sobre o acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, mas também fiz uso do site do Family Search.

Primeiramente, foi preciso estipular Pelotas como sendo a cidade foco, pois ou esse sobrenome era muito comum naquela época ou havia vários Ignácio Xavier pelo Rio Grande do Sul. Segundo consta na dissertação de Franciele Rocha de Oliveira (2017) havia um João Ignácio Xavier residindo na cidade de Santa Maria, em 1882. Além disso, em uma breve consulta online no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul pude constatar que havia outros Ignácio Xavier que migraram para as cidades da região sul, entre elas, por exemplo, São José do Norte e Rio Grande, além daqueles que se estabeleceram na capital, Porto Alegre.

Com os documentos que consultei, como inventários, certidões de nascimentos, certidões de óbito, habilitação de casamento, não é possível estabelecer, por vezes, uma relação direta de parentesco entre os demais Ignácio Xavier que residiam na cidade de Pelotas. No entanto, uma coisa chamou a atenção na reconstituição dessas árvores genealógicas, trata-se da repetição de nomes. A reincidência no uso de certos nomes próprios dentro de uma mesma família pode estar relacionada com uma busca por continuidade e uma construção afetiva e memorialística em relação a seus parentes e/ou antepassados.

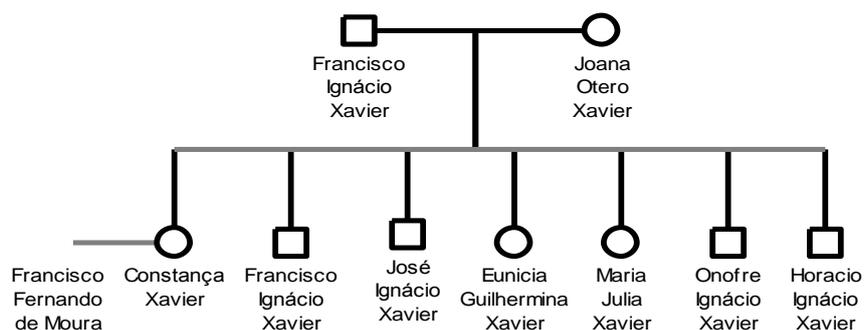
Consta no inventário de Serafim Ignácio Xavier, realizado no ano de 1879, que ele havia falecido. Já no inventário de Dário Ignácio Xavier, realizado em 1898, consta que um de seus filhos se chamava Serafim Ignácio Xavier e, naquela data, possuía 19 anos. Dário, que era casado com Jacintha Maria Xavier, teve com ela três filhos. Além do mais moço, Serafim, o casal teve duas mulheres, Castorina e Julia Maria, ambas casadas com Guilhermino Antônio Xavier e Feliciano Antônio Xavier. Pelos sobrenomes dos genros de Dário, podemos especular que se tratavam de dois irmãos, mesmo que esta informação não esteja presente nos documentos. Além disso, não conseguimos ter certeza sobre a relação entre Dário e Serafim, apenas de que ambos possuíam o mesmo sobrenome, e que o primeiro nomeou o seu filho tal e qual nome e sobrenome do segundo. Nesse caso, então, ficou a pergunta: qual seria o parentesco entre eles? Infelizmente não tenho uma resposta exata ao leitor até o presente momento. Estes dois não foram os únicos Serafim's na família Ignácio Xavier, havia também outro que, provavelmente, se tratava do filho de Bernardina Ignácia Xavier (que será apresentada a seguir junto do gráfico genealógico 4).

Outro caso ainda mais emblemático, no que diz respeito a buscar um indivíduo através de seu nome, seria o de Francisco Ignácio Xavier. Começo pelo irmão de Domingos, que se chamava Francisco Ignácio Xavier e era casado com a senhora Flora do Couto Xavier. Domingos também teve um filho que chamou de Francisco Ignácio Xavier Sobrinho. Nesse caso, o acréscimo de Sobrinho ao nome demonstra se tratar de outra pessoa, além da diferença geracional, uma vez que Francisco tio, era o irmão mais velho de Domingos, e Francisco Sobrinho contava com apenas 16 anos, em 1884.

Sendo a propriedade de Domingos divisa a leste com a de Francisco e, tendo o primeiro homenageado seu irmão mais velho através da reprodução de nome em um de seus filhos, penso que haveria entre esses dois irmãos uma proximidade, isto é, uma relação de amizade, carinho ou mesmo respeito.

No dia 01 de setembro de 1856, teria falecido em Pelotas, Francisco Ignácio Xavier. Ele era casado com a senhora Joana Otero Xavier que conduziu o processo de inventário do casal. Através do inventário de Francisco, ficamos conhecendo os seus filhos com Joana:

Gráfico genealógico 3 - Filhos de Francisco e Joana, declarados no inventário dele em 1856.



Fonte: Processo de inventário de Francisco Ignácio Xavier – 1856 – APERS.

Mais uma vez não é possível estabelecer uma relação entre esse Francisco Ignácio Xavier e os Francisco's mencionados anteriormente. No gráfico genealógico 3, é possível observar que Francisco também teve um filho cujo nome é exatamente igual ao seu, Francisco Ignácio Xavier. Ao total, Joana e Francisco tiveram sete filhos, três mulheres e quatro homens, sendo que no momento do inventário de Francisco pai, a filha mais velha, Constança Xavier já estava casada, por sinal, com um homem cujo primeiro nome também era Francisco, perfazendo um total de três Francisco's nesse núcleo familiar.

De acordo com as informações do inventário, temos que a filha Maria Julia estaria com 16 anos, Onofre com 14 anos e Horácio com 10 anos. Depois de algum tempo esse núcleo familiar reaparece, desta vez a data é 03 de agosto de 1889, e a ocasião é o casamento de Horácio com Iguinacia da Silva Xavier, filha de João Feliciano Xavier e Maria Felicidade Xavier.

Chamo a atenção de que na família de Dário Ignácio Xavier, aquela que aparece em 1898, sua segunda filha, era Julia Maria Xavier; enquanto que na família de Francisco encontramos uma de suas filhas, a de número cinco, com o nome de Maria Julia Xavier. Novamente, não é possível saber a relação de parentesco entre esses indivíduos.

Tanto Serafim Ignácio Xavier, quanto seu filho Domingos Ignácio Xavier e Francisco Ignácio Xavier (do inventário de 1856) tiveram sete filhos legítimos. Conforme destacado Domingos teve pelo menos um filho fora do casamento, e não nos é informado pelos inventários se esses indivíduos tiveram outros filhos com suas esposas que, por alguma razão, já haviam falecido antes da realização desses processos. Digo isto, uma vez que, por exemplo, o século XIX possuía altos índices de mortalidade infantil (PERUSSATTO, 2018). Ou como no caso de Domingos, eles podem ter tido outros filhos fora de seus casamentos que não foram reconhecidos.

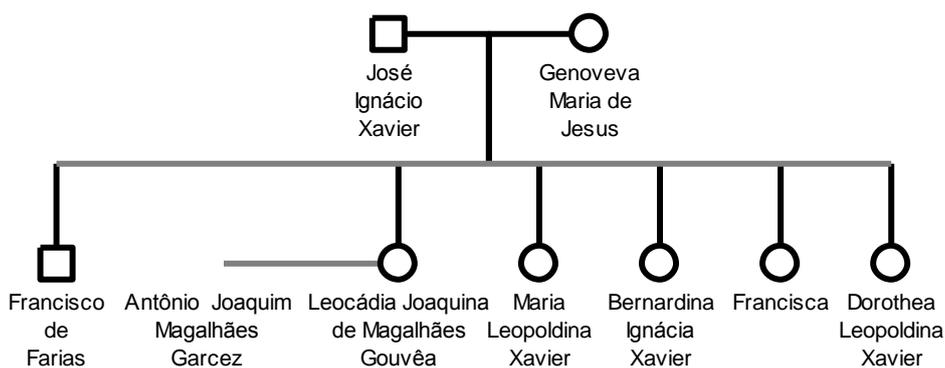
Por fim, temos o nome José Ignácio Xavier, que compôs o núcleo familiar de Francisco e Joana, aqueles de 1856, sendo um dos filhos do casal. Mas também tivemos um José Ignácio Xavier Sobrinho, entre os filhos de Domingos e Cândida, provavelmente bem mais novo, que o José anteriormente citado, já que aparece com 14 anos em 1884, enquanto que o outro José já possuía a maioridade em 1856.

Entre os irmãos de Domingos não foi listado nenhum José no inventário de Serafim e Emiliania, no entanto, um de seus filhos, se chama José com o aditivo ao sobrenome de Sobrinho, a que tio José seria essa homenagem? A um irmão de dona Cândida, ou a um tio mais distante? Infelizmente, não tenho a resposta a esta questão.

Mais um José apareceu nas fontes, esse foi o inventário mais antigo, localizado na então freguesia de São Francisco de Paula, como era conhecida Pelotas naquele momento em que ainda não havia sido promovida a cidade. O inventário de José Ignácio Xavier, conduzido por sua viúva, Genoveva Maria de Jesus, ocorreu no ano de 1826. Sendo esta uma fonte de

difícil leitura pela grafia confusa. Entre os filhos estava Leocádia Joaquina de Magalhães Gouvêa, casada com o senhor Antônio J. de Magalhães Garcez, ambos residindo na cidade do Rio de Janeiro. Além de Leocádia foi possível identificar também Francisco de Farias, de 38 anos, sendo o mais velho dos irmãos ao que tudo indica por ser o primeiro descrito no inventário no qual não faz referência a idade de Leocádia⁹; após Leocádia aparece descrita Maria Leopoldina Xavier, de 30 anos e solteira; seguida de Bernardina Ignácia Xavier, de 27 anos; Francisca é apresentada apenas com o primeiro nome e junto a ele aparece o adjetivo demente, nesse período ela estava com 24 anos; a última filha do casal era Dorothea Leopoldina cuja idade não foi especificada, mencionando somente tratar-se de uma menor.

Gráfico genealógico 4 - Filhos de José e Genoveva, declarados no inventário dele em 1826.



Fonte: Processo de inventário de José Ignácio Xavier – 1826 – APERS.

Bernardina Ignácia Xavier retorna a ser mencionada nas fontes, desta vez, em seu inventário, movido por Serafim José Rodrigues de Araújo, no ano de 1881. Infelizmente, ainda não foi possível acessar o processo, que está disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

A produção de charque traria um enriquecimento para esta região, pois colocou Pelotas como principal produtora e fornecedora do Império luso-brasileiro¹⁰. Em Negros, charqueadas e olarias, Ester Gutierrez destaca a formação da estrutura fundiária do núcleo charqueador pelotense. Eis que através do estudo da autora obtenho outros dados a respeito do núcleo familiar representado no gráfico 4. Gutierrez (2011) menciona Francisco com o sobrenome Xavier e Xavier Faria (diferente do inventário do pai no qual ele foi apontado somente como de Farias), além disso, ela se refere a ele como comendador.

De acordo com Gutierrez (2011), em 1821, Francisco teria comprado terras referentes à charqueada do Pavão. No ano de 1833, ele teria arrendado terras junto à esposa, Gertudes

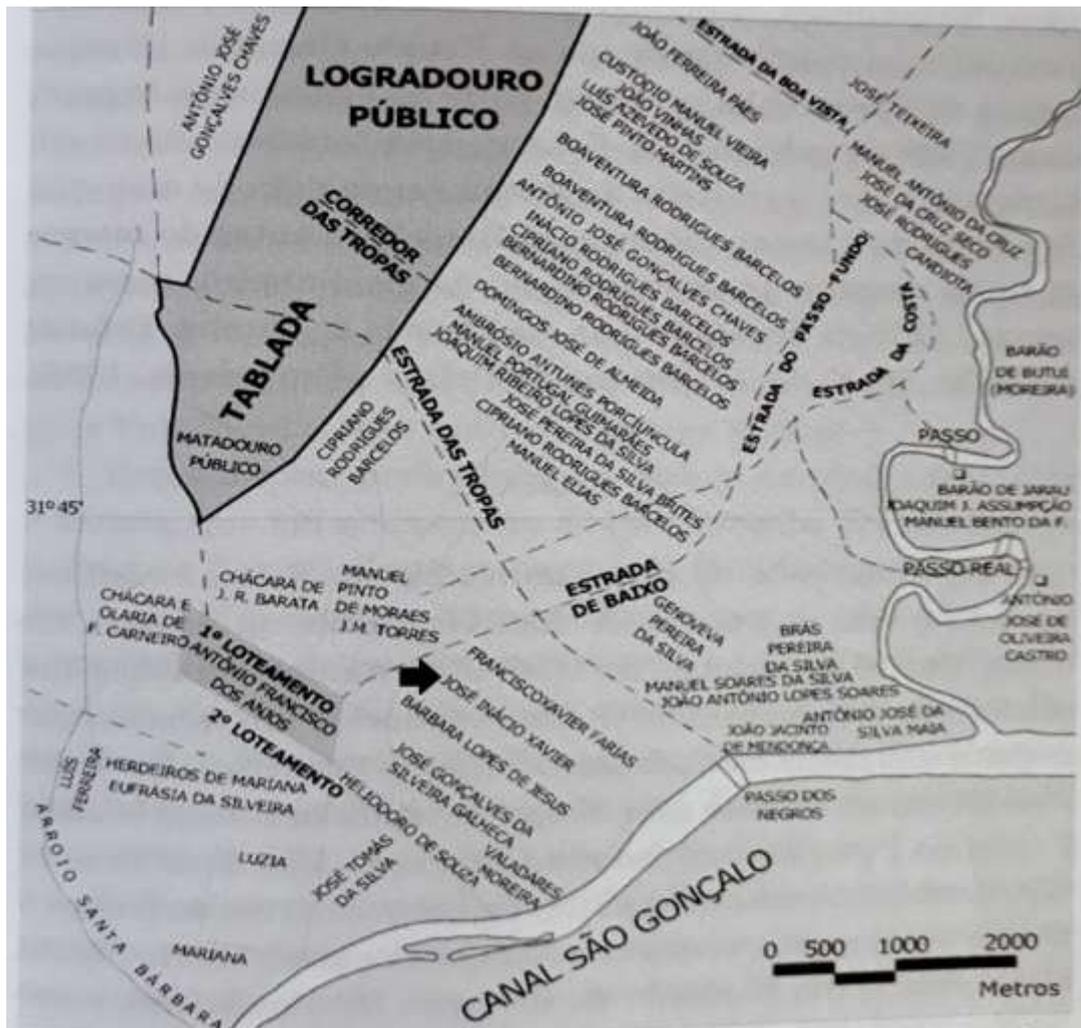
⁹ Estando Francisco com 38 anos e Maria Leopoldina com 30 anos, e tendo Leocádia nascido no intervalo desses dois irmãos é provável que ela tivesse mais de 30 anos.

¹⁰ A fim de saber mais informações sobre essa temática ver: Vargas (2016).

Xavier Faria, a mãe e as irmãs, Maria, Bernardina e Dorothea e, em 1842, vendeu estas terras a Tomás José de Campos.

Gutierrez (2011) trouxe um mapa no qual visualizamos a localização de terras pertencentes ao senhor José Ignácio Xavier, em meio a nomes de afortunados locais em função da atividade charqueadora. Também consta que o filho de José, Francisco, igualmente possuía terras no local, fazendo fronteira com aquelas pertencentes ao pai. Logo, julguei pertinente copiar o mapa, a fim de notar, além da inserção no espaço geográfico, os demais nomes desse período:

Mapa 1 - Terra de José Ignácio Xavier entre as charqueadas e o 1º Loteamento.

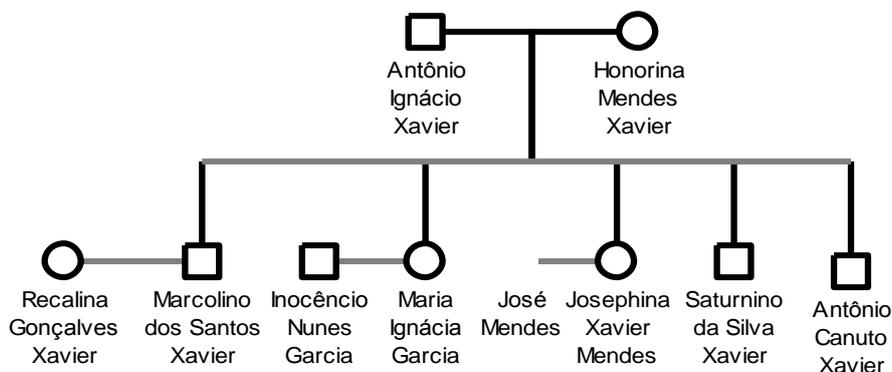


Fonte: GUTIERREZ, 2011, p. 243.

Sendo essa a família mais antiga localizada, me direciono para a família mais recente, trata-se de Antônio Ignácio Xavier, que tem seu inventário aberto em 1910, pela sua viúva Honorina Mendes Xavier. Antônio faleceu no dia 18 de julho de 1909, deixando cinco filhos. Entre eles, estavam: Marcolina dos Santos Xavier, Maria Ignácia Garcia, Josephina Xavier Mendes, Saturnino da Silva Xavier e Antônio Canuto Xavier. Tanto Saturnino quanto Antônio foram tidos por ausentes em lugar incerto. Entre genros e noras estavam: Recalina Gonçalves

Xavier, casada com Marcolino; Inocência Nunes Garcia, casada com Maria e, José Mendes, casado com Josephina. No processo também aparece como herdeiro o neto Pedro Mendes, filho de Josephina e José. Como Antônio deixou testamento, o inventário deu prosseguimento ao que foi estipulado por Antônio ainda em vida. Antônio era filho de Joaquim Francisco Xavier e Rosa Joaquina de Jesus, nenhuma informação a mais foi expressa no documento.

Gráfico genealógico 5 - Filhos de Antônio e Honorina, declarados no inventário dele em 1910.



Fonte: Processo de inventário de Antônio Ignácio Xavier – 1910 – APERS.

No ano de 1947, Antônio foi réu em processo-crime movido por Clementina Emereciana da Silva, no entanto, o desenrolar do evento ainda não foi analisado, constando a fonte também no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Além dos casos mencionados foram encontrados outros Francisco's e outros José's que viviam em cidades próximas a Pelotas, como Rio Grande e São José do Norte e, que possuíam o mesmo sobrenome, no entanto, a diferença geracional nos permite perceber se tratar de outras pessoas.

Ao analisar os inventários meu maior interesse era compreender a relação dos Ignácio Xavier com a escravidão, sabendo que Domingos foi senhor de Eva e que teve um filho com ela. No entanto, não encontrei nenhum trabalhador(a) escravizado(a) no inventário de Cândida, de 1884, esposa de Domingos. O mesmo se deu com o inventário de seu pai, Serafim, de 1879, no qual nenhum escravizado foi apontado. No ano de 1852, quando o inventário de Rosa Joaquina de Jesus foi realizado, seu inventariante foi o filho, Antônio Ignácio Xavier.

O inventário de Dário e de Antônio foram posteriores a assinatura da Lei Áurea, de 1888, que pôs fim à escravidão no Brasil, portanto, já era esperado que nesses não haveriam escravizados.

Por outro lado, no inventário de José Ignácio Xavier, de 1826, foi revelado que a família possuía oito trabalhadores escravizados, entre eles: Luiz, de trinta anos; Pedro Congo, possivelmente africano, de trinta anos; Matheus, de cinquenta anos; Pedro, de cinquenta anos; Manoel, de onze anos; Miguelina, que não consta a idade, apenas o informe de que estava em

poder da herdeira Maria Leopoldina, em sua casa; Catarina, de vinte e cinco anos e, por fim, Domingas, de cinquenta anos.

Assim como o caso anterior, o inventário de Francisco Ignácio Xavier, de 1856, também teve trabalhadores escravizados declarados, dessa vez, Virginia, apresentada como crioula, de doze anos e Idalino, descrito como mulato, com apenas sete anos. Nenhuma informação a mais sobre eles foi expressa.

Considerações finais

Longe de traçar uma trajetória familiar ou de responder todos os questionamentos possíveis que envolviam os Ignácio Xavier, esse estudo buscou apenas tratar da sua presença na cidade de Pelotas, no final do século XIX e início do século XX. Eles que não eram possuidores de grandes fortunas, tinham posses, foram donos de escravizados e, ao se estabelecerem na região, formaram uma vasta família que a partir dali se espalhou por outras cidades da região, como Rio Grande e São José do Norte (caso, por exemplo, de Horácio Ignácio Xavier, filho de Francisco e Joana que se casou em Estreito, com Iguinacia da Silva Xavier).

A principal forma de busca se deu através da “perseguição” de nomes e a partir deles foi possível observar como uma espécie de costumes, entre eles, a preferência em manter alguns nomes na família, tais como Serafim, Francisco e José. Outro ponto interessante é que nenhum homem da família portava o sobrenome de suas mães, somente o dos pais, Ignácio Xavier, enquanto que para as mulheres o mesmo não acontece, algumas delas possuíam o sobrenome da mãe e quando casavam acabavam por suprimi-lo em detrimento do sobrenome de seu pai e do marido, já outras possuíam apenas o Xavier, do pai.

A incidência do nome Francisco me faz pensar na hipótese de que este era um nome muito popular naquele período ou, mesmo, que a escolha desse nome pudesse estar relacionado ao padroeiro da cidade, São Francisco de Paula. Além, certamente, da manutenção de um nome familiar.

Através do processo de Serafim, datado do ano de 1879, ficamos sabendo que uma de suas filhas, Zeferina, residia em Portugal junto de seu esposo Antônio. Tal fato e pelo sobrenome tanto da família de Zeferina, Xavier, como do esposo, Moreira de Souza Meirelles, penso que os laços existentes entre esses brasileiros, de provável descendência portuguesa, e Portugal ainda estivessem muito presentes em suas vidas.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário de Cândida da Fonseca Xavier. Comarca de Pelotas, 1884.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário de Serafim Ignácio Xavier e Emiliana da Fonseca Xavier. Comarca de Pelotas, 1879.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário de Francisco Ignácio Xavier. Comarca de Pelotas, 1856.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário de Dário Ignácio Xavier. Comarca de Pelotas, 1898.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário de José Ignácio Xavier. Comarca de Pelotas, 1826.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário de Antônio Ignácio Xavier. Comarca de Pelotas, 1910.

BRASIL. Lei n. 2040, de 28 de setembro de 1871.

FAMILY SEARCH. Entrada para casamento de Horácio Ignácio Xavier e Iguinacia da Silva Xavier. 03 de agosto de 1889, Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande do Sul, Brasil.

Referências

GUTIERREZ, Ester J. B. Negros, charquedas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense. 3. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. Dos Laços entre José e Innocência: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PINTO, Natália Garcia. Marcas do cativo, marcas da liberdade: experiências de emancipações escravas em Pelotas/RS, século XIX. In: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE, 7., 2015, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: UFPR, 2015. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>>. Acesso em: mar. 2018.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. Topoi, v.5, n.8, p.170-198, 2004.

VARGAS, Jonas M. Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

A ATUAÇÃO DE PAULO BROSSARD NO PLEBISCITO SOBRE A FORMA E O SISTEMA DE GOVERNO (1993)

Roberto Biluczyk¹¹

Em meio ao Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo, realizado em 1993, uma série de fatores se destacaram: desde a chance de divulgação do ideário monarquista até as proeminentes disputas entre políticos defensores das pautas em jogo naquele contexto. Dotado do cargo de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Paulo Brossard, que já havia ganhado relativo destaque junto ao processo de impeachment do Presidente Fernando Collor, em dezembro de 1992, chegou a 1993 incumbido da organização do Plebiscito supracitado. Opinando diretamente sobre o conteúdo das campanhas, gravou programas para o esclarecimento das propostas, sendo questionado quanto a seu papel junto àquela eleição, reacendendo antigas desavenças. Por meio das representações captadas através da cobertura do Jornal do Brasil pretende-se apresentar neste artigo como o veículo de imprensa destacou a postura de Brossard, enfatizando os conflitos que o envolviam.

Palavras-chave: Paulo Brossard. Plebiscito. TSE. Política Brasileira.

Considerações iniciais

Ao longo de sua história, o Brasil enfrentou inúmeras mudanças em sua organização política. Com sua emancipação, em relação a Portugal, em 1822, consolidou-se como um império, situação que viria a mudar a partir de 1889, com a Proclamação da República. Do ponto de vista jurídico, as transformações também foram marcantes. O período republicano, dotado de instabilidades, ganhou seis Constituições em pontuais períodos. A mais recente foi promulgada em outubro de 1988, após a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte, que iniciou suas operações a partir de fevereiro de 1987.

Uma Assembleia Constituinte está incumbida de discutir, avaliar e aprovar leis que vigorarão em uma Constituição. A exposição de ideias se dá em ambiente próprio de representação. Neste caso, por exemplo, o povo teve a oportunidade de escolher seus representantes por meio da eleição realizada em novembro de 1986, onde cada deputado e senador acumularia suas funções parlamentares com a missão referente à elaboração da nova Carta de leis. Os senadores eleitos em 1982, em exercício de seus mandatos de oito anos, também se associariam aos debates afins.

¹¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH-UPF). E-mail: 104666@upf.br

Essa organização foi inicialmente criticada. Diante da preocupação com a qualidade dos trabalhos, tidos como fundamentais ao desenvolvimento do país, pós-ditadura militar, “vários segmentos sociais defendiam a formação de uma Assembleia Constituinte exclusiva, formada por membros eleitos para o fim específico de elaborar a Constituição” (VERSIANI, 2014, p. 220), o que acabou não ocorrendo.

Entre as ideias debatidas na ocasião, muitas ambições pessoais de parlamentares ganharam destaque. Destaca-se, deste modo, a tentativa exitosa de revogação de uma Cláusula Pétrea, que versava sobre a proibição da contestação da república como forma de governo no país, medida que, até então, impedia a divulgação e a reivindicação do ideário monarquista. Esta cláusula estava em vigor desde dezembro de 1889, quando da imposição do decreto 85A, conhecido como “decreto rolha” (NÉMETH-TORRES, 2008).

O principal articulador da revogação da Cláusula Pétrea foi o deputado Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno, que sustentava o argumento de que os monarquistas tinham seus direitos de divulgação e organização tolhidos, estando, portanto, em desigualdade em relação a defensores da república.

Outro movimento ligado a tratativas de mudanças na organização política governamental do país esteve relacionado à discussão sobre a implantação do parlamentarismo no país. Vários políticos apresentaram propostas que visavam a substituição do modelo presidencialista, predominante na República brasileira. Dotados das mais diversas justificativas, citavam exemplos estrangeiros para fundamentar suas práticas. Por outro lado, opositores rememoravam a emergencial e frustrada tentativa de ter um primeiro-ministro como chefe de governo do país, efetuada entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, derrubada por meio de um plebiscito¹², durante o governo do Presidente João Goulart.

Apesar das movimentações, a república presidencialista se consolidou como forma e sistema de governo preferida pela maioria dos legisladores. Assim, de acordo com regimentos internos, o assunto já não poderia mais ser discutido amplamente, a partir de sua aprovação, em março de 1988 (NÉMETH-TORRES, 2008).

Cunha Bueno, vitorioso em sua causa original, trazia consigo um projeto de plebiscito, a fim de versar sobre a escolha da forma de governo, por meio de eleição popular. Sua ideia não encontrou inicialmente a adesão necessária para ser levada adiante. No entanto, perante a derrota dos parlamentaristas naquele contexto, o deputado monarquista consorciou-se com os apoiadores desse sistema de governo alternativo, modificando a proposta inicial, a fim de acrescentar nela a discussão sobre os sistemas de governo (NÉMETH-TORRES, 2008).

¹² Tradicionalmente conhecida como plebiscito, a eleição de 1963 seria, conforme Figueiredo e Figueiredo (1993), um referendo, por ter versado sobre estatuto vigente. Neste trabalho optou-se pela denominação consolidada pela historiografia.

A Constituição de 1988 informa, através do Artigo 2, Título X, das disposições transitórias, que “No dia 7 de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que devem vigorar no País” (BRASIL, 1988). A união de propostas delegou, portanto, ao eleitor, por meio de eleição direta, a decisão final sobre o assunto. A data do pleito foi antecipada, em agosto de 1992, para 21 de abril de 1993, diante de articulação parlamentarista que, desde 1990, visava distanciar o Plebiscito da eleição presidencial de 1994, temendo eventuais interferências às discussões sobre a forma e o sistema de governo (BIZ, 1993, p. 69).

Por meio de lei sancionada em 4 de fevereiro de 1993, o Plebiscito foi regulamentado pelo Presidente da República, Itamar Franco. A partir de então, os representantes das três frentes de ideias – os monarquistas parlamentaristas, os republicanos parlamentaristas e os republicanos presidencialistas – puderam se organizar em torno de uma efetiva campanha (MIGUEL, 1996, p. 3).

Este trabalho utilizará como fonte para captação das representações informativas, o tradicional diário denominado *Jornal do Brasil*¹³. Fundado no Rio de Janeiro, em 1891, por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, de acordo com Ferreira e Montalvão (2010), surgiu em um contexto de contestação à República recém-instalada, oferecendo críticas ao governo, dentro dos limites estabelecidos. Com a chefia de redação a cargo de Nabuco, os ideais monarquistas encontravam cada vez mais espaço, em contraponto aos republicanos, despertando descontentamentos populares e desafiando a legislação. No contexto do Plebiscito de 1993, o *Jornal do Brasil* dotava-se de grande prestígio junto a seus pares, justificando-o como fonte escolhida para este trabalho.

O emprego de novas fontes como objeto de estudo da vivência humana fez com que surgissem novas oportunidades de pesquisa ao historiador, considerando igualmente fatores peculiares ao emprego das fontes, como a questão da imparcialidade (ou parcialidade) em veículos jornalísticos. A utilização de veículos de imprensa para fins de pesquisa histórica é relativamente recente, consolidada pelas transformações proporcionadas pelo Movimento dos Annales e pela renovação cultural do Marxismo (DE LUCA, 2008, p. 111).

¹³ Em 1893, enfrenta a primeira de muitas mudanças de proprietário, sendo Rui Barbosa o novo responsável. Adota com isso postura de combate à ditadura do Presidente Floriano Peixoto por meio da valorização da Constituição (FERREIRA; MONTALVÃO, 2010). O jornal atravessaria diferentes fases em sua existência, com inúmeros e variados interesses, consolidando-se definitivamente no mercado a partir da atuação do editor Alberto Dines, de 1961 a 1973. Assim, tornou-se referência em opinião política no cenário da imprensa nacional. Em 2010, deixou de ser publicado em sua versão impressa, tornando-se online, retornando às bancas a partir de 2018. Caracterizado como veículo jornalístico, apresenta nuances próprias características desse tipo de fonte, tais como a parcialidade e as preferências políticas. Encontra-se disponível para pesquisa junto à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, por onde foram obtidas as informações em destaque a seguir.

Diante dos desdobramentos relativos ao Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo em 1993, o ministro do Superior Tribunal Federal, Paulo Brossard, estava a cargo do Tribunal Superior Eleitoral, ocupando, portanto, protagonismo junto à organização do pleito.

A atuação de Brossard não se limitou, entretanto, à sua função de magistrado. Por meio de críticas públicas ao desempenho das frentes durante o Plebiscito de 1993, de acordo com as representações observadas pela imprensa na época, tornou-se um sujeito ativo em meio ao processo eleitoral, protagonizando conflitos com lideranças políticas de então. Dessa forma, o seguinte trabalho visa apresentar os desdobramentos das atitudes de Paulo Brossard em meio a esse contexto.

O ministro Paulo Brossard

O sul-rio-grandense Paulo Brossard de Sousa Pinto nasceu na cidade de Bagé, em 1924. Enquanto cursava Direito, em Porto Alegre, filiou-se ao Partido Libertador, em 1945. Dois anos mais tarde, concorreu ao cargo de deputado estadual, não conseguindo se eleger. Tentaria outras duas vezes, nas eleições seguintes, conquistando a vitória, em 1954 (SOUSA, 2010).

Opositor do trabalhismo, posicionou-se ideologicamente contra os destacados políticos Leonel Brizola e João Goulart. Mais tarde, em 1961, apoiaria a posse de Jango mediante a aprovação do parlamentarismo, bandeira histórica de seu partido (LEAL, 2010). Conciliou a carreira política com o exercício da docência em instituições de ensino superior (SOUSA, 2010).

Apoiou em um primeiro momento o golpe que instalou a ditadura militar em 1964. Posteriormente, após o desenlace de desdobramentos locais, os quais impediriam a eleição do candidato Rui Cirne Lima ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, após cassação em massa de parlamentares ligados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ingressa na oposição ao regime militar. Tornou-se deputado federal em 1966, consolidando-se em sua atuação junto à política nacional.

Derrotado nas eleições para o Senado em 1970, elegeu-se para o cargo em 1974, defendendo “a reforma constitucional, a abolição do AI-5 e a redemocratização do país” (SOUSA, 2010). Com o fim do bipartidarismo, ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), participando do governo de José Sarney como ministro, sendo indicado pelo mandatário ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, em 1989.

Em junho de 1992 assumiu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, atuando em dois importantes momentos da história política nacional: o impeachment de Fernando Collor de Mello e o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo. Uma de suas obras, Impeachment, publicada em 1964, foi reeditada na primeira ocasião. Conforme Sousa (2010):

Na obra, ele [Brossard] se mostrava descrente quanto à possibilidade de afastamento de um presidente da República, até porque o processo, por sua

morosidade, parecia-lhe extremamente custoso ao país. Temendo os conflitos que o processo de impeachment poderia ocasionar entre os poderes Legislativo e Executivo, sustentava que a melhor alternativa seria a adoção do parlamentarismo, no qual as crises políticas envolvendo o chefe de governo poderiam ser facilmente resolvidas com a votação de uma moção de desconfiança pelo Congresso.

Próximo à consolidação da deposição do presidente Collor, reviu algumas de suas disposições. Entretanto, seguiu em defesa do parlamentarismo como melhor opção à solução dos conflitos apresentados. Aposentou-se do STF em 1994, retirando-se de volta para sua cidade natal, Bagé. Faleceu em 2015, aos 90 anos, em Porto Alegre (SOUSA, 2010).

Brossard e o Plebiscito no Jornal do Brasil

Em meio a um panorama marcado pelas primeiras definições relativas à efetivação do Plebiscito, a figura de Paulo Brossard surge com destaque nas páginas do noticioso pela primeira vez no dia 18 de fevereiro (JORNAL DO BRASIL, 1993a, p. 2). Após a regulamentação do expediente eleitoral duas semanas antes pelo Presidente Itamar Franco, era a vez de o Tribunal Superior Eleitoral apresentar suas regras para a disputa ideológica.

Informa-se por meio da notícia que o voto entre as formas e os sistemas seria computado de maneira independente. Ou seja, que haveria opção de escolha, de um lado da cédula versando sobre a monarquia e a república e de outro lado sobre o parlamentarismo e o presidencialismo. Naquela noite, um sorteio definiria a ordem dos fatores (JORNAL DO BRASIL, 1993a, p. 2).

De acordo com o ministro Brossard, em virtude das disposições das informações, a escolha da monarquia aliada ao presidencialismo não era impossível, nem anularia o voto de quem escolhesse as alternativas. O modelo de cédula inicialmente idealizado contemplava apenas as três opções viáveis. No entanto, o Congresso delegou ao Tribunal a aprovação de um novo padrão.

A possibilidade de implantação de uma monarquia absolutista era real e preocupava os parlamentaristas, que rejeitaram a nova apresentação das informações. A admissão por Brossard da validade dos votos da monarquia somados aos do presidencialismo não era aceita pelos proponentes do parlamentarismo, que se queixavam igualmente do voto em diagonal: para votar na república parlamentarista era necessário assinalar a opção 2 à esquerda da cédula e a opção 1 à direita. Tal questão foi definida em sorteio, na forma vista anteriormente. **“O ministro Paulo Brossard alega que colocou primeiro as opções sobre a forma de governo, deixando os sistemas (parlamentarismo e presidencialismo) para a segunda metade da cédula porque é nesta ordem que o texto constitucional se refere ao Plebiscito” (SAMARCO, 1993, p. 2).**

Enquanto os parlamentaristas reclamavam dos detalhes implícitos, os presidencialistas observavam outros pontos para reivindicação. Segundo matéria de 25 de

fevereiro de 1993, Leonel Brizola, então governador do Rio de Janeiro, defensor do presidencialismo, questionava a isenção do TSE no processo eleitoral, enfatizando em Brossard a característica de “parlamentarista apaixonado”, que o desabilitaria a coordenar os trabalhos (JORNAL DO BRASIL, 1993b, p. 2).

A compreensão de Brizola sobre a incompatibilidade de Brossard em manter sua bandeira histórica ligada ao parlamentarismo e, ao mesmo tempo, promover a organização jurídica do desenvolvimento plebiscitário programado pela Constituição tornou-o alvo de críticas, ganhando protagonismo em meio às desavenças entre as frentes (JORNAL DO BRASIL, 1993b, p. 2).

De acordo com a reportagem, o presidente do TSE não teria gostado da apresentação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) junto às inserções de programação, anteriores à veiculação do Horário Eleitoral Gratuito, onde o parlamentarismo teria sido classificado como um golpe¹⁴ (JORNAL DO BRASIL, 1993b, p. 2).

Conforme citado anteriormente, Brizola e Brossard eram adversários políticos de longa data. Assim, o Governador do Rio de Janeiro retoma episódios da vida política de Brossard, ao salientar sua preferência pelo sistema de governo quando de sua instalação em 1961, ao que classificou como golpe “que implantou de forma arbitrária e oportunista o parlamentarismo” (JORNAL DO BRASIL, 1993b, p. 2). O pedetista ainda apresenta a ideia de que o ministro deveria se declarar impedido de presidir os trabalhos, honrando à Justiça Eleitoral e a ele próprio, por suas declarações não seguirem a “tradição de reserva e prudência” característica de juízes de altos tribunais (JORNAL DO BRASIL, 1993b, p. 2).

Vivaldo Barbosa, presidente regional do PDT no Rio de Janeiro, admitiu junto à reportagem o não cumprimento da campanha do partido à questão do esclarecimento, prometendo mudanças a partir do início do horário político, na semana seguinte. No entanto, não acolheria “qualquer tipo de censura” quanto ao pensamento da frente sobre o teor golpista conferido ao parlamentarismo, referindo-se à apreciação pública do ministro (JORNAL DO BRASIL, 1993b, p. 2).

Brossard, entrevistado durante veraneio na praia de Torres (RS), conforme quadro apresentado junto à reportagem maior, voltou a se manifestar sobre a campanha, enfatizando a expressão utilizada pelos correligionários de Brizola, ressaltando que “se for preciso, o TSE vai usar rádio e televisão ‘para orientar e esclarecer os eleitores sobre a forma e o sistema de governo’” (JORNAL DO BRASIL, 1993b, p. 2). Foi a primeira menção à intervenção que viria dias mais tarde, a qual será pormenorizada a seguir. Brizola continuaria censurando as colocações

¹⁴ Cabe salientar que, no referido processo, a corrente presidencialista se encaminhava em duas apresentações: uma comandada pela Frente Presidencialista, agrupando políticos de diversas agremiações, e outra exclusiva do PDT, geralmente apresentado por Brizola. A expressão destacada se refere à inserção da campanha do PDT.

do ministro, salientando em coluna “mandada publicar pelo PDT”, a “situação conflitante e insólita” do Brossard naquele panorama (BRIZOLA, 1993, p. 8).

Em 4 de março de 1993, o Jornal do Brasil informava que o TSE interviria na campanha, a fim de “esclarecer os eleitores sobre as formas e os sistemas de governo”, através de “quatro palestras didáticas” possivelmente proferidas por Brossard (JORNAL DO BRASIL, 1993c, p. 4). A requisição dos horários em rádio e televisão tinha base legal, amparada pela mesma lei que concedia o direito às frentes, salienta a publicação. O TSE, no entanto, ainda não tinha plena definição sobre o formato a ser utilizado nas inserções (JORNAL DO BRASIL, 1993c, p. 4).

Mostrando-se novamente insatisfeito com a campanha presidencialista, o ministro convocou reunião com a frente, a fim de esclarecer o uso de frases que dariam a entender que o Congresso Nacional era o grande culpado pelas crises cíclicas do país. De acordo com Brossard, aquele não era o objetivo da campanha. (JORNAL DO BRASIL, 1993c, p. 4). O excesso de artistas no vídeo, aliado às críticas às instituições, incomodavam o ministro, que ainda teria sugerido a união dos programas da frente, fato endossado pelo senador Marco Maciel e negado por Vivaldo Barbosa ao periódico. Os parlamentaristas e os monarquistas também se reuniram com o magistrado para tratar assuntos semelhantes (JORNAL DO BRASIL, 1993c, p. 4).

O jornalista Carlos Castello Branco, em sua coluna de 10 de março de 1993, diante do início naquela noite da veiculação dos programas apresentados por Brossard, classifica como fruto de um “entendimento muito elástico” a intervenção, embora explicitamente entenda a impaciência e rejeição ao comportamento das frentes, evidenciado pelo magistrado (CASTELLO BRANCO, 1993, p. 2).

Apesar de reforçar o histórico de Brossard ligado ao parlamentarismo, o jornalista habilita o ministro como homem público dotado de “probidade intelectual” e “valores éticos”. reforçando ainda que “os ouvintes e telespectadores verificarão pelas exposições de Brossard quantos erros e quanta desinformação lhes estão sendo vendidos” (CASTELLO BRANCO, 1993a, p. 2).

Segundo a reportagem de Luiz Orlando Carneiro na mesma edição, as inserções começaram a ser gravadas na noite anterior, reforçando em seu conteúdo o esclarecimento sobre as “‘opções falsas’ que vem sendo apresentadas pela publicidade” (CARNEIRO, 1993a, p. 7). No primeiro programa, o ministro falaria sobre as formas de governo – monarquia e república – dando sequência nas demais noites ao parlamentarismo e ao presidencialismo, respectivamente. Ao todo, iriam ao ar três inserções, e não quatro como aventado preliminarmente (CARNEIRO, 1993a, p. 7).

Diante da emergente exibição do conteúdo produzido pelo TSE, a Frente Presidencialista aguardava a exposição para emitir um parecer definitivo sobre o fato, embora o PDT já articulasse uma manifestação de toda a frente contrária ao espaço apresentado por

Brossard. Enquanto o coordenador-executivo dos presidencialistas, o deputado Prisco Viana (PDS-BA) acreditava que o ministro seria correto em suas colocações, Vivaldo Barbosa mostrava-se “profundamente incomodado” com a decisão. “Outro pedetista, o deputado Wilson Muller (RS) acha que ‘descer à dimensão política da campanha não é função de um magistrado” (CARNEIRO, 1993a, p. 7). Naquele 10 de março, o PDT voltaria a exibir seu programa independente, após uma tentativa de união da frente, criticada por Barbosa, em virtude das omissões e distorções apresentadas na edição. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), dias antes, classificou como um absurdo a requisição de horário (JORNAL DO BRASIL, 1993d, p. 6).

Previstos para iniciarem no dia 10, os pronunciamentos de Brossard foram adiados para o dia 11 de março. A razão seria um acordo entre o TSE, a ABERT¹⁵ e a Rede Globo, motivado pela exibição da partida de futebol entre Flamengo e Internacional, válida pela Taça Libertadores da América. “O público e o patrocinadores estão mesmo mais ligados no futebol do que no plebiscito”, conclui o jornalista Luiz Orlando Carneiro (1993b, p. 4). Brossard, segundo o registro, não descartava gravar um quarto programa, a fim de resumir os demais. O ministro mais uma vez reforçava seu intuito: ajudar a tirar da campanha “o caráter passional que lhe tem sido dado” (CARNEIRO, 1993b, p. 4).

Figura 1 - Paulo Brossard na gravação de sua intervenção no Horário Eleitoral Gratuito de 1993.



Fonte: Orlando Brito para a revista Veja (1993, p. 37).

Em 13 de março de 1993, Leonel Brizola mais uma vez ficaria em evidência ao criticar a postura de Brossard nos programas, salientando o papel “doutrinador” do ministro, ao querer “substituir os partidos” e assumir “o papel de censor”, personificando “um parlamentarista de barba branca”. Brizola e o PDT estudavam, segundo o jornal, medidas legais contra o ministro, alegando suspeição em sua conduta (JORNAL DO BRASIL, 1993e, p. 6), argumento que seria

¹⁵ Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

reforçado em espaço pago pelo PDT na edição seguinte. A atitude do partido contra o ministro também seria desacreditada em nota publicada em 17 de março.

O colunista Zózimo Barrozo do Amaral, do Jornal do Brasil, em 15 de março, desacredita o efeito dos programas apresentados por Brossard, ao afirmar que o ministro “consegue dar um nó na cabeça do eleitor, que sai da sala, pega no sono ou desliga o aparelho de TV sem compreender absolutamente nada”, devido à falta de linearidade e objetividade (AMARAL, 1993a, p. 3B).

Em 17 de março, reportagem do Jornal do Brasil avalia que Brossard não passou no teste de televisão, apresentando-se como “um mau garoto-propaganda” (JORNAL DO BRASIL, 1993f, p. 4). Para chegar a essa conclusão, o jornal apresenta argumentos oriundos de publicitários, que opinam que um professor deveria ter sido contratado para a função, visto que “Brossard é muito seco, não é nada claro e usa uma linguagem meio complicada, embora dando a impressão de que pretende ser didático” (JORNAL DO BRASIL, 1993f, p. 4).

Os publicitários ouvidos pelo Jornal do Brasil, por sua vez, criticam a falta de recursos gráficos, como quadrinhos e desenhos, para expor as diferenças. Elogiado por um deles, a contraponto dos demais, ainda assim ressalta-se a impressão de que o ministro pendia ao parlamentarismo (JORNAL DO BRASIL, 1993f, p. 4).

Entre outras publicações que enfatizam visão negativa sobre a participação de Brossard no espaço televisivo estão a coluna de opinião de Ruy Castro, que descreve como principal efeito das inserções o atraso no horário do futebol, deixando “a plateia na mesma”, ao não elucidar as informações e sendo “acusado de parcial até pelos imparciais” (CASTRO, 1993, p. 11). Um leitor na seção de Opinião do Leitor lamenta que o eleitor do Plebiscito tenha “enchido o álbum da confusão” com as “verdades de Brossard” (JORNAL DO BRASIL, 1993g, p. 9).

Em meio a análises de pedidos de respostas das frentes em relação a propostas “pouco razoáveis” ao seu ver, Brossard volta à tona no dia 19 de março, ao, juntamente com o Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, elogiar a melhora do conteúdo dos programas. Ainda assim, reafirma que, “se houver necessidade”, ele poderia requisitar mais espaço junto ao Horário Eleitoral Gratuito, o que acabou não acontecendo na forma como apresentada na semana anterior (JORNAL DO BRASIL, 1993h, p. 4).

Zózimo Barrozo do Amaral apresenta em 27 de março, a informação da recondução de Paulo Brossard à presidência do TSE, algo de praxe, mas considerado como um “troco às críticas” que o ministro vinha recebendo, sobretudo de Leonel Brizola, informação reforçada no dia seguinte, em nota informativa (AMARAL, 1993b, p. 3B).

A permanência das críticas em relação à cédula faria com que Brossard gravasse novos pronunciamentos, em menor duração, a fim de esclarecer que a monarquia presidencialista, embora fosse possível de ser escolhida, não era uma opção, apesar de o próprio coordenador

ter inicialmente aventado a possibilidade de a alternativa gerar um resultado admissível (JORNAL DO BRASIL, 1993i, p. 5).

A 16 de abril, cinco dias antes do Plebiscito, Brossard já considerava a campanha irrecuperável, não alcançando seus objetivos, perdendo-se uma “bela ocasião” para elucidações, posição endossada pelo jornalista Luiz Orlando Carneiro, no dia seguinte, ao afirmar que a campanha não esclareceu o eleitor (CARNEIRO, 1993c, p. 5). Com um final melancólico, na visão do jornalista, ao deixar um saldo de informações enganosas e omissão de debates, permitiu aos políticos a antecipação da campanha para as eleições de 1994 para a sucessão de Itamar Franco.

Por fim, o jornalista define como “toque bizarro na insípida campanha do Plebiscito”, as apresentações de Paulo Brossard em rádio e TV (CARNEIRO, 1993c, p. 5). Ressaltando o chapéu em cima da mesa que servia de cenário ao ministro em seus programas, tema de várias observações ao longo das edições, descreve como se deu a tentativa do magistrado.

Disposto a explicar, o ministro teceu críticas às frentes, reforçando a polêmica com o PDT, já relatada neste trabalho. Preocupado com injúrias, disposto a defender a instituição parlamentar, Brossard usou de linguagem excessivamente técnica: “Dicotomia do Poder Executivo”, “poder unipessoal e plural” e “temporaneidade dos mandatos” são termos explicitados pelo jornalista ao se referir à fala do ministro, que, segundo ele, contou com baixos índices de audiência (CARNEIRO, 1993c, p. 5).

Considerações finais

De um saldo de sessenta dias de campanha, Paulo Brossard avaliou, conforme matéria publicada em 23 de abril de 1993, que a publicidade foi a grande culpada pela abstenção na votação do Plebiscito. “Era preciso que tivesse havido explicação didática por parte das frentes”, ressaltou o ministro.

Em um panorama caracterizado por inverdades e confusões, o eleitor brasileiro foi apresentado a uma campanha com pouco embasamento, fundamentada na disputa de poder entre os pares que atuaram nela. Em sua tentativa de elucidação, o ministro Paulo Brossard reacendeu velhas contendas, ao se reencontrar com o opositor Leonel Brizola.

Mesmo dedicando aos temas em voga poucos minutos em três noites, a atuação televisiva de Brossard se mostrou polêmica, criticada dentro do habitual papel de magistrado – imparcial e dotado de ações mais organizacionais que opinativas. Seus apontamentos disciplinadores também causaram controvérsia no contexto.

Ainda assim, o conteúdo dos programas, previsto para desmistificar o que vinha se apresentando pelas frentes, tidas como promotoras de confusão frente a um público desinformado, tornou-se pouco convidativo, dado o grau de erudição inerente ao outrora político. Dessa maneira, a tentativa do ministro em elucidar o eleitor mostrou-se ineficaz.

Por meio da imprensa pode-se conhecer os desdobramentos da atuação do ministro e suas consequências ao longo do processo eleitoral. Apesar dos interesses que regem o jornalismo, o periódico analisado mostra-se como uma boa fonte para averiguação das impressões sobre os acontecimentos retratados e seus pormenores, os quais, muito provavelmente, ficariam de fora do interesse de documentos tradicionais.

Referências

ALVES, Rosental Calmon. Plebiscito é o símbolo da Constituição de 1988. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 2, 21 abr. 1993.

AMARAL, Zózimo Barrozo do. Pilha gasta. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 341, p. 3, 15 mar. 1993a.

AMARAL, Zózimo Barrozo do. Troco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 353, p. 3, 27 mar. 1993b.

BIZ, Osvaldo. A Experiência Parlamentarista na República (1961-1963). In: PETERSEN, Áurea; BIZ, Osvaldo. *República, Monarquia, Parlamentarismo e Presidencialismo: Subsídios para Debate*. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Emenda Constitucional nº 2, de 25 de agosto de 1992. Dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc02.htm>. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. Lei 8.624, de 4 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo e regulamenta o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela Emenda Constitucional nº 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8624.htm>. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRIZOLA critica Brossard. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 339, p. 3, 13 mar. 1993e.

BRIZOLA questiona isenção do TSE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 323, p. 2, 25 fev. 1993b.

BRIZOLA, Leonel. Casuísmo das Elites. In: RIBEIRO, Darcy (Org.). *Formas e Sistemas de Governo: República X Monarquia. Presidencialismo X Parlamentarismo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

BRIZOLA, Leonel. Divisor de Águas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 340, p. 8, 14 mar. 1993.

BRIZOLA, Leonel. Seis verdades cortantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 333, p. 8, 07 mar. 1993.

BROSSARD admite falha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5, 22 abr. 1993.

BROSSARD culpa publicidade pela abstenção. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 4. 23 abr. 1993.

BROSSARD é reeleito para presidir TSE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 354, p. 10, 28 mar. 1993.

BROSSARD já elogia propaganda. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 345, p. 4, 19 mar. 1993h.

BROSSARD vai voltar à TV para ensinar como votar no dia 21. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 358, p. 4, 01 abr. 1993i.

BROSSARD, um mau garoto-propaganda. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 343, p. 4, 17 mar. 1993.

CARNEIRO, Luiz Orlando. Brossard começa hoje a explicar plebiscito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 336, p. 7, 10 mar. 1993a.

CARNEIRO, Luiz Orlando. Flamengo X TSE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 337, p. 4, 11 mar. 1993b.

CARNEIRO, Luiz Orlando. Mentiras e oportunismo na propaganda pela TV. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 5, 17 abr. 1993c.

CARNEIRO, Luiz Orlando. TSE define cédula. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 311, p. 4, 13 fev. 1993.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. "Vote no Rei": o plebiscito brasileiro de 1993. In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/vote-no-rei-o-plebiscito-de-1993/>>. Acesso em: 31 de jan. 2019.

CASTELLO BRANCO, Carlos. Brossard tenta fazer o que as 'frentes' não fizeram. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 336, p. 2, 10 mar. 1993.

CASTRO, Ruy. A falsa boa ideia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 345, p. 11. 19 mar. 1993.

DE LUCA, Tânia Regina. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

DEPUTADO quer extinguir TSE. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 335, p. 6, 09 mar. 1993.

FALSIDADES no Vídeo. *Veja*, São Paulo, n. 1279, p. 36-37, 17 mar. 1993.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de, et. al. (Coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

FICO, Carlos. História do Brasil Contemporâneo: da Morte de Vargas aos Dias Atuais. São Paulo: Contexto, 2016.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; FIGUEIREDO, Marcus. O plebiscito e as formas de governo. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FIGUEIREDO, Marcus. Plebiscito no mundo: mudança de regime político. Opinião Pública. Campinas, v. 1, n. 0, p. 10-12, 1993.

LEAL, Carlos Eduardo. Partido Libertador (PL-1945-1965). In: ABREU, Alzira Alves de, et. al. (Coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

MARTINS, Franklin. Maciel convoca todos ao plebiscito. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 011, p. 3, 19 abr. 1993.

MARTINS, Franklin. Presidencialismo vence guerra da TV. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 324, p. 2, 26 fev. 1993.

MIGUEL, Luís Felipe. Sentidos do Passado: nação, tradição e história na campanha eletrônica para o plebiscito de 21 de abril de 1993. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 10., 1996, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 1996.

NÉMETH-TORRES, Geovani. A Odisseia Monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. Veredas da História. ano 1, n. 1, 1 abr. 2008.

OPORTUNIDADE perdida. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 008, p. 8, 16 abr. 1993.

PDT quer Brossard fora. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 342, p. 5, 16 mar. 1993f.

PLEBISCITO. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 346, p. 9, 20 mar. 1993g.

PRESIDENCIALISTAS levam um 'pito'. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 332, p. 4, 06 mar. 1993.

RIBEIRO, Darcy. O Golpe Plebiscitário. In: _____ (Org.). Formas e Sistemas de Governo: República X Monarquia. Presidencialismo X Parlamentarismo. Petrópolis: Vozes, 1993.

SAMARCO, Christiane. Parlamentaristas rejeitam a cédula. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, n. 318, p. 2, 20 fev. 1993.

SOUSA, Luís Otávio de. Paulo Brossard de Sousa Pinto. In: ABREU, Alzira Alves de, et. al. (Coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

STF confirma plebiscito no dia 21 de abril. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 007, p. 4, 15 abr. 1993.

STF nega liminar que iria adiar o plebiscito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 331, p. 5, 05 mar. 1993.

TSE define as regras do plebiscito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 316, p. 2, 18 fev. 1993a.

TSE manterá plantão para censurar frentes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 345, p. 4, 19 mar. 1993.

TSE vai à televisão para explicar plebiscito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 332, p. 4, 06 mar. 1993c.

VERSIANI, Maria Helena. A sociedade brasileira vive a democracia (1985-1987). In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

A CONTRIBUIÇÃO DOS JORNAIS, DOS RELATOS DE VIAGENS E DAS PEÇAS DE TEATRO PARA UMA MEMÓRIA LINGUÍSTICA E SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX

Paulo Ricardo Silveira Borges¹⁶

Neste trabalho apresentamos resultados da análise linguística e social do projeto de pesquisa interinstitucional "Memória linguística e social do Rio Grande do Sul do século XIX". Serão abordados diferentes aspectos relacionados à constituição e à formação sócio-histórica e linguística de comunidades gaúchas, com o objetivo de recuperar informações específicas do século XIX encontradas em jornais, relatos de viagens e textos de teatro. Busca-se, com os resultados da pesquisa, compreender melhor as motivações e como ocorreram os processos sociais de variação e mudança linguística que representam um continuum sócio-histórico característico dos diferentes dialetos gaúchos. O trabalho resgata uma memória social e linguística representativa do RS do século XIX, trazendo referências bibliográficas importantes das áreas de sociolinguística histórica e história social do Rio Grande do Sul, além de recuperar importantes contribuições culturais, sociais e linguísticas encontradas em peças de teatro, jornais e relatos de viagens.

Palavras-chave: Século XIX. Rio Grande do Sul. História Social e Linguística. Jornais. Relatos de Viagem. Peças de Teatro.

Introdução

A constituição social do Rio Grande do Sul¹⁷, a partir do século XIX, possibilitou o surgimento dos agrupamentos familiares em cidades dando origem aos aglomerados populacionais mais desenvolvidos e diversificados. Com isso, ampliam-se também as disposições arquitetônicas das cidades, os aparatos governamentais e administrativos, as autonomias religiosas das freguesias e as construções das igrejas paroquiais, como também configuram-se o discurso oficial das autoridades constituídas, as divisões de propriedades, o estabelecimento de uma economia gaúcha e a constituição das primeiras escolas. Esses fatores foram determinantes para a constituição histórico-social e cultural do RS.

Conforme Magalhães (1993, p. 298), "o desenvolvimento econômico [do RS no séc. XIX] produziu o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento social e cultural". E foi justamente isso que desencadeou as manifestações socioculturais, dando impulso ao surgimento e ao fortalecimento de revelações individuais e coletivas associadas às festas, ao teatro, à música, às artes plásticas, à educação, à imprensa e à literatura.

¹⁶ Professor Associado do Centro de Letras e Comunicação da UFPel, desenvolve projetos nas áreas de sociolinguística histórica, estudos linguísticos e sociais e fontes sociolinguísticas do Rio Grande do Sul. Contato: paulorsborges@gmail.com

¹⁷ Doravante, o nome Rio Grande do Sul será expresso pela sigla "RS".

Outra peculiaridade da formação sócio histórica do RS, segundo Torres (2000, p. 47), diz respeito ao fato de grande parte de suas cidades terem sido fundadas e desenvolvidas em função das confluências com o processo histórico platino, pela influência missioneira e indígena e pelas interações decorrentes das experiências históricas do colonialismo português e espanhol. Portanto, distante de uma visão de Estado homogêneo e do desejo de uma sociedade espelhada na ordem colonial.

Os rastros históricos da diversidade social, cultural e linguística já podiam ser identificados tanto nas novas comunidades como naqueles 'gaúchos históricos', representantes de identidades culturais multifacetadas. Soma-se a isso, a participação efetiva de outros grupos sociais e étnicos, com a constituição de novas comunidades a partir das imigrações alemã e italiana. Em função desses fatores, diferentes vozes identitárias passam a representar múltiplos interesses, sendo possível verificar esse fato em distintos documentos, públicos e privados, importantíssimos para os entendimentos de como se constituiu a sociedade gaúcha e quais os reflexos da sua formação histórico-social e cultural. Nesse aspecto, Guilhermino Cesar (1998) ressalta a importância da documentação dos primeiros cronistas do RS como excelente campo de estudos, haja vista que podemos encontrar diferentes características regionais gaúchas atreladas a fatores culturais e sociolinguísticos.

Preferimos os relatos, cartas e informações, de viajantes, missionários, titulares de cargos administrativos, soldados, aventureiros - sempre que esclareçam coisa de fundamental com respeito à formação histórica da comunidade gaúcha. E nessa preferência incluímos também aqueles informantes capazes de sugerir aos curiosos de hoje nova ordem de indagações, tendentes a completar o que se omitiu ou chegou até nós incompleto ou desfigurado. (GUILHERMINO CÉSAR, 1998, p. 9-10)

E foi justamente o manuseio dessa rica documentação e a análise apurada dos aspectos culturais e sociolinguísticos presentes nesses textos que possibilitaram aos pesquisadores vislumbrar as múltiplas relações entre sociedade, cultura e língua. Mais do que isso, perceber e entender a diversidade cultural fruto das diferentes realidades sociais, sejam étnicas, geográficas, linguísticas, econômicas, fronteiriças, urbanas, rurais e identitárias, bem como os marcos estruturais próprios às diferentes comunidades que serviram para basilar a constituição sócio-histórica do RS.

Para investigar a "história social e linguística do RS no século XIX" nos valem de diferentes tipos de fontes históricas e sociolinguísticas, que servem como fio condutor para a representatividade da análise aqui proposta, e que compreendem um leque grande de realidades sócio-históricas aparentemente distintas, mas que dialogam e estão inter-relacionadas em muitos aspectos. Apresentamos aqui reflexões sobre alguns aspectos que julgamos importantes e que merecem ser destacados: dados sobre mobilidades populacionais, urbanas e rurais; importância dos jornais do século XIX; diferentes relatos de viagens ao RS do século XIX; a literatura do século XIX, em especial as peças de teatro; a variação linguística em fontes diretas do século XIX.

A constituição sócio-histórica das comunidades de fala do RS

O desenvolvimento das áreas urbanas no Brasil mostra que a partir da segunda metade do século XX há um forte processo de urbanização fruto do período desenvolvimentista e do deslocamento populacional das zonas rurais para as zonas urbanas. Dados extraídos do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o processo de mobilidade populacional em direção às zonas urbanas intensificou-se a partir da década de 1960 estabelecendo uma nova configuração geográfico-populacional. Tanto o Brasil como o RS passam de uma realidade caracteristicamente rural para uma realidade urbana a partir da qual se configuraram novas realidades sociais, econômicas, culturais e linguísticas. Bortoni-Ricardo (2009), ao referir-se aos estudos sociolinguísticos de migração e redes sociais no Brasil, documenta as transformações dialetais ocorridas em função dessa rápida urbanização ocorrida no país. A autora faz referência a uma nova variedade linguística, a qual denominou de "rurbana", constituída "pelos migrantes de origem rural que preservam muito de seus antecedentes culturais, principalmente no seu repertório linguístico" (BORTONI-RICARDO, 2009, p. 53).

Ao propormos um estudo para o melhor entendimento da "histórica linguística e social do Rio Grande do Sul do século XIX" estamos tratando da dinâmica histórico-social das variedades linguísticas, dos processos de mudança e das múltiplas relações entre língua e sociedade. Alguns dados históricos mostram claramente a importância do século XIX para o continuum sócio-dialetal gaúcho e para as novas relações linguísticas advindas dos processos de imigração.

Estima-se que no RS, por volta de 1860, havia em torno de oitenta mil negros que, em sua maioria, eram escravos já adaptados ao país, trazidos do centro do país por bandeirantes e tropeiros. Também chegaram ao RS, no século XIX, os pomeranos, os alemães e os italianos, estabelecendo-se em diferentes localidades gaúchas. A partir de então, com o desenvolvimento industrial e econômico do século XX, houve forte desenvolvimento urbano em algumas regiões, havendo também forte migração das zonas rurais para as cidades-polo. Como destaca Amaral (2003), a constituição histórico-linguística do RS é bastante diversificada e culturalmente rica:

Em virtude do modo de ocupação do espaço, conviveram na zona urbana, ao longo do Século XX, falantes nativos de pomerano, falantes nativos de variedades de fala do norte da Itália, falantes nativos de espanhol platino, falantes nativos de variedades de fala do norte de Portugal, falantes nativos de variedades de português rural e falantes nativos de variedades de português urbano. (AMARAL, 2003, p. 19)

Os dados estatísticos sobre o RS indicam um quadro geral para o século XIX bastante diversificado, destacando-se principalmente por uma população predominante branca, analfabeta, jovem e do sexo masculino. É importante destacar que, ao investigarmos as atuais

características socioculturais e linguísticas do RS, certamente encontraremos características residuais mais remotas ainda muito presentes nas diferentes e múltiplas manifestações identitárias dos gaúchos.

O papel dos jornais do século XIX para o entendimento da constituição sócio-histórica e linguística do RS

Os jornais desempenharam um importante papel ao longo das transformações socioculturais ocorridas no RS. A pequena imprensa, característica do século XIX, garantiu que, além dos interesses dos grupos dominantes e poderosos de então, também fosse possível a manifestação de grupos minoritários que puderam expressar as suas diferentes formas de manifestações e inconformidades com relação ao poder social e econômico de então. Pequenos jornais foram responsáveis pelas manifestações mais autênticas de contestações sociais atreladas a diferentes matizes de opiniões, sejam elas de inclinações políticas, ideológicas, sociais, éticas ou religiosas. No jornal "O Pelotense"¹⁸, editado na cidade de Pelotas-RS, na segunda metade do século XIX, podemos observar no seu cabeçalho essa diversidade editorial:

O PELOTENSE - O Pelotense, periodico commercial, político e de noticias, publica-se ás terças, quintas e sabbados, na typographia Imparcial de Candido Augusto de Mello, rua Alegre canto da Palma. Recebe correspondências pelo preço que se convencionar, e insire GRATIS artigos, sientificos ou de litteratura. ANNO III QUINTA FEIRA 10 DE MARÇO DE 1853. NUMERO 183.

Muitas das opiniões, de cunho crítico, eram geralmente marcadas pelo humor e pela sátira, sendo que, em alguns casos, pelos próprios depoimentos e declarações dos cidadãos como também pelos editoriais de pequenos jornais. Alves e Torres (1997, p.16) destacam que:

No Brasil do século XIX, a pequena imprensa exerceu função primordial durante a evolução político-institucional do país. No Rio Grande do Sul da mesma época, caracterizado pelas revalidades, pelas divergências e pelos conflitos político-ideológicos e, conseqüentemente, pelos confrontos militares, o jornalismo, marcadamente o praticado pelas pequenas folhas, teve papel decisivo. (ALVES e TORRES, 1997, p.16)

Nasi (2016) mostra a importância dos documentos escritos para o entendimento da "memória linguística" do português, sendo que a documentação existente em língua portuguesa torna-se fundamental para a reconstrução da memória linguística de uma comunidade. Com relação aos jornais, o autor afirma que:

¹⁸ "O Pelotense" foi um jornal editado na cidade de Pelotas - RS de 07 de novembro de 1851 a 21 de março de 1855. Foi o primeiro jornal da cidade.

O jornal, como documento de imprensa, apresenta eventos históricos da época na qual é produzido. Por meio de jornais, é possível retroceder ao passado de uma determinada comunidade, por exemplo, pois este revela fatos, notícias e eventos de um determinado tempo. O Rio Grande do Sul pode ser considerado um dos estados brasileiros com maior circulação desses impressos no século XIX, ao lado do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. (NASI, 2016, p. 151)

Por meio dos jornais do século XIX podemos compreender melhor como se deu a constituição sócio-histórica da sociedade gaúcha, com os seus diferentes conflitos e reflexos que ainda hoje conservam determinadas marcas, revestidos de outras formas e difundidos em outros meios de informação, embora ainda repletos de sentimentos advindos daquela época. Muito do que somos, como agimos, o que discriminamos, o que defendemos e acreditamos, pode ser melhor entendido se olharmos para o passado e analisarmos o continuum das nossas experiências humanas que nos forjaram enquanto cidadãos e que constituíram as nossas identidades sociais. Um exemplo disso, podemos encontrar nos anúncios de jornais gaúchos do século XIX:

Americo Cabral de Mello, Vice Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul de S. Pedro do Sul. Faço saber a todos os seus Habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte:
Art. 1º As viúvas pobres dos Cidadãos, que pertencerão a força Commandada pelo capitão Manoel Antunes da Porciúncula, e morrerão no ataque do Arroio Grande em o dia quatorze de Outubro do anno proximo passado, vencerão, enquanto viúvas forem, a pensão mensal de 30\$ 000 rs. Pagas pelos Cofres da Provincia. (O MENSAGEIRO¹⁹, PORTO ALEGRE / N. 42. - SEXTA FEIRA 8 DE ABRIL – 1836)

[...] a Estrella do Sul guardará sempre em sua linguagem aquella decencia, e comedimento digno do homem bem educado; as personalidades sempre odiosas, e os factos da privada vida naó teraó lugar em nossa Folha.
(ESTRELLA DO SUL²⁰ / Alegrete. Typographia Republica Rio Grandense. SABADO 4 DE MARÇO DE 1843.)

| IDEM DO DIA 20. | Impôz-se a competente multa: – a Francisco José Tavares, por consentir, de noite, dentro de | sua venda, grande reunião de pretos escravos a | cantar e a bailar; e a Antonio José Pereira Braga, | e Francisco Xavier de Oliveira, por terem as suas | vendas abertas depois do toque de recolher. | (O PELOTENSE, 22 DE MARÇO DE 1853. N. 187. |

A literatura de viagem ao RS no século XIX: escavando o passado para melhor compreender o presente

¹⁹ "O Mensageiro" foi criado em 3 de novembro de 1835, sendo jornal farroupilha oficial do governo provincial. Seu último exemplar foi publicado em 1836.

²⁰ A "Estrella do Sul" foi um jornal oficial da república Rio-Grandense publicado em Alegrete. Seus últimos exemplares foram publicados em 1843.

Os cadernos, as anotações de viagem e de impressões registradas pelos viajantes europeus que estiveram no Rio Grande do Sul no século XIX são registros e descrições importantes da história, cultura, modus vivendi, tradições e comportamentos dos habitantes e das comunidades gaúchas. Muitos viajantes europeus passaram a visitar as principais cidades brasileiras no século XIX, motivados por diferentes interesses, sejam eles científicos ou de outra natureza, o que possibilitou a produção de registros escritos sobre suas viagens e impressões e, por conseguinte, sobre a sociedade brasileira daquela época. Estiveram no Rio Grande do Sul Robert Avé-Lallemant, Maximiliano Beschoren, Alexandre Baguet, entre outros viajantes europeus. Nesse aspecto, Leite (1996) ressalta que:

A partir de 1808, iniciou-se, portanto, a produção sistemática de obras sobre o Brasil, escritas por viajantes de várias procedências, engajadas ou não em missões científicas, e que se propunham a estudar o País e interpretá-lo para o resto do mundo. (LEITE, 1996, p. 40)

Trazemos, inicialmente, a literatura de viagem escrita por Beschoren, "Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul - 1875-1887". Na sua obra, ao descrever sua passagem pela "Vila e Município de Passo Fundo", destaca a importância da colônia de origem alemã no RS, ao afirmar que:

O elemento alemão, é portanto, fortemente representado, e possui um qualquer tipo de negócio, seja na profissão ou indústria, uma posição dominante e de destaque. É uma das mais favorecidas dentro da cultura germânica da Província. (BESCHOREN, 1989, p. 35)

Beschoren, nas décadas de 1870 e 1880, esteve em Santa Cruz do Sul, Passo Fundo, Cruz Alta e Nonoai, localidades gaúchas compostas por grupos de imigrantes alemães e comunidades indígenas. Com relação à colônia brasileira de origem alemã, o autor identifica um aspecto sociolinguístico importante, atrelado aos estudos sobre bilinguismo e políticas linguísticas:

Os professores particulares não conseguiam atender às 200 crianças em idade escolar e sofriam com a predominância da verbalização alemã. Pela dificuldade da linguagem, os professores viam seu trabalho perdido e não se aguentavam por muito tempo nas escolas.

Assim, os filhos ficavam anos a fio sem aulas, ou as tinham precariamente, apesar de os pais serem prósperos e bem posicionados. Num artigo que enviei ao "Export" (1882) abordei o assunto da falta de escolas que, na velha Terra Natal, provocou o mais vivo interesse, mais do que no local, junto aos interessados.

Atualmente dias escolas públicas foram abertas, mas o ensino limita-se ao estritamente necessário e está abaixo do que a nossa juventude precisa. Sempre lamentei que não conseguissem um professor alemão competente, que saiba lecionar o português, para que a aplicação e a energia dessa crescente geração não se perca. (BESCHOREN, 1989, p. 35)

Como podemos observar, essas reflexões do autor acerca de ensino bilíngue e políticas linguísticas ainda estão presentes em muitos estudos e análises sobre comunidades gaúchas alemãs. As constatações de Beschoren, relatadas no final do século XIX, são extremamente contemporâneas e relevantes para o entendimento das questões culturais e educacionais presentes nas comunidades gaúchas de origem alemã.

Aspectos sociais de outras regiões gaúchas também estão registrados no livro de Beschoren. Com relação às comunidades de Passo Fundo e de Nonoai, o autor afirma que "No início do século dezenove, a região montanhosa era quase desconhecida, constituindo-se de propriedade de nativos e selvagens, que nela habitavam" (Beschoren, 1989, p. 53). Sobre seu contato com a população indígena e a tentativa de entender a língua desses povos, Beschoren relata que:

Eu queria complementar o meu vocabulário indígena, adquirido em Nonoai. Perguntei a um índio, que falava bem o português, sobre palavras e pequenas frases de meu interesse. No início dizia pontualmente. De repente me perguntou porque eu queria saber isso ou aquilo. Disse-lhe que gostaria de aprender a língua de seu povo. Pensou um pouco na minha resposta, que de maneira alguma o convenceu. Quando prossegui com minhas perguntas, me disse simplesmente: - 'Isso você não precisa saber!' e desapareceu mata a dentro. (BESCHOREN (1989, p. 64-65)

A obra de Avé-Lallemant, "Viagem pela Província do Rio Grande do Sul - 1858", também merece atenção especial, pois constam informações relevantes sobre teatro e jornal alemão do século XIX em Porto Alegre. O autor faz referência a um pequeno teatro denominado "Teatro Alemão", no qual eram encenadas peças de teatro exclusivamente em língua alemã, lembrando em tudo "ao Teatro velho da minha querida e mui ilustre cidade natal de Lubeck" (Avé-Lallemant, 1980, p. 113).

Em outra passagem, ao referir-se à região do Rio do Sinos, mais especificamente à Vila de São Leopoldo e à comunidade de Monte Bonito, Avé-Lallemant traz uma informação importante sobre a relação entre as línguas alemã e portuguesa:

Mas, passando-se o rio e atingindo-se o Monte Hamburgo, cessa qualquer vestígio do Brasil. nenhum brasileiro - assim denominado, aqui, os filhos dos imigrantes alemães - nenhum brasileiro entende uma única sílaba de sua língua materna, não fala uma só palavra em português. A muitos desses descendentes, casados há muito tempo, a casa cheia de filhos não se lhes ouve uma palavra em português. Posso dizer que aqui há uma região de 50 milhas geográficas quadradas, cujos habitantes sempre falam uma língua estrangeira, a alemã, e nunca aprendem a língua do país, a portuguesa, porque nunca têm ocasião de ouvi-la. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 146-147)

Avé-Lallemant (1980, p. 158) faz referência também a um jornal alemão de Porto Alegre, do século XIX, denominado *Der deutsche Einwanderer*, escrito em alemão e direcionado aos imigrantes germânicos do RS, o que revela um aspecto linguístico-cultural importante, haja vista que os jornais eram veículos fundamentais para difundir os aspectos culturais, identitários, ideológicos e políticos daquele período.

Ao relatar a sua passagem pelas comunidades gaúchas de São Borja e Passo do Uruguai, Avé-Lallemant trata da língua guarani, "falada pelo povo nas margens do Uruguai", trazendo informações de natureza fonético-fonológica advindas da sua empírica percepção linguística:

Ocorrem na língua sons nasais e guturais, ressonâncias palatais e estalidos com a língua, com que a gente fica pasmado. É proferida com estalidos da língua, cantada, assoviada, gemida, tossida, pigarreada, arrotada, vomitada e mais do que tudo acompanhada de trejeitos que por si sós exigiriam um estudo e uma gramática. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 274)

Outra obra relevante é a do belga Baguet, "Viagem ao Rio Grande do Sul". O autor traz uma importante afirmação sobre a imprensa e os jornais brasileiros, indicando que "antes de 1808 não existia nenhuma tipografia e nenhum jornal, enquanto que em nossos dias publicam-se cerca de uma centena de jornais em diversas línguas" (Baguet, 1997, p. 38). Em nota de rodapé, destaca que: "O primeiro jornal na imprensa rio-grandense foi o Diário de Porto Alegre (1827-28)".

Em outra passagem, Baguet fala dos "negros" e seus costumes e crenças, relatando uma determinada situação ocorrida:

Enquanto tomamos nossa refeição, acocorados sobre couros de boi, os negros nos distraem com um canto melancólico e monótono no idioma africano. Após o canto eles colocam-se em círculos: dois deles executam uma dança grotesca, acompanhada de contorsões, cambalhotas e estalos da língua ao som da marimba, enquanto o resto do grupo bate o compasso com as mãos. Aos poucos, o movimento se torna mais animado, a dança mais rápida e logo todo o bando toma parte, emitindo gritos e vociferações selvagens: um verdadeiro sabá! (BAGUET, 1997, p. 43-44)

Ao relatar sua estada em uma estância em São Gabriel e suas observações sobre os costumes próprios da província, Baguet atenta para um costume e linguagem peculiares dos gauchos:

Chegando numa estância, fica-se a cavalo até a chegada do proprietário ou do capataz (zelador) a quem se pede hospitalidade ou pousada. Ele responde: "Apea-se" [sic]; a partir desse momento você é seu comensal. raramente pergunta quem você é, de onde vem; você é seu hóspede e isso é suficiente; pode usufruir de sua hospitalidade durante semanas inteiras. (BAGUET, 1997, p. 50)

Os relatos de viagens, ao serem utilizados metodologicamente para pesquisa, podem trazer informações importantes e representativas de um determinado tempo e lugar, como também mostrar e denunciar aspectos sócio-históricos próprios à formação e à constituição das comunidades de fala do RS.

A identidade gaúcha representada nas peças de teatro no século XIX

A partir de 1830 as atividades culturais, como a imprensa, a literatura e as artes teatrais começaram a florescer no RS, principalmente nos grandes centros como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, estendendo-se também por outras cidades da campanha e fronteira. Autores como Oropo Santo, Caldre e Fião, Apolinário Porto Alegre, Taveira Júnior e Simões Lopes passaram a desenvolver uma literatura associada ao cotidiano da sociedade gaúcha, principalmente a partir da segunda metade do século XIX²¹.

Cópias e representações de peças de autores europeus, principalmente francesas e portuguesas, que eram apresentadas nos palcos dos teatros gaúchos, começaram a ceder lugar para obras associadas a fatos representativos do cotidiano daquele período histórico. As características próprias ao comportamento social das pessoas que aqui viviam, como também a **valorização do aspecto regional associado ao homem “rurbano”**²² gaúcho, começam a ser valorizadas e transportadas para as obras literárias dos autores citados, principalmente no que se refere ao teatro.

Uma das obras desse período, a peça de teatro escrita por Simões Lopes Neto no final do século XIX, denominada A viúva Pitorra, representa bem as características cotidianas da época: ambiente provinciano, burguesia atrelada à cultura europeia, relacionamentos amorosos com fins econômicos, excessiva valorização dos sinais exteriores característicos da “situação de luto”, **vigilância da sociedade sobre os atos da viúva**, dogmas atrelados a determinados assuntos (como sexo), etc.

Pitorra: Não sei ainda...Acho-lhe um jeito de sujeito meu conhecido, mana. Aquele nariz...Aquele nariz...Olhe, mana, nariz que eu notar deve ser mesmo especial. E tão barbado! A cara parece um travesseiro de crina vegetal...

Eulâmpia: Ora, mana! É o que ele tem de bom! Você lá imagina. Como é agradável a gente, nós, mulheres peladas, roçarmos a cara numa barbacena!

Pitorra: São gostos! Eu prefiro a barba feita...

Eulâmpia: É...e...e quando está meio crescida...aquelas pontinhas fincando na gente...arranhando...Ora que graça!

Pitorra: Como você se interessa pelo peludo!

²¹ Veja-se, nesse aspecto, a obra de Hessel, Lothar. O teatro no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

²² O termo “rurbano” é utilizado para caracterizar os fortes laços do homem urbano daquela época com o meio rural. Deve-se enfatizar que a base da economia gaúcha de então estava na pecuária.

(A Viúva Pitorra. In. O Teatro de Simões Lopes Neto, 1990, p. 100)

Outro aspecto importante relacionado à linguagem da época, final do século XIX, e que ainda continua presente na cultura e linguagem atuais, pode ser verificado nos diálogos encontrados na peça "O Boato", também de Simões Lopes Neto:

[Boato: tipo da atualidade, pseudo professor; menino: aluno]

Boato: - Não se incomode; por aí se vê o progresso real da aula. Que gênios eu vou tirar daqui!

4º menino (que tem estado a retorcer-se) - "fessor", já não posso mais!...

(O Boato. In. TEATRO: século XIX. , 2017, p. 37)

A utilização do termo "fessor", já em 1893, demonstra a própria dinamicidade da língua, nas suas inúmeras possibilidades de fluxo e contrafluxo, a ponto de uma gíria que atualmente é tão utilizada pela "gurizada" nas escolas, ao dirigirem-se aos professores, já estivesse presente em situações semelhantes de diálogos em sala de aula também no século XIX.

Outra situação importante, que demonstra a correlação língua e sociedade, pode ser verificada na seguinte passagem de um diálogo na mesma peça de teatro "O Boato":

Boato: - Muito bem; estes são os princípios, eu os educarei e aperfeiçoarei; outros se cobrem de cintilantes ouropéis; eu vos cobrirei de estanho, que é modesto, e quanto mais estanhados, mais encouraçados!... Agora, valor; vamos a conquista do mundo! Artigo 1º em vigor! (os meninos atiram os livros no ar!)

5º menino - Ninguém estuda! Que pagode!

(O Boato. In. TEATRO: século XIX, 2017, p. 41)

Observa-se, na resposta do aluno, a utilização do termo "pagode", distante do dialeto gaúcho de então. Ocorre que, o autor Simões Lopes Neto, aos treze anos, em 1878, fora estudar no Rio de Janeiro, no Colégio Abílio. Mais tarde, retorna a Pelotas, sua terra natal. Como sabemos, "pagode" é um tipo de samba muito comum no Rio de Janeiro, nas rodas de samba feitas nos "fundos de quintal". Mas sua origem remota ao século XIX, associado às festas que aconteciam nas senzalas e, mais tarde, se tornou sinônimo de qualquer festa regada a bebidas e cantorias.

Ora, Simões Lopes Neto, certamente, teve contato com este termo quando estudara no Rio de Janeiro, nos idos de 1878, trazendo a palavra "pagode" para a sua obra associada a uma situação de "total liberdade" e "certo descontrole", haja vista que o professor "Boato" estabeleceu em sala de aula 'Artigos' libertários determinando aos alunos, conforme o proposto no Art. 1º, que em sala de aula "só se estuda quando se quiser"; e por isso a imediata resposta do "5º menino": "Ninguém estuda! Que pagode!"

Constata-se, nesses casos, situações atreladas à força da linguagem. Ao representar fielmente a fala das personagens, Simões Lopes Neto possibilitou a compreensão dos caminhos e percursos históricos próprios ao que denominamos atualmente português brasileiro. Nesse aspecto, Borges (2017) revela que:

Os diálogos encontrados, principalmente na peça A Viúva Pitorra, revelam dados preciosos para os estudos sociolinguísticos, pois denunciam claramente contextos sociais, representativos e simbólicos da interação linguagem-sociedade, nas suas mais diversas possibilidades, mostrando claramente a intrínseca relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos, independentemente do momento socio-histórico. (BORGES, 2017, p. 367)

Os textos de teatro, no caso específicos das peças do século XIX, são fontes pertinentes para os estudos dos processos de variação e mudança linguística, pois reportam a situações sociolinguísticas identificadas socialmente com determinada linguagem coloquial representativa de uma determinada época. No final do século XIX, em 1896, Simões Lopes Neto escreveu duas versões para a peça "A Viúva Pitorra". Talvez uma primeira versão para ser publicada e uma segunda para ser encenada? Ambas apresentam a mesma história em variantes diferentes, o que demonstra que o autor foi um escritor sensível às questões envolvendo a língua, observador atento de pessoas, de costumes, de falares, de uma sociedade intrinsecamente heterogênea, múltipla e complexa.

Para tanto, foi também um homem e um escritor que conseguiu captar o sentido representativo das variedades linguísticas e sociais, permitindo-nos entender determinadas variações que possibilitaram mudanças importantes próprias ao comportamento sociolinguístico do português brasileiro. Para ilustrar, apresentamos dois diálogos presentes nas duas versões da peça "A Viúva Pitorra":

<u>Primeira versão:</u>	<u>Segunda versão:</u>
Pitorra – Como você se interessa pelo peludo!...	Pitorra: Como você se interessa pelo peludo!
Eulâmpia – Não é! Foi meu companheiro de viagem, muito amável, sempre pronto, e eu... desejava que ele se arranjasse depressa, coitado. Ora, aí está.	Eulâmpia – Não é! Foi meu companheiro de viagem, muito amável, sempre pronto, e eu desejava que ele se arranjasse depressa, coitado. Ora, aí está.
Pitorra – Está bem. Logo que o Cidreira chegue, decidimos. Passei na loja e pedi-lhe alguns objetos que ele mesmo ficou de trazer.	Pitorra – Está bem. Logo mais decidimos, mana. (saindo) Agora vamos ver o meu vestido. E já vou mudar este. Está me arrepiando. (parando.) Ah! Mana! Logo me lembre para tirar daí o retrato do Pitorra. Afinal já vou tirar o luto...
Eulâmpia – (À parte) Se o Cidreira tivesse as qualidades da erva-cidreira, que benefício para a mana!...	Eulâmpia – (à parte) Fazer lugar pro Cidreira! (alto.) E onde se guarda?

<p>Pitorra – Vamos... Espere, o melhor é até eu mudar já o vestido, não é? Este perfume está me arrepiando. Depois da missa do estilo, a gente já pode tirar o luto. (A viúva Pitorra. In. O teatro de Simões Lopes Neto, 1990, p. 50)</p>	<p>Pitorra – Guardo... Penduro... Ora... arrumo, no armário dos livros, com o outro... (sai à esquerda baixa.) (A viúva Pitorra. In. O teatro de Simões Lopes Neto, 1990, p. 100-101)</p>
--	--

Como podemos observar, em cada uma das versões as personagens manifestam-se de formas diversas, o que fica claro nos diálogos da peça teatral de Simões Lopes. O fato de o autor preocupar-se com as questões linguísticas torna-se um aspecto extremamente fundamental, pois mostra o cuidado e a sensibilidade por parte de Simões Lopes ao tratar dos aspectos linguísticos, literários, estilísticos, regionais e sociais em suas obras. Certamente, além de Simões Lopes ter representado, descrito e apresentado um momento histórico tão importante da nossa cultura, também deu voz a tantos personagens identificados com as realidades sociolinguísticas de seu tempo.

Aspectos como identidade, atitude, classe social, escolaridade, faixa etária, entre outros, estão representados nas obras mostrando traços relevantes de uma comunidade de fala e de uma realidade social heterogênea. Com relação ao teatro de Simões Lopes Neto do século XIX, Borges (2017, p. 368-369) enfatiza que o autor "estabelece pontos de contato entre esse continuum linguístico comum a todos e particular a cada um de nós. Essa peculiar sensibilidade de perceber o pitoresco, o coletivo e o particular".

Considerações finais

A análise apresentada buscou valorizar a importância dos registros e dos documentos históricos para a compreensão dos aspectos sócio-históricos e linguísticos próprios à comunidade gaúcha do século XIX. Essas marcas identitárias podem ser melhor entendidas na atualidade se voltarmos nossos olhos para o passado e procurarmos nos diferentes textos os rastros históricos atrelados aos caminhos que possibilitaram determinados estágios constitutivos das mudanças que atualmente representam a cultura, a sociedade e o dialeto da comunidade gaúcha

O trabalho com as fontes históricas aqui representadas pelos textos de jornais, de relatos de viagem e de teatro mostrou o quanto é importante compreender o passado para o melhor entendimento do presente, haja vista que estamos inseridos em um continuum histórico-social que nos identifica enquanto sujeitos pertencentes a determinada comunidade que, embora tenha muitas características comuns, próprias à sua constituição, também apresenta uma variedade multifacetada e heterogênea e que em tudo une os indivíduos que nela vivem e se identificam como gaúchos com muito orgulho.

E é justamente com esse objetivo que seguiremos trabalhando e desenvolvendo

projetos interinstitucionais que possibilitem agregar esforços mútuos na identificação e na coleta de novos dados e informações para uma história social e linguística do Rio Grande do Sul que, pelas características próprias à sua constituição histórica, tem de um passado tão presente e vivo.

Referências

- ALVES, F. das N.; TORRES, L. H. *Imprensa & história*. Porto Alegre: PUCRS, 1997.
- AMARAL, L. I. C. do. *A concordância verbal de segunda pessoa do singular em Pelotas e suas implicações linguísticas e sociais*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/ Ed. da USP, 1980.
- BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul/Florianópolis: PARAULA/EDUNISC, 1997.
- BESCHOREN, M. *Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.
- BORGES, P. R. S. *A riqueza e a força vital da linguagem em Simões Lopes*. In: *Teatro: século XIX*. João Simões Lopes Neto. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Zouk, 2017.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: sociolinguística em sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- IBGE. Conselho Nacional de Estatística. *VI Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional*, v. 28, t.1, 1955. Disponível em: < <http://www.ihgrgs.org.br/>>. Acesso em: 14 out. 2018.
- CESAR, G. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: 1605-1801*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- HEEMANN, C. *O Teatro de Simões Lopes Neto*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.
- HESSEL, L. *O teatro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- LEITE, I. B. *Antropologia de viagem: escravos e libertos em Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFGMG, 1996.
- MAGALHÃES, M. O. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: EDUFPEl, 1993.
- NASI, R. F. *Elevação de vogais médias pretônicas no português sul-rio-grandense: retrato oitocentista e alternativa de interpretação do grafema como índice fonético/fonológico*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2016.
- OURIQUE, J. L. P; RUBIRA, L. *Teatro: século XIX*. João Simões Lopes Neto. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Zouk, 2017.
- TORRES, L. H. *Rio Grande: memória & história*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2000.

GÊNESE DA CONTRACULTURA ESTADUNIDENSE E O PAPEL ASSUMIDO PELA MÚSICA NO CONTEXTO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Edemilson Antônio Brambilla²³

Alexandre Saggiorato²⁴

A contracultura, enquanto contestação a uma ordem dominante sempre foi uma constante ao longo dos anos. No entanto, é principalmente a partir da década de 1960 que os ideais desse movimento tomaram proporções mais significativas em meio à sociedade, especialmente nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. Essas influências tornaram-se mais evidentes nas atitudes rebeldes e transgressoras dos que, de alguma maneira, estiveram ligados a algum tipo de manifestação artística. Nesse sentido, este trabalho busca compreender a emergência do movimento contracultural americano no cenário pós-Segunda Guerra Mundial, bem como sua relação com as manifestações artísticas do período, de modo especial a música, importante meio de contestação e rebeldia jovem durante as décadas de 1960 e 1970.

Palavras-chave: Contracultura. Música. Pós-Segunda Guerra Mundial.

Em busca da gênese contracultural

Ainda que a referência mais usual do termo contracultura esteja relacionada às manifestações que emergiram, principalmente nos Estados Unidos e em alguns países da Europa durante os anos pós-Segunda Guerra Mundial, cabe destacar que as características que envolvem tal movimento ultrapassam as compreendidas durante esse período.

A primeira menção ao termo contracultura pode ser encontrada no artigo intitulado *Contraculture and Subculture*, escrito por John Milton Yinger, e publicado em 1960. A hipótese de Yinger é de que a formação de “contraculturas” funcionava como uma espécie de revide à privação e à insatisfação das populações de classe baixa marginalizadas. A esse respeito Yinger (1960, p. 629) afirma:

[...] o uso do termo contracultura onde quer que o sistema normativo de um grupo contenha, como elemento primário, um tema de conflito com os valores da sociedade total, onde as variáveis de personalidade estão diretamente envolvidas no desenvolvimento e manutenção dos valores do grupo, e onde quer que suas normas possam ser entendidas apenas por referência às relações do grupo com uma cultura dominante circundante.

Em meio às classes majoritárias, a contracultura assumiu, então, um papel de desterritorialização da identidade e da cultura pré-estabelecidas, em detrimento de um modo

²³ Universidade de Passo Fundo. Contato: edemilson.brambilla@gmail.com

²⁴ Universidade de Passo Fundo. Contato: alexandresaggiorato@yahoo.com.br

de vida, de uma atitude comportamental, e, no caso da música, de uma sonoridade específica, que buscou subverter os padrões dominantes das classes mais conservadoras. Essas subculturas podem ser evidenciadas em diversos períodos históricos. Assim, pode-se entender que a contracultura sempre existiu e sempre continuará existindo, moldando-se de diferentes maneiras, seja através de novas formas de pensamento, de estilos de vida ou de manifestações artísticas. Conforme Dunn (2016, p. 04-05):

[...] o termo contracultura tem sido usado em diversos contextos históricos para se referir à resistência individual e coletiva à autoridade política, convenções sociais ou va lores estéticos estabelecidos. Isto apareceu pela primeira vez na literatura sociológica americana do pós-guerra como um contraponto à categoria de “subcultura”. A definição de John Milton Yinger do que ele chamou de “contracultura” enfatizou “conflito com os valores da sociedade total”. Ele formulou a hipótese de que a formação de “contraculturas” era uma resposta à privação e à frustração entre as populações de classe baixa e marginalizadas. Enquanto a subcultura mantém uma postura mais ou menos neutra em relação à sociedade em geral, a contracultura designa um movimento de oposição mais forte em conflito com a sociedade dominante.

Assim, a contracultura pode ser entendida como uma cultura desviante, que se opõe a uma cultura dominante, e que, erroneamente é relacionada na maioria das vezes somente às manifestações estadunidenses emergentes durante os anos do pós-guerra. Do contrário, a contracultura pode ser evidenciada em diferentes períodos históricos, pois, em síntese, ela se trata de um espírito de contestação intrínseco ao sujeito historicamente constituído, fazendo-se notar ao longo do tempo sempre que este sujeito questiona o meio social em que está inserido.

Para Pereira (1992, p. 13), contracultura é “a cultura marginal, independente do reconhecimento oficial. No sentido universitário do termo é uma anticultura. Obedece a instintos desclassificados nos quadros acadêmicos. Sendo assim, ela surge, como uma válvula de escape quando a cultura predominante está saturada e impregnada na sociedade. Goffman e Joy (2007, p.12), relatam que:

[...] o objetivo primordial das contraculturas, portanto, não é tomar as rédeas ou eliminar o controle externo nem mover guerra contra aqueles que o detêm - embora em alguns momentos as contraculturas possam participar de forma apaixonada de tais empreitadas. Em vez disso, as contraculturas buscam basicamente viver tão livres das restrições à força criativa quanto seja possível, onde e como quer que seja possível fazê-lo. E quando as pessoas buscam esse tipo de liberdade com compromisso e vigor, elas desbloqueiam a passagem da luz, de modo que as gerações posteriores podem se aquecer com seu calor.

Destaca-se aqui também, a proximidade existente entre a contracultura e o fazer artístico, já que músicos, artistas plásticos, atores, pintores, escultores, etc. utilizaram-se da sua arte como forma de representação desses ideais rebeldes e transgressores que os caracterizam. Para remontar a origem desta relação entre a contracultura e as artes, é necessário recorrer à democracia ateniense, período onde a cultura era coletiva - seja ela autocrática ou democrática – dando identidade homogênea aos cidadãos de determinada cidade-estado, assim, cada indivíduo era o espelho de sua sociedade.

Em meio a este cenário, Sócrates, personagem central de quase todos os diálogos atribuídos à Platão, rompe com estes ideais ao fundamentar-se na ideia de que todo indivíduo é único e deveria voltar-se ao seu autoconhecimento. De acordo com Goffman e Joy (2007, p.72):

[...] a filosofia socrática tinha o objetivo de levar as pessoas à autocompreensão, expondo as falácias do que elas achavam saber. [...] Questionar, questionar e então questionar novamente. Isso é o que passou a ser conhecido como método socrático em estado bruto, como praticado pelo próprio homem – incansavelmente questionado e ridicularizando cada resposta no contexto de mais uma pergunta.

Outro registro que remete aos princípios da contracultura é a passagem descrita sobre Alexandre, O Grande, em Atenas. O texto retrata Diógenes de Sinope - O cínico (412 a.C. a 323 a.C.), contemporâneo de Sócrates, renomado autor de teatro ateniense. Vejamos:

Certo dia no auge da sua conquista do mundo mediterrâneo, Alexandre, o Grande, estava no campo, perto de Atenas – que acabara de se render às suas forças –, contemplando a paisagem acidentada banhada pelo sol que cercava aquela cidade, que era para ele a jóia mais brilhante do vasto território que ele controlava. Enquanto desfrutava daquilo, Alexandre chegou perto de um homem que relaxava ao lado de um córrego. Aquecendo-se ao sol da tarde, o homem estava tão absorto em alguma espécie de transe bucólico que não se dava conta da presença do conquistador nem do tumulto que acabara de tomar conta da cidade próxima. Alexandre reconheceu de imediato o homem e se aproximou dele dizendo: – Eu sou Alexandre. Há algo que eu possa fazer por você? O homem abriu os olhos preguiçosamente, olhou para cima e respondeu: – Sim. Saia da frente da minha luz (GOFFMAN e JOY, 2007, p.11).

Pode-se dizer que Diógenes possuía várias características do que, posteriormente, identificaram-se os adeptos do pensamento contracultural, a saber: Diógenes era conhecido por sua excentricidade, por não possuir residência fixa, vivendo ao ar livre, frequentando as ruas de Atenas, normalmente perturbando cidadãos com seu humor malicioso. E é claro que, sua descrição assume um importante papel nesta análise devido ao fato de este vincular-se ao teatro e sua prática remeter, conseqüentemente, ao fazer artístico de um modo geral.

Representado de modo bastante peculiar, em estado contemplativo, e negando qualquer dominação externa, Diógenes configura-se como uma síntese das atitudes contraculturais e da contestação direta às imposições de uma elite dominante.

Observemos tal representação através do quadro de Nicolas-André Monsiau (1754-1837):

Figura 2 - Alexandre e Dionísio.



Fonte: <ghiraldelli.wordpress.com>

É claro que não nos cabe aqui traçar cronologicamente as reformulações da contracultura ao longo dos tempos. Cumpre destacar que, a contracultura perpassa momentos importantes de nossa história, a exemplo do enfrentamento ao predomínio religioso da Igreja Católica durante a Idade Média, ou então a revolução cultural e política feita em meio ao Iluminismo dos séculos XVII e XVIII. No século XIX, as experiências com substâncias psicoativas e o estilo de vida boêmio dos integrantes do Clube dos Comedores de Haxixe – **dentre** os quais faziam parte nomes como Alexandre Dumas, Victor Hugo, Théophile Gautier, Charles Baudelaire, entre outros –, abriram as portas para a contracultura emergente no século seguinte.

A contracultura no século XX

A contracultura presente no século XX se fez presente inicialmente no bairro Greenwich Village em Nova Iorque. A cidade foi palco de pintores, músicos, atores, dançarinos e escritores que, assim como os franceses, levavam uma forma de vida alternativa e em busca da liberdade, lutando contra a rigidez e os dogmas do período. É importante destacar que, durante esse período, entre os anos 1930 e 1940, os Estados Unidos atravessavam a chamada Grande Depressão, caracterizada por anos de intensa crise política e social, marcados pelo alto desemprego e pela queda na produção industrial. Segundo Karnal (2018, p. 198):

A severidade da crise econômica e a aparente incapacidade do governo para resolvê-la haviam provocado ampla desilusão com relação ao sistema, o que se refletiu com nitidez no surgimento em massa de renovados movimentos, no desenvolvimento de uma cultura de protesto social e nos questionamentos difundidos na sociedade como um todo.

A música produzida em meio a este cenário, buscou retratar as angústias vivenciadas pela sociedade. Woody Guthrie, cantor e compositor de folk, propunha em suas letras uma afronta à autoridade vigente. Segundo Friedlander (2004, p. 194):

Embora Guthrie afirmasse que ele era apenas um sujeito que cantava sua visão da vida, algumas pessoas enxergavam nele uma figura de dimensão heróica. Woody cruzou a América, escondido nos trens ou pegando carona nas estradas. Ele menosprezou a fama e o sucesso comercial, optando, ao contrário, por apresentações em salões de sindicatos e em comícios de grevistas. Ao defender suas crenças, ele não ganhou mais do que uns poucos machucados pelo corpo, porém seu idealismo persistente, aliado a um talento para refletir as atitudes e esperanças da classe trabalhadora, com músicas simples e diretas, o elevaram à condição de poeta-profeta de uma época.

Aos poucos, os aspectos culturais e identitários fixados durante os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, deram lugar a uma nova geração, que buscou romper com os ideais da geração anterior, assim, os novos valores passaram a questionar os valores antigos. A cultura hipster, como ficou conhecida essa nova geração, caracterizava-se por uma tendência non-mainstream e pelo estilo de vida alternativo. Essa geração viu-se identificada com o jazz produzido em Nova Iorque nos anos 1940, tocados em bares undergrounds. Dentre os intelectuais adeptos deste estilo de vida estavam os beatniks. Para eles:

[...] a arte só tinha valor para eles quando pudessem vivê-la. Por isso [os beatniks] fizeram do bebop mais que seu estilo musical preferido, mas uma atitude em relação à vida: um modo de andar, de falar, de guiar o processo de criação artístico. A alma dos anos 1940 e o que ele viria se tornar dos 1950 em diante apareceu para eles em forma de jazz moderno. Passavam noites bebendo jazz e improvisando poesia na embriagues compartilhada com os músicos (SANTOS, p. 05).

Representaram essa geração poetas e escritores como Jack Kerouak, Allen Ginsberg, Gary Synder, Willian S. Burroughs, Gregory Corso, Lawrence Ferlinghetti, entre outros que, através de suas obras buscaram contestar a sociedade civil estadunidense, voltada ao capitalismo e ao conservadorismo. Conforme Pereira (1986, p. 08-09):

Nesse momento, começavam a se delinear, assim, os contornos de um movimento social de caráter fortemente literário, com enorme apelo junto a uma juventude de camadas médias urbanas e com uma prática e um ideário

que colocavam em xeque, frontalmente, alguns valores centrais da cultura ocidental, especialmente certos aspectos essenciais da racionalidade veiculada por esta mesma cultura. Ainda que deferindo muito dos tradicionais movimentos organizados de contestação social – e isto tanto pelas bandeiras que levantava, quanto pelo modo como as encaminhava – a contracultura conseguia se afirmar, aos olhos do Sistema e das oposições (ainda que gerando incansáveis discussões), como um movimento profundamente catalisador e questionador, capaz de inaugurar para setores significativos da população dos Estados Unidos e da Europa, inicialmente, e de vários países de fora do mundo desenvolvido, posteriormente, um estilo, um modo de vida e uma cultura underground, marginal, que, no mínimo, davam o que pensar.

Suas principais características eram o fato de contestarem o consumismo e o momento vivenciado pelos americanos durante os anos pós-Segunda Guerra Mundial. Essa forma de pensamento ficava evidente através de sua rebeldia marginalizada, somada ao estilo de vida boêmio, aventureiro e ao uso de drogas, bem como na proximidade de seus adeptos com as culturas orientais, numa espécie de busca pela compreensão de si.

Essas mesmas características: o uso de drogas, a busca por um estilo de vida alternativo e boêmio, o rompimento com as culturas em voga no ocidente, somadas à insatisfação com o modo de vida americano (american way of life) e com os reflexos da Guerra Fria, além da crítica direta ao consumismo exacerbado impulsionado pelo capitalismo, deram origem a um novo movimento: os hippies. Nas palavras de Dias (2004, p. 98):

[...] ser hippie, antes de tudo, é ser um amigo do homem, um homem não violento e apaixonado pela vida. Um ser que ama, autêntico e honesto, que coloca a liberdade acima da autoridade, a criação acima da produção, a cooperação acima da competição.

É claro que beatniks e hippies possuíam características marcantes que os distinguiam, a saber: a solidão beat foi deixada de lado e a comunhão passou a ganhar força entre os hippies; o individualismo saiu de cena e deu lugar às relações interpessoais; o LSD usado em larga escala pelos beatniks, somou-se à maconha no caso dos hippies; e, especialmente no âmbito musical, se os beatniks tinham como referência a música feita pelos jazzistas, os hippies encontraram grande identificação com o rock que aos poucos se popularizava.

Rock e contracultura durante as décadas de 1960 e 1970

A partir da década de 1960, com as manifestações pelos direitos civis e contra a Guerra do Vietnã, o rock assume um importante papel de contestação social, tornando-se a trilha sonora do movimento contracultural. Durante os anos de maior fertilidade do gênero, entre a *Invasão Britânica* de 1964 até o “desaparecimento” do rock progressivo no final da década de

1970, compreendeu-se que, além de entretenimento, caberia ao rock também o papel de conscientizar politicamente e criticamente seus ouvintes.

Lançada em 1961, a canção *Where Have All the Flowers Gone?* de Pete Seeger, é uma das primeiras composições a demonstrar os anseios contraculturais vigentes nos EUA. Ainda que o compositor tenha se baseado em uma canção folclórica dos Cossacos da região do rio Don na Rússia, versos como: *Para onde foram todas as flores? / Para onde foram todos os soldados? / Foram todos para cemitérios / Quando eles vão finalmente aprender?*, eram bastante representativos na época. De acordo com Perone (2004, p.33-34), a música possui um vínculo importante com a tradição da música popular estadunidense do século XIX, no uso de uma narrativa ciclo-de-vida que aponta a inevitabilidade da morte diante da guerra.

No entanto, o mais representativo músico desse período foi Robert Allen Zimmerman, ou Bob Dylan, como ficou conhecido. Dylan é judeu nascido em Minnesota, e não demorou para ser considerado um dos maiores nomes do rock. Dentre suas canções, *Blowin' In The Wind* denuncia as atrocidades da guerra e as indiferenças sociais. De acordo com Friedlander (2004, p. 200):

Blowin' In The Wind, primeira faixa do álbum [*Freewheelin' Bob Dylan*], é a joia que revela o potencial de Dylan para escrever canções geniais. Dylan se utiliza de recursos poéticos – alusão, simbolismo, metáforas e imagens para construir uma estrutura abstrata de questões sobre paz e guerra, a justiça e a injustiça. As respostas a estas questões estariam *blowin' in the wind* (isto é, impelidas pelo vento). Isto quer dizer que elas seriam tangíveis como o vento que nos cerca? Ou seriam amorfas e indistintas como o vento? Dylan elabora questões, desafiando os ouvintes a tirar suas próprias conclusões. Esta habilidade de apresentar assuntos de natureza política e pessoal de uma maneira criativa e abstrata provou ser a maior contribuição de Dylan à música folk e, posteriormente, ao rock.

Ainda pode-se destacar aqui outras músicas de Dylan com características similares a esta, como é o exemplo de *The Times They Are A-Changin'*, lançada em 1964, e cuja letra faz um apelo à mudança, especialmente aos que se identificavam com os ideais contraculturais. No ano de 1965, Bob Dylan lança *Like a Rolling Stone*, que acabou se tornando uma obra emblemática para aqueles tempos. Conforme Jackson (2016, p. 336):

[...] em 1965, as forças combinadas dos meios de comunicação de massa, a pílula e os alucinógenos levaram o mundo ocidental a fazer um passeio de montanha-russa ao mesmo tempo animado e assustador, e por isso a paradoxal *Like a Rolling Stone* foi a canção-símbolo do ano, ao captar simultaneamente os dois extremos no refrão, essas forças provocaram reivindicações às quais os músicos deram voz em uma torrente de canções, como *Respect*, *Let Me Be*, *It's My Life*, *People Get Ready*, *A Change Is Gonna Come*,

Think For Yourself, Go Where You Wanna Go, Anyway, Anyhow, Anywhere, Freedom Highway e *I'm Free*, que registraram e impulsionaram uma reforma social, enquanto o mundo antigo forjava sua síntese desconfortável com o novo.

Temática recorrente em várias letras do período, a Guerra do Vietnã, ocorrida entre os anos de 1955 e 1975, fez com que diversos artistas se manifestassem com as injustiças adotadas pelo seu país. Assim, várias composições foram uma forma de protesto contra os atos ilícitos de quem apoiava o envolvimento americano na guerra. Merheb (2012, p. 341), afirma que:

O rock conjurou os sonhos e desesperos tanto de quem protestava em marchas como de quem foi combater na selva asiática. Os artistas respondiam a essa inspiração recolhendo histórias das passeatas, da angústia de estar no campo de batalha e de jovens soldados mortos para montar crônicas musicais sintonizadas com o assunto que monopolizava as principais cabeças pensantes daquela geração, à esquerda e à direita. Por volta de 1968, músicas sobre a guerra estavam em toda parte. Referências diretas ou oblíquas podiam ser ouvidas em canções do Jefferson Airplane (Lather), The Doors (Unknown Soldier) Buffy Saint-Marie (Universal Soldier), Tim Buckley (No Man Can Find The War), Phil Ochs (*I Ain't No Marching Anymore*, The War Is Over) Steppenwolf (Monster), Rolling Stones (Citadel), Eric Burdon (Sky Pilot), Byrds (a bela Draft Morning), Credence (Run Through the Jungle, Fortunate Son) e até dos Monkees (Circle Sky, que integrava a trilha sonora do filme Head).

Cumprir notar que, durante esses anos, músicas que buscavam a emancipação feminina também ganharam bastante espaço no período, ajudando na difusão de ideais libertários para as mulheres que eram oprimidas. Assim, cabia às mulheres cantarem sobre assuntos que questionavam a moral e os bons costumes da época, já que, temas como sexo casual e poliamor eram discutidos do ponto de vista feminino. Segundo Jackson (2016, p. 127):

Várias cantoras folks retrabalharam canções de homens esquivos em cantos de glória à própria independência. [...] Joan Baez gravou Daddy You've Been On My Mind, de Dylan (originalmente "Mama") cantando que não se importava com quem ele ia acordar no dia seguinte, ela não estava pedindo que assumisse compromisso algum [...]. A queda de Michelle Phillips pela infidelidade inspirou o marido, John, a escrever Go Where You Wanna Go para The Mamas And The Papas. O grupo canta que é preciso fazer o que quiser com quem quiser. [...] Gale Garnett compôs seu próprio hit, *We'll Sing In The Sunshine*, que ganhou o Grammy de Melhor Canção Folk. Nessa música, Gale Garnett canta que vai ficar com o cara por um ano, sem nunca amá-lo, e depois vai embora.

Por fim, cabe destacar o importante papel assumido pelos Beatles durante esses anos, seja através do aspecto poético ou sonoro de suas composições. A aproximação do grupo com a

música oriental, as experimentações sonoras, o uso constante de LSD, e letras de músicas que retrataram o ideário jovem do período, são as características principais de seus trabalhos. Em *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band*, disco lançado em 1967, suas canções são repletas de elementos musicais psicodélicos, e, sua terceira faixa, por exemplo, chamada *Lucy in the Sky with Diamonds*, faz uma alusão, mesmo que inconsciente ao LSD, pois a primeira letra de cada um dos substantivos do título forma "LSD". Essas influências lisérgicas podiam ser claramente evidenciadas ainda em seu disco anterior, denominado *Revolver* (1966), onde, segundo Merheb (2012, p. 63-64):

No dia 06 de abril [de 1966], quando começaram as gravações, John chegou ao estúdio com uma canção de inspiração indiana, composta num único acorde, cuja letra era inteiramente formada por aforismos contidos num livro do guru Timothy leary misturados a outros de sua autoria. *Play the game of existence to the end* (jogue o jogo da existência até o fim) e *listento the colouro f your dreams* (ouça as cores do seu sonho) soavam como resposta decifradora de um enigma, encoberto pela realidade aparente. Para tentar reproduzir o estado alterado de sua mente durante as leituras, John queria um registro vocal que evocasse o Dalai Lama no alto de uma montanha. Como fundo sonoro, pediu ao produtor George Martin sons que sugerissem mil macacos uivando. O título da canção *The Void* (O Vácuo), seria no último momento mudado para *Tomorrow Never Knows* (Amanhã Nunca Sabe). Era o ácido lisérgico fazendo sua estréia oficial numa gravação dos Beatles. Naquela altura, apenas John Lennon e George Harrison haviam tomado LSD, ambos mais de uma vez.

Os exemplos aqui mencionados, ainda que analisados de modo superficial, são retratos da juventude inserida principalmente entre as décadas de 1960 e 1970. Ainda que estes grupos não tenham conseguido traçar todas as mudanças sociais pretendidas, conseguiram fazer ruir, ao menos em partes, o pensamento conservador e arcaico propagado pelas elites conservadoras do período, em detrimento de uma sociedade mais justa, igualitária e livre, que encontrou na música, assim como em outras formas de manifestações artísticas, um importante meio difusor de seus ideais.

Referências bibliográficas

DIAS, Lucy. Anos 70: enquanto corria a barca. São Paulo: Senac, 2004.

DUNN, Christopher. *Contracultura: alternative arts and social transformation in authoritarian Brazil*. Chapel Hill: Ed. The University of North Carolina Press, 2016.

FRIEDLANDER, Paul. *Rock and roll: uma história social*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOFFMAN, Ken e JOY, Dan. Contracultura através dos tempos: do mito de Prometeu à cultura digital. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

JACKSON, Andrew Grant. 1965: o ano mais revolucionário da música. São Paulo: LeYa editora, 2016.

KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2018.

MERHEB, Rodrigo. O som da revolução: uma história cultural do rock 1965-1969. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O que é contracultura. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PERONE, James E. Music of the counterculture era. Santa Barbara: Greenwood Press, 2004.

SANTOS, Lucas Moreira dos. Beat bat bump! Bebop! Dig it?? Ensaio com beatniks. A musicalidade jazzística de uma poética espontânea. [artigo científico]. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/005/011et_santos.pdf> Acesso em: 06 jul. 2016.

YINGER, J. Milton. Contraculture and Subculture. American Sociological Review, v. 25, n. 5, out. 1960. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2090136?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 27 dez. 2018.

OS DITAMES DA ORDEM: A INSERÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA EM RIO PARDO NA DÉCADA DE 1840

Michele de Oliveira Casali²⁵

A Reforma do Código Criminal de 1841 foi responsável por mudanças da estrutura da administração da justiça no Império e modificou a distribuição dos cargos, nomeações e suas funções principalmente no que se refere ao papel da polícia. O presente trabalho busca discutir a transição do cargo de Juiz de Paz para os de Delegados e subdelegados de polícia a partir dessa reforma, com ênfase nas atividades que interferiam na ordem pública e consequente controle da população. O argumento central é que a década seguinte à reforma demonstrou uma continuidade de agentes e práticas que, em meio as adaptações do período, reservou a essas autoridades locais a competência de legitimar a presença da força policial. As principais fontes utilizadas foram correspondências, posturas municipais, termos de poses e juramentos e a legislação, localizadas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo.

Palavras-chave: Século XIX. Delegado de Polícia. Juiz de Paz. Justiça. Ordem pública

Entendendo a Reforma de 1841: impactos na organização do poder local

O Código do Processo Criminal de 1832 estabeleceu um marco quanto a organização judiciária no Brasil, permitindo a extinção das ouvidorias, Juízes de Fora e os Juízes Ordinários.²⁶ Entre outras mudanças, buscava criar uma estrutura própria para legitimar o Brasil recém independente em 1822. O Código beneficiou a ampliação de funções dos Juízes de Paz que, desde 1827 – lei de sua criação²⁷ – entrava em cena na dinâmica do poder local. O Código de 1832 estabeleceu uma magistratura leiga e eletiva, o Juizado de Paz, como a maior autoridade local. Os Juízes de Paz não recebiam remuneração e eram eleitos pelos cidadãos da paróquia. Contendo poderes conciliatórios, criminais e policiais, é impossível entender a

²⁵ Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: michelelcasali@gmail.com

²⁶ BRASIL. LEI DE 29 DE NOVEMBRO DE 1832. [Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil.]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em: 15 maio 2019.

²⁷ BRASIL. Lei de 15 de Outubro de 1827. [Crêa em cada uma das freguezias e das capellas curadas um Juiz de Paz e suplente]. Artigo 5º, §1º. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38396-15-outubro-1827-566688-publicacaooriginal-90219-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2019.

primeira metade do século XIX sem conhecer a atuação e a legislação que cercava esses magistrados.²⁸

As mais distantes vilas do país elegeram seus Juízes de Paz sob um forte discurso de **melhoramento da justiça, de uma “roupagem” nova que deixaria para trás os resquícios** do passado colonial, expectativas traduzidas nas páginas dos jornais, discursos dos legisladores e da própria população. Difícil avaliar se sua presença, de fato, implementou um funcionamento que fez jus ao que esperavam. Contudo, é inegável que, em contato com a documentação do período, o cargo se tornou proeminente e atuante em diversas esferas, inclusive, um dos pontos mais positivos foi sua aproximação com as demandas da paróquia.

A característica principal que permitiu essa movimentação tão intensa na paróquia se deveu a sua independência, legitimada em lei, no qual o cargo não era vinculado à Câmara Municipal ou qualquer outra autoridade, apenas à Corte. Em outras palavras, perante a lei, não devia obediência às outras instâncias. E foi justamente essa questão que foi alvo de muitas críticas e serviu de subsídio para argumentarem que era preciso um maior controle sob os interesses do Estado.

Para adensar essa justificativa, muitos indivíduos que ocuparam o cargo no período colonial foram eleitos como Juízes de Paz. E o que mais condenavam era que as relações interpessoais continuavam a influenciar na conduta e decisões desses magistrados, interferindo diretamente na condução dos casos. Thomas Flory assinalou o caráter político do cargo e o seu papel de relevância na política local (FLORY, 1986). Expressando os interesses das tendências liberais do período, os Juízes de Paz executaram um papel importante em termos de agilizar os processos em curso, como demonstra Ivan Vellasco (VELLASCO, 2003).

A reforma do Código Criminal de 1841 foi resultado de uma articulação de uma posição **política conservadora que, sob o pretexto da “falta de ordem”, redefiniram a maioria dos artigos para fazer com que os funcionários do Império dependessem do governo central, em uma cadeia policial centralizada** (FLORY, 1986, p. 287).

²⁸ [...] conciliar as partes da demanda, processar e julgar as causas cíveis cujo valor não excedesse dezesseis mil-réis; manter a ordem nos ajuntamentos (reuniões públicas), dissolvendo-os no caso de desordem; pôr em custódia os bêbados durante a bebedice. Corrigi-los por vício e turbulência e as prostitutas escandalosas, obrigando-os a assinar o termo de bem viver, com a cominação de penas; fazer destruir os quilombos; fazer autos de delito; interrogar os delinquentes. Prendê-los; fazer observar as posturas policiais das câmaras; informar desamparados e acautelar suas pessoas e bens, enquanto aquele não providenciasse, vigiar sobre a conservação das matas públicas e obstar nas particulares ao corte de madeiras reservadas por lei; participar ao presidente da província quaisquer descobertas úteis que se fizessem no seu distrito (minas); procurar a composição das contendas e dúvidas sobre caminhos particulares, atravessadouros e passagens de rios ou ribeiros, sobre uso das águas empregadas na agricultura ou na mineração, dos pastos, pescas e caçadas, sobre limites, tapagens e cercados das fazendas e campos, e sobre os danos feitos por familiares ou escravos; dividir o distrito em quarteirões que não contivessem mais de vinte e cinco fogos. No crime, a sua competência para impor penas ia até o máximo de multa de trinta mil-réis ou um mês de prisão ou três de correção, havendo casa para isso ou oficinas públicas (RODYCZ, 2003, p. 07-08).

Assim, o delegado de polícia detinha a autoridade policial mais importante da localidade após a Reforma do Processo Criminal de 1841.²⁹ A nova hierarquia dessa reforma estipulava que em cada termo haveria um delegado de polícia nomeado pelo Imperador ou pelos Presidentes da Província, sob proposta dos Chefes de Polícia³⁰, por tempo indeterminado e inamovível.³¹ Já os subdelegados atuavam na jurisdição do distrito³² e seriam recomendados pelos próprios delegados e ambos executariam funções criminais e policiais que eram dos Juízes de Paz desde então.

A mudança também se deu pelo perfil exigido para ocupar esses cargos. Pela letra da lei, a preferência era pelo preenchimento de magistrados letrados, ter seu apoio e elegê-los em uma burocracia nacional (FLORY, 1986, p.275). No entanto, o fato é que esses saberes não eram necessariamente requisitos para ocupar o cargo. Os delegados poderiam ser escolhidos entre os Juízes Municipais, Juízes de Paz e bacharéis formados ou quaisquer outros cidadãos com reconhecida probidade que residissem na cabeça do Termo. Ou seja, a lei sublinhava atributos para os selecionados e também considerava a experiência dos indivíduos já introduzidos na estrutura da burocracia judiciária. Segundo Elaine Sodré, essa Reforma Judiciária preocupou-se em afastar os Juízes de Paz da maioria de suas competências, principalmente policiais, e investir ao governo central as nomeações dos cargos.

Neste trabalho, busco discutir como se deu a transição do deslocamento de funções policiais e judiciais após a Reforma de 1841, assim como, a inserção dos delegados e subdelegados de polícia em Rio Pardo. A vila de Rio Pardo se torna o espaço delimitado para essa análise, tendo em vista sua relevância geográfica e econômica, desde o início do século XIX, sendo um dos quatro municípios iniciais do Rio Grande do Sul, juntamente com Rio Grande, Porto Alegre e Santo Antônio.

A atuação das novas autoridades: delegados e subdelegados de polícia

A transição do cargo de Juiz de Paz para os delegados e subdelegados de polícia na década de 1840, em Rio Pardo, seguiu a lógica de nomeação de homens reconhecidos na localidade. Na verdade, muitos que já tinham ocupado outros cargos, inclusive de Juiz de Paz, apareceram na documentação sendo indicados como candidatos ao cargo, ou seja, apesar das

²⁹ Entre suas competências judiciárias, policiais e criminais: Conhecimento das pessoas de sua jurisdição, obrigar assinar o termo de bem viver, termo de segurança, prender os acusados, julgar contravenções da Câmara Municipal. Evitar ajuntamentos e sociedades secretas, inspecionar prisões, conceder mandado de busca, remeter provas e esclarecimentos de delitos as instâncias superiores. Formar lista de jurados, expedir passaportes, auto de delitos, formação de culpa.

³⁰ Autoridade encarregada pelo gerenciamento e execução do policiamento para manter a segurança e a tranquilidade pública. No município da corte e em cada província teria de atuar um Chefe de Polícia escolhidos entre os desembargadores e os juízes de direito e nomeados pelo Imperador. O corpo que auxiliava sua atuação eram os delegados e subdelegados.

³¹ BRASIL. LEI Nº 261 DE 3 DE DEZEMBRO DE 1841. Reformando o Código do Processo Criminal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM261.htm>. Acesso em: 20 maio 2019.

³² Circunscrição territorial dividido em quarteirões que não contenha mais que 25 fogos.

críticas que abalaram o funcionamento da justiça na década anterior, esse círculo de homens ainda atuantes na política local era atrativo para representar os interesses do governo. Nomes como o de Abel Correia da Câmara, José Antônio Loureiro, o boticário João Barbosa do Prado Lima e o Guarda-mór Manoel Alves de Oliveira foram encontrados sendo empossados como delegados e subdelegados de polícia. Quer dizer, esses mesmos homens seguiriam exercendo as tarefas já conhecidas e ainda mais funções incorporadas ao poder de polícia. Cabe a pergunta: seriam os mesmos agentes com práticas distintas ou apenas a mudança da nomenclatura dos cargos?

De acordo com Ivan Vellasco “o controle das nomeações passava a representar um poderoso instrumento de barganha e cooptação das elites locais” (VELLASCO, 2003, p.146), a concentração de poder no Ministério da Justiça e as demais instâncias para determinar quem assumiria a magistratura e como funcionaria a dinâmica local, naquele momento, sob influência das tendências conservadoras privilegiou indicações de homens que estavam a favor do Império e que nos anos anteriores tinham provado serem de confiança.

Diversos estudos atestam a falta de indivíduos qualificados para assumir os cargos na década de 1830, especialmente, o de Juiz de Paz³³, por isso, a Reforma de 1841 solicitava pelo menos seis suplentes para cada um destes cargos. No entanto, as fontes sugerem que, a exemplo dos Juízes de Paz, muitos nomeados recusavam tais cargos. Os motivos eram diversos, das moléstias até a distância de sua residência até a Vila. Foi o caso de Maurício Rodrigues Gomes de Carvalho que, nomeado subdelegado do distrito do Couto, escreveu diretamente ao Presidente da Província informando sua enfermidade e a ausência de condições físicas para exercer tamanha responsabilidade. Como forma de compensar a sua negativa e provar o seu patriotismo, ofereceu um escravo para servir na Guarda Nacional.³⁴ Sua atitude coincide com o período em que estava acontecendo a Revolta dos Farrapos no Rio Grande do Sul, logo, assinalar sua posição ao lado da legalidade também era importante no sentido de não encerrar oportunidades futuras.

Pode-se afirmar que na década de 1840, em Rio Pardo, existiu uma maior rotatividade de indivíduos pelo cargo e as causas podem ser encontradas nesse mesmo contexto conturbado vivenciado pela Província. Elaine Sodr e destaca que o conflito interferiu em muitas questões administrativas e de justiça e que a lentidão das nomeações dos cargos influenciou diretamente o funcionamento local e provincial. De todo modo, a escolha por esses indivíduos, principalmente nos anos que seguem a Reforma de 1841, foi estratégica para que a

³³ NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. Os “homens” da administração e da Justiça no Império: eleição e perfil social dos juizes de paz em Mariana. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas. Juiz de Fora: UFJF, 2010; SODR E, Elaine L. de Vargas. A disputa pelo monopólio de uma força (i)legítima: Estado e Administra o Judiciária no Brasil Imperial (Rio Grande do Sul, 1833-1871). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Gradua o da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009.

³⁴ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Correspondências expedidas. Subdelegacia de Polícia de Rio Pardo. Fundo Polícia. Maço 51. 1842.

nova legislação prevalecesse nas vilas. Era preciso legitimar a nova estrutura e, sobretudo, apoiar as mudanças que atribuíam mais poder ao governo provincial.

Ademais, uma das questões que se sobressaíram a partir de 1841 foi que os delegados e subdelegados corporificaram a força de polícia, componente essencial, que vincula em sua ação o controle e resolução de crimes, investigação e ordem pública. As posturas municipais foram editadas para **incluir o título “polícia” na sua regulamentação.**³⁵ Os artigos versavam sobre fiscalização de prédios urbanos e terrenos; trânsito de carros, carretas e carroças; situação de animais, embriagados, jogos e escravos.

Em contato com parte da documentação produzida por essas instâncias policiais, encontrei os títulos de residências para estrangeiros. Estes, eram documentos que indivíduos de outros países que chegavam ao Brasil eram obrigados a fazer junto às autoridades – Chefes de Polícia, delegados e subdelegados – para, posteriormente, fazer o passaporte. Essas informações estão detalhadas no **Capítulo V, seção I, intitulado “Dos passaportes dentro do Império, das Legitimações e Títulos de residência”**³⁶ as quais ocuparam importante espaço na Reforma de 1841. Modelos de como o registro devia ser lançado em livros e outra cópia entregue ao estrangeiro foram disponibilizados nesta mesma lei. Segundo esse conjunto de artigos, para obter o título de residência o estrangeiro devia declarar seu nome, sobrenome, naturalidade, idade, estado, profissão, data, o fim para que veio, e a sua residência. A intenção era registrar e, por consequência, ter o controle dos estrangeiros que residiam em Rio Pardo.

O conhecimento dos indivíduos que circulavam nas terras do Império também pode ser observado em correspondência entre as autoridades. O delegado Patrício Antonio Alves escreve ao Chefe de Polícia interino Antonio Vieira Braga solicitando como deveria proceder em relação a situação de um índio chamado Antônio Alves da Silva **encontrado “vagando a pé”** em campos de uma estância.³⁷ Como o indivíduo não carregava nada que o identificasse, foi levado para a cadeia da vila. No dia seguinte, afirmou o prisioneiro que passava na região para buscar dinheiro de uma herança e que estava retornando a Passo Fundo, onde tinha mulher e dois filhos, dizendo ainda já ter sido Sargento da Artilharia da Marinha nos anos de 1828 a 1836.³⁸ Os esclarecimentos não foram suficientes e, com desconfiança, o delegado escreveu novamente a seus superiores informando:

Foi-lhe encontrado um baralho de cartas, uma espada com cabo de osso, uma faca e uma navalha de barba. Dizendo mais estar morando no Passo Fundo desde 1838 não soube dizer quem fora ali o subdelegado, e o Comandante da Guarda Nacional, nem outras pessoas, [...] Estas circunstancias me fazem suspeitar que ou é ele desertor ou fugido das galés.

³⁵ Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo. Livro de Registros das Posturas Municipais, nº 04. 1832

³⁶ BRASIL. LEI Nº 261 DE 3 DE DEZEMBRO DE 1841. Reformando o Código do Processo Criminal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM261.htm>. Acesso em: 20 maio 2019.

³⁷ AHRS. Correspondência expedida. Delegacia de Polícia de Rio Pardo. Fundo Polícia. Maço 26.1853.

³⁸ Idem.

Em consequência tomei a resolução de o enviar preso a V. S com as [?], e a carta que se lhe encontrarão, de que acima fiz menção. Lembro me de que ele disse ter embarcado em Porto Alegre em uma canoa de passagem, e atravessado para a Picada no domingo as 5 horas da tarde, 3 do corrente. Ora foi no dia anterior que fugiram da Cadeia daquela cidade, 2 galés segundo o aviso que tive esta subdelegacia. Pode bem ser pois que seja ele um dos tais ou de tantas outras vezes tem fugido daquela cadeia [...]³⁹

Pelo fato do delegado não ter encontrado “título de baixa nem passaporte” do prisioneiro e diante das incoerências nas suas respostas durante o interrogatório, logo o vinculou a um crime de fuga. Esse esforço das autoridades em intensificar a vigilância na vila também era um meio de legitimar as leis aprovadas na Reforma de 1841. Eduardo Martins investigou os termos de bem-viver, processos que eram abertos mediante comportamento inadequado que incluía embriaguez, prostituição, desordem pública e que se tornou notório para disciplinar a população (MARTINS, 2003). O autor buscou analisar o discurso construído da vadiagem ao longo do século XIX acompanhando a série de leis e decretos que vigoraram para controlar a delinquência e estabelecer formas de punição.

Os termos de bem-viver que antes eram competência dos Juízes de Paz, a partir de 1841, passaram para a responsabilidade dos subdelegados, que deveriam proceder a sua aplicação. Ou seja, a organização judiciária e de polícia que se estabeleceu nos anos de 1840 buscou padronizar e produzir documentos legais que registrassem as atividades inadequadas ou não das pessoas. Afinal, qual o significado dessas funções estarem no rol das responsabilidades de delegados e subdelegados de polícia? A resposta mais apropriada é pensar que, gradualmente, ao longo desses anos, buscou-se efetivar a concentração de poderes de vigilância e da manutenção da ordem sob determinados cargos que aprovavam as mudanças emanadas do governo.

Outra atividade que predominou na documentação sobre o exercício dos delegados e subdelegados de polícia foi a cadeia. Essa foi uma questão que perpassa boa parte da documentação de qualquer Vila no século XIX. A Câmara Municipal administrava os recursos para os seus reparos e os Juízes de Paz, nos anos de 1830, personificavam a preocupação na sua atuação cotidiana. Com o esvaziamento de suas funções com a reforma, os delegados e subdelegados ficaram encarregados dessa tarefa de manutenção dos espaços na Vila.

Importante observar que não foram meras transferências de funções, partindo do Juizado de Paz para as instâncias policiais. Naquele momento, esse deslocamento reforçou um conjunto de leis que atribuiu a uma determinada área a legitimidade de atuação vinculada a essa dinâmica policial. A cadeia vai se tornar um espaço importante dos delegados e para firmar uma rede de informações entre os carcereiros, inspetores de quartelão, escrivão, etc.

³⁹ AHRS. Correspondência expedida. Delegacia de Polícia de Rio Pardo. Fundo Polícia. Maço 26.1853.

O estudo de Caiuá Cardoso Al-Alam sobre os delegados na cidade de Pelotas, na Província do Rio Grande do Sul, entre os anos 1869 a 1889, encontrou de maneira mais expressiva essa relação entre essas instâncias e a cadeia (AL-ALAM, 2013). A Câmara Municipal recebia recursos para manter a cadeia propícia ao funcionamento, contudo, era o carcereiro, cargo nomeado pela mesma instituição, o encarregado pela limpeza que na maioria das vezes empregava os próprios presos para realizarem tal tarefa.

A precariedade das cadeias era bastante conhecida pelas autoridades. Muitos documentos podem ser encontrados descrevendo a situação miserável em que os presos viviam nesses espaços e, com frequência se escrevia ao Presidente solicitando mais recursos para investir na estrutura física da cadeia. Em 1848, na vila de Rio Pardo, o delegado Patrício Antônio Alves também possuía essa preocupação:

Tenho a honra de participar a V.Ex^a que tendo eu ido com o Promotor Publico, e Escrivão visitar a Cadeia de justiça dessa cidade achamos que a mesma nem oferece suficiente segurança para evitar a fuga dos presos, nem tem salubridade por falta de ar de modo que não podemos deixar de nos compungir sentindo mau alito, e observamos quanto devem os presos sentir a diminuição da saúde e por estas causas as autoridades policiais desta cidade já a anos tem cometido sempre os presos para essa cidade o que tambem breve vou mandar fazer aqueles que não tem necessidade de aqui estarem e seria conveniente que V. Ex^a ouvesse de ordenar para se abrirem duas janelas com grades de ferro não parece que fica ao lado da entrada do portão da dita cadeia e para se concertarem as paredes por dentro e rebocaram assim também consertarem os muros que circulão o patio da mesma e a cozinha que está em completa ruína, estes reparos todos se fazem muitos necessarios a fim de que os presos que devem aqui estar durante as formações de culpa tenha mais segurança e gozem de hum ar.⁴⁰

A fiscalização das cadeias fazia parte da rotina das autoridades e, em cada ofício enviado ao governo provincial ficava evidente que o seu trabalho judicial e policial era dificultoso por não ter condições físicas e nem amparo, muitas vezes, das forças militares. Os confrontos entre os Comandantes da Guarda Nacional e os delegados eram frequentes, segundo Wellington Barbosa da Silva, e partiam de dissonância de atividades de vigilância das ruas, como as rondas pelas ruas, nos quais os delegados podiam solicitar soldados para realizá-las (SILVA, 2003).

De acordo com o autor, a Guarda Nacional se negava, muitas vezes, a auxiliar os delegados, e esse impasse chegava via correspondência na mesa do Presidente da Província. Este, por sua vez, tinha que reiterar a importância da colaboração entre as instâncias para o êxito da manutenção pública. A nomeação de milicianos para o cargo de inspetor de quartelão também causava acirramento entre essas autoridades. Os delegados se utilizavam da lei para

⁴⁰ AHRS. Correspondência expedida. Delegacia de Polícia. Fundo Polícia. Maço 26. 1844.

argumentar que não existiam cidadãos qualificados para tal exercício, desse modo, indicavam os disponíveis para o ofício, o que poderia coincidir com os interesses da Guarda Nacional.⁴¹

Apesar das disputas internas, existiam demandas que requeriam ação imediata das autoridades. Os quilombos eram uma preocupação que mobilizava a Cavalaria da Guarda Nacional, instâncias policiais e contratação de capitães de mato. Na documentação sobre Rio Pardo, encontrei uma intensa movimentação sobre a intervenção em um quilombo que se localizava na Serra no distrito do Couto.⁴² Segundo a troca de ofícios entre o presidente da província e o delegado, após algum tempo monitorando o dito quilombo, em março de 1847:

Depois de marchar trez dias na Serra a referida Partida guiada pelo Capitão do Matto Pedro Rodrigues da Costa, conseguiu surpreender o dito Quilombo e o ponto de meio dia, colhendo um resultado a apreensão desses escravos constatantes da relação inclusa ficando mortos hum preto e huma preta no primeiro conflito, em consequencia de haverem os quilombados resistido a força armada. É sobre modo de sentir que se tivessem escapado de seis ou oito negros e duas negras por se acharem dispersos pelo mato empregados em diferentes trabalhos mas obteve-se mais o conveniente resultado de serem queimados dous grandes rouxas, que sendo alli construidos a perto de vinte anos, dava indicio certo de grande numero de escravos estabelecidos.⁴³

Foram contabilizados vinte escravos capturados pela escolta, alguns já estavam fugidos há mais de quinze anos. Quando chegaram na delegacia, o delegado Manoel Alves de Oliveira iniciou um interrogatório que buscava mais informações sobre outros escravos fugitivos e principalmente insistia em saber se existiam outros quilombos na região. A resposta dos vinte interrogados foi unânime em afirmar que não possuíam conhecimento a respeito.⁴⁴

Meses depois o delegado informou que as sucessivas incursões custaram cerca de 257\$00 mil réis.⁴⁵ Eram as posturas municipais que regulamentavam os valores a serem pagos pela captura de escravos fugitivos. Assim, vigorando as posturas municipais de 1832, o capítulo 30 anunciava que:

⁴¹ Idem.

⁴² AHRS. Correspondências expedidas. Fundo Polícia. Delegacia de Polícia, Maço 26, 1847.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Em 30 de janeiro de 1849, o governo provincial pede ao delegados e subdelegados uma relação completa “das pessoas de todos os Distritos do Termo desta Cidade que tem escravos fugidos no Estado Oriental ou nas Províncias vizinhas” contabilizando 57 senhores e 132 escravos. AHRS. Correspondências expedidas. Fundo Polícia. Delegacia de Polícia. Maço 26. 1849.

⁴⁵ AHRS. Correspondências expedidas. Fundo Polícia. Delegacia de Polícia, Maço 26, 1847.

Os capitães de mato vencerão a quantia de dois mil reis por cada escravo, ou escrava fugida que aprehenderem na Villa ou Povoação do termo. Verificando-se a apreensão fora da Vila, ou das Povoações, vencerão a quantia de quatro mil reis, e sendo em quilombo onde se achem reunidos quatro escravos, vencerão a quantia de seis e quatro sentos reis por cada escravo apreendido. Se porem no quilombo se achar maior numero de escravos vencerão doze mil e oito sentos reis por cada hum que apreenderem.⁴⁶

De acordo com as posturas, os valores deviam ser pagos pelos senhores dos escravos e procuradores, contudo, o acesso a ofícios da Câmara Municipal mostra que a mesma não poupava esforços para incentivar e, se necessário, custear pequenas investidas em direção ao mato para aprisionar os escravos fugidos uma vez que esses eram um “perigo” para a sossego público.

As posturas municipais sofreram mudanças em sua organização de capítulos e em sua escrita a partir de 1850, reflexo da experiência dos anos anteriores, onde se consolidava gradualmente a força policial concentrada nos cargos de delegados e subdelegados. É perceptível, da mesma maneira, o esforço de desvincular o poder de polícia - que antes parecia ser exclusivo da Guarda Nacional – tendo em vista que, naquele momento, e com o surgimento de novos cargos, seriam estes os encarregados dessas tarefas.

Considerações finais

A seleção dessas atividades que estiveram evidentes na documentação revela um esforço em legitimar a competência da força policial, principalmente em um contexto que demandava o estabelecimento da ordem. A transição do cargo de Juiz de Paz para os delegados e subdelegados de polícia fez parte de um processo com influência direta das tendências conservadoras que buscou o controle e, a longo prazo, o estabelecimento de um quadro de magistrados togados. Thomas Flory destaca o fortalecimento de uma burocracia nacional quando esses magistrados começam a ocupar de forma efetiva esses cargos.

Nos anos 50 do século XIX, já podemos verificar que, de fato, os nomeados, em sua maioria, eram formados em Direito. Outra questão é que a documentação tipificada como policial foi sendo separada das fontes produzidas pela Câmara Municipal, o que demonstra uma separação gradual de instâncias e cargos sobre administração e polícia.

Cabe ainda refletirmos uma questão central que atravessou todas essas mudanças: a institucionalização da polícia por meio da produção dessa documentação de ordem pública. Os processos tinham a preocupação de ter conhecimento sobre as pessoas, registrar e classificar. O poder de polícia foi se estabelecendo gradualmente ao longo das décadas de 1840 a 1860 até

⁴⁶ AHMRP. Livro de Registro das Posturas Municipais de Rio Pardo, nº 04. 1832

que na Reforma de 1871, esses cargos aparecem já incorporados na estrutura de polícia mais consolidada e em processo de reconhecimento pela sociedade como instituição do Estado.

Fontes Primárias

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG)

Rio Pardo. Subdelegacia de Polícia. Fundo Polícia. Correspondência expedida. Maço 51. 1842.

Rio Pardo. Delegacia de Polícia. Fundo Polícia. Correspondência expedida. Maço 26.

Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo (AHMRP)

Livro de Registro das Posturas Municipais de Rio Pardo, nº 04. 1832

Referências

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Palácio das misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas, 1869-1889. 2013. 274 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BRETAS, Marcos Luiz, ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173.

DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

HOLLOWAY, Thomas. Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MARTINS, Eduardo. Os pobres e os termos de bem viver: novas formas de controle social no Império do Brasil. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.

RODYCZ, Wilson Carlos. O juiz de paz imperial: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 35-72, jan./jun. 2003.

SENA, Luciano Bernardino de. **“Porque não se pode ser autoridade nestes lugarejos”**: atividade de delegados de polícia em Minas Gerais (1888 – 1897). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

SILVA, Wellington Barbosa da. Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

UM OLHAR SOBRE O MUNDO RURAL NA ERA VARGAS (1930-1945)

Vitória Comiran⁴⁷

A pesquisa sobre o mundo rural na Era Vargas busca compreender quais foram os projetos desenvolvimentistas do governo Vargas acerca do mundo rural durante o período de 1930-1945. Deste modo, as políticas socioeconômicas do período foram analisadas a partir de dezessete discursos de Getúlio Vargas sobre o mundo rural que nos evidenciam os objetivos e anseios do governo; as Constituições de 1934 e 1937 e as Legislações Agrárias, em que verificamos a legalidade das propostas presentes nos discursos e, por fim, três processos civis que tramitaram no norte do Rio Grande do Sul, que demonstram a efetividade das ações do governo varguista ao mundo rural.

Palavras-chave: Era Vargas. Mundo rural. Projeto Desenvolvimentista.

Introdução

A Era Vargas foi um período da história brasileira em que se desenvolvem grandes estudos e pesquisas acerca das propostas de industrialização ligadas ao desenvolvimento do capitalismo e projetos nacionalistas. Essa pesquisa, no entanto, ocorre a partir do viés que interliga a história agrária com as referências anteriores. Buscou-se, a partir da concepção e importância que se dá a este período histórico, analisar quais foram os projetos desenvolvimentistas do governo de Getúlio Vargas ao mundo rural no período de 1930-1945.

A pesquisa se desenvolveu com a utilização de três fontes diversas buscando, assim, interligá-las para responder quais foram as repercussões dos projetos desenvolvimentistas do governo Vargas acerca do mundo rural. A primeira fonte desta análise foram dezessete discursos de Getúlio Vargas entre o período de 1930-1945 presentes no site da Biblioteca da Presidência da República. Os discursos dirigidos ao mundo rural foram selecionados entre os três períodos do seu governo: sete referentes ao Governo Provisório; três ao Governo Constitucional; sete ao Estado Novo. Com os discursos procuramos compreender quais foram as propostas do governo varguista ao mundo rural. A segunda fonte, por sua vez, as Constituições de 1934 e 1937 e as Legislações Agrárias presentes no site do Palácio do Planalto, nestas analisamos a legalidade das propostas manifestadas nos discursos e, assim, a terceira fonte, três processos civis da 2ª Vara Civil da Comarca de Soledade, entre o período de 1930-

⁴⁷Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História-UPF, bolsista Prosuc/CAPES. E-mail: vicomiran@gmail.com

1945, do acervo do Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo, procuramos verificar a efetividade das manifestações vistas anteriormente, no norte sul-rio-grandense.

Para a pesquisa foi utilizada como metodologia a análise do discurso. Através da concepção de Bakhtin em que compreendemos a língua como repleta de símbolos e condicionada às referências ideológicas, **em que menciona que “[...] o signo ideológico, deve ser concebido a partir de um sujeito, que se constitui na e pela linguagem, num processo de interação determinado pelo momento sócio-histórico formador de condutas humanas”** (BAKHTIN, 2010, p. 21-22). Assim, buscou-se orientar a análise dos discursos a partir de quatro questões norteadoras: o que o discurso diz, como diz, a quem o discurso se refere e como o contexto histórico-social interfere na manifestação deste discurso.

Neste artigo não iremos analisar a particularidade de cada discurso, mas as ideias gerais de cada período do governo varguista a partir da totalidade dos dezessete discursos, assim como das demais fontes. O objetivo é, assim, discutir as intenções, a legalidade e a efetividade das propostas desenvolvimentistas do governo Vargas ao mundo rural.

A Era Vargas e o mundo rural

Compreendendo a Era Vargas como um período de modificação de uma estrutura mantida ao longo da República Velha (1889-1930) a análise dos discursos de Getúlio Vargas acerca do mundo rural nos demonstra as primeiras intenções de modificações da estrutura agrária brasileira. Nos discursos pronunciados durante o Governo Provisório podemos analisar os anseios do governo que surgiu em 1930. Estes discursos foram pronunciados nos seguintes estados: Rio de Janeiro (1930), Minas Gerais (1931), Bahia (1933), Pernambuco (1933), Paraíba (1933), Pará (1933) e Ceará (1933).

Importantes questões podem ser observadas nos discursos deste período, como o interesse na policultura, a modificação no que se refere à produção agroexportadora, o interesse em uma extinção progressiva do latifúndio, como podemos observar no excerto abaixo:

[...] reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho atualmente rígido e inoperante, para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro; intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis; [...] promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade. (VARGAS, 1930, p. 18-20).

Neste sentido, a partir dos anseios demonstrados acima, compreendemos que a Era Vargas, de acordo com o pesquisador Paulo Cezar Dutra Fonseca, foi um período em que o capitalismo e o interesse desenvolvimentista ligado às questões econômicas passaram a fazer parte das disposições do governo, no que caracteriza que “[...] uma série de mudanças profundas na estrutura produtiva do país, que implicaria no aparecimento de novo padrão de acumulação e de novas formas de articulação entre as várias frações do capital.”(FONSECA, 2015, p. 10).

Os discursos pronunciados durante o Governo Provisório (1930-1934) podem ser caracterizados como os primeiros em que se buscava uma aproximação com os produtores locais das regiões em que os discursos eram realizados, com a finalidade de objetivar o desenvolvimento econômico que começava a ser desejado no início do governo. Assim, observamos que os discursos deste período irão direcionar-se em sua maioria ao incentivo de uma diversificação da produção nacional, do estímulo de uma educação rural e de uma (re) territorialização da produção agrária em novas áreas, visando expandir as fronteiras agrárias.

Deste modo, estes mesmo anseios foram mantidos durante os discursos do Governo Constitucional (1934-1937), porém pudemos observar algumas modificações. Os discursos deste período foram pronunciados no Rio Grande do Sul (1934), Rio de Janeiro (1936) e Bahia (1936). Neste período os interesses industriais do governo começaram a se sobrepor ao interesse prevalecido durante o Governo Provisório, que se caracterizava por uma diligência e preocupação com o pequeno produtor, sua forma de trabalho, sua educação e sua produção. Observamos que esta preocupação e interesse desenvolvimentista ligada ao fomento da produção agrária no início do governo varguista servia como forma de legitimar as ações do governo e trazer o apoio dos pequenos produtores e daqueles presentes nas regiões mais afastadas do país para perto do governo.

No Governo Constitucional, no entanto, os discursos utilizavam o mundo rural como segundo plano para os ideais desenvolvimentistas. O discurso não era mais referenciado ao produtor rural e sua produção, mas sim às indústrias, principalmente do cacau e do açúcar, como podemos observar na citação abaixo do discurso pronunciado no Rio de Janeiro em 1936, quando Vargas se refere às destilarias criadas em relação ao desenvolvimento da indústria do açúcar:

Uma delas aí está em construção, com capacidade para produzir, diariamente, 60 mil litros e custo orçado em 20.000:000\$. Campos recolherá diretamente os benefícios desse melhoramento, ficando aparelhado para desenvolver em condições excepcionais a sua indústria básica. Diante de perspectivas tão animadoras, a ação dos seus homens de trabalho não pode esmorecer. Vinculados ao progresso campista de aspectos tão intensos e multiformes, tudo os impele a prosseguir resolutamente nas fecundas iniciativas que vêm fazendo a prosperidade deste privilegiado recanto fluminense. (VARGAS, 1936, p. 164).

Este interesse desenvolvimentista que passa a se voltar da produção agrária para a industrial inicia-se com o Governo Constitucional e continua com o Estado Novo. Neste período, os discursos direcionam-se para o operariado das fábricas, não mais aos produtores do interior do Brasil, assim como para a produção industrial voltada ao viés nacionalista em virtude do contexto sócio histórico em que este período está inserido, a Segunda Guerra Mundial. A indústria se torna, neste contexto, a peça fundamental para o desenvolvimento nacional e, para isso, a agricultura deveria ser fomentada para gerar esse avanço industrial, mas não ocorrem mais menções sobre a extinção progressiva do latifúndio, ou uma educação rural, como havia no Governo Provisório.

Podemos compreender esta questão de modificação de interesse conforme o estágio do governo na citação abaixo, em que Vargas menciona que:

Precisamos equipar as vias férreas do país, de modo a oferecerem transporte econômico aos produtos das diversas regiões, bem como construir novos traçados e abrir rodovias, prosseguindo na execução do nosso plano de comunicações, particularmente no que se refere à penetração do hinterland e articulação dos centros de consumo interno com os escoadouros de exportação. (VARGAS, 1937, p. 28).

Após uma análise breve dos discursos dos períodos do governo de Getúlio Vargas acerca de um mundo rural, buscando abarcar as principais manifestações destes, a pesquisa se volta para a legalidade destes pronunciamentos. As Constituições de 1934 e 1937 analisadas pertencem às mesmas ambições dos discursos aqui refletidos. A Constituição de 1934 demonstra os anseios presentes nos discursos do Governo Provisório, mas não em sua totalidade. Esta faz referência a uma educação rural e iniciativas a uma produção visando as diferentes culturas, mas não contextualiza como fazia Vargas em seus discursos, intenções referentes à extinção progressiva do latifúndio, por exemplo.

Observamos no art. 121 da Constituição de 1934 questões referentes às manifestações dos discursos, como auxílio à produção e ao trabalhador rural, como podemos depreender abaixo:

A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a protecção social do trabalhador e os interesses economicos do paiz. § 4.º O trabalho agricola será objecto de regulamentação especial, em que se attenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferencia na colonização e aproveitamento das terras públicas. (BRASIL, 1934).

Compreendemos aqui que estas questões representadas na Constituição foram discutidas, de fato, durante os discursos do Governo Provisório. A Carta de 1937, por sua vez,

nos apresenta os interesses desenvolvimentistas ligados, assim como os discursos do Governo Constitucional, à produção agrária visando o desenvolvimento da indústria que, por sua vez, estava diretamente ligada, no contexto de inserção do capitalismo, no desenvolvimento econômico nacional, como percebemos no art. 61:

São atribuições do Conselho da Economia Nacional: f) preparar as bases para a fundação de institutos de pesquisas que, atendendo à diversidade das condições econômicas, geográficas e sociais do País, tenham por objeto: I - racionalizar a organização e administração da agricultura e da indústria. (BRASIL, 1937).

A Constituição adquire, assim, o caráter econômico do governo, com seu viés nacionalista. Assim, caracterizamos os discursos e as Constituições como: durante o Governo Provisório as manifestações de Vargas e a Constituição de 1934, que estabelece o início do Governo Constitucional, se vinculam e direcionam à produção agrária com interesse na pequena propriedade, a preocupação com a educação e método de trabalho do agricultor e seu fomento; os discursos do Governo Constitucional e a Constituição de 1937, que dá início ao Estado Novo, observamos o caráter agrário sendo modificado para se tornar um interesse desenvolvimentista econômico ligado à indústria.

Deste modo, observando que, os discursos de Getúlio Vargas e as Constituições foram transitando por mudanças conforme os interesses do governo. Com isso, os processos civis da 2ª Vara Civil da Comarca de Soledade nos explicam como ocorreu essa transitoriedade e se aquilo manifestado e ansiado de fato chegou ao mundo rural do norte sul-rio-grandense. Os processos analisados são de execução e cada qual corresponde a um período do governo Vargas. Assim, eles nos evidenciam como cada estágio da Era Vargas executou as propostas ao mundo rural, analisadas anteriormente.

Em comum os três processos analisados nos informam que estes foram executados pela consequência de dívidas adquiridas por agricultores e por estes não possuírem condições financeiras de suprirem com estas dívidas acabaram por perder sua propriedade. Observamos, então, que a propriedade de terra reflete o avanço econômico e, assim, compreendemos que ela está inserida no viés capitalista que se realça a partir de 1930, com o diligente desenvolvimento nacional visando o lucro e a acumulação.

Os três processos direcionaram-se para esta questão ligada ao capitalismo, entretanto não observamos grandes modificações frente ao que indicava os discursos de Getúlio Vargas, ou seja, uma mudança da estrutura rural brasileira, pois as dívidas continuavam a fazer com que os pequenos proprietários perdessem suas terras, culminando no anteriormente à Era Vargas, a da grande propriedade, aumento da propriedade daqueles que possuíam capital para investir na expansão e a manter a lógica que já prevalecia

Considerações Finais

A pesquisa nos evidenciou que o mundo rural na Era Vargas esteve envolto sobre alguns interesses desenvolvimentistas, ligados ao capital industrial e ao desenvolvimento econômico. Porém, estes interesses passaram por períodos de transitoriedade ao longo dos governos varguistas.

Cada estágio implicou em visões e anseios diversos que repercutiram de algum modo no mundo rural entre o período de 1930-1945. Entre os interesses se caracterizaram o incentivo à policultura, o investimento em uma educação rural, a criação de um Crédito Agrícola, a extinção do latifúndio e a produção visando o fomento da indústria e o desenvolvimento nacional. No entanto, observamos discrepâncias entre o que era almejado e o que de fato era efetivado no mundo rural.

A partir da leitura dos litígios do norte sul-rio-grandense e compreendendo as manifestações presentes nos discursos e nas Constituições observamos que não houve modificações concretas acerca do mundo rural, ou em específico da propriedade de terra, pois ela continuou a ser tratada sobre o viés da capitalização, como mercadoria. Esta ótica mantida durante a Era Vargas e que não se rompeu a partir de 1930 nos demonstra que a propriedade foi utilizada para viabilizar a produção e gerar mais lucro ao produtor, ao passo que esta era penhorada, como ficou evidente nos processos do período, em que os pequenos produtores estavam submetidos aos interesses dos latifundiários e dos bancos, e que sem condições de pagar as dívidas, acabava por perder a terra, posto à penhora, e adquirido, por um grande produtor para ampliar sua propriedade.

A partir dos moldes idealizados pelo governo durante seu início, de um amparo ao pequeno produtor; o incentivo à policultura; à produção agrária para a industrialização, percebemos que as reais efetivações das propostas discursivas não obtiveram modificações em todas as estruturas acerca da terra, principalmente quando olhamos para os processos do norte do Rio Grande do Sul. Deste modo, sem ocorrer mudanças quanto ao mundo rural no que tange à questão fundiária, o processo que se estabeleceu foi o de continuidade das práticas demonstradas acerca da propriedade no período anterior a 1930.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. Passo Fundo: UPF. Acervo do Judiciário.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF, 24 fev. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF, 16 jul. 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF, 10 nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL. Legislação e jurisprudência agrária e correlata. Organização Joaquim Modesto Pinto Junior, Valdez Farias. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2007. (Coletânea, 3 t).

DEZEMONE, Marcus. Do Cativo à Reforma Agrária: colonato, direitos e conflitos (1872 – 1987). 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2008.

DEZEMONE, Marcus. A Era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa. In: MOTTA, Marcia; ZARTH, Paulo (Org.). História Social do Campesinato. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954. São Paulo: Hucitec, 2014.

PROCESSO DE EXECUÇÃO. Banco da Província do Rio Grande do Sul vs. Prudente Jacques de Camargo e João Jacques de Camargo; 2ª Vara Cível Comarca de Soledade, 1937. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo, acervo do Judiciário.

PROCESSO DE EXECUÇÃO. Carlos Von Scharten vs. Rudolpho Von Scharten; 2ª Vara Cível Comarca de Soledade, 1930-1936. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo, acervo do Judiciário.

PROCESSO DE EXECUÇÃO. Euzébio dos Santos Ortiz vs. Justino Gomes de Oliveira e Oswaldino Rodrigues da Silva; 2ª Vara Cível Comarca de Soledade, 1937-1945. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo, acervo do Judiciário.

VARGAS, Getúlio. A estrada de rodagem Rio – Baía. Discurso pronunciado no Ginásio Leopoldinense por ocasião do banquete oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas. Leopoldina, 24 out. 1939. Disponível em: <biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 2 dez. 2017.

VARGAS, Getúlio. A política econômica do Governo e os problemas vitais do país. Discurso pronunciado no Cassino Umuarama por ocasião do almoço oferecido pela federação das indústrias de São Paulo. São Paulo, 21 dez. 1943. Disponível em: <biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 2 dez. 2017.

VARGAS, Getúlio. A política trabalhista do Governo e seus benefícios. Discurso pronunciado no estádio Vasco da Gama por ocasião das comemorações do dia do trabalho. Rio de Janeiro, 1 maio 1940. Disponível em: <biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 2 dez. 2017.

VARGAS, Getúlio. Campos, a lavoura do açúcar e a industrialização do álcool. Discurso pronunciado no Teatro Trianon. Campos, 23 jun. 1936. Disponível em: <biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 2 dez. 2017.

VARGAS, Getúlio. Discursos, Mensagens e Manifesto: (primeira parte) 1930-1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

VARGAS, Getúlio. Discursos, Mensagens e Manifesto: (segunda parte) 1930-1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

VARGAS, Getúlio. O Brasil visto como um todo. Discurso pronunciado no Círculo Militar do Paraná agradecendo o banquete oferecido pelo interventor federal. Curitiba, 24 jan. 1944. Disponível em: <biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 6 dez. 2017.

VARGAS, Getúlio. O Instituto do Cacau e o progresso da Baía. Discurso pronunciado. São Salvador, 21 nov. 1936. Disponível em: <biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 2 dez. 2017.

VARGAS, Getúlio. O trabalhador brasileiro no Estado Novo. Discurso pronunciado no estádio Vasco da Gama por ocasião das comemorações do dia do trabalho. Rio de Janeiro, 1 maio 1941. Disponível em: <biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 2 dez. 2017.

VARGAS, Getúlio. Proclamação ao povo brasileiro. Discurso pronunciado no Palácio da Guanabara. Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: <biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 2 dez. 2017.

VARGAS, Getúlio. Volta Redonda e a capacidade construtiva dos brasileiros. Discurso pronunciado por ocasião do almoço oferecido ao presidente Higínio Morínigo. Volta Redonda, 7 maio 1943. Disponível em: <biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 6 dez. 2017.

WIRTH, John D. A política do desenvolvimento na era de Vargas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1973.

INDÍCIOS DA HISTÓRIA DO CAMPO DOS MUSEUS NO RIO GRANDE DO SUL: ITINERÁRIOS DE UMA PESQUISA A PARTIR DE SUAS FONTES DOCUMENTAIS

Ana Carolina Gelmini de Faria⁴⁸

Iandora de Melo Quadrado⁴⁹

O trabalho propõe-se a compartilhar os desafios da pesquisa “O campo dos museus brasileiro: uma História dos Museus a partir da atuação de seus agentes”, cadastrado na PROPESQ/UFRGS, que tem por objetivo investigar o itinerário de agentes e organizações que atuaram nos museus brasileiros na primeira metade e meados do século XX, na região Sul do país, e suas contribuições para o campo no período estudado. O artigo compartilha a procura dos indícios documentais em quatro espaços de guarda documental: Núcleo de Memória da Museologia Brasileira, Museu Histórico Nacional, Museu Júlio de Castilhos, Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli, analisando o exercício de correlacionar as fontes primárias localizadas em diferentes instituições do país. Conclui-se que há muito a se produzir sobre a História dos Museus brasileira, especialmente a inserção dos profissionais da região Sul nessa construção, pois parte de seus registros foram invisibilizados nessa produção historiográfica.

Palavras-Chaves: História dos Museus. Campo dos Museus. Pesquisa nos Museus.

Uma proposta de compartilhamento

Esse texto tem um objetivo muito específico: compartilhar com os (as) leitores (as) uma das etapas do percurso metodológico de uma pesquisa em andamento da área da Museologia, com enfoque no campo dos museus. Em 1980 Umberto Eco, no livro *Como se faz uma tese nas Ciências Humanas* (2007), destacou que o ato de pesquisar deveria estar vinculado à prática de recriar-se. Dedicar-se à pesquisa é se deparar com uma caça ao tesouro e esse texto se propõe a debater sobre a dinâmica de investigar fontes salvaguardadas por museus e centros de memória. Barros (2005) corrobora com a assertiva de Umberto Eco e reforça a

⁴⁸ Museóloga (UNIRIO), mestre e doutora em Educação (UFRGS). Docente do Curso de Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS). Coordenadora da pesquisa “O campo dos museus brasileiro: uma História dos Museus a partir da atuação de seus agentes”, cadastrado na PROPESQ/UFRGS. Contato: carolina.gelmini@ufrgs.br.

⁴⁹ Historiadora (UNILASALLE), especialista em História do Brasil Contemporâneo (FAPA) e discente do Curso de Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS). Bolsista do Programa de Iniciação Científica BIC/UFRGS pelo projeto “O campo dos museus brasileiro: uma História dos Museus a partir da atuação de seus agentes”. Contato: iandoramelo@gmail.com

importância do planejamento de uma pesquisa, processo diretamente associado com o interesse do(a) pesquisador(a), a relevância atribuída por esse(a) ao tema definido, sua viabilidade e originalidade.

No contexto dessas escolhas que se delineou o projeto de pesquisa O campo dos museus brasileiro: uma História dos Museus a partir da atuação de seus agentes, investigação cadastrada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2017. Vinculada ao curso de Museologia, foi elaborada a partir da conclusão da tese de uma das autoras desse texto que tinha por desafio investigar como foi formulado pelos (as) agentes e agências que atuavam no campo dos museus no Brasil, o papel educativo dessas instituições, em especial no Museu Histórico Nacional, no período de 1932 a 1958⁵⁰. Ao concluir esse estudo a autora constatou uma ausência de produção sobre agentes da região Sul que poderiam ter colaborado para o reconhecimento do campo dos museus.

Da premissa apresentada se formulou a pesquisa em andamento, visando atender questões como: É possível identificar agentes e/ou organizações que atuaram na região Sul do Brasil e contribuíram para a legitimação do campo dos museus brasileiro? Quais foram suas participações no campo dos museus? Como se deram os processos de produção, circulação e apropriação de discursos científicos, educativos e culturais desses (as) agentes e/ou organizações? Para responder às indagações faz-se necessário mapear os (as) diversos agentes que contribuíram para essa produção, especialmente os(as) profissionais que foram invisibilizados (as) pela produção da História dos Museus, e lança-se o desafio de encontrar evidências para uma análise documental.

Os rastros documentais referentes às dinâmicas instauradas estão esparsos e exigem um método interpretativo que concentre esses resquícios. Assim, a pesquisa se apropria do método indiciário (GINZBURG, 1989) a fim de compor um conjunto de princípios e procedimentos que contribuam na análise das experiências vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa através dos resíduos e dados marginais encontrados. O primeiro desafio da investigação passou a ser a localização de fontes. De acordo com Barros (2005, p.9):

Se qualquer viagem traz consigo uma sensação de novidade e de confronto com o desconhecido, a viagem do conhecimento depara-se adicionalmente com a inédita realidade de que o caminho da Pesquisa deve ser construído a cada momento pelo próprio pesquisador. Até mesmo a escolha do lugar a ser alcançado ou visitado não é mera questão de apontar o dedo para um ponto do mapa, pois este lugar deve ser também ele construído a partir da imaginação e da criatividade do investigador.

⁵⁰ Para maiores informações, consultar: FARIA, Ana Carolina Gelmini de. Educar no museu: o Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958). 2017. 292 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/158339>>. Acesso em: abr. 2019.

Nesse projeto tomamos como ponto de partida, em paralelo ao levantamento bibliográfico, a busca por evidências de espaços que tratam da trajetória dos museus e da Museologia no Brasil. Ao iniciar o mapeamento um lugar levou ao outro e esse é um processo em andamento, ou seja, outros espaços de salvaguarda ainda serão identificados e visitados. Cada lugar percorrido tem uma especificidade documental e uma rotina própria de consulta. Até o momento são analisados documentos do Museu Histórico Nacional (MHN)⁵¹, Núcleo de Memória da Museologia Brasileira (NUMMUS)⁵², Museu Júlio de Castilhos (MJC)⁵³, Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS)⁵⁴. Assim, apresentaremos os desafios, as características, as surpresas e as conexões encontradas entre esses espaços ao ter a pesquisa como fio condutor.

Pesquisar nos museus e centros de memória

A pesquisa proposta possui, nos próprios museus, uma grande adversidade. Ao ter por objetivo investigar o itinerário de agentes e organizações que atuaram no campo dos museus brasileiro faz-se necessário procurar esses indícios nas trajetórias pessoais e das instituições, o que implica que os museus e esses sujeitos tenham preservado evidências de sua atuação. Chagas (2005, p.61) apresenta as possíveis articulações entre os **termos pesquisa e museu**: “[...] o museu tanto pode ser um lugar de produção de pesquisas, quanto pode ele mesmo ser **transformado em objeto de pesquisa**”. **No nosso caso, os museus são um campo de pesquisa e as atuações do corpo funcional o objeto de estudo.** De acordo com Possamai (2002, p.85):

A investigação sobre o museu, por outro lado, proporciona situar historicamente as diferentes concepções que norteiam a sua atuação ao longo do tempo, datando-as como escolhas específicas vinculadas não apenas a determinadas concepções relacionadas ao passado e às áreas de conhecimento do museu, mas também às implicações ideológicas. O museu, como qualquer objeto por esse guardado, pode constituir-se em um documento da sociedade que o engendrou e, nesse sentido, expressa relações sociais, relações de poder, imaginários, crenças e visões de mundo. Tornar acessível ao público que o visita a historicidade das escolhas feitas no passado e também as que estão sendo realizadas no presente, que tem um componente não apenas epistemológico, mas também ético. A pesquisa, nesse sentido, ocupa um lugar relevante no interior do museu, não devendo

⁵¹ Ressaltamos o trabalho realizado pelo Museu Histórico Nacional e a empresa DOCPRO pela digitalização do acervo documental do Museu, disponível em: <<http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>>. Acesso em: abr. 2019.

⁵² Agradecemos o professor Ivan Coelho de Sá e bolsistas pela acolhida no NUMMUS.

⁵³ Agradecemos a diretora Dóris Couto, a funcionária Denise Soares Bastos e as estagiárias Ana Caroline das Neves e Cinara Vargas pelo acolhimento no MJC.

⁵⁴ Agradecemos a coordenadora do Núcleo de Documentação e Pesquisa Maria Tereza Silveira de Medeiros e a estagiária Caroline Medina da Costa pelo acolhimento no MARGS.

ser negligenciada, se a opção for pela qualificação das atividades dessa instituição e pela sua maior relevância social.

A autora, a partir da afirmação acima, propõe um duplo movimento em relação à associação entre pesquisa e museu: primeiro, que os museus deem um papel importante para a pesquisa, vinculando-a como uma de suas funções; em paralelo, que centros e profissionais externos contribuam para o avanço científico ao desvendarem os museus como potenciais produtores de conhecimento (Idem, 2002). Uma das possibilidades de articulação dos dois vieses é tornar objeto de investigação o próprio museu.

Porém, a trajetória histórica do campo dos museus brasileiro ainda possui hiatos e essa situação é resultante da falta do duplo movimento proposto por Possamai (2002). Poucos indícios foram preservados sobre a trajetória de profissionais e práticas institucionais e, muitas das que temos acesso, ainda carecem de interpretações. Os registros foram pouco explorados (alguns são investigados pela primeira vez) e seus enfoques podem ser dos mais distintos, fato que potencializa inúmeras abordagens analíticas:

[...] [a evidência] não é empiria pura que está ali esperando para ser capturada pelo conceito adequado, algo que tem voz própria esperando que alguém faça a pergunta correta para se manifestar. A evidência é produto de uma certa evidência, é construção de uma forma de ver, de uma visibilidade e de uma dizibilidade social e historicamente localizada. É o próprio conceito, é o discurso lançado sobre a empiria que a transforma em evidência. Nada é evidente antes de ser evidenciado, ressaltado por alguma forma de nomeação, conceituação ou relato. Os documentos são formas de enunciação e, portanto, de construção de evidências ou de realidades (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.25)

Cabe ressaltar que a interpretação dos indícios se dá no presente, produto do entrelaçamento de fontes e da construção **argumentativa**: “**Esse trabalho de tessitura é, no entanto, obra da mão que o tece, da imaginação e habilidade de quem narra**” (Ibidem, p.31). Albuquerque Júnior (2007) reforça que a pesquisa é um processo de seleção, ordenamento, racionalização, conceituação e escritura. Esse itinerário, ainda que parcial, será compartilhado por meio experiência atualmente vivenciada pelas autoras.

Ponto de partida: Museu Histórico Nacional

O Museu Histórico Nacional é uma instituição brasileira criada em 1922 por decreto do Presidente Epitácio Pessoa. Localiza-se na cidade do Rio de Janeiro, no período antiga capital do Brasil. Ocupou gradativamente todo o conjunto arquitetônico da Ponta do Calabouço, formado pelo Forte de Santiago (1603), Casa do Trem (1762) e o Arsenal de Guerra (1764). Esse último, inclusive, foi utilizado em 1922 como o Pavilhão das Grandes Indústrias da Exposição

do Centenário da Independência do Brasil, mesmo período de criação do Museu. A instituição desde sua criação esteve compromissada com a instrução pública e uma das ações colocada em prática foi o Curso de Museus, através do decreto-lei nº 21.129 de 7 de março de 1932, formação que diplomou profissionais especializados para o trabalho nos museus, intitulados de conservadores de museus.

A instituição possui dois arquivos: o Arquivo Histórico e o Arquivo Institucional. O segundo diferencia-se do primeiro por permitir consultas, em especial, na documentação relativa à memória do Museu, desde sua criação. Possui, entre seu acervo, fotografias e relatórios institucionais, compostos por registros de ações institucionais de diversos anos.

Além do espaço físico, o Museu Histórico Nacional por meio de projetos de difusão das publicações institucionais dispõe, com o apoio da empresa DocPro, uma Biblioteca Virtual de acesso a documentos da trajetória do Museu, entre eles parte da documentação do Arquivo Institucional. A Biblioteca online permite a busca e o download em oito conjuntos temáticos: (1) Anais do Museu Histórico Nacional; (2) Coleção de Indumentária; (3) Livro de Ouro do Museu Histórico Nacional; (4) Livro dos Seminários Internacionais; (5) Catálogos de Exposições e Outras Publicações do Museu Histórico Nacional; (6) Cartazes de Exposições; (7) Processos de Entrada de Acervo; (8) Relatórios, Curso de Museus e Acervo Gustavo Barroso, disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html> (Figura 1).

Figura 1 - Parcial da Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional



Fonte: Disponível em: <http://www.docpro.com.br/mhn/bibliotecadigital.html>. Acesso em maio de 2019.

Na Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional, por ter o acervo documental e bibliográfico digitalizado, é possível se fazer a busca investigativa por duas opções: por item e por termos de indexação. Ao pesquisar a Hemeroteca do Gustavo Barroso, intelectual que foi

diretor da instituição de 1922 a 1959, encontramos alguns documentos referentes à funcionários do Museu Júlio de Castilhos (Figura 2) - mais adiante apresentado -, entre estes destaca-se as atividades realizadas em 1957 no Museu do estado do Rio Grande do Sul:

Figura 2 - Atividades do Museu Júlio de Castilhos em 1957



Legenda do destaque: Bolsista - O Museu Histórico Nacional dirigido pelo eminente escritor Gustavo Barroso colocou a disposição do Rio Grande do Sul uma bolsa de estudos no Curso de Museus daquele modelar estabelecimento cultural. A inteligente funcionária do Museu Júlio de Castilhos, Maria José Lopes Daudt é a bolsista. Já terminou o primeiro ano do Curso com notas distintas. Mais de 50% dos alunos foram reprovados. Fonte: ATIVIDADES... , 1958, [s.n.t.].

Pela reportagem de 1958 identificou-se que uma funcionária do Museu Júlio de Castilhos, Maria José Lopes Daudt, cursou como bolsista o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional na década de 1950. Na década de 1940, mais precisamente em 1944, o Curso de Museus passou por uma grande reforma e, entre as novidades, estava a possibilidade de ceder bolsas de estudos, prevista no artigo 7 do decreto-lei nº6.689:

Poderão ser concedidas, anualmente, bolsas de estudo destinadas a candidatos residentes fora do Distrito Federal e da Capital do Estado do Rio de Janeiro e escolhidos de preferência entre os servidores estaduais e municipais, com o exercício em museus históricos ou de belas-artes (BRASIL, 1946, p.72).

Segundo Sá (2006) os bolsistas eram “recrutados” nos Estados em que atuavam, tendo como um dos principais critérios ser do corpo funcional do Município, do Estado ou do âmbito Federal. A intenção era que esses profissionais contribuíssem na organização e acompanhamento dos museus de todo o País, em especial os de caráter regional. Siqueira (2010) analisa como era organizada a distribuição das bolsas de estudo:

Normalmente, os bolsistas eram indicados pelo Governador do Estado a que a bolsa foi atribuída e, uma vez matriculados no Curso, aprenderiam as “técnicas” corretas de como organizar museus, colocando em prática estes ensinamentos ao retornarem aos seus Estados. O Diretor do MHN, no uso de suas atribuições legais, enviava aos governadores dos Estados ofício de

oferecimento de bolsas de estudos no MHN. Estes bolsistas estariam isentos do exame de vestibular, dispensados da apresentação do certificado de conclusão do Curso Clássico ou Científico, e, além disso, receberiam passagens de ida e volta aos seus Estados de origem e uma mensalidade durante os três anos de duração do Curso. No entanto, perderiam direito a este último benefício, caso fossem reprovados em qualquer uma das disciplinas (SIQUEIRA, 2010, p. 33).

De acordo com Sá e Siqueira (2007) foram contemplados com bolsas de estudos do Curso de Museus os estados da Bahia (15 bolsas); Ceará (8 bolsas); Rio Grande do Sul (7 bolsas); São Paulo (6 bolsas); Minas Gerais (6 bolsas); Maranhão (6 bolsas); Paraná (3 bolsas); Amazonas (2 bolsas); Pernambuco (2 bolsas); Rio de Janeiro (2 bolsas); Santa Catarina (2 bolsas); Espírito Santo (1 bolsa); Goiás (1 bolsa); Sergipe (1 bolsa); Mato Grosso (1 bolsa); além da Argentina (1 bolsa). Caberia então localizar em outro espaço de memória quem eram os(as) bolsistas do estado do Rio Grande do Sul.

Mapeamento de agentes: a busca do curso de museus no núcleo de memória da museologia no Brasil

Buscando reunir, investigar e preservar diversos fragmentos da memória da trajetória do antigo Curso de Museus, atual Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 2005, sob coordenação do prof. Dr. Ivan Coelho de Sá, foi iniciado o Projeto Memória da Museologia no Brasil - hoje intitulado Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS) - constituindo um acervo doado por profissionais da área: é composto por fotografias, textos originais, livros, reportagens, diplomas, currículos vitae, cadernos de anotações, entre outros itens que representam a história da área museológica no país. As pesquisas realizadas no NUMMUS contribuem, em nossa investigação, para o aprofundamento das práticas educativas desenvolvidas por funcionários do Museu Histórico Nacional e profissionais formados no Curso de Museus:

Esta base se constitui num marco relevante para o campo das pesquisas sobre a Museologia, tendo em vista o caráter pioneiro deste projeto, em especial para os profissionais formados pelo antigo Curso de Museus do MHN e do atual Curso de Museologia da UNIRIO, e a ausência quase completa de iniciativas de preservação desse tipo no campo museológico. Essa iniciativa abre caminho para o desenvolvimento de estudos que propiciarão uma maior compreensão sobre a importância do pensamento teórico, do ensino e da formação profissional em Museologia no Brasil, permitindo refletir sobre as transformações ocorridas na sociedade brasileira em consonância com o campo dos museus. A construção destas referências fundamenta-se na coleta de documentos, no que se refere à formação e à atuação profissional, com o objetivo de agregá-los, evitando,

assim, seu desaparecimento e dispersão (SIQUEIRA; GRANATO; SÁ, 2008, p.155).

A consulta no NUMMUS precisa ser realizada no local⁵⁵, mediante agendamento. As coleções se caracterizam por institucional (derivada do Curso de Museus e, posteriormente, Curso de Museologia da UNIRIO) e pessoais, doadas por agentes que atuaram no campo dos museus brasileiro. É possível, portanto, realizar busca por arrolamento realizado pela equipe do Núcleo ou busca pela doação de doadores (Figura 3):

Figura 3 - Acervo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS)



Fonte: NUMMUS. Fotografia das autoras, 2018.

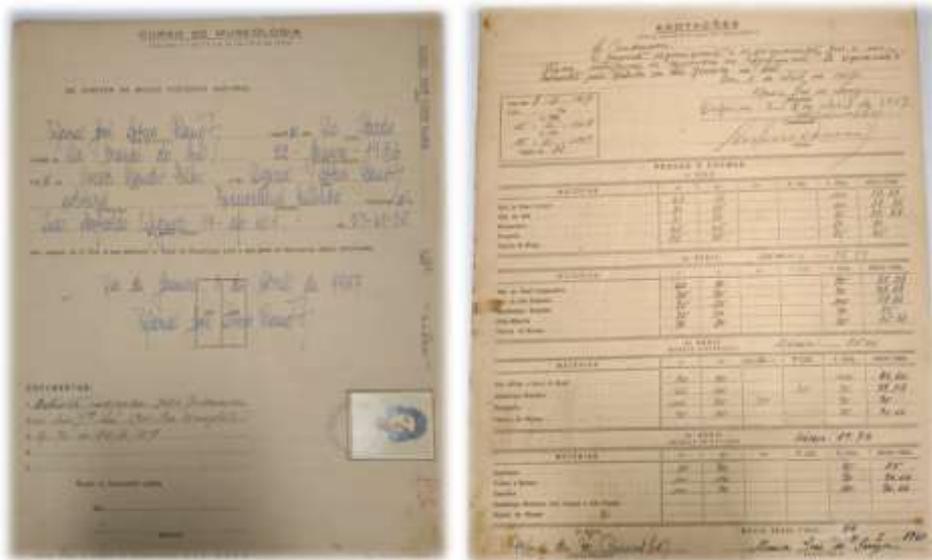
Ao analisar a documentação do Curso de Museus nos deparamos com as fichas de matrícula, descritas por Siqueira (2009):

Em 1939, tem início a organização de Fichas Individuais de Requerimento de Matrículas, efetivadas a partir de 1940. Nestas fichas, seriam inseridas todas as informações pessoais e acadêmicas, o histórico escolar completo, bem como uma fotografia (3x4cm) para identificação (SIQUEIRA, 2009, p. 29).

Foi localizada a ficha de matrícula de Maria José Lopes Daudt (Figura 4) e de outras bolsistas do estado do Rio Grande do Sul, que ganharam bolsa de estudo entre as décadas de 1940 e 1950.

⁵⁵ Av. Pauster, 458 - Prédio do Centro de Ciências Humanas - Rio de Janeiro/ RJ, Brasil.

Figura 4 - Fichas Individuais de Requerimento de Matrículas de Maria José Lopes Daudt



Fonte: NUMMUS. Fotografia das autoras, 2019.

Entre os nomes das bolsistas localizadas duas chamaram a primeira atenção: Almerinda Veríssimo Corrêa (diplomada em 1956) e Maria José Lopes Daudt (diplomada em 1959). No livro “Curso de Museus - MHN, 1932-1978”, catálogo que recupera dados sobre a trajetória profissional dos diplomados, há pouca informação sobre essas duas profissionais. Sobre Corrêa: “Funcionária pública. Bolsista pelo Estado do Rio Grande do Sul” (SÁ; SIQUEIRA, 2007, p.124). Já acerca de Daudt: “Funcionária pública. Bolsista pelo Estado do Rio Grande do Sul. Trabalhou no Museu Júlio de Castilhos, RS, até se aposentar” (Ibidem, p.140). Mas, ao cruzar fontes, como os livros “Recursos Educativos dos Museus Brasileiros” de Guy de Hollanda (1958) e “Museus do Rio Grande do Sul”, organizado por Aroldo Medina e Gilnei Bueno (2000) - ambos um arrolamento de museus e suas organizações baseados em dados fornecidos pelas equipes por meio de questionários - há a informação de que, após a diplomação do Curso de Museus, Almerinda Veríssimo Corrêa atuou no Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS) e Maria José Lopes Daudt no Museu Júlio de Castilhos (MJC). Caberia, então, visitar os arquivos dessas instituições museais do Rio Grande do Sul.

Com foco na região sul: parada no Museu Júlio de Castilhos, primeira instituição do Rio Grande do Sul

A partir das pesquisas iniciadas nas instituições do Rio de Janeiro foi possível estabelecer um elo que conduziu a possíveis trajetórias de agentes que atuaram em museus no Sul do país, uma vez que a documentação dos Cursos de Museus evidenciou que, ao longo das décadas de 1940 e 1950, o Curso recebeu bolsistas do Rio Grande do Sul, uma delas proveniente do quadro técnico do Museu Júlio de Castilhos (MJC).

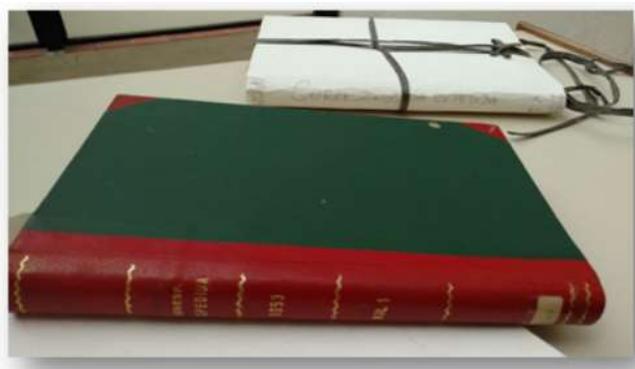
No ano de 1903 foi criado o primeiro museu do estado do Rio Grande do Sul, nomeado inicialmente como Museu do Estado, que vale ressaltar, figura entre as primeiras instituições

museológicas criadas no país até aquele momento, sendo o seu acervo composto no mesmo formato dos outros museus em funcionamento no restante do Brasil àquela época, com seções de zoologia e botânica; mineralogia; antropologia e etnografia (SOUZA, 2014). Instituído em um período em que o Brasil ainda carecia de instituições científicas, o MJC cumpria o papel de difusor dos saberes científicos e guardião das memórias, através de um acervo bem diverso, nos moldes de um gabinete de curiosidades.

Inicialmente, o Museu funcionou em pavilhões da Escola de Engenharia, fixando-se em sua sede atual no ano de 1905, após a morte prematura do líder político Júlio de Castilhos, ocorrida em 1903. Assim, em sua homenagem o Museu foi renomeado, passando a chamar-se, desde então, Museu Júlio de Castilhos. No ano de 1954, durante a gestão de Dante Laytano, ocorreu a decisão de desmembrar os acervos em três coleções, sendo: histórico, etnográfico e ciências naturais, sendo que o primeiro se manteve na instituição e os demais foram destinados a outros espaços de Porto Alegre.

O MJC possui um acervo histórico e documental e recebe pesquisadores interessados na história do Rio Grande do Sul, o que inclui aqueles que buscam tomar o próprio museu como objeto de estudo, como é o caso do presente projeto. As pesquisas devem ser realizadas no local⁵⁶, mediante agendamento. Em relação ao acervo documental, as buscas são realizadas por ano e a nossa pesquisa tem se centrado em correspondências e ofícios expedidos e recebidos, especialmente nas décadas de 1940 e 1950. Até o momento, se mapeou cerca de 8.665 páginas entre ofícios expedidos e recebidos (Figura 5) na tentativa de identificar a atuação de agentes que procuraram promover o Museu como espaço educativo, uma vez que conforme Torres (apud PEREIRA, 2010, p.117) “[...] a educação em museus é antes de tudo, uma consequência da atuação dos próprios profissionais de museus”.

Figura 5 - Correspondências e ofícios estão organizados por ano, por expedidos e recebidos



Fonte: Museu Júlio de Castilhos. Fotografia das autoras, 2018.

Até o momento, é possível perceber, a partir dos documentos analisados, que o MJC mantinha, no final da década de 1930 e início da década de 1940, relações com outras instituições na América do Sul e, também, nos EUA, com trocas de correspondências e envios e

⁵⁶ Rua Duque de Caxias, 1205 - Centro Histórico - Porto Alegre/RS.

recebimentos de periódicos. Também é possível averiguar uma preocupação com os aspectos ligados à conservação, o que estava em consonância com os debates acerca da Museologia na época.

Inúmeros documentos trazem informações sobre a relação estabelecida entre o MHN e o estado do Rio Grande do Sul acerca das concessões de bolsas para o Curso de Museus, entre as décadas de 1940 e 1950, além de informações sobre atividades realizadas por Maria José Lopes Daudt, funcionária do quadro técnico do MJC e bolsista do Curso de Museus. Cabe ressaltar que os dados obtidos até o momento ainda são escassos, não permitindo recompor a trajetória dela dentro da instituição.

Os acervos documentais mapeados, até então, nos dão a dimensão das memórias constituídas, a partir das gestões que passaram pelo Museu. É possível perceber um esforço em salvaguardar a história institucional da instituição, cientes de que a seleção de documentos a serem preservados são frutos de escolhas. O desafio consiste em encontrar nas entrelinhas dessas memórias que refletem a visão de cada diretor que passou pelo Museu os resquícios da ação de agentes que contribuíram para a história da instituição.

Em busca das atuações: O Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli

Seguindo as evidências apontadas nas instituições do Rio de Janeiro com o cruzamento do levantamento bibliográfico, conforme apontado anteriormente, foi possível estabelecer relação com uma funcionária do estado do Rio Grande do Sul que realizou o Curso de Museus e, posteriormente, atuou no Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS).

O surgimento do MARGS está vinculado à criação da Divisão de Cultura em 1954 (Figura 6), que possuía três Diretorias: de Artes; de Letras e de Ciências. Neste mesmo ano se deu a criação do MARGS, sendo que sua inauguração efetiva só ocorreria no ano de 1957, funcionando nos primeiros tempos no foyer do Theatro São Pedro. Na década de 1970 ocorreu a mudança para a sede atual⁵⁷. É importante ressaltar que a criação da Divisão de Cultura e o consequente surgimento do MARGS se insere em um contexto mais amplo e complexo que data os eventos do pós-guerra e, conforme Gomes (2005, p.25) aponta:

[...] a situação cultural era complexa naquele momento. O Estado estava reorganizando seus partidos políticos, ao mesmo tempo em que se saía do dirigismo temático do Estado Novo do período getulista. [...] Mas, apesar da mudança de rumo político, prevalecia ainda o pensamento que propugnava a formação de uma identidade nacional, remanescente do projeto nacionalista do governo de orientação fascista de Getúlio Vargas no período anterior.

⁵⁷ Praça da Alfândega, s/n - Centro Histórico - Porto Alegre/RS.

Nesse contexto, algumas pautas ainda se faziam presentes como o projeto de industrialização, a incorporação dos imigrantes à vida brasileira como reflexo da afirmação da multiplicidade étnica e cultural do país e, ainda, de acordo com Gomes (2005), nacionalmente, foi nesse período que se deu a fundação do MASP (1947), do MAM-SP (1948) e do MAM-RJ (1949). Nos primeiros anos da década de 1950 emergiu no Rio Grande do Sul a Divisão de Cultura, vinculada à Secretaria de Educação, que daria origem ao Departamento de Ciências, o Instituto de Tradição e Folclore (integrado ao Museu Júlio de Castilhos) e o Departamento de Artes, que determinaria os rumos do MARGS.

Figura 6 - Diário Oficial - Regulamento da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura



Fonte: MARGS. Fotografia das autoras, 2018.

O MARGS possui um Núcleo de Documentação e Pesquisa onde reúne documentos históricos sobre a constituição do museu e os primeiros anos de funcionamento, e, também, um rico acervo sobre os artistas e exposições que passaram pelo Museu ao longo das décadas. A pesquisa ocorre de forma presencial, mediante agendamento. As buscas do acervo histórico são feitas a partir de um arrolamento dos documentos salvaguardados, com os campos: tipo documental, assunto, data, caixa e número de exemplares (Figura 7). A busca pela história institucional tem sido um desafio, uma vez que existem lacunas que têm dificultado o mapeamento da trajetória dos agentes que atuaram ao longo das décadas na instituição. Essa constatação é reforçada por Gomes e Grecco (2005, p.14) em uma publicação comemorativa aos 50 anos de existência do museu em que afirma que:

Logo nos apercebemos de que faltavam testemunhos dos partícipes da vida do museu, gente que tinha visto seu surgimento, seu desenvolvimento, seus grandes momentos e suas dificuldades ao longo destes cinquenta anos. Cinquenta anos, não é tanto tempo assim para a História. Para a nossa história, no entanto, esse meio século parece uma eternidade, tanto pelo pouco de documentação que ficou para contá-la quanto pela curta memória de que somos eternas vítimas. [...] Havia apenas os depoimentos do Prof. Ado Malagoli e do Dr. José Mariano Beck, publicados em Boletins do MARGS, e a história oficial do museu com seus decretos, mudanças de sede,

mudanças de diretores e reformas. Nós queríamos a história miúda, aquela do dia-a-dia, sem grandes feitos, memória antes afetiva do que documental. Aqui, é importante ressaltar que o museu tem uma preciosa memória documental de seus eventos, cuidadosamente preservada.

Figura 7 - Arrolamento de documentos sobre a história da instituição

Nome documental	Assunto	Data	Cotas	nr de fotografias
Projeto de lei nº 290/53 do Senado Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul	Criação e organização do Divisão de Cultura do Secretário de Educação e Cultura	1953	1	1
Atos de criação oficial	Criação e organização do Divisão de Cultura do Secretário de Educação e Cultura	1954 jul/1954	1	1
Processo nº 24498 do Divisão de Cultura	Concurso Pedro Montegutier e Pedro Teófilo	July/1955	2	2
Cartas com histórico do Museu	Mostras, exposições e acervo	1959	1	1
Lista de Atos do Divisão de Cultura do MARGS	27 Junho de Carleusa Exposição de Arte Cristã Sera Popular de Artes Plásticas	1960 1962	2	2
Decreto lei nº 577	Cartão de histórico da União Federal	1967	1	1
Ofício de verificação de contabilidade	Aquisição de esculturas em bronze	ago/1973	1	1
Correspondência T.M. - nº 136 Decreto nº 72799	Criação de Instituto do Governo do Rio Grande do Sul	março/1974	1	1
Correspondência Atos oriundos de Estabelecimento MARGS	Criação da Fundação Museu de Arte do Rio Grande do Sul	1975	1	1
Notícia do jornal Folha da Tarde Cartão de comunicação	Assunção da nova Direção do Museu de Arte do Rio Grande do Sul	maio/1975	1	1
Ofício de substituição	Aquisição de posters e cartões da Secretaria de Turismo por encomenda no Instituto de	dez/1975	2	2

Fonte: MARGS. Fotografia das autoras, 2018.

A passagem acima evidencia a realidade enfrentada quando se pretende tomar como objeto de estudo o próprio museu. A história sobre a atuação institucional na maior parte do tempo é fruto de fontes orais, provenientes de entrevistas e relatos que buscam dar conta dessa memória. A pesquisa tem centrado esforços em mapear a trajetória de duas funcionárias do museu. A primeira é Christina Balbão, cuja atuação remonta a fundação do museu até a década de 1980 por ocasião da sua aposentadoria compulsória, e apesar da inegável importância da sua atuação no espaço, poucas evidências foram encontradas sobre sua história na instituição. Sobre Almerinda Veríssimo Corrêa, bolsista do Curso de Museus (1954-1956), sabe-se que atuou pelo menos até 1967 no MARGS, no cargo de técnica em educação, mas sua presença é quase invisibilizada na documentação acessada até o momento.

A partir do acervo documental, composto por uma pequena parcela de documentos históricos e em contraponto a uma extensa documentação acerca dos artistas e exposições, além de um vasto material sobre publicações acerca do museu é possível fazer algumas considerações. Nota-se, por exemplo, que a ênfase dada ao acervo documental recai sobre o caráter comunicacional e expográfico da instituição, uma vez que as fontes remontam como têm sido a movimentação de artistas e exposições que passaram pelo museu. Essas primeiras impressões permitem refletir sobre os diferentes modos como as instituições museais se enxergam e produzem suas memórias, nas escolhas feitas entre o que se deve preservar para a posteridade, que no caso do MARGS demonstra uma preocupação em guardar as histórias produzidas para fora dos muros do museu.

Considerações finais

A trajetória realizada até o momento dá conta da diversidade documental existente nas instituições pesquisadas, que se refletem nas diferentes organizações e nas formas distintas de acesso. Mas, não apenas isso, visto que são muitas as peculiaridades que conformam cada espaço visitado. O desafio da pesquisa é dar visibilidade às fontes, recuperando os itinerários que legitimaram o campo dos museus brasileiro no século XX.

As etapas a serem seguidas a fim de dar continuidade à pesquisa são identificar outros espaços para essa pesquisa que permitam ampliar as fontes que permitam mapear os(as) agentes que atuaram dentro das instituições. Com isso se pretende diminuir hiatos das atuações profissionais que foram parte importante para o desenvolvimento dos museus tal como os conhecemos hoje e por fim, evidenciar a atuação do campo dos museus na região Sul do Brasil.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ATIVIDADES do Museu Júlio de Castilhos em 1957. Jornal Correio do Povo, 1[?], janeiro de 1958.
- BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em História. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Museu Histórico Nacional. Legislação. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Serviço de Documentação, 1946. 83p. [folheto nº46].
- CHAGAS, Mário de Souza. Pesquisa Museológica. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos. (Orgs.). Museus Instituição de Pesquisa. Rio de Janeiro: MAST, 2005.
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Portugal: Editorial Presença, 2007.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.143-179.
- GOMES, Paulo César Ribeiro. A cultura e o ano de 1954: uma mirada retrospectiva. In: GOMES, Paulo César Ribeiro; GRECCO, Vera Regina Luz (Orgs.). Memória do Museu. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- GOMES, Paulo César Ribeiro; GRECCO, Vera Regina Luz. Cinquentenário do MARGS. In: _____. (Orgs.). Memória do Museu. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- HOLLANDA, Guy de. Recursos Educativos dos Museus Brasileiros. Rio de Janeiro: CBPE-ONICOM, 1958. 268p.
- MEDINA, Aroldo; BUENO, Gilnei (Orgs.). Museu da Brigada Militar: Museus do Rio Grande do Sul. 3. ed. Porto Alegre: Cia das Ideias [Editora Bresa Harbatol], 2000.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. Educação museal - Entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional, 2010, 180p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2010.

POSSAMAI, Zita Rosane. A pesquisa no museu. Ciências e Letras - Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, n.31, 2002. p.77-86.

SÁ, Ivan Coelho. Apresentação - O projeto. In: PITAGUARY, Geraldo. A lembrança de Ouro Preto continua sempre comigo: memórias de um aluno da primeira excursão do Curso de Museus - MHN em 1945. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2006.

SÁ, Ivan Coelho; SIQUEIRA, Graciele Karine. Curso de Museus - MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007.

SIQUEIRA, Graciele Karine. Curso de Museus - MHN, 1932-1978. O perfil Acadêmico-profissional, 2009. 178p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, Rio de Janeiro, 2009.

SIQUEIRA, Graciele Karine; GRANATO, Marcus; SÁ, Ivan Coelho de. Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, Rio de Janeiro. Revista CPC, São Paulo, n. 6, 2008. p. 142-169.

SOUZA, Vanessa Becker. Museu Julio de Castilhos - 111 anos de história em arquivos. Porto Alegre: EDIJUC/IHGRGS, 2014.

UMA PESQUISA SOBRE IMIGRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL (1890-1940): FONTES PRIMÁRIAS, LITERATURA E OUTRAS FONTES

Júlio C. Bittencourt Francisco⁵⁸

O trabalho refere-se à história e à memória da imigração de sírios e libaneses ao Rio Grande do Sul. O recorte temporal vai do último decênio do século XIX até a década de 1940, lapso temporal que corresponde a duas gerações de imigrantes, mas também a chegada ao país, adaptação à nova terra e integração à cultura gaúcha desses estrangeiros. Tem como objetivo apresentar as fontes e seus respectivos tratamentos para elaboração do tema da investigação em que o autor tem trabalhado e produzido diversos artigos e textos. A novidade que apresentamos neste estudo é a diversidade e o encadeamento das fontes históricas, que, como um roteiro para pesquisadores de micro história elabora e constrói, a partir de informações e da memória de diferentes trajetórias, uma narrativa que explica as condições e estratégias que o um grupo de imigrantes, não majoritário, que veio ao Rio Grande do Sul adotou para se integrar a sociedade hospedeira.

Palavras-chave: Imigração sírio-libanesa. Fontes históricas de imigração. Estratégia de imigrantes. Interação sociocultural.

Introdução

Nossa pesquisa se baseou na análise de diversas fontes, importantes para construir o presente texto, e para compreendermos um pouco mais sobre a dinâmica social na qual estavam inseridos os imigrantes sírios e libaneses, desde quando aqui chegaram, no fim do século XIX, até sua integração à vida das comunidades em que se fixaram. Basicamente, utilizamos dois conjuntos distintos de fontes, objetivando recuperar uma parte da memória dessa imigração. A primeira corresponde às fontes bibliográficas, por exemplo, são livros de memórias de descendentes de imigrantes, mas também literatura ficcional gaúcha sobre esta imigração⁵⁹. A segunda foram as fontes primárias encontradas nos acervos de arquivos históricos, instituições detentoras de um enorme manancial de informações que permitiu com que nos aproximássemos da realidade da época. O artigo ainda discute sobre o ofício do pesquisador em arquivos traçando o perfil das fontes e o que elas significam para a memória social e como o pesquisador se relaciona com ela.

⁵⁸ Professor de museologia da UFRGS/FABICO. Doutor em História (PUCRS) e Mestre em Memória Social (UNIRIO).

⁵⁹ Não inserimos neste artigo informações sobre a vasta fonte bibliográfica acadêmica (artigos, dissertações e teses) sobre imigração sírio-libanesa, no Rio Grande do Sul, no Brasil e no resto do mundo, por serem muito extensas, contudo, não diminuímos sua importância, mas consideramos que a leitura e análise deste material é óbvia e fundamental. Concentramo-nos apenas em outras fontes de interesse para uma pesquisa sobre imigração de grupos minoritários no Rio Grande do Sul.

Além dos dois modelos de fontes citados, recorreremos algumas vezes a um tipo de fonte alternativa que são os diversos arquivos online depositados na internet, entre eles o do Colégio Rosário⁶⁰, de Porto Alegre, e os das faculdades de Direito, Medicina e de Economia e Administração da UFRGS. Neles, tivemos acesso a listagens de ex-alunos, onde também procuramos por sobrenomes árabes. Assim, verificamos, primeiramente, que os filhos dos comerciantes cujos nomes encontramos em outras fontes estavam matriculados em escolas particulares por volta das primeiras duas décadas do século XX. A partir das décadas seguintes, foi possível encontrar os mesmos nomes começando a frequentar os bancos universitários das universidades públicas de Porto Alegre.

Os arquivos, a pesquisa e o investigador

Para compreendermos os fatos, os caminhos e as escolhas dos imigrantes sírios e libaneses em sua trajetória de assimilação e integração à sociedade rio-grandense é relevante traçar considerações teóricas a respeito do ofício do historiador em face do material histórico depositado nos arquivos, como aqueles que utilizamos durante a confecção deste artigo. O arquivo histórico não deve, pois, ser entendido como simples depósito de documentos antigos, mas sim como ferramenta estratégica de poder na construção de memórias e identidades sociais. Assim, para explorarmos o limite e o potencial de determinado arquivo histórico, tendo acesso à parte do acervo de interesse da investigação levada a cabo, é necessário proceder a uma análise crítica das fontes, depois de muitas horas de procura, seleção e leitura. Podemos dizer que tais fontes são, antes de tudo, instâncias de poder⁶¹ que controlam o que o futuro saberá do passado. Nessa perspectiva, os arquivos históricos, mas também as escolhas e o texto final do pesquisador, são percebidos como construções sociais, mas também seleções intencionais, quem lê atribuiu valor cultural e importância. Parte da memória social e patrimônio cultural de uma sociedade, é assim preservada e valorizada.

O filósofo Jacques Derrida (2010) crê que os arquivos possuem uma relação direta com as ideias de memória e verdade, influenciando a produção do conhecimento sobre o passado e os registros que moldam no presente, as ideias de história, memória e identidade. Segundo o autor, os arquivos são lugares ativos onde o poder é negociado, contestado, confirmado, sobretudo pela atuação política dos pesquisadores, que agem de forma decisiva na interpretação do seu conteúdo, fazendo com que os documentos reflitam as suas diversas “vozes” ali adormecidas. Derrida compreende o documento histórico como “traços que deixam traços”, colocando em discussão a noção de original e autêntico, na qual o passado, enquanto tal, não poderia ser encontrado no arquivo, mas apenas uma interpretação dele.

⁶⁰Ecos Rosariense, editada pelo Colégio e disponível em: <<http://colegiomarista.org.br/rosario/exalunos/versoes-mais-antigas-do-ecos-sao-publicadas-online>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

⁶¹ O processo de salvar documentos e tê-los em custódia numa instituição pública insere uma ação política.

Outro ponto discutido por Derrida é o que ele chama de “lugar de uma grande violência”, no sentido de que a prática arquivística comportaria um aspecto violento no simples ato de selecionar e conservar. Dessa forma, o pesquisador teria “o poder de privilegiar ou marginalizar, sendo que as informações dos arquivos podem ser ferramentas de hegemonia ou de resistência.” (COOK e SCHWARTZ, 2002, p.24). Foucault (2007) defende que o ponto principal dessa nova abordagem de produção do conhecimento histórico é a crítica ao documento. Segundo o filósofo, a história em sua forma tradicional tinha como empreendimento memorizar os monumentos do passado e transformá-los em documentos. Foucault entende por “arquivo” um conjunto efetivo de discursos, o que, por sua vez, pressupõe um conjunto de acontecimentos ocorridos e que estão em suspenso nos “limbos ou no purgatório da história.”

Pierre Nora (1993, p.14) destaca que, embora “a memória seja vivida no interior dos indivíduos, quase sempre ela necessita de suportes exteriores e de referências tangíveis que só vivem através dela”. Para Paul Ricoeur (2007, p.177), o arquivo pode ser lido e consultado e apresenta-se “como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental.” Segundo este autor, um documento de arquivo está aberto a qualquer leitor do mesmo modo que ocorre com qualquer dado escrito e não tem, portanto, um destinatário específico – ao contrário, por exemplo, do testemunho oral, que pressupõe um interlocutor preciso. Já que testemunhos orais só se tornam documentos depois de registrados, pode-se entender que a passagem da esfera oral para a escrita acaba por provocar o distanciamento do que comumente chamamos de testemunho, uma vez que toda a tensão e a emoção do relato podem se perder durante a transcrição.

No caso das fontes jornalísticas, alguns cuidados metodológicos adicionais devem ser tomados pelo pesquisador. Elmir (2012) lembra que é necessária a devida mediação crítica deste tipo de material, especialmente quando se trata de investigação acadêmica que tem como base a apropriação direta de fontes jornalísticas. O autor alerta que, para sermos capazes de extrair do texto jornalístico uma história a mais fidedigna possível da realidade dos fatos narrados, todo cuidado é pouco, principalmente para não se “comprar gato por lebre”. Em primeiro lugar, devemos levar em conta que o texto jornalístico busca a eficácia de seu discurso junto ao leitor e que, para isso, utiliza como estratégia a identificação entre quem elabora o texto e o seu destinatário, ou seja, aquele que lê. Depois, devemos ter em mente que pode existir nas matérias, intrinsecamente, um certo sensacionalismo. Segundo Elmir (2002), há na grande mídia em geral uma evidente vinculação de sua atividade com interesses do capital, o que pode transformar o texto jornalístico, para além dos fatos que narra em suas reportagens, num tipo de literatura sensacionalista, que pouco tem a ver com a realidade que se busca retratar:

Na confluência de múltiplas subjetividades, os fios que as tecem também devem ser aqueles capazes de discriminar as partes que resultam na trama. Por mais que possa ser objeto

de controvérsia, um dos mais recentes ensaios de Beatriz Sarlo (2007) publicado no Brasil (O tempo passado) nos faz pensar – contra o deslumbramento do testemunho e com a sua rápida elevação intelectual, ética e política à categoria de prova – que o “excesso de subjetividade” e a “retórica testemunhal”, definitivamente, não são dados negligenciáveis nos cuidados metodológicos para os quais todos devemos atentar em nossas pesquisas. Se não tratar de uma revelação inescrutável (religiosa, eu diria), todo discurso pode e deve ser submetido a um juízo crítico. Não é demais dizer que a imprensa, elencada entre nossas fontes, não está isenta desse esforço que nos cabe.

As fontes

Instituição mais importante do país no que concerne à guarda e à preservação de nossa memória histórica, o Arquivo Nacional foi durante muito tempo nossa principal fonte de pesquisa de documentação primária. Sediada no Rio de Janeiro, a instituição guarda as informações dos imigrantes cadastrados no país, conforme as determinações contidas no Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispunha sobre a entrada, permanência e cadastramento de estrangeiros no território nacional, sob pena de multa para aqueles que não realizassem este último procedimento. Assim, cada estrangeiro residente no Brasil foi compelido a cadastrar-se em uma delegacia da Polícia Federal a partir de maio de 1939. No Rio Grande do Sul, escritórios da Polícia Federal estavam localizados em Uruguaiana, Porto Alegre, Santa Maria e Rio Grande.

O arquivo correspondente ao Rio Grande do Sul é composto por aproximadamente 20 mil fichas em papel cartão (12x19cm), que ainda não foram digitalizadas e postas para consulta online via internet. Cada ficha/prontuário contém informações sobre um estrangeiro, de forma individualizada, residente em solo gaúcho na época de seu cadastramento. Inclui dados preenchidos pelo próprio imigrante, tais como nome completo, nacionalidade, filiação, data e local de nascimento, profissão, data de chegada ao país, endereços residenciais e comerciais. O verso da ficha é reservado para um histórico das mudanças de endereço. Os documentos comprobatórios eram juntados ao prontuário no momento do cadastramento (de 1939 até 1949) e retidos nos arquivos da Polícia Federal.

Examinamos manualmente cada um dos prontuários/fichas relativos ao arquivo gaúcho, em busca de nomes sírios e libaneses, árabes de uma forma geral. Num primeiro momento, as fichas selecionadas foram separadas pelo sobrenome da pessoa que cada uma continha. Com isso, logramos separar aproximadamente 1.200 fichas com sobrenomes árabes, (pela avaliação visual do último nome e outras informações do prontuário, como filiação e local de nascimento), o que nos levou alguns dias só neste processo, entre as letras A e Z. Depois disso, filtramos por ordem de nacionalidade e data de chegada ao Brasil, para que as informações das fichas estivessem coerentes com o nosso recorte temporal e étnico. Com isso, dos cerca de 1.200 nomes previamente selecionados, apenas 753 permaneceram dentro do

recorte temporal de nossa pesquisa, que corresponde ao período de chegada dos imigrantes ao Brasil, entre 1890 e as primeiras décadas do século XX.

As limitações que esse tipo de fonte e o método de pesquisa empregado podem apresentar são muitas, isso sem levar em conta, em primeiro lugar, que faltam os nomes das pessoas que simplesmente não se cadastraram na época⁶². Quanto à pesquisa, temos consciência de que deixamos passar, ainda que inconscientemente, alguns nomes na fase de verificação manual, quando examinamos as fichas uma a uma, o que, para além de uma eventual desatenção, figuram os sobrenomes que foram abrigados e deixaram de ser considerados; outros que eventualmente fizeram crer ao pesquisador, erroneamente, que não fossem de árabes, quando de fato eram; e ainda uma série de outros erros possíveis. Apesar disso, considerando que o senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1996) de 1940 identificou 1.903 imigrantes sírios ou libaneses no estado gaúcho naquele ano (KNOWLTON, 1960), observamos que nossa seleção representou cerca de 40% dessa realidade, o que, por si só, já fornece uma boa amostra do fenômeno pesquisado.

Ainda assim, o critério de escolha que adotamos obedeceu a uma lógica que vale a pena reportar aqui. Concentramos nossas buscas nos imigrantes da primeira geração, os sírios e libaneses propriamente ditos, que chegaram ao Rio Grande do Sul entre o fim do século XIX e a década de 1930. Nesse contexto, se levarmos em conta que entre os 753 nomes que selecionamos estão incluídos, em grande parte, os imigrantes árabes vivos na década de 1940, quando o cadastramento foi realizado, verificaremos que, na verdade, a seleção indica com precisão que os mais velhos – os mesmos que haviam chegado nas últimas décadas do século XIX, com idades entre os 16 e os 22 anos –, estariam com idades entre os 66 e 72 anos quando o cadastramento foi realizado, sendo que, neste quadro, muitos deles já não estariam mais vivos, tendo em vista que a expectativa de vida média no Brasil, naquela época, não passava de 50 anos de idade. Tais informações foram compiladas em uma tabela mostrando os 753 nomes⁶³, com seus respectivos dados, que foram selecionados no Arquivo Nacional em maio de 2015.

Uma segunda instituição em que também nos fizemos presentes foi o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), instituição que desde 1906 guarda a documentação dos poderes Executivo e Judiciário das diversas comarcas do estado. Embora criada no início do século XX, a instituição guarda muita documentação anterior a esse período que foi sendo

⁶² A distribuição dos escritórios da Polícia Federal por apenas quatro cidades (Porto Alegre, Santa Maria, Rio Grande e Uruguaiana) de certo não facilitava o acesso de imigrantes radicados em áreas distantes dessas regiões, notadamente os municípios situados a oeste e noroeste e as regiões de fronteira com a Argentina. Não acreditamos, entretanto, que este fato tenha tido grande peso no resultado de nossa pesquisa, que aponta para números muitos mais expressivos de árabes entre Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Rio Grande.

⁶³ Para verificar os sobrenomes sírios e libaneses que emigraram ao Rio Grande do Sul acesse: FRANCISCO, Júlio C. B. Tese PUCRS (História) 2017: <https://www.academia.edu/35919183/Dos_cedros_aos_pampas_imigra%C3%A7%C3%A3o_de_s%C3%ADrios_e_libaneses_ao_Rio_Grande_do_Sul_1890-1949>.

incorporada ao longo do tempo. Isso fez do APERS um rico manancial em termos de documentação pessoal; ou seja, qualquer pessoa que, no passado, tenha vivido alguns anos no Rio Grande do Sul provavelmente deixou algum vestígio documental que pode estar neste arquivo, uma vez que o APERS reúne coleções do início da República e mesmo da época do Império, organizadas por sobrenomes das partes e pelas comarcas dos registros. Na instituição há ainda importante acervo de documentos que engloba, por município, desde processos de habilitação de casamentos, processos criminais, falências, disputas civis, até apelações e inventários. Parte de seu acervo pode ser acessada remotamente através do site do Arquivo. Por esse procedimento, nos foi possível, por exemplo, elaborar as tabelas e os quadros **que dizem respeito às chamadas “habilitações de casamentos” de patrícios do início do século XX**, na capital e nas cidades de Santo Ângelo, Rio Grande, Pelotas, Santa Maria, Cruz Alta, Lagoa Vermelha, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira do Sul e Ijuí, entre outras.

Interessados nos pioneiros da imigração sírio-libanesa no estado, e na forma como se desenvolveram suas relações sociais, comerciais, a pauta matrimonial e as sociabilidades desses imigrantes, selecionamos alguns processos da última década do século XIX e outros da primeira metade do século XX⁶⁴.

No Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velhinho, nós verificamos os livros de **impostos, sob a rubrica “valor locatício”, cobrados pela prefeitura de Porto Alegre**, de cada proprietário de estabelecimento comercial ou ambulante residente em local específico da capital. O valor cobrado de cada estabelecimento, ou de cada indivíduo, variava de uma loja para outra ou de pessoa para pessoa, de acordo com o tamanho físico do espaço ocupado pelo imóvel, quantidade de mercadorias adquiridas, ou com qualquer outro fator que porventura pudesse incidir na atribuição de valor dessas propriedades. Os livros de impostos depositados no Arquivo estão divididos pelos vários endereços correspondentes aos distritos de Porto Alegre. No livro relativo ao 1º distrito (Centro Histórico da cidade), os nomes dos logradouros aparecem dispostos por ordem alfabética no alto da folha, em posição horizontal. Por razões estratégicas, decidimos concentrar nossas investigações na área central da cidade, não só porque era lá que se concentrava a maior parte dos empreendimentos comerciais dos árabes, mas também porque seria muito difícil localizar nomes sírio-libaneses distribuídos por outros logradouros e bairros da cidade, tendo em vista que, nestes últimos, os nomes dos imigrantes certamente estariam mais diluídos em meio a centenas de outros nomes de diversas origens (o que estenderia muito a pesquisa em termos de horas/resultados).

Os primeiros livros que analisamos no Moysés Velhinho correspondem aos anos que vão de 1899 até 1905. Cada livro, em geral, abrange um período bianual. As informações em

⁶⁴Encontramos também no setor de biblioteca do arquivo uma coleção de literatura memorialista de diversos municípios gaúchos que foram de grande valia para a confecção desta tese, uma vez que ela apontava para sobrenomes árabes nesses municípios. Isso nos permitiu proceder à elaboração de mapas demográficos do estado para três períodos distintos, tornando possível visualizar a distribuição geográfica dos árabes radicados no Rio Grande do Sul ao longo do tempo.

cada folha do livro, anotadas à mão, indicam os tipos de estabelecimentos comerciais (açougue, armarinho etc.), o nome de seus proprietários e os valores relativos a cada um dos impostos pagos – dispostos um em cada coluna, ao lado do nome do proprietário, do tipo de negócio e do número do estabelecimento naquela determinada rua. Na medida em que o imposto era arrecadado, a coluna correspondente era preenchida com o valor cobrado.

Já no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, (localizado no Memorial do Rio Grande do Sul, no Centro Histórico da Capital) nosso trabalho consistiu, basicamente, em examinar, entre tantos documentos, aqueles relacionados à evolução histórica da população do estado, incluindo a imigração. Durante um breve período, na década de 1920, havia um controle mais rígido das autoridades no porto da cidade⁶⁵, o que incluía os registros de embarques e desembarques de estrangeiros. Os resultados desses controles estão nos anuários, livros publicados pelo poder público com os números de entradas e saídas, separados por cada etnia estrangeira que deixava a cidade, ou que ali chegava pelo lago Guaíba. De posse desses dados, pudemos elaborar um quadro que deu suporte a outras informações acerca da mobilidade dos sírio-libaneses que deixavam ou chegavam a Porto Alegre nos anos disponíveis: 1922 e 1923⁶⁶.

O quinto arquivo que procuramos foi o do Colégio Anchieta de Porto Alegre. A secretaria da escola guarda exemplares dos anuários da instituição, editados desde a abertura da unidade, em 1890. As matrículas de alunos podem ser utilizadas como um parâmetro de ascensão social em Porto Alegre, ainda que alguns imigrantes possam ter chegado à cidade já com algum capital, uma vez que o Anchieta era um colégio caro para os padrões do início do século XX (custava um conto de réis por ano)⁶⁷. No período pesquisado, o colégio era frequentado pelos filhos das elites da cidade e rapazes vindos do interior, assim como por filhos de imigrantes alemães, italianos e poloneses de Porto Alegre e do interior, já que era também oferecido o regime de internato. Os primeiros nomes sírios do Colégio Anchieta começam a aparecer timidamente durante os anos 1920, ganhando força nas décadas seguintes. O “Relatório do Ginásio Anchieta em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, (1890)” tem encadernação em forma de livro e compila, em um único volume, diversas publicações anuais da escola. O anuário contém os relatórios de mérito e premiações de alunos, dando visibilidade aos melhores estudantes, que competiam por um lugar de prestígio na hierarquia acadêmica. Foi possível a pesquisa em busca de sobrenomes sírios e libaneses até o ano de 1931.

A última instituição que gostaríamos de mencionar é a Sociedade Libanesa de Porto Alegre, fundada em 1936 no bairro de São João. A Sociedade é um clube social e esportivo da capital gaúcha que sobreviveu a outros três clubes árabes que já encerraram suas atividades: o

⁶⁵ Marcando um período de forte intervenção estatal nas instituições gaúchas.

⁶⁶ Há ainda, no anuário referente ao ano de 1923, uma informação sobre impostos colhidos de associações recreativas, entre elas uma certa Associação Beneficente Sírio-Libanesa de Bagé.

⁶⁷ De acordo com Laurentino Gomes (2013), o valor corrigido corresponde hoje a quase R\$100.000,00. Ainda que haja certa relatividade dos preços praticados no início do século XX, comparando-os com os de agora, ainda assim tratava-se de valor considerável.

Clube Sírio-Libanês, fundado em 1925; a Sociedade Sírio-Libanesa, de 1934; e a Sociedade Síria, inaugurada em 1949.

O material por nós pesquisado, embora limitado pelo exíguo tempo de acesso que tivemos a ele na Sociedade Libanesa⁶⁸, é muito rico e pouco explorado e corresponde às atas das reuniões de diretoria de alguns dos clubes acima mencionados. As decisões consignadas nas atas, revelam os problemas e as soluções adotadas no dia a dia desses espaços de sociabilidades, incluindo os investimentos e patrimônios investidos pelo grupo, suas dissensões e alianças, assim como o papel exercido por lideranças étnicas no processo de formação da identidade árabe na capital e na administração da memória do grupo.

Literatura memorialista e biográfica, reportagem de jornais

A literatura memorialista e biográfica, e as reportagens de jornais pela importância e complexidade que apresenta, merecem um tratamento particular. Um estudo dentro de nosso objeto de estudo. Isso se justifica porque essa literatura permite o acesso a representações desses imigrantes, mas também a construção da memória dos diferentes grupos até o momento atual. Nesse sentido, torna-se importante identificar aspectos comuns a todas elas, tais como: posição social dos autores; origens; obstáculos e dificuldades enfrentadas na imigração; memória familiar; herança cultural; ascensão social; aquisição de prestígio; lições de vida; defesa de valores morais; concepções de enriquecimento e trabalho; estratégias de negócios; ética comercial etc.

O caráter memorialístico das produções literárias, de acordo com Lejeune (2008), assume um conteúdo de reinvenção, que se estabelece no limite entre a ficção e a realidade. Neste gênero literário, quase sempre, os autores se identificam como personagens, na medida em que a maior parte das histórias são contadas na terceira pessoa, descaracterizando assim o texto autobiográfico. Nessa perspectiva, o autor pode ser definido como uma pessoa real e socialmente responsável e, ainda, como o produtor de um discurso. Além dos aspectos das representações e de construção da memória, a literatura memorialista, (auto) biográfica ou genealógica, que apresentamos a seguir, produzida em diversos municípios do interior do estado, nos serviu também para fechar lacunas deixadas por outras fontes, e se tornaram imprescindíveis na medida em que nosso objetivo foi reunir o maior número possível de manifestações e referências sobre a imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul. Sendo assim, as pesquisas nos levaram a examinar uma série de publicações memorialistas, na maioria das vezes biografias, romances de imigrantes ou livros escritos por descendentes em

⁶⁸ A Sociedade se tornou a guardiã da documentação histórica dos demais clubes. Nosso anfitrião, Salim Cecim Paulo, diretor cultural da entidade e única pessoa autorizada a acompanhar nossas pesquisas nos acervos da instituição, encontrava-se doente na época e, quando podia, acompanhava nosso trabalho que encontrou apenas quatro ocasiões, de duas horas cada, para realizar as investigações que foram levadas a cabo em julho de 2015.

homenagens a seus pais. Apresentamos abaixo um quadro descritivo desses autores e suas obras.

Quadro 1 - Literatura memorialística da imigração árabe no Rio Grande do Sul autores e obras

Autor	Obra/Data de Publicação	Gênero	Assunto(s)	Observações
Jorge Bahlis (1900-1951)	Coração e dever (1920); No vendaval da vida (1925).	Teatro, romance, arqueologia e História Natural. Artigos políticos.	Imperialismo e conjuntura internacional; Em 1920 defendeu, em uma crônica o Mandato Francês no Líbano, mas em 1925, escreveu artigo contrário, classificando a França como Imperialista.	Nascido em Trípoli, no Líbano, Bahlis, um autodidata, foi contemporâneo de Mário Sada e Abílio Nequete. Radicou-se em Porto Alegre, onde foi proprietário de um curso profissionalizante. Em 1935, foi nomeado cônsul honorário do México em Porto Alegre.
Tanus Bastani (?)	Os libaneses no Brasil (1948); Semana árabe em Porto Alegre (1973).	Memórias.	História do Rio Grande do Sul; mascates e imigração árabe no Sul; memórias do pai imigrante em Uruguaiana.	Orador da comunidade libanesa.
Abdalla Creidy (?-1966)	Verbete na Enciclopédia Rio-Grandense (1958).	Obra de referência.	Imigração libanesa no Rio de Grande do Sul; definição de Líbano e separação entre libanês e sírio.	Consul honorário do Líbano em Porto Alegre e filho de imigrantes. Era empresário e industrial.
Fuad Abdalla	Abdalla Nader (1894-1953): De mascate a	Memórias de Abdalla Nader	Memórias do seu pai,	São memórias biográficas de um

Nader (1925-2013)	general do ar e amigo da cultura (2005).	que foi um importante líder comunitário e comerciante	Abdalla Neder, imigrante libanês. no sul do estado.	personagem do tipo self made man. História da cidade de Rio Grande
Mario Salomão Sada (1914-2008)	Do Líbano ao Brasil: Construindo Sonhos. (2009)	Autobiografia e memórias. Mário conta a história de seu pai, João Elias Sada, imigrante libanês estabelecido em Brodoski, no interior de São Paulo. (2009).	Conta a trajetória do pai, imigrante libanês que se tornou-grande empreendedor da cidade.	São memórias de uma trajetória ligada à história de Porto Alegre. Sada foi Grão-Mestre da maior loja maçônica da capital, forte comerciante de tecidos em Porto Alegre e proprietário de uma casa de show “Mil e uma Noites”.
Edison Nequete (1926-2010)	Herança da luta de Abílio Nequete (2008).	Memórias e autobiografia. Edison tem uma redação irônica e poética e seu ‘depoimento’ autobiográfico completa o que se sabe de seu irmão e pai.	Memórias da família Nequete, incluindo, entre outros, o pai, Abílio e o irmão Lenine.	O autor, nascido em Porto Alegre, foi jornalista da Rádio Nacional no Rio de Janeiro. Sua narrativa humaniza personagens de quem pouco se sabe.
Luiz Simão Kalil (1937-2013)	Salim faz preço, freguês. Samuel também faz, senhor (2007).	Romance histórico ambientado em uma fictícia cidade do Sul do estado.	Trajетória de um imigrante libaneses em ambiente como o sul do Brasil.	Luiz é filho de imigrantes sírio-libaneses radicados em Bagé, onde nasceu. Foi médico e prefeito da cidade. Na obra, o autor utiliza-se de um imigrante judeu para fazer um contraponto com o imigrante árabe,

				comparando-lhes os hábitos.
Pedro Vergara (1895-1979)	Olhares sobre Jaguarão (2010).	Memórias de juventude quando conheceu uma família árabe com quem trabalhou.	Alimentação, ambiente familiar, costumes e hábitos de uma família de imigrantes árabes de Jaguarão, referência da juventude do autor.	Escritor gaúcho nascido em Porto Alegre, Vergara foi também advogado, jurista e poeta.

Examinando o quadro acima, conclui-se que, entre os escritores descendentes, a maioria faz parte da segunda geração. São geralmente pessoas com um grau de instrução mais elevado do que o de seus pais imigrantes. As narrativas se referem a memórias familiares e em geral vêm associadas a reconhecimento e gratidão pela luta dessas pessoas. Importante neste sentido é a literatura vinculada à formação de municípios ou microrregiões do estado, servindo como uma espécie de documentação da origem de algumas comunidades do Rio Grande do Sul e de seus fundadores. Caracteriza-se por ter sido escrita por autores locais que se dedicam a esse tipo de produção. Os blogs são outra boa fonte de consulta de relatos de caráter memorialístico de descendentes de árabes disponíveis na internet. Um deles é a página Histórias que meu pai contava⁶⁹, mantida por Aloyzio Achutti. Outra fonte de material memorialístico encontrado na internet são reportagens como a do Jornal Pioneiro, (Rigon, 2017) que nos traz informações sobre a trajetória do imigrante libanês Kalil Sehbe, de Caxias do Sul. Outro tipo de fonte que fizemos uso foram as seções de obituário dos principais jornais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além dos informativos de entidades de classe. Cobrimos os anos entre 2003 e 2016⁷⁰, sendo que a maioria dessas fontes está disponível na internet.

A respeito da literatura biográfica ou autobiográfica, mas também no caso da literatura memorialista, é importante pontuar que, de uma maneira geral, observa-se nelas uma tendência a alimentar-se de um modelo narrativo em que sucessos e derrotas são idealizados de acordo com o ponto final das trajetórias que narram. Esse processo foi previsto pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2006), que traçou alguns caminhos críticos para

⁶⁹ Disponível em: <<http://amicorextension.blogspot.com.br/2012/10/bortolo-achutti-1898-1977.html>>. Acesso em: 12 out. 2015.

⁷⁰ Os nomes aqui expostos não esgotam todos os casos ocorridos no recorte temporal supracitado, tampouco todas as fontes jornalísticas possíveis, mas foram aqueles que a pesquisa encontrou.

entender como se apresentam as representações nesses casos específicos de literatura. Segundo o autor, a única maneira de apreendê-las como tal consiste em tentar recuperá-las na unidade de um relato totalizante com o fito de responder à seguinte questão: a imagem que esses indivíduos/autores construíram de si mesmos ou de seu objeto de estudo em suas obras correspondem à realidade? Eles exprimem com veracidade os fatos e indivíduos que descrevem? Ou suas narrativas significam apenas uma seleção de suas reminiscências?

Para Bourdieu (2006), as leis que regem a produção dos discursos em sua relação entre *habitus* e o mercado também se aplicam a essas formas particulares de expressão; ou seja, o relato de vida varia, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, segundo a qualidade social do mercado no qual é oferecido. Nessa perspectiva, a vida de uma pessoa não pode ser narrada linearmente sem se considerar as relações que elas estabelecem com distintos agentes, em diferentes campos de atuação, ao longo de sua existência. Uma vida é algo complexo, praticamente impossível de ser explicitado em um discurso cronologicamente ordenado e linearmente construído. **Ela surge, porém, nas biografias e relatos memorialísticos como “um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” objetiva e subjetiva de um projeto”.**

No caso específico da biografia, segundo Richard Holmes, (1985, p.83), ela "pode propiciar uma espécie de espelho ético, no qual podemos ver, com uma força súbita, nossas vidas sob diferentes ângulos". Talvez o maior desafio do trabalho bibliográfico seja a maneira como nossas subjetividades nos faz ver, sentir e perceber o outro. Assim, de acordo com Borges (2009, p.232), "a narrativa biográfica impõe uma modalidade de escrita da história profundamente imbricada com as subjetividades do biógrafo", o qual, ao falar de seu personagem no texto **que produz, está, na verdade, falando “de si mesmo, projetando algo de suas emoções e de seus próprios valores e necessidades”.**

A literatura ficcional gaúcha e a imigração árabe

Passamos a enumerar as obras de cunho ficcional, escritas por literatos e intelectuais de origem sírio-libanesa que têm a imigração árabe no Rio Grande do Sul como tema principal. Embora compreendamos que a literatura ficcional não se trate de uma fonte, propriamente dita, nosso propósito aqui é conhecer um pouco do imaginário desses escritores, suas origens e versões de como se deu a imigração desses homens de origem árabe que fizeram do Rio Grande do Sul seus lares. Já os autores de origem brasileira considerados literatos e intelectuais consagrados das letras gaúchas descrevem o imigrante árabe pelo seu ângulo mais curioso e diferente. Em alguns casos, um misto de estranhamento e identidade.

O primeiro escritor que lembramos foi um intelectual libanês-gaúcho Jorge Bahlis. O dramaturgo, historiador, romancista e, posteriormente, escritor comunista engajado era, por formação, contabilista, mas também professor de uma escola técnica profissionalizante que

ele mesmo fundou na década de 1920 em Porto Alegre (MARTINS, 2012). Em sua peça dramática *Coração e dever*, Bahlis revelou um profundo desprezo pelos turcos e pela dominação otomana dos povos árabes, justificando assim o que o levou a escrever a obra:

Fi-lo para mostrar ao civilizado povo brasileiro a selvageria sem par dos turcos, o povo mais bárbaro que o mundo teve a infelicidade de possuir! É o maior monstro que a natureza abortou! Se Nero foi desumano por ter matado milhares de pessoas e incendiado Roma, os otomanos são mil vezes mais infames e desumanos do que aquele o foi! Cometeram banditismo em maior escala do que Nero! Estampo-o aqui com o grito dum coração ferido, porque também sou oriental e numa região até há bem pouco tempo escravizada, e seus habitantes martirizados! (BAHLIS, 1920, p.1).

O jovem Bahlis frequentava a Livraria do Globo e a Sociedade Parthenon Literário, revelando-se um prodigioso intelectual que, apesar de autodidata, escreveu com propriedade peças de teatro, romances, livros de história e manifestos políticos.

Em alguns contos avulsos do escritor gaúcho Érico Veríssimo, reconhecido pela crítica por retratar em sua obra muito da maneira de ser, pensar e sentir do povo sul-rio-grandense, cita-se de forma repetida o elemento “turco” entre seus personagens. No conto *A escolha* (2005), por exemplo, escrito originalmente na década de 1940, a protagonista Zizinha Moreira, donzela casamenteira de 20 anos de idade, da fictícia cidade gaúcha de Jacareacanga, refere-se assim à beleza das moças rivais da cidade, de forma debochada e preconceituosa: “A Ismênia, do ‘turco’ ali da esquina (...) parece uma mulata...”. Carlos Nejar, um premiado escritor gaúcho, este de ascendência sírio-libanesa, é autor de um poema chamado “Abadil, o viajante”, publicado originalmente em 1979, que evoca com grande sensibilidade a mobilidade do ofício do viajante árabe pelo Rio Grande do Sul:

Abadil, o viajante. Não era um, eram muitos confluindo no seu corpo e o fatigando. Abadil, mais que Abadil, a infância dele, o rebelde, suas letras de colégio /o anterior e o sequente, a baldeação de Abadil, o seu arrabalde, o sítio. E fora dele, a tronqueira, o funcho, o mundo encanado.(...) Notícias e coragens sobraçavam-lhe o jaleco. Imprevistos: as botas não os calçam nem consertam. Viajava. De Porto Alegre a São Borja. Ou melhor, desviava nas horas de nossas partes ou mortes. (NEJAR, 1979, s.p.).

Alcy Cheuiche escreveu *Jabal Lubnàn: as aventuras de um mascate libanês* (2003). O romance histórico começa em Zahlé, no Líbano onde Jabal nasceu no seio de uma família cristã que, no fim do século XIX, já contava com alguns de seus membros nas Américas. As dificuldades de se ganhar a vida no Oriente Médio trouxe Khalil, irmão mais velho de Jabal ao Uruguai, que logo seguiu seus passos e aos 15 anos também decidiu emigrar. De acordo com o

autor, de Montevideu partiam os vendedores ambulantes, chamados de mascates, para o interior do país. O Uruguai, segundo Cheuiche, era o paraíso da criação de gado. Charque, couro e lã eram os seus produtos de exportação. Os demais vinham quase tudo de fora “A loja Estrella del Oriente ficava numa das ruas estreitas que partiam do porto. Uma entre as muitas com mercadorias penduradas pelas paredes, lembrando a origem de seus proprietários. Ali se falava mais árabe que castelhano”. (CHEUICHE, 2003, p.36) O romance histórico que Cheuiche escreveu em homenagem ao seu avô libanês, é ambientado tanto em Montevideu quanto na fronteira do Brasil, entre Bagé, Pelotas e Caçapava do Sul durante a Revolução Federalista de 1893. De acordo com Cheuiche, os sírios estavam bem adaptados no vizinho Uruguai e lá se encontravam em quantidade. Eles sabiam se proteger e pagavam a polícia e os impostos escorchantes, graças ao trabalho duro e as altas margens de lucro de seus comércios. E, o mais importante, mantinham-se neutros entre os fanáticos blancos e colorados. A história se desloca ao sul do Brasil quando Khalil, que frequentava a maçonaria em Montevideu se dispõe a ajudar um patrício no Brasil, refugiado das lutas internas que o levaram a clandestinidade no vizinho Uruguai. Ele manda o irmão mais novo Jabal ao Brasil que, entre suas muitas aventuras, participa do cerco de Bagé no contexto das lutas federalistas de 1893. Luiz Salim Kalil, ex-prefeito de Bagé e descendente de libaneses publicou, em 2007, Salim faz preço, freguês; Samuel também faz, senhor. O livro é um romance histórico, talvez inspirado na saga de sua própria família, ambientado na fictícia cidade de São Sebastião, localizada na fronteira sul do estado do Rio Grande do Sul. O autor conta a história de duas famílias, uma libanesa e outra de imigrantes judeus poloneses que chegaram ao sul do estado no início do século XX, e que foram parceiras nos negócios, tendo passado juntas por todas as conjunturas políticas e sociais que afligiram a região, o país e o mundo na primeira metade do século XX. O primeiro personagem é o comerciante cristão libanês Salim e o segundo, o judeu Samuel, industrial. Referindo-se a Salim, escreve o autor: Ele, que não dispunha de muito dinheiro para abrir um comércio estabelecido, portanto a alternativa que sobrava para o início da vida era a de mascate. Comprou um cavalo, uma mula, recebeu em consignação uma boa quantidade de mercadorias e saiu pelo pampa afora, vendendo suas quinilharias nas estâncias, e à medida que ia conhecendo mais caminhos e pessoas, familiarizando-se com seus gostos, mais e melhores mercadorias colocava no lombo de suas montarias; as economias iam se acumulando (KALIL, 2007, p.10).

No romance, Samuel, receoso pelas perseguições sofridas em sua terra natal, prefere se refugiar no sul do estado gaúcho para assim ficar mais perto da Argentina e do Uruguai: “A qualquer contratempo, as alternativas seriam muitas. Samuel era um judeu teórico, bastante afastado das Sinagogas que, aliás, pouco frequentava”. (KALIL, 2007, p.12). No livro, os dois imigrantes se encontraram em solo gaúcho, onde fizeram amizade. O árabe, que iniciou a vida como mascate, se estabeleceu posteriormente com uma lojinha que ia crescendo no seio da comunidade; e o judeu, que na mesma cidade abrira uma fábrica de chapéus – os quais eram também vendidos pelo árabe em sua loja. Kalil descreve Samuel como um homem que conhecera outros mundos, maiores e mais evoluídos. Mais que um comerciante; em certos

aspectos, [era] um intelectual. Lia muito: Tolstói, e demais escritores russos, conhecia bem a história e a evolução do comunismo, lera Marx, Engels e para efeitos de comparação, filósofos como Nietzsche. (KALIL, 2007, p.15).

Amigos, o árabe Salim e o judeu Samuel tinham, entretanto, suas diferenças: “Samuel era um comerciante por tradição, convivia com seus patrícios judeus, contudo estava acostumado com um comércio mais organizado. Gostavam de lances mais altos, que envolvessem inteligência e criatividade”. Já Kalil, de perfil menos arrojado, mesmo sem educação formal, conseguiu, com muito trabalho e persistência, sem fórmulas e à sua maneira rústica, espontaneidade in natura que o judeu tanto admirava, comprar uma loja que ficava em uma esquina da rua principal da cidade, [e que fora] adquirida com alguma dificuldade. [Kalil] abandonara a vida de mascate, dedicando-se só ao comércio estabelecido. Dava-se ao luxo agora de não só vender à vista, mas também a prazo, especialmente aos fazendeiros, para receber no fim da safra de lã ou de carne. (KALIL, 2007, p.23). Apesar de evitarem discussões políticas e de divergirem em relação aos acontecimentos na Palestina, ambos permanecem próximos e a amizade se consolida. Nas últimas páginas do livro, os dois terminam por casar seus filhos, que, em lua de mel programada para Nova York, tiveram o avião em que viajavam desviado para descer em Manaus, pois o espaço aéreo norte-americano tinha sido fechado. Era o 11 de setembro de 2001, quando termina a história.

Conhecer uma parte da literatura ficcional, apresentando também um pouco da história desses imigrantes é se apropriar do imaginário que o gaúcho tem da figura do libanês, mas também como o descendente de imigrante árabe vê e descreve a saga de seus personagens, muitos iniciados na prática da mascateação pelo interior do estado. Em uma análise dos textos de caráter ficcional que apresentamos se percebe que o cenário correspondente ao sul do estado ou fronteira, são recorrentes onde se desenrolam as tramas e os personagens. Também vemos que a maioria dos autores é de origem ou descendente de imigrantes sírios e libaneses. Uma exceção, Érico Veríssimo, destaca o tônus da pele da moça, mais brejeira e parecida com a do brasileiro, no conto “A Escolha”. Certamente não é páreo para “alvura da pele da sinhazinha” casamenteira. Melhor sorte teve a filha de Salim, que no conto de Kalil, casou-se com o filho do amigo judeu no romance. O que vimos está, de certa forma, presente no imaginário do gaúcho através desses contos, comuns com o sul do estado. Ele se verifica no poema de Nejar (fronteira) e no romance de Cheuiche (fronteira sul do estado).

Conclusão

Reunir em um trabalho acadêmico os dados, fatos e trajetórias sobre a imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul não é tarefa simples, tampouco fácil. Em parte, porque a imigração árabe no estado entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX foi um fenômeno relativamente pouco estudado entre os pesquisadores gaúchos. Nesse sentido, configura-se de extrema importância para qualquer investigação não só a leitura e análise da

literatura existente sobre o tema, mas principalmente a realização de entrevistas com descendentes de imigrantes e a pesquisa em fontes primárias, muitas delas inéditas, nos arquivos e instituições públicas e privadas gaúchos e no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. A adoção dessa estratégia acabou por fim revelando-se fundamental para que o pesquisador possa suprir ao menos parcialmente a carência de informações – barreira que pode parecer praticamente intransponível para quem quer trabalhar com imigração levantina no extremo sul do Brasil.

Historicamente, a maior parte da literatura existente sobre o fenômeno migratório no Rio Grande do Sul concentrou-se no estudo da contribuição dos diferentes grupos de imigrantes europeus, notadamente portugueses, alemães, espanhóis e italianos. Devido às características que essa imigração assumiu, e por força de uma importante herança cultural rio-grandense, a inserção desses grupos no campo e em projetos de colonização rural preenche grande parte dessa produção. Nas pesquisas que têm o meio urbano como objeto, em geral os enfoques adotados orientam-se pela análise das relações de trabalho predominantes no ramo fabril ou da atuação desses imigrantes no movimento operário. Seyferth (1990) destaca a importância desse tipo de estudo lembrando que a concentração de imigrantes em áreas urbanas deu feições características a cidades como São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além de ter contribuído significativamente para a dinamização e desenvolvimento da vida cultural no país.

Sem desconsiderar a relevância dessa bibliografia, ela, entretanto, pouco tem a oferecer a quem pretende se dedicar ao estudo da imigração levantina, pois este é um fenômeno predominantemente urbano e concentrado, num primeiro momento, no comércio de mercadorias e, mais tarde, também em profissões de natureza liberal, revelando pouquíssima incidência de ocupações na indústria fabril. Apesar de voltados para outros grupos imigrantes, alguns poucos trabalhos como os de Núncia Constantino (2008) e Regina Weber (2008; 2010) sugerem uma abordagem que guarda uma relação mais próxima com os nossos objetivos nesta tese. Tal como o observado no caso da imigração sírio-libanesa, Constantino, Weber e outros autores dedicaram suas pesquisas ao estudo de grupos de inserção urbana, autônomos (não-assalariados), muitos não-subsidiados pela política migratória oficial ou por outra iniciativa particular e que chegaram ao país por conta própria e de forma espontânea. Constantino, na análise que faz sobre os moroneses (Imigrantes de Morano, na Calábria), traça como fio condutor de sua abordagem as questões ligadas à ascensão social e aos caminhos que permitiram a construção de uma identidade ítalo-brasileira em Porto Alegre.

Certamente, para elaboração de um trabalho sobre imigração de grupos minoritários, alguns desses aspectos, além de outros, devem estar presentes, mas eles não formam o eixo central de uma narrativa. Aqui a finalidade deve ser a de investigar a inserção e assimilação desses imigrantes em solo rio-grandense, mas primordialmente, levar a cabo uma pesquisa

sistemática que procure mapear a presença desses primeiros imigrantes em solo gaúcho unificando no trabalho quase tudo o que foi dito e o que se sabia de forma esparsa sobre esta determinada chegada deste grupo de pessoas ao Rio Grande do Sul, e ainda perceber de que forma eles procuraram preservar suas identidades; em solo gaúcho. Nesse sentido, ao longo de uma pesquisa, torna-se evidente saber qual a via laboral que pode levar a ascensão social, se pelo do comércio, agricultura, reinserção em novas colônias, para mais tarde o grupo (ou seus descendentes) ascender pela via da educação – opção disponível em proporção muito maior para os filhos homens – que em geral, conforme se observa, são fundamentais para tais propósitos. Este caminho leva o investigador a conhecer a trajetória de alguns de seus líderes, responsáveis pela elaboração e administração da memória desses grupos no estado sulino. Assim, também é importante conhecer a história recente da região que o grupo é proveniente, se estava envolvido em questões transnacionais no sentido de perceber o impacto direto que exerceu na fragmentação das identidades no sul do Brasil, cuja realidade é diferente, em termos étnicos, mas também social e econômico da maior parte do país.

Referências

- BAHLIS, Jorge. Coração e dever. Porto Alegre: Livraria Gutenberg, 1920.
- CHEUICHE, Alcy. Jabal Lubnân: as aventuras de um mascate libanês. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- CONSTANTINO, Núncia. O italiano da esquina: imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: Est, 2008.
- COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, v. 3, n.3, p.15-30, jul. 2002.
- DERRIDA, Jacques. Memória de Cego: o auto-retrato e outras ruínas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- ELMIR, Claudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para pesquisa histórica. Cadernos de Estudos, n.13, dez. 1995.
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, v.56, 1996.
- KALIL, Luiz. Salim faz preço, freguês, Samuel também faz, senhor. Porto Alegre: Evangraf, 2007.
- KNOWLTON, Clark. Sírios e libaneses em São Paulo: ascensão social e mobilidade espacial. São Paulo: Anhembi, 1960.
- LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MARTINS, Marisângela. À esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre, 1927-1957). 2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NEJAR, Carlos. Os viventes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v.10, p.7-28, dez. 1993.

O RELATÓRIO do Ginásio Anchieta em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A publicação, editada ao fim de cada ano escolar desde 1890.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIGON, Roni. Kalil Sehbe: Ícone da elegância em vestir, transformou a indústria têxtil em Caxias do Sul. Pioneiro, Caxias do Sul, 21 abr. 2017. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-tendencias/noticia/2017/04/icone-da-elegancia-emvestir-kalil-sehbe-transformou-a-industria-textil-em-caxias-9776547.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

SARLO, Beatriz. Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Cia das Letras e Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e cultura no Brasil. Brasília: Editora UnB, 1990.

VERÍSSIMO, Érico. Contos. Manaus: Luz da Cidade, 2005. (Compact Disc).

WEBER, Regina. Grupos étnicos, estratégias étnicas. In: SIDEKUM, Antônio; GRUTZMANN, Imgart; ARENDT, Isabel Cristina (Org.). Campos múltiplos. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WEBER, Regina; BOSENBECKER, Patrícia. Disputas pela memória em São Lourenço do Sul: uma visão histórica de representação étnica. Cadernos do CEOM, n.32, 2010

APONTES SOBRE A HISTÓRIA DO CLIMA DO RIO GRANDE DO SUL AO LONGO DO SÉCULO XIX

Paulo Jolar Pazzini Galarça⁷¹

Jefferson Cardia Simões⁷²

Na documentação existem registros de impactos climáticos no Rio Grande do Sul desde a época da colônia. Períodos de grandes secas, enchentes e ondas de frios foram os de maior ocorrência. Também desde o início do século houve tentativas de estabelecer um serviço meteorológico, procurando recursos para melhor entender o clima gaúcho e adaptar as atividades sociais a essas variações.

Palavras chaves: Rio Grande do Sul. Impactos Climáticos. Meteorologia.

Introdução

De acordo com a literatura oficial, o início de um estudo sistematizado das características climáticas do Rio Grande do Sul está ligado à fundação da estação meteorológica da Escola de Engenharia em Porto Alegre, no ano de 1909 (CARVALHO, 1917). Portanto os dados meteorológicos coletados, até o presente, são poucos para analisar um fenômeno complexo como o clima, que não está restrito às divisões cronológicas criadas pelo homem, como anos e séculos.

A proposta do presente trabalho é gerar uma discussão sobre o clima do RS para o século XIX, analisando também possíveis relações climáticas locais para o mesmo século, em nível hemisférico e mundial. Além disso, analisar o processo de construção da informação na climatologia histórica especificamente sobre o Rio Grande do Sul.

Métodos

A climatologia histórica ainda é uma área bastante desconhecida no meio acadêmico brasileiro, portanto são raros os dados de referências relativos ao século XIX, na literatura atual, a nível nacional e, no caso do Rio Grande do Sul, inexistentes.

Para este trabalho, inicialmente procuramos, na literatura internacional, metodologias para criar recursos adaptados à nossa realidade de pesquisa, mapeando os nichos com potencialidade de documentos do nosso interesse. Além disso, investigamos o trabalho dos historiadores, especialmente gaúchos que, embora a proposta de análise não seja o clima, por

⁷¹ Mestre em Geografia. Centro Polar e Climático, Instituto de Geociências, UFRGS. Contato: pjpgalarca@yahoo.com.br

⁷² PhD, Professor Titular, Departamento de Geografia, UFRGS e Centro Polar e Climático, Instituto de Geociências, UFRGS. Contato: jefferson.simões@ufrgs.br

vezes o autor cita um dado que, ao realizarmos a leitura com “olhar climatológicos” nos fornece pistas importantes.

Materiais

Os recursos para o presente trabalho consistiram na consulta ao nosso banco de dados construído através dos seguintes procedimentos:

a) Levantamento bibliográfico sobre o Rio Grande do Sul no século XIX, para melhor compreender o contexto social da época.

b) Levantamento bibliográfico sobre o clima do Rio Grande do Sul na atualidade, a fim de ser usado como recurso de comparação.

c) Mapeamento de arquivos históricos com potencialidade de acervo documental do nosso interesse. Além da visita física aos acervos, fizemos um trabalho pela internet procurando dados em instituições com trabalho reconhecido. Constatamos que existe enorme documentação sobre o Rio Grande do Sul, com dados climatológicos do século XIX, espalhadas em acervos brasileiros e em outros países, como Alemanha.

d) Reunião com historiadores, climatologistas e meteorologistas para discutir essas diferentes produções científicas que estão relacionadas com a nossa área de trabalho.

Resultados e discussões

As fontes que usamos são basicamente documentos produzidos regionalmente, compostos por dados administrativos, notícias de periódicos de época, observadores do clima aqui residentes e viajantes naturalistas. Os dados dos viajantes são muito importantes para o presente trabalho, apesar de se restringirem a períodos curtos pelo fato de estarem de passagem.

Na documentação histórica sobre o Rio Grande do Sul, em especial a de épocas mais recuadas, as condições normais do tempo meteorológico raramente aparecem descritas. É mais comum encontrarmos registros de impactos climáticos fortes que não representam as características médias do clima de um determinado local. Apenas a meados do século XIX é que começam a aparecer mais projetos de observações meteorológicas feitas em estações, ainda muito localizadas, mas que já permitem ter uma ideia de condições médias.

Na sequência apresentaremos e discutiremos mais detalhadamente os dados obtidos sobre o clima do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX.

Dados descritivos

Neste momento, apresentamos os registros documentais mais antigos e mais abrangentes espacialmente, com os quais analisaremos as ocorrências que causaram impactos climáticos muito fortes produzidos por secas, enchentes e ondas de frio.

1 Secas e anos secos

1820

Para esse ano, Saint-Hilaire (1974) cita a ocorrência de uma grande seca. O viajante observa e registra, além de coletar relatos nas diferentes localidades por onde passou. Saint-Hilaire também comenta que a seca estava atingindo uma grande área da província.

1825 -1827

Camargo (1868) cita que esse período foi seco com a passagem das estações quase imperceptível.

1858

Lalleman (1980) refere-se a uma seca, com o período mais forte no verão e no outono. Descreve essas estações, nesse ano, como muito secas. Segundo ele, durante referido período inúmeros riachos e afluentes secaram. Ele não dá detalhes em que lugares especificamente observou a seca, com exceção da descrição que fez a respeito de São Borja. Durante a sua estadia naquela cidade, no mês de abril, comentou a crise da população, pela falta de água potável, pela maioria dos poços haverem secado. O povo estava a ponto de começar a se abastecer de água, para as suas funções básicas, no rio Uruguai.

1877

A ocorrência de uma forte seca está muito bem documentada para esse ano. Entre os muitos registros que encontramos, relatando esse impacto, selecionamos alguns que ilustram bem a situação, como Grando (1986), citando que no início do ano a seca já estava forte e que sem a ajuda do governo havia risco de morte por fome entre os agricultores mais pobres.

Costa (1991) fez o seguinte comentário sobre a seca:

Durante seis meses não caiu, em todo o município de São Martinho⁷³, uma só gota d'água. No Povo Novo⁷⁴, o rio Guaçupi transformou-se apenas em "um rosário de pequenas poças". Outras fontes da região se tornaram famosas porque ainda se mantiveram vertentes. Os açudes secaram. As árvores dos matos perderam suas folhas ao alcance do gado, como se fossem roçadas. E o capim dos campos secaram completamente. Os antigos contam que os focos de fogo na pastagem esbranquiçada deviam ser atacados imediatamente. Os

⁷³ Atual município de São Martinho da Serra.

⁷⁴ Atual município de Júlio de Castilho.

animais magros eram sacrificados e arrastados, com o ventre aberto, para deter a rápida corrida das chamas. Os rebanhos foram dizimados e toda a plantação irremediavelmente perdida.

No relatório remetido a 21 de maio de 1877, pelo Dr. João Dias de Castro, 2.º vice-presidente da província, ao administrador da província, declarou que sob sua responsabilidade abriu um crédito extraordinário para socorrer as vítimas da seca. Também declarou que havia enviado circulares às municipalidades para contabilizarem as despesas com indigentes vítimas desse flagelo

2 Enchentes e anos chuvosos

1823

Franco (1998), mencionando a ata da Câmara Municipal de Porto Alegre de 26 de maio, referiu-se a uma grande enchente ocorrida na cidade. Segundo as informações, a cheia destruiu a maior parte das plantações recentes, cujas colheitas ainda não tinham sido feitas. **Em função disso, houve a promulgação de uma lei proibindo a “saída de gêneros para fora da terra”.**

1833

Isabelle (1983), em viagem pela província, observou uma enchente que, de acordo com a sua descrição, foi muito forte. Segundo Franco (1998), Isabelle, quando se referiu a Porto Alegre, citou que a enchente causou grandes prejuízos às casas do porto, ou seja, à Rua da Praia.

Ainda nesse ano houve enchentes generalizadas em todo o território gaúcho. No mês de setembro, em Porto Alegre, a enchente atingiu grandes proporções, segundo a Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN, 2001).

1873

No Relatório da Diretoria Geral dos Negócios da Fazenda Provincial, assinado por João Pedro Carvalho Moraes (1874), consta o registro de uma grande inundação, nos seguintes termos:

Em consequência das grandes chuvas que cairão sobre esta capital e no valle do Jacuhy nos primeiros dias do mez de outubro do ano passado avolumarão-se de tal forma as aguas do Guahyba que a enchente assumiu proporções enormes produzindo grandes prejuizos não só aos habitantes desta cidade e das ilhas fronteiras assim como os afluentes daquelle rio.

Otoni (1902) comenta esta grande enchente que, segundo ele, teve o seu período mais forte em fins de setembro, tendo tal catástrofe causado “clamor” da população devido aos grandes prejuízos. Em função disso, o governo imperial encarregou-o de elaborar um projeto sobre a questão, considerada por ele como a máxima enchente que atingiu o vale do rio Jacuí, embora afirmasse também que foi mais forte no vale do rio Ibicuí.

De acordo com o relatório do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC, 1941), ainda não havia medições da altura do Guaíba. Mas, em base de relatos populares, calcula-se que essa enchente alcançou a altura aproximada de 3,60 m, referida ao atual ponto zero do porto da capital.

1878

Esse ano foi de intensas chuvas. No Relatório de 1878 do desembargador Francisco Farias Lemos, ficou registrada a ocorrência de uma enchente nos seguintes termos:

Em consequência de copiosas chuvas havidas nos primeiros dias do mez de junho do anno findo, ficarão inundados as ilhas fronteiras a esta capital e diversas povoações a oeste de S. Leopoldo. Apenas tive notícia de taes factos, providenciei para o delegado da capitania do porto, em um vapor de propriedade particular [...] fossem socorrer as victimas de inundação, levando os víveres indispensáveis, a fim de serem distribuídos pelos que se achavam sem recursos [...]. Quanto ao comandante da referida canhoneira, havia socorrido as povoações mais próximas a esta capital, teve que regressar para tomar novas provisões de víveres e levar a lugares mais distantes os auxilios que eram mister [...]. No mez de Dezembro crescerão extraordinariamente as águas do rio Guahyba, em consequência de chuvas abundantes.

1899

O Relatório de Obras Públicas (1900) cita uma série de catástrofes ocorridas praticamente em todo o Rio Grande do Sul, segundo este documento, as cidades do interior mais atingidas foram: Ijuí, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Cachoeira do Sul. Além das enchentes ocorridas em Porto Alegre e arredores, a cidade, nessa ocasião, foi fortemente atingida por um temporal descrito numa matéria do jornal A Federação de 17 de abril, como muito forte que causou destruição em níveis elevados de casas por toda a cidade e danificação de inúmeros postes que paralisou o serviço telegráfico estadual.

3 Ondas de frio, anos frios e precipitação de neve

1870

Azambuja (1886) cita precipitação de neve para este ano, inclusive nas partes de relevo baixo. A população da colônia alemã, em Caçapava do Sul, segundo o artigo, brincava com a

neve acumulada no chão tal era a quantidade. Sobre a queda de neve em Porto Alegre, fez o seguinte comentário:

Os moradores de Porto Alegre devem recordar-se ainda do aspecto novo e surpreendente, que, ao amanhecer do dia 27 de julho de 1870, lhe apresentaram as montanhas que contornam a cidade, todas brancas de neve até alto dia. Em alguns valles que avistavam da capital as camadas de gelo duraram por dias deixando ver ao longe imensos lençoes brancos.

1879

Para este ano, Azambuja (1886) cita a mais intensa precipitação de neve até então registrada:

Em agosto de 1879 houve também na província, em Cima da Serra, a mais forte nevada que temos notícia. Na noite de 8 para 9 desse mez os lugares mais alto da zona colonial entre os valles do Rio dos Sinos ficaram cobertos de neve. Em Cima da Serra no dia 7 de agosto a neve cahio em quantidade tão forte que cobrio a terra [...] *Nas colônias de Conde D'Eu*⁷⁵ e D. Izabel⁷⁶ o peso da neve chegou a esgalhar as deixando-as despidas de ramos. Não houve lugar em que as camadas de gelo não tivessem pelo menos a espessura de 0m,40. Os habitantes dessa zona ficaram aterrorisados pela novidade do espetáculo e, na serra, o seu panico era, augmentado pelo rumor sinistro que produsiam, cahindo, os galhos das arvores. Si a chuva de neve continuasse por mais dous dias, diziam elles, as casas ficariam completamente cobertas. Não houve casa, por bem retelhada que estivesse, onde a neve não penetrasse: Cima da Serra todo estava branco; não se via um só fio de capim nos campos. Cartas de Cima da Serra de de agosto (10 dias depois) afirmavam que ainda havia então pelos campos grandes massas de neve, que o sol não podéra dissolver. Morreram animais nas estrebarias, porcos nos chiqueiros e nos campos os prejuizos da industria pastoril enormes. Rapidamente, 22 °C., do dia 7 e na manhã do dia 8, o termômetro desceu até 1,5 R⁷⁷. Dias 8 e 9, o céu estava encoberto, soprando forte pampeiro. Já na manhã do dia 8, a neve caia em flocos miúdos, no decorrer do dia. Entre 17 e 19 hs, se transformou em nevasca [...]. Se a neve não tivesse logo derretido, teríamos moldados bonecos de neve, como os de junho de 1873.

1885

Nesse ano houve um inverno muito rigoroso com forte precipitação de neve em vários locais. Azambuja (1886) fez os seguintes registros sobre os acontecimentos meteorológicos:

Durante os mezes de abril e maio até o dia 10 de junho a temperatura foi moderada, mas desde este dia desceu o thermometro rapidamente e a temperatura manteve-se

⁷⁵ Atual Garibaldi.

⁷⁶ Atual Bento Gonçalves.

⁷⁷ Escala Reamur – 1,5° equivale a 1,8°C.

baixa até meado de agosto. A temperatura mínima registrada na capital, dentro da cidade (face norte), foi de 1°,67C., mas fóra da cidade o frio chegou a -1°C, -2°C. Em alguns lugares da província como Bagé, Santa Maria da Bocca do Monte, Encruzilhada, Caçapava, Cima da Serra etc. A temperatura baixou por vezes a -2 °C e -3 °C. Em Bagé, no dia 13 de julho, cahiram abundantes flocos de neve, [...]. Seriam 10 horas da manhã (disse o Diario do Rio Grande de 17 do mesmo mez), de envolta com um chuveiro miudo começaram acahir, impellidos por um violento nordeste, abundantes capuchos de neve. Durante meia hora continuou a chuva dos brancos flocos [...]. Na mesma cidade no dia 10 de agosto, cahio neve em muito maior abundancia chegando as camadas a attingir a espessura de 15 centímetros[...]. Porém as cartas particulares affirmam uma espessura maior. Segundo telegramma dirigido á repartição central dos telegraphos, na côrte, tanta neve cahio em Bagé, no referido dia 10, que as linhas telegraphicas ficaram ligadas aos guarda-raios. Pela mesma causa interrompeu-se a comunicação na linha de D.Pedrito. Também em Cacimbinhas⁷⁸ recebeu-se aviso *de se achar interrompida a linha que d'ali vai a Bagé*. A neve formou em Cacimbinhas camadas da espessura de um palmo (0m,22). No dia 11 restabeleceram-se as comunicações, sendo esta a primeira vez em que por semelhante causa soffreram interrupção no Brazil as comunicações telegraphicas. Carta de Santa Maria da Bocca do Monte dirigida em 11 de agosto á Koseritz Deutsche Zeitung⁷⁹ refere o seguinte: *'Hontem tiveram os habitantes desta cidade occasião de observarem, entre nós raríssimo phenomeno da natureza'*. Os mais antigos moradores d'aqui não recordam de ter visto antes um facto semelhante. Quando hontem pela manhã nos levantamos, nevava regularmente, pois não era um ou outro floco de neve, raro e isolado, que cahia, mas ao contrario era uma formidavel queda de neve como estamos acostumados a ver na Allemanha.

1893

Lindman (1974) cita um trecho da expedição ragneliana (projeto financiado pelo médico suiço Ragnel, residente no Brasil), no qual há uma descrição do tempo na cidade de Cruz Alta, no dia 13 de abril, registrando frio intenso. Nas suas anotações, feitas em Porto Alegre, na última semana de maio também registrou tempo frio. Wenceslau (1893) comenta o relatório dos militares, da revolução deste ano, no qual é citado intenso frio no mês de abril, mais especificamente no dia 11, e em maio entre 19 e 24. Segundo este documento chegou a acontecer mortes, por congelamento, dos soldados acampados.

Serviço meteorológico

No século XIX houve projetos para a criação de serviços meteorológicos, dos quais citaremos aqui alguns exemplos.

Na documentação que encontramos os dados mais antigos são dos anos 1825, 1826, 1827 referentes à temperatura média (CAMARGO, 1868), o autor não especifica onde estavam

⁷⁸ Atual Pinheiro Machado.

⁷⁹ Jornal em língua alemã editado em Porto Alegre.

localizadas as estações que produziram estes dados médios. A maioria dos dados meteorológicos produzidos naquela época é muito localizada, portanto não representa as condições de todo o território gaúcho.

Nesse sentido, um projeto destacado foi o da Comissão da Barra de Rio Grande. Entre os trabalhos, foi produzida uma série entre o período 1877 – 1882, sob a direção do engenheiro Lopo Neto, na qual se registrou a temperatura, pressão atmosférica, direção dos ventos e umidade para a cidade. Mais tarde, sob a direção do engenheiro Honório Bicalho, esse observatório produziu uma série entre 1883 – 1887, onde consta, além de temperatura, também registro de precipitação (GALARÇA, SIMÕES 2015). Nesse projeto houve a criação de uma rede meteorológica envolvendo 21 cidades gaúchas; infelizmente não conseguimos obter informações do período em que durou essa rede.

Na cidade de Porto Alegre, em 1892, foi inaugurado o Observatório da Secretaria de Obras Públicas sob a direção do engenheiro Dr. Afonso Herbert. Azambuja (1893) comenta as observações de José Antônio Leal Coelho, que considerava esse observatório como um dos melhores do Brasil. Localizava-se no torreão norte do edifício sito à Praça Marechal Deodoro (atual Praça da Matriz) onde atualmente está localizado o Palácio do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Na cidade de Pelotas começou a funcionar em 1892 uma estação meteorológica no Lyceu Rio Grandense de Agronomia, dirigida pelo Professor Francês Guilherme Minsen que publicou dados dessa estação até 1902. Na mesma obra também publicou dados anteriores produzidos desde 1888.

Conclusão

Devido ao grande período de tempo, um século, não foi possível discutir todas as informações encontradas até o momento, motivo pelo qual selecionamos algumas notas sobre os eventos mais extremos que ocorreram, cujos pontos básicos serão comentados.

As anotações de Saint Hilaire, datada de 1820, foi o registro mais antigo que encontramos sobre ocorrência de seca forte no Rio Grande do Sul.

Camargo (1868) comenta que os anos de 1825–1827 foram secos, com a passagem das estações imperceptíveis. Esse período corresponde aproximadamente ao fim da pequena idade glacial, fenômeno que provocou uma alteração no clima planetário e que ocasionou uma diminuição da temperatura média (BRADLEY, 1985). Por essa época, em vários locais do planeta, impactos estranhos aconteceram, como a grande seca na Argentina, entre 1827–1830 (DARWIN, 1871).

Outro evento que provocou a alteração do clima em nível planetário foi a erupção do vulcão Tambora, na ilha Sumbawa (Indonésia) em 1815. No ano de 1816 não houve verão em

diversos locais na Ásia, América do Norte e Europa. Os efeitos desse impacto se fizeram sentir por vários anos em diversas partes do mundo com crise de abastecimento, como na Suíça onde houve muitos casos de morte por fome.

Essas possíveis teleconexões ainda não estão discutidas na climatologia histórica gaúcha, ou seja, não existe uma análise detalhada de dados que indiquem que esses fenômenos tenham causado, na época, alterações significativas no clima. Uma futura pesquisa dos documentos, assim como em outras fontes, como a arqueologia, por exemplo, poderão trazer resposta sobre isso.

A enchente de 1873, de acordo com Ottoni (1902), deve ter sido a maior que ocorreu no Rio Grande do Sul no século XIX. Não havia na época um serviço de medição da altura das águas, mas pela descrição documental ela pode ter alcançado a escala da enchente de 1941, considerada oficialmente a maior enchente que ocorreu no estado.

No período 1877–1878 ocorreu um El Niño muito forte que causou crise alimentar em diversas partes do planeta, milhões de pessoas morreram de fome (KILADIS, 1985). Atualmente, de acordo com Puchalski (2000), nos anos de El Niño forte ocorrem chuvas acima da média no Rio Grande do Sul. A seca de 1877 vai contra esse modelo, levando-nos a crer que outro fator, ainda desconhecido, interferiu no processo. As grandes precipitações de 1878, com chuvas fortes em setembro e outubro, estão de acordo com o atual padrão do fenômeno.

Sobre as nevascas ocorridas, constam na documentação diversos relatos, dentre os quais escolhemos os dados sobre os episódios mais fortes, por conta de dois fatores que se destacam: a intensidade e a espacialidade. Nos atuais registros meteorológicos de Porto Alegre não existem dados com a ocorrência de uma nevasca como a de 1870. Também não existem registros atuais de uma nevasca com a intensidade da que ocorreu em 1879. O mesmo pode-se dizer sobre a nevasca de 1885 quando houve precipitação na região litorânea e na Campanha (AZAMBUJA, 1886), locais sem registros oficiais de precipitação regular de neve nas observações atuais.

Não existe, para os séculos posteriores ao XIX, registro de precipitação de neve com a mesma intensidade e em locais sem condições climáticas para precipitações regulares.

Na presente pesquisa já encontramos indícios da repetição de ciclos climáticos que estão além da escala da existência média de uma pessoa, portanto muitas vezes fora da memória popular, fonte importante para a presente pesquisa.

No entanto, a pergunta que ainda está sem resposta é se fenômenos como os descritos poderão se repetir na atualidade e qual o preparo que a sociedade contemporânea tem para lidar com isso.

Sobre os projetos daquela época, para fazer um estudo do clima do Rio Grande do Sul, registros de várias iniciativas aparecem na documentação, demonstrando que havia, por parte de alguns gaúchos, o entendimento da importância das informações meteorológicas. Para setores como a economia, defesa civil, entre outros, esses pioneiros já entendiam que esse

serviço era de fundamental importância. A esse respeito, citaremos dois exemplos, um de Vasques (1893):

[...] à capital, onde apesar da existência de repartições públicas e das claras disposições dos seus regulamentos sobre o assunto – é triste e muito triste dizer-se. Nada existe!!! Nada se faz para o estudo da meteorologia, considerando-se como cousa sem importância o conhecimento do clima do estado.

E outro exemplo de Ottoni (1902):

Em todo o mundo onde há civilização e adiantamento fundam-se observatórios meteorológicos onde se registram as observações para a previsão climatológica, é n´este estado onde podiam se estabelecer regras para essas previsões, apesar do progresso crescente que presenciamos nada ou quasi nada haja feito n´esse sentido e, quasi pode-se dizer não raras vezes são todos surpreendidos na ocasião das repentinas enchentes consequentes de grandes temporais.

Considerações finais

O pesquisador precisa gerar ferramentas para discutir a história do clima, sendo na historiografia, onde encontramos dados fundamentais para servir como suporte na ampliação da escala do tempo de observação.

Sem a tecnologia do presente, contando apenas com dados como os aqui descritos, é necessário cuidar a interpretação, a fim de não incorrer ao erro do exagero. Antes de analisar um impacto climático, é necessário ter informações da geografia local daquela época, tanto da parte natural como da social, pois isso possibilita ao pesquisador uma melhor aproximação da realidade. Por exemplo, se o documento cita a ocorrência de ventos fortes que destruíram casas, é importante saber de que materiais eram feitas estas casas. A partir dessa informação poderemos avaliar melhor a velocidade do vento e ter uma ideia se o cronista exagerou ou não. Por isso, o conhecimento amplo de informações não só da parte climatológica como da história da arquitetura, jornalismo, fotografias antigas, artes plásticas entre outras áreas, é fundamental para este trabalho.

Como citamos, a questão da teleconexão como um recurso muito importante, que é cruzar dados entre diferentes locais, não necessariamente da região. Com os atuais recursos tecnológicos é possível identificar, por exemplo, que uma grande enchente ou onda de frio que esteja ocorrendo no estado não seja um fenômeno de origem local, mas a formação do processo esteja em um ponto distante. Um exemplo disso é o El Niño, cuja origem está no Pacífico Equatorial, que nos anos de ocorrência forte causa grandes alterações do clima em nível planetário.

Referências

- AVÉ-LALLEMAN, R. Viagem pela Província do Rio Grande do Sul. São Paulo: EDUSP, 1980.
- AZAMBUJA, G. A. Anuario da Província do Rio Grande do Sul para o anno de 1886. Porto Alegre: Gundlach, 1886.
- AZAMBUJA, G. Anuario do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Gundlach, 1902.
- BRADLEY, R. S. Quaternary Paleoclimatology: Methods of Paleoclimatology Reconstruction. Massachusetts: Allen & Unwin, 1985.
- CAMARGO, E. Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: [s.n.], 1868.
- CARVALHO, C. M. D. Meteorologie du Bresil. Londres: John Bale, Sons & Danielson, 1917.
- COSTA, F. Terra de Vila Rica: Contribuição ao Estudo da História do Município de Júlio de Castilhos. Júlio de Castilhos: Prefeitura Municipal de Júlio de Castilho, 1991.
- DARWIN, C. Diário das investigações sobre a história natural e geológica. [S.l.]: Nova Edição, 1871.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS RIOS E CANAIS (DEPREC.). Relatório sobre as enchentes de Porto Alegre, 1941. Porto Alegre: DEPREC, [1942?]
- FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: Guia Histórico. Porto Alegre, UFRGS. 1998.
- GALARÇA, Paulo Jolar Pazzini; SIMÕES, Jefferson Cardia. Nota sobre o serviço meteorológico no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX. Revista Brasileira de Climatologia, v.16, 2015.
- GRANDO, Marinês Zandavalli. Narração do Processo de Formação de uma Colônia Agrícola no Rio Grande do Sul no século XIX - A Colônia São Feliciano (1861-1880). Ensaios FEEA, Porto Alegre, n. 7, v. 2, p. 101-132, 1986.
- MINSEN, G. Contribuição para o estudo da climatologia do Rio Grande do Sul. Observações meteorológicas feitas durante o período de 1893 a 1902. Pelotas: Livraria Universal de Nechenique Irmãos, [1902?].
- VASQUEZ, J. A. Elementos para o estudo e determinação do clima do Rio Grande do Sul. In: AZAMBUJA, G. A. Anuario da Província do Rio Grande do Sul para o Anno de 1893. Porto Alegre: Gundlach, 1893.

AGENTES DE UM “PROSELITISMO ATIVO, UNTUOSO,
LISONJEADOR”: UM MAPEAMENTO DOS SUJEITOS
PROTESTANTES NAS PÁGINAS DA *REVISTA ECLESIASTICA
BRASILEIRA* (1953-1971)

Augusto Diehl Guedes⁸⁰

Analisando as veiculações da Revista Eclesiástica Brasileira (REB), um dos órgãos da imprensa católica de relevância nacional nos meados do século XX, numa conjuntura de crescimento das igrejas protestantes no país, verificamos uma produção considerável de textos que versaram acerca dos protestantismos no período em que Boaventura Kloppenburg, teólogo e apologeta católico, estivera a frente da REB. Observando estas publicações, percebemos a constante mobilização por parte dos autores católicos de personagens protestantes – pastores, bispos, missionários, teólogos – para a construção de seus textos. Nesse sentido, propomo-nos a mapear quais foram esses sujeitos vinculados às igrejas protestantes, atentando para seu ofício, nacionalidade e vínculo eclesiástico. Para nosso trabalho, utilizamos das considerações da Análise do Discurso de matriz francesa, principalmente a partir das discussões de Eni Orlandi.

Palavras-chave: Protestantismos. Catolicismos. Revista Eclesiástica Brasileira. Campo Religioso Brasileiro. Agentes Religiosos.

Considerações iniciais

O campo religioso brasileiro deve ser entendido como um espaço de tensões e conflitos decorrentes das disputas entre os agentes religiosos com o intuito da manutenção/obtenção da hegemonia neste espaço, como discutiu Bourdieu (2007). Desta forma, diversas matrizes religiosas, ao longo da história, permearam este mesmo espaço e, ao longo do século XX, podemos verificar uma crescente pluralização deste campo, dado tanto a inserção de novos grupos religiosos, quanto pelo crescimento de outros.

Nesse sentido, a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) enquanto principal detentora de influência neste espaço estava atenta a estes fenômenos. Além da criação de grupos que permitissem assegurar e expandir a sua presença nos diversos segmentos e espaços da sociedade brasileira, como o Centro Dom Vital, Ação Católica Brasileira, Círculos Operários, as juventudes (agrária, estudantil, independente, operária e universitária – JAC,

⁸⁰Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – UPF, bolsista PROSUC CAPES. Graduado em Licenciatura em História pela UPF, integrante do Laboratório de Estudo das Crenças (LEC) e do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC). E-mail: augustodguedes@hotmail.com.

JEC, JIC, JOC, JUC), notabilizamos em 1953 a criação do Secretariado Nacional para a Defesa da Fé e Moral (SNDFM).

Um dos braços da recém-criada Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – 1952 – o SNDFM, tinha como finalidade, em relação aos aspectos religiosos, “acompanhar de perto a marcha da irreligião, falsas religiões, dos movimentos condenados ou suspeitos, das correntes de ideias perigosas”, e no que concerne à questão da moralidade: “acompanhar de perto a expansão da imoralidade e do amoralismo na vida particular e na vida pública, dispensando especial atenção à imodéstia nas modas e à expansão da jogatina” (REB, 1953, p. 762). Desta forma, o SNDFM constituía-se num órgão com o propósito de ser um centro para informar o episcopado brasileiro e o restante dos membros do clero nacional acerca das questões relacionadas às demais matrizes religiosas (ou não), quanto da moralidade.

Nessa ambiência, o catolicismo a nível nacional empenhou-se no combate adversas confissões religiosas, entretanto focalizou as duas de maior projeção (depois do próprio catolicismo romano) no campo religioso brasileiro: os protestantismos e os espiritismos. Torna-se pertinente ressaltar que a ofensiva a nível nacional era pensada e articulada pelo Secretariado Nacional de Defesa da Fé e Moral (SNDFM). A esse respeito, partindo de Beozzo (2007, p. 410), ponderamos que a ICAR pouco avançou em relação às questões sociais da conjuntura em questão, e um dos motivos para tal era a preocupação com o comunismo, e tendo retrocedido este, a luta antiprotestante e a defesa por uma moral da preservação do modelo tradicional de família católica.

A preocupação da ICAR em relação às igrejas protestantes no Brasil na metade do século XX tem no crescimento destes grupos uma de suas principais razões. A partir da tabela a seguir podemos verificar algumas das transformações quantitativas do campo religioso brasileiro.

Tabela 1 – Censo religioso do Brasil (1940-1970)

ANO	Católicos			Evangélicos			Outras religiões	Sem religião		
	(% da população país)			(% da população país)				N°s absolutos e %		
	N°s absolutos	%	Evolução %		%	Evolução %	%	N°s absolutos	%	Evolução %
1940	39.177.880	95,2%	0,0	1.074.857	2,6%	0,0	1,9%	87.330	0,2%	0,0
1950	48.558.854	93,7%	23,9	1.741.430	3,4%	62,0	2,4%	274.236	0,3%	214,0
1960	65.235.595	93,1%	34,3	3.077.926	4,3%	76,7	2,4%	-----	----	214,0
1970	85.775.047	91,8%	31,5	4.833.106	5,2%	57,0	2,3%	704.924	0,8%	214,0

Fonte: CAMPOS, 2008, p. 22.

Como apresentado pelos dados, o íterim é de expansão dos protestantismos⁸¹. Com o crescimento numérico dos seus membros, passando de pouco mais de um milhão no início da década de 1940 para quase cinco milhões trinta anos depois, alcançando sempre taxas de aumento superior a 50% por decênio, os protestantismos apresentavam-se como a maior ameaça no campo religioso ao catolicismo.

Inserido de forma efetiva no Brasil a partir do século XIX (BASTIAN, 2006, p. 39), as igrejas protestantes não eram mais constituídas apenas de pequenos e esparsos grupos no território nacional; tratavam-se agora de igrejas estruturadas e consolidadas, com um número crescente de templos, membros e agentes religiosos para atender estas comunidades, inseridas nas mídias, com veículos de comunicação, escolas e hospitais (REILY, 2003; READ, 1969).

Alencar (2005, p.18), considerando as características gerais daquilo que poderia ser considerado como uma homogeneização dos protestantismos brasileiros, ponderou que uma de suas marcas era o ser anticatólico. A esse respeito, tomando vários outros autores para essa discussão, acrescentou algo que, para nossa discussão, é relevante para compreender a atuação da ICAR e de seus agentes:

Historicamente, a partir do protestantismo de emigração até hoje, o grande desafio é furar o bloqueio da hegemonia católica, ou seja, afirmar algo diferente da sociedade brasileira. Acrescente-se, ainda que, 70% dos convertidos vêm do mundo católico (Fernandes, 1998). A Igreja Católica é a “maior doadora” ao mundo evangélico (Almeida, 2003). Rubem Alves (1979) diz que é a partir desta luta/inimigo que o protestantismo se define no Brasil.

Um dos meios utilizados pelo episcopado católico brasileiro para discutir, refletir, (in)formar também sobre estas questões foi a Revista Eclesiástica Brasileira (REB), periódico católico em circulação desde 1941, impressa pela Editora Vozes.

Diante do que consideramos até o momento, nos propomos a analisar quais foram os agentes protestantes apresentados nas páginas da REB entre os anos de 1953-1971, período de expansão protestante, mas também no qual Frei Boaventura Kloppenburg, reconhecido sacerdote, teólogo e apologeta católico, fora o redator da revista. Para nossas reflexões, partimos das discussões da análise do discurso, principalmente das obras de Eni Orlandi, adaptadas ao fazer historiográfico. O presente trabalho é fruto das indagações que nos propusemos a responder em nossa dissertação de mestrado, intitulada “*Que cada um ouça o*

⁸¹ Apresentamos o termo no plural, dado a sua diversidade interna, apresentada pela multiplicidade de igrejas, grupos, movimentos, agentes, liturgias e concepções teológicas.

apêlo que lhe dirige Cristo através da nossa voz”: Os Protestantismos nas páginas da Revista Eclesiástica Brasileira (1953-1971)⁸².

“Uma revista para o clero”: aspectos da Revista Eclesiástica Brasileira (1953-1971)

Proposta num contexto pré-CNBB, a REB foi pensada como um veículo que pudesse alcançar os sacerdotes católicos presentes em todo país, como afirmado em seu próprio nome. A Revista foi produzida a partir do Instituto Teológico Franciscano (ITF) em Petrópolis (RJ), sendo impressa e distribuída pela Editora Vozes (dirigida pelo mesmo grupo do ITF). Assim, a REB, com o apoio do episcopado católico, tornou-se um periódico de (in)formação, discussão, fomento à pesquisa, comunicação e publicação de documentos oficiais relevantes para a ICAR no contexto (GUEDES, 2019). Na década de 1950, o vice-diretor das Faculdades Campineiras, Cônego Agnelo Rossi assim apresentava a REB ao seu público leitor:

[...] de fato, a REB é o mais poderoso vínculo de união e o melhor veículo de divulgação de ideias entre o clero do Brasil. É uma tribuna de onde se fala a mais de 2.000 eclesíasticos – os assinantes – espalhados por todo país. Ocuparam esse púlpito sagrado, nestes 10 anos, além de pregadores estrangeiros, 154 oradores que sentem os mesmos problemas, têm as mesmas angústias, estudam problemas nossos: 12 príncipes da Igreja no Brasil, 54 padres seculares e 88 religiosos (ROSSI, 1951, p. 227).

Afora os elogios um tanto quanto exagerados à REB, as considerações de Rossi são evidenciadoras do alcance e aceitação do periódico no Brasil, seja na sua diversidade de regiões, quando de ordens e sacerdotes.

Os dois primeiros redatores da REB foram Frei Tomás Borgmeier e Frei Boaventura Kloppenburg. O primeiro a geriu entre os anos de 1941-1952, período de consolidação e crescimento do periódico. Já o segundo, assumiu entre 1953-1971. Observando a gestão de Kloppenburg evidenciamos que foi o recorte de maior circulação e tiragem da revista, atingindo a marca de cerca de cinco mil exemplares além de ter publicado todas as documentações do Concílio Vaticano II para a língua portuguesa. Além disso:

[...] constatamos o propósito a que se lançou Boaventura Kloppenburg enquanto redator de um dos principais veículos católicos de então: (in)formar os sacerdotes da ICAR no país, possibilitando meios para a ação desses sobre a realidade plural que se apresentava no Brasil, não somente no aspecto religioso, mas também nos demais, com a finalidade de assegurar a posição do catolicismo (GUEDES, 2019, p. 94).

⁸²Trabalho que contou com a concessão da bolsa PROSUC da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo que agradecemos.

Em função dessa característica, foi no período de Boaventura Kloppenburg que a REB mais publicou acerca dos protestantismos: foram 186 veiculações que perpassaram todas as seções da revista (afora o necrológico, exclusivo para sacerdotes católicos)⁸³ e estiveram presentes em todos os anos que Kloppenburg fora seu redator. Desta forma, evidenciamos que o lugar de fala do redator apresenta-se como um fato significativo para a compreensão dos textos produzidos e veiculados por ele na REB (ORLANDI, 2008, p. 39). Torna-se pertinente **entender** que “Frei Boaventura Kloppenburg pode ser considerado um dos maiores representantes do pensamento católico dos anos 1950 e 1960” (ANDRADE, 2012, p. 140) e, portanto, representava um dos setores da ICAR que lutava pela hegemonia do catolicismo, ao passo que faziam acirradas críticas a outras confissões religiosas.

Assim como Boaventura Kloppenburg, outros 36 autores também produziram textos que versaram acerca dos protestantismos. Para analisar estas veiculações, partimos das considerações de Zanotto (2018, p. 358-359), que ao discutir a análise do discurso para o historiador das religiões e religiosidades, parte das proposições de Foucault que sugere um roteiro para os procedimentos do analista, considerando as seguintes questões: quem (sujeito, autoridade para falar), fala (o tom, entonação), o quê (conteúdo), de onde (lugar do qual se fala), para quem (interlocutores), pelo que Zanotto acrescenta o quando (tempo, período, conjuntura).

Assim, elaboramos uma tabela para mapear as 186 veiculações, a partir de algumas perguntas, tais como: ano da publicação, título, autor, informações do autor no próprio texto (como ele se apresenta em notas de rodapé, por exemplo), quais são as igrejas, grupos, organizações, instituições e sociedades citadas, quais os grandes grupos mencionados, quais são os personagens apontados, quais as terminologias identificadas/imputadas aos protestantes, quais características esses grupos possuem, quem é citado (referências utilizadas no texto), qual a característica discursiva e qual o total de páginas. A tabela a seguir apresenta parte deste mapeamento.

⁸³ De forma geral, a estrutura da REB estava dividida em: “Artigos”, “Comunicações”, “Assuntos pastorais”, “Ministerium Verbi”, “Documentação”, “Pelos revistas”, “Crônica Eclesiástica” (dividida em “Do Brasil” e “Do estrangeiro”), “Necrologia”, “Apreciações” e “Bibliografia” (GUEDES, 2019, p. 84).

Tabela 2 – Mapeamento das publicações – REB (1953-1954)

Ano	Título	Autor	Informações do autor	Igrejas/grupos/org.	Grandes grupos	Personagens	Terminologias	Caract.	Citações	Características	Obs.	Total pg.
1953	O Protestantismo no E	Frei Aloisio Lorsch OFM	Divinópolis-MG Seminário Granber	Metodismos, pr			Seita	Pastore	Diário (pe	Apologético		5
	Posição ante a expan	Mons. Agnelo Ros	Campinas-SP	Aliança Latino-Amé		Prof. Emile Le	Seitas - protes	Cresc	ir Cruz de Mx	Apologético		3
	Protestantes converti	S.A.					Acatólicos			Acadêmico		1
	Casais protestantes e	S.A.					Acatólicos	Can. 1099		Acadêmico		1
	O Proselitismo Protes	S.A.					Seitas protestr	Norte-a		Apologético		2
	Os protestantes recor	S.A.		Igreja de Cristo -Japi			Seitas	Jornal Chii		Informativo		1
	Associação Cristã de l	Cônego Dr. Agnelo	Vice-Diretor das Facu	Associação Cristã d	Luteranismo, n	Dr. Nilo Andra		Atuam	Jornalista	Apologético		16
	O Protestantismo no E	Frei Simão C. Voig	OFM.			Pr. Eduardo Ce	Irmãos separa	Muitos		Apologético		3
	Secretariado Naciona	S.A.						Atuam		Informativo		2
	Comunicação com her	S.A.						Can 1258		Apologético		2
	Contra as Inovações	S.A.						Heresia protes		Apologético		2
1954	O Adventismo no Bras	Mons. Agnelo Ros	Secretariado Naciona	Adventismos, batist	Adventismos, bi		Seitas	Sabatis Pe.	Aristid	Apologético		18
	O Protestantismo no E	Mons. Agnelo Ros	Campinas-SP	Presbiterianismos,	Presbiterianism		Seitas	REB, Dire		Acadêmico		2
	Matrimônio com Prote	S.A.					Acatólicos, sei	Can 1012		Acadêmico		1
	El Mundo Protestante	S.A.						Diversi	REB, Mons	Informativo		1

Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira (1953-1954). Produzida pelo autor.

Com base na coluna dos personagens é que nos propomos a mapear e identificar quem foram os agentes religiosos (BOURDIEU, 2007), os sujeitos protestantes que foram mobilizados para a construção dos discursos na REB.

Quem são os agentes de um “proselitismo ativo, untuoso, lisonjeador”?

Nas 186 veiculações feitas na e pela REB que buscaram compreender, discutir, refutar, acolher, informar, acerca dos protestantismos, os 37 autores católicos mobilizaram 211 personagens, das mais diversas nacionalidades, funções religiosas e igrejas ou movimentos protestantes⁸⁴. Para nos auxiliar na identificação destes agentes, fizemos uma tabela que buscasse identificar três elementos importantes: ramo dos protestantismos a que está vinculado⁸⁵, nacionalidade (e se caso estrangeiro, tenha atuado no Brasil), e função, cargo, profissão ou atuação que tenha desenvolvido no cenário religioso. Dos 211, apresentamos os primeiros 16, relacionados pelo número de vezes citados em cada veiculação⁸⁶.

⁸⁴ A lista completa pode ser encontrada na seguinte obra: GUEDES, Augusto Diehl. “Que cada um ouça o apêlo que lhe dirige Cristo através da nossa voz”: Os Protestantismos nas páginas da Revista Eclesiástica Brasileira (1953-1971). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

⁸⁵ Para isso, distinguimos as igrejas protestantes nos seguintes conjuntos: adventismos, anglicanismos, batistas, calvinismos, congregacionalismos, episcopalianismos, luteranismos, metodismos, pentecostalismos, presbiterianismos, e “outros”. A escolha se deu por serem ramificações (re) conhecidas tanto pela historiografia, quanto pelos fiéis e as próprias igrejas, buscando evidenciar as diferenciações que existem entre a multiplicidade de igrejas protestantes, sem ser deter nas especificidades de cada igreja.

⁸⁶ A contagem se deu apenas uma vez por publicação, mesmo que o sujeito fosse referenciado várias vezes no mesmo texto. A maioria das informações foi obtida junto aos textos produzidos. Dado a amplitude de dados, não realizamos um levantamento exaustivo e completo dos 211 sujeitos, uma vez

Destes 211 sujeitos, 171 personagens foram citados uma única vez, como o caso de Meno Simon (batista), John Wesley e Bp. Isaias Sucasas (metodistas), Jonh Wiclyff e Dwight L. Moody (outros), Pr. Manoel de Melo e Luigi Francescon (pentecostais) e Rubem Alves (presbiteriano), agentes reconhecidos no campo protestante internacional. Isso não significa que estes eram desconhecidos dos escritores católicos, mas que não foram considerados como relevantes para serem mobilizados em suas produções. Por sua vez, outros 40 foram citados mais de uma vez. Na tabela a seguir destacamos aqueles que foram citados pelo menos em três veiculações da revista.

Os dados expostos pelo mapeamento nos indicam a presença de sujeitos envolvidos nas Reformas Religiosas do séc. XVI, como Martinho Lutero e João Calvino (expoentes das teologias protestantes e que trazem consigo um valor simbólico do desenvolvimento inicial destas igrejas), além de líderes da Igreja Anglicana (arcebispos de Catenbury), teólogos, pastores e lideranças do Conselho Mundial de Igrejas (CMI)⁸⁷. Sublinhamos em especial a presença de membros do CMI uma vez que com a ascensão dos discursos ecumênicos dentro da ICAR, fomentados pela realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), os autores católicos sentiram a premência de articularem estes sujeitos em suas publicações, dado a preconização de práticas ecumênicas com alguns grupos protestantes.

Além disso, podemos verificar uma constante na tabela, a multiplicidade de sujeitos, nacionalidades e funções, não tendo uma preponderância exclusiva de um grupo ou outro. Foram 21 nacionalidades, com destaque para três países: Brasil (33), Inglaterra (30) e EUA (23), sendo que outros 12 agentes eram estrangeiros, mas foram citados pela sua atuação no Brasil, como o caso do casal Carlos e Frederica Feuerharmel (missionários batistas no Rio Grande do Sul durante o século XIX). Ressaltamos ainda que a presença de países europeus como Inglaterra, Alemanha, Suíça, França e Holanda se dá por essas serem nações que foram atingidas pelos protestantismos desde o séc. XVI, tendo desenvolvido igrejas e grupos que influenciaram os protestantismos mundiais, assim como os Estados Unidos⁸⁸.

que muitos são desconhecidos e ainda não temos produções que deem conta de compreender esta complexidade de personalidades.

⁸⁷ As articulações provindas desde o início do século XX com a Conferência Evangélica do Panamá (1916) possibilitaram, a criação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) em 1948, que reuniu cerca de cento e quarenta igrejas com a finalidade de uma “aliança ecumênica que tem seu fundamento na fé cristã e que se manifesta no compromisso de trabalhar concretamente pelo Reino de Deus” (apud SILVA, 2011, p. 03).

⁸⁸ Por esse motivo, a presença de protestantes portugueses, espanhóis, italianos e austríacos, por exemplo, é insignificante dado a presença da Igreja Católica de forma efetiva nesses países. No caso das coroas ibéricas, estas tiveram papel fundamental no processo da Reforma Católica (ou Contrarreforma).

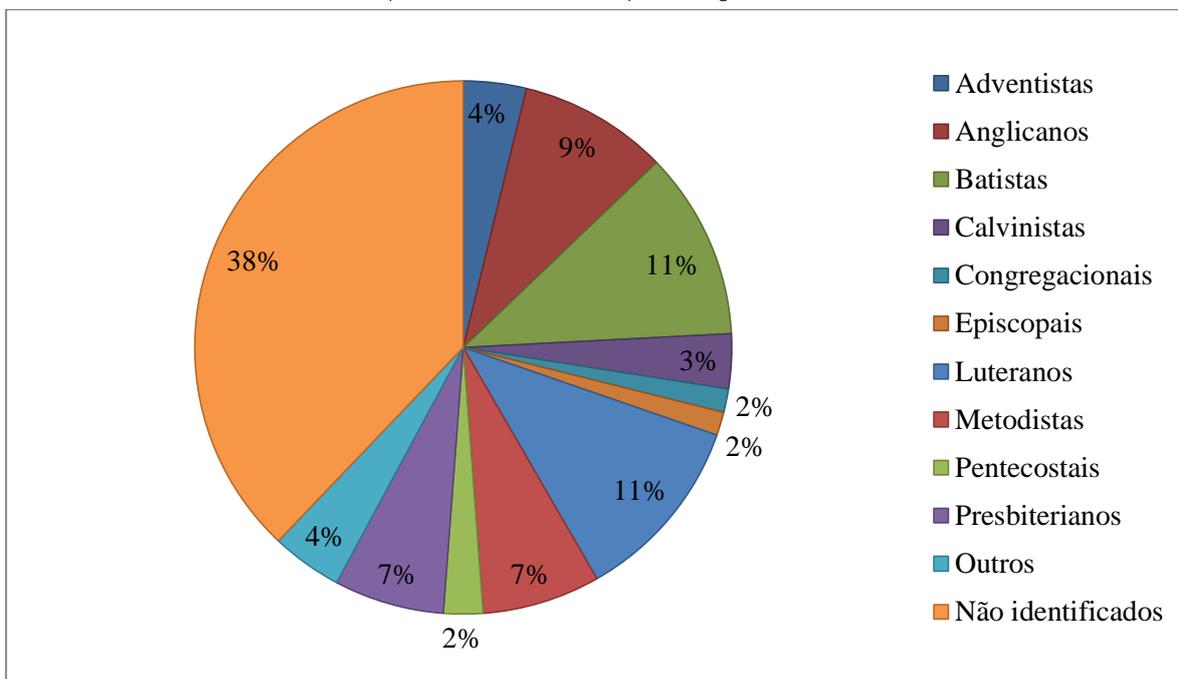
Tabela 3 - Agentes protestantes na REB (1953-1971)

	Nº de menções	Nome	Grupo integrante	País - nacionalidade	Função/ cargo
1.	20	Martinho Lutero	Luteranismos	Alemanha	Reformador
2.	09	Vissert Hooft	?	Holanda	Secretário Geral do CMI
3.	09	Dr. Michael Ramsey	Anglicanismos	Inglaterra	Arcebispo de Catenbury
4.	07	João Calvino	Calvinismos	Suíça	Reformador
5.	06	Dr. Geoffrey Fischer	Anglicanismos	Inglaterra	Arcebispo de Catenbury
6.	06	Dr. Eugene Carson Blake	Presbiterianismos	EUA	Secretário Geral do CMI
7.	05	Rev. Lukas Vischer	Calvinismos	Suíça	Teólogo, CMI
8.	04	Kristen E. Skydsgaard	Luteranismos	Dinamarca	Teólogo
9.	04	Pr. Roger Schütz	Outros	Suíça	Teólogo
10.	04	Pr. e Prof. Otoniel Motta – e seus pseudônimos – Frederico Hanses, Ernesto Luiz de Oliveira e Lisânias de Cerqueira Leite	Presbiterianismos	Brasil	Pastor, professor, poeta sacro
11.	03	Rev. Evaldo Alves	?	Brasil	Presidente da Confederação Evangélica do Brasil
12.	03	Martin Luther King	Batistas	EUA	Pastor e ativista
13.	03	Pr. Marc Boegner	Calvinismos	França	Presidente da Federação Protestante da França
14.	03	Karl Barth	Calvinismos	Suíça	Teólogo e filósofo
15.	03	Pr. Max Lackmann	Luteranismos	Alemanha	Pastor, teólogo, escritor
16.	03	Pr. Aharon Sapsezian	Methodismos	Armênia – atuou no Brasil	CMI, Faculdade de Teologia da UMESP

Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira (1953-1954). Produzida pelo autor.

No que se refere às matrizes, todas foram representadas, evidenciando a multiplicidade de ramificações também entre os agentes. Estes foram mencionados com a distribuição que podemos visualizar no gráfico seguinte.

Gráfico 1 - Matrizes protestantes entre os personagens na REB (1953-1971)



Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira (1953-1954). Produzido pelo autor.

A predominância de Luteranos ao lado de Anglicanos (protestantismo de imigração) se efetiva pelo fato de estes serem grupos que estavam mais próximos à ICAR nas discussões ecumênicas, tanto na Europa quanto no Brasil (GUEDES, 2019, p. 114-115). Por sua vez, a presença de batistas, presbiterianos e metodistas (protestantismo de missão) se dá pela sua atuação proselitista mais acentuada que os protestantes de imigração no país, com igrejas completando seus centenários em terras brasileiras. Entretanto, chama-nos a atenção a parca representatividade dos pentecostais, que conforme Read (1969, p.78) representavam no ano de 1967, cerca de 70% das igrejas protestantes no Brasil. A isso entendemos que tanto o distanciamento das igrejas pentecostais, como Assembleia de Deus, Congregação Cristã no Brasil e Igreja do Evangelho Quadrangular, para com uma postura ecumênica, quanto suas taxas de crescimento, superior as demais igrejas protestantes e a sua postura evidentemente anticatólica são fatores que influenciaram nesta pouca mobilização desses agentes pelos escritores católicos.

Outro fator importante é a presença de mulheres entre as personalidades citadas. Com representatividade de 3,3%, sete mulheres foram citadas. São elas: Missionária Marion Hughes, Missionária Janette Troyer, Missionária Babgby, Ellen G. White, Sra. Rachel Preston, Irmã

Ruthild e Frederica Feuerharmel⁸⁹. À dois fatores, pelo menos, vinculamos a pouca presença feminina entre os personagens citados. De um lado, quem produziu os textos são sacerdotes católicos, membros de uma instituição que não admite mulheres na hierarquia religiosa. Por outro lado, apesar de termos lideranças femininas efetivas nos protestantismos, como com Ellen G. White (uma das fundadoras do Adventismo), Aimee Semple McPherson (fundadora da Igreja do Evangelho Quadrangular nos EUA), Kathryn Joanna Kuhlman (pregadora pentecostal de destaque nos EUA no contexto), a maioria das igrejas protestantes ainda discutia a presença de mulheres na hierarquia eclesiástica. Logo, apesar das mulheres serem ativas na vida religiosa comunitária, ainda eram minoria nas funções de liderança e gestão e por isso foram mobilizadas poucas vezes nas veiculações católicas da REB.

Considerações finais

Analisando as dinâmicas inerentes ao campo religioso e às disputas em questão no decorrer de meados do século XX no Brasil, em conexão com o cenário religioso internacional, o catolicismo brasileiro discutiu a presença protestante de diversas formas. Para tal, mobilizou um manancial de agentes religiosos das igrejas protestantes, sujeitos estes que foram tomados para corroborar com a produção de textos que possibilitassem ao clero brasileiro, por meio das páginas da Revista Eclesiástica Brasileira (REB), uma compreensão destes outros grupos religiosos em atuação cada vez mais crescente no Brasil, que no caso protestante, para Boaventura Kloppenburg, tratava-se de agentes de um “**proselitismo ativo, untuoso, lisonjeador**”⁹⁰ (KLOPPENBURG, 1956, p. 962).

Ao considerarmos a presença destas personalidades nos textos católicos, verificamos tanto a diversidade de pessoas, quanto de nacionalidades, matrizes e igrejas a que pertenceram, bem como de funções que foram desempenhadas no âmbito religioso, mas também político e cultural. Desta forma, a REB evidenciou tanto a presença protestante no Brasil, como as preocupações vivenciadas pelo catolicismo no país, sejam essas apreensões fruto de uma postura mais ecumênica (posterior ao Concílio Vaticano II) ou mais apologética (vinculada à ortodoxia romana anterior ao Concílio).

⁸⁹ As personagens são apresentadas como citadas nas publicações católicas, por isso os títulos de “**Missionária**”, “**Irmã**” e “**Sra**”.

⁹⁰ A frase citada está presente em uma das produções de Frei Boaventura Kloppenburg na qual o professor de teologia dogmática ressaltou o que para ele, eram algumas das características dos grupos protestantes que atuavam no Brasil (KLOPPENBURG, 1956, p. 962).

Referências

- ALENCAR, Gedeon. Protestantismo Tupiniquim: hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira. 3.ed. São Paulo: Arte Editorial, 2005.
- ANDRADE, Solange R. O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980). Maringá: Eduem, 2012.
- ANDRADES, Marcelo F. (Coord.) Do Claustro à Universidade: as estratégias da Editora Vozes na Gestão de Frei Ludovico Gomes de Castro (1964-1986). Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001b.
- BASTIAN, Jean Pierre. De los protestantismos históricos a los pentecostalismos latino-americanos: análisis de una mutación religiosa. Revista Ciencias Sociales, Tarapacá, n.16, p. 38-54, 2006.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org). História Geral da Civilização Brasileira. 4. ed. O Brasil Republicano. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007. (v. 9 e v. 11)
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- GUEDES, Augusto Diehl. **“O Brasil vai para a heresia”**: os discursos católicos sobre o pentecostalismo na Revista Eclesiástica Brasileira (1941-1972). 2016. Trabalho de Conclusão de Curso em História – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.
- GUEDES, Augusto Diehl. **“Que cada um ouça o apêlo que Ihe dirige Cristo através da nossa voz”**: Os Protestantismos nas páginas da Revista Eclesiástica Brasileira (1953-1971). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.
- INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI RODRIGUES, Suzy; VOGT, Carlos (Coords.). Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade. 2. ed. Campinas: Pontes, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- KLOPPENBURG, Boaventura. Padres, Igrejas e Laicato. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, v. 16, dez. 1956.
- KORNIS, Mônica; MONTALVÃO, Sérgio. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). In: ABREU, Alzira Alves de. et al. Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e Autoria. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI RODRIGUES, Suzy; VOGT, Carlos (Coord.). Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade. 2. ed. Campinas: Pontes, 2010.

- LÉONARD, Émile G. O Protestantismo Brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: ASTE, 2002.
- MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do Discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI RODRIGUES, Suzy; VOGT, Carlos (Coords.). Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade. 2. ed. Campinas: Pontes, 2010.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Os falsos da forma. In: _____. (Org.). Palavra, Fé, Poder. Campinas: Pontes, 1987.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Silêncio e Implícito (produzindo a monofonia). In: GUIMARÃES, Eduardo (Coord.). História e sentido na linguagem. Campinas: Editora RG, 2008.
- READ, William; MONTERROSO, Victor; JOHNSON, Harmon. O Crescimento da Igreja na América Latina. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1969.
- REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Petrópolis: Instituto Teológico Franciscano, v.13 – 31, 1953-1971.
- REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. “Secretariado Nacional da Defesa da Fé e Moral (SNDFM)”. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, v.13, p. 762-763, set. 1953.
- ROSSI, Agnelo. Dez Anos da Revista Eclesiástica Brasileira. Revista Eclesiástica Brasileira, v.11, p. 225-231, jun. 1951.
- SCHLENKER, Rodrigo. Frei Boaventura Kloppenburg e o Concílio Vaticano II na Revista Eclesiástica Brasileira (1959-1971). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.
- SILVA, Elizete da. O Conselho Mundial de Igrejas e a Trajetória do Ecumenismo no Brasil. In: SIMPÓSIO DA ABHR, 12., 2011, Juiz de Fora, Anais...Juiz de Fora, 2011, p. 01-17.
- ZANOTTO, Gizele. A Análise do discurso como instrumento metodológico para o historiador da religião. In: SILVA, Ana Rosa Clochet; STEFANO, Roberto Di (Orgs.). História das religiões em perspectiva: desafios conceituais, diálogos interdisciplinares e questões metodológicas. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

AS ATAS DA ALERGS COMO FONTE DE PESQUISA DA AÇÃO DO DEPUTADO ESTADUAL PELO MDB JOÃO CARLOS GASTAL (1971-1978)

Daniel de Souza Lemos⁹¹

João Carlos Gastal, formado em Direito pela UFPel, foi promotor público, vereador e prefeito de Pelotas. Ligado ao trabalhismo de Vargas, Brizola e Pasqualini, articulou a Campanha da Legalidade em Pelotas. Foi deputado estadual entre 1959 e 1960, pelo PTB. Voltaria ao parlamento gaúcho em 1971, pelo MDB, durante a Ditadura Civil-Militar, eleito e reeleito em 1970 e 1974. A pesquisa analisou a atuação parlamentar e as causas defendidas por Gastal nos dois últimos mandatos de deputado. A metodologia baseou-se na leitura dos 325 discursos proferidos na ALERGS (atas das sessões plenárias) e das 112 atas de reuniões da mesa diretora do biênio em que presidiu o parlamento gaúcho, e cruzamento de outras fontes primárias. Conclui-se que Gastal foi um destacado líder do MDB, lutou pela redemocratização do Brasil, demonstrou as nefastas implicações dos Atos Institucionais e denunciou o arbítrio dos governantes e policiais ligados ao regime civil-militar.

Palavras-chave: Democracia. Ditadura. MDB. Oposição. Parlamento.

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa independente que ainda está em andamento e trata da atuação parlamentar do líder trabalhista gaúcho João Carlos Gastal. Nascido em Pelotas no dia 05 de fevereiro de 1915, faleceu na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, em 01 de maio de 1986 em decorrência de uma doença pulmonar. Estudou no Ginásio Pelotense (atualmente denominado Colégio Municipal Pelotense) e na Faculdade de Direito, que na ocasião pertencia à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, mas atualmente é ligada à Universidade Federal de Pelotas, UFPel, graduando-se em 1935.

De acordo com o historiador Mário Osório Magalhães:

Aos 22 anos iniciou-se na vida forense, ingressando logo após no Ministério Público; atuou em Piratini, São Lourenço do Sul, Rio Pardo, Taquara, Santa Maria, Rio Grande e Pelotas. Foi professor de Direito Civil na Faculdade de Pelotas de 1952 até sua primeira eleição à Assembléia legislativa. Na Maçonaria, atingiu o mais elevado grau. (MAGALHÃES, 2012)

Gastal foi fundador do Partido Trabalhista Brasileiro em Pelotas. Pela legenda foi vereador (1952 a 1955), deputado estadual (1958 a 1959) e prefeito de Pelotas (1960 a 1963). Em sua gestão concluiu o prédio do Colégio Municipal Pelotense, onde havia estudado na juventude. Após o término de seu mandato no poder executivo voltou a atuar como promotor e, com a aposentadoria, exercer a advocacia. Nos anos 1970 voltou ao campo político como

⁹¹ Mestre em Ciência Política, Graduado em Direito e História, Ginásio Areal/Seduc-RS. Contato: danielslemos@yahoo.com.br

deputado estadual, então pelo MDB, de 1970 a 1974, vindo a exercer a presidência da Assembleia Legislativa (MAGALHÃES, 2012). Ligado ao trabalhismo de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola, Gastal nutria especial apreço por Alberto Pasqualini, considerado o principal ideólogo do trabalhismo.⁹²Foi articulador da Campanha da Legalidade em Pelotas, quando ocupava Paço Municipal, em 1961.

João Carlos Gastal teve intensa atividade política, ao longo de 30 anos de vida pública, concorrendo a diversos cargos eletivos: vereador (1951), prefeito (1959, 1968 e 1982), vice-prefeito (1972), deputado estadual (1954, 1958, 1970 e 1974), deputado federal (1978) e suplente de senador (1962). Com origem trabalhista, disputou as cinco primeiras eleições pelo Partido Trabalhista Brasileiro, porém com a imposição do bipartidarismo decorrente do Ato Institucional número 2 de 1965, ligou-se ao Movimento Democrático Brasileiro, disputando outras cinco eleições, pela legenda oposicionista.

Com a volta do pluripartidarismo em 1979, foi fundador do Partido Democrático Trabalhista, PDT, ao lado de Leonel Brizola, Sereno Chaise, Alceu Collares e seu conterrâneo Getúlio Dias. Participou da eleição de 1982 sendo o primeiro candidato do PDT à prefeitura de Pelotas (ALTMANN, 2007; BARRETO e ALTMANN, 2007; BARRETO, 2008; BARRETO, 2009),

Na tabela 1 estão relacionadas as eleições realizadas no país onde João Carlos Gastal competiu em busca de mandato eletivo, os partidos pelos quais concorreu, as votações recebidas em cada pleito, a colocação que obteve e, por fim, a situação de eleito ou não eleito. Essas informações têm o objetivo de compor o perfil e a postura de Gastal diante do campo político, demonstrando que foi um ator presente no cenário eleitoral pelotense e, mesmo rio-grandense, de maneira intensa.

A pesquisa – que ainda está em andamento – pretende responder a seguinte indagação: qual a natureza e o conteúdo da atuação parlamentar de João Carlos Gastal, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, durante os mandatos exercidos entre 1971 e 1978?

A metodologia utilizada na investigação consiste na análise dos discursos proferidos na assembleia gaúcha entre período de tempo delimitado. Para tanto foram reunidas as atas das sessões plenárias e das reuniões da mesa diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, onde constam as intervenções de Gastal. A partir daí, constitui-se um banco de dados, a fim de identificar os principais temas abordados pelo deputado pelotense.

Algumas hipóteses foram estabelecidas, pois já era imaginado que João Carlos Gastal teria desempenhado uma atuação oposicionista, de enfrentamento aos governos da ARENA no estado e dos militares no plano nacional. Por outro lado, concluiu-se também que a atuação de Gastal foi mais intensa, aguerrida e consistente do que o esperado, pois, desde sua chegada ao parlamento, ocupou lugar de destaque na liderança da oposição, realizando denúncias graves

⁹² Segundo testemunho dado ao autor pelo seu filho João Carlos Gastal Filho.

das ações dos governantes autoritários. Além disso, destacou-se como deputado com participação intensa e incisiva nos debates em plenário.

Tabela 1 – Eleições em que João Carlos Gastal concorreu a algum mandato eletivo.

ELEIÇÃO /ANO	CARGO	PARTIDO	VOTAÇÃO	COLOCAÇÃO	SITUAÇÃO
1951	Vereador	PTB	576	5ª	Eleito
1954	Deputado estadual	PTB	3.069	44ª	Não Eleito
1958	Deputado estadual	PTB	11.008	7ª	Eleito
1959	Prefeito	PTB	19.266	1ª	Eleito
1962	Suplente de senador (Antônio Brochado da Rocha)	PTB	539.665	3ª	Não Eleito
1964	Eleição presidencial indireta realizou-se a 11/04/1964 (doze dias após o golpe civil-militar de 31 de março de 1964).				
1966	Não Concorreu				
1968	Prefeito	MDB	18.236	1ª	Não Eleito
1970	Deputado Estadual	MDB	16632	14ª	Eleito
1972	Vice-Prefeito (Antônio Carapeto Fernandes)	MDB	33.394	2ª	Não Eleito
1974	Deputado Estadual	MDB	37.170	4ª	Eleito
1976	Não Concorreu				
1978	Deputado Federal	MDB	24.578	25ª	Não Eleito
1982	Prefeito	PDT	9.365	4ª	Não Eleito

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do site do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, TRE-RS.

Abaixo, o quadro que demonstra as intervenções de João Carlos Gastal em cada ano das duas legislaturas em estudo.

Quadro 1 – Ocorrências de discursos de João Carlos Gastal entre 1971-1978.

ANO	OCORRÊNCIAS
1971	87
1972	76
1973	70
1974	69
1975	12
1975 MESA DIRETORA	59
1976	2
1976 MESA DIRETORA	53
1977	9
1978	0

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Contexto no Brasil, no RS e em Pelotas (1971-1978)

Na presente seção do texto serão delineados brevemente os traços gerais do contexto histórico em que a ação do deputado João Carlos Gastal se desenvolveu.

Gastal, ao regressar à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 1971, estava na presidência da República Emílio Garrastazu Médici, o terceiro mandatário do regime militar. Seu período no poder foi de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974, tendo como vice-presidente, Augusto Rademaker. Ao despedir-se da ALERGS, Ernesto Beckmann Geisel (15 de março de 1974 a 15 de março de 1979) era o quarto presidente militar no poder, e o vice, Adalberto Pereira dos Santos.

Em 1971, no início de seu mandato, Gastal se deparou com uma ditadura escancarada, e, ao final de sua passagem pelo parlamento gaúcho em 1978, a ditadura estava derrotada. Certamente, sua atuação contribuiu para esse desfecho que, no entanto, se concluiu anos depois.

Conforme Boris Fausto:

O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções. (FAUSTO, 2013, p. 397)

Entre 1964 e 1968 foram baixados cinco Atos Institucionais que impactaram profundamente as instituições do estado brasileiro, conformando a ditadura civil-militar no país. Gastal retornou ao cenário político nessa nova conjuntura e, inclusive, em seu pior momento, que coincide com o governo Médici.

O General Garrastazu Médici era militar taciturno, com perfil de burocrata, sem popularidade e quase um desconhecido – dirigia o Serviço Nacional de Informações. O Brasil só soube de sua existência após o dia 6 de outubro de 1969, quando seu nome foi validado para a Presidência da República pelo Alto-Comando das Forças Armadas – um concílio formado por ministros militares, chefe dos Estados-Maiores das três Forças e pelo chefe do Gabinete Militar. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 450)

No entanto, até Médici chegar à presidência da República, os militares que ocuparam o posto antes dele haviam publicado cinco Atos Institucionais que prepararam o terreno em que a ditadura civil-militar foi semeada. O primeiro Ato Institucional foi baixado a 09 de abril de 1964 e nele constava o conceito do movimento que os militares chamavam de revolucionário (e a historiografia chama de golpe); foi assinado pelo autoproclamado “comando supremo da revolução” formado pelo general Arthur da Costa e Silva, pelo almirante Rademaker e pelo brigadeiro Correia de Mello, e contava com 11 artigos.

Fausto resume o primeiro Ato da seguinte maneira:

O AI-1⁹³ suspendeu as imunidades parlamentares e autorizou o comando supremo da revolução a cassar mandatos em qualquer nível – municipal, estadual e federal – e a suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos. As garantias de vitaliciedade, assegurada aos magistrados, pela qual eles têm direito a permanecer em seu cargo, e de estabilidade, conferida aos demais servidores públicos, foram suspensas por seis meses para facilitar o expurgo no serviço público. (FAUSTO, 2013, p. 398)

Outra grave medida ditada pelo primeiro Ato Institucional foi a definição da eleição de um novo presidente da República em 15 de abril daquele ano, que seria indireta, ou seja, apenas os membros do Congresso Nacional votariam. Apenas aqueles que não tivessem sido cassados, ou presos.

SCHWARCZ e STARLING são mais precisas na exposição do conteúdo do Ato Institucional, dizendo que:

Transferia parte dos poderes do legislativo para o executivo, limitava o judiciário, suspendia as garantias individuais e permitia ao presidente da República cassar mandatos, cancelar os direitos políticos do cidadão pelo prazo de dez anos e demitir funcionários públicos civis e militares. Para legitimar esse instrumento com algum grau de embasamento legal, os militares concederam a si próprios poderes constitucionais e embutiram a **manipulação jurídica na ‘introdução’ do primeiro Ato Institucional: A Revolução vitoriosa [...] é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte.** (SCHWARCZ ; STARLING, 2015, p. 456)

⁹³ O primeiro Ato Institucional publicado pelos militares não recebeu numeração, porém o historiador Boris Fausto o identifica como Ato Institucional nº 1.

Consequência concreta desse Ato foi a publicação de quatro listas do “comando supremo da revolução” com suspensão dos direitos políticos dos principais quadros da política brasileira⁹⁴. O segundo Ato Institucional foi publicado em 27 de outubro de 1965, e foi assinado por Humberto de Alencar Castelo Branco, que havia sido eleito presidente pelo Congresso Nacional no ano anterior. O artigo 18 do Ato extinguiu os partidos políticos existentes e cancelou seus registros, além de suprimir as eleições diretas para presidência da República.

O fim das eleições diretas para o cargo de governador foi determinada no terceiro Ato Institucional publicado em 05 de fevereiro de 1966 em seu primeiro artigo e dos prefeitos das capitais no artigo 4º. Estes seriam nomeados pelos governadores, com a aprovação das assembleias legislativas estaduais. A partir do AI nº3, dois partidos políticos seriam criados: a Aliança Nacional Renovadora, ARENA, de apoio ao governo; e o Movimento Democrático Brasileiro, MDB, de oposição (SCHWARCZ; STARLING, 2015). A partir desse momento o ator objeto da presente pesquisa, João Carlos Gastal, ingressaria nas fileiras do MDB, como a maioria dos membros do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB.

Quanto à atuação do MDB e seus desdobramentos, as palavras de SCHWARCZ E STARLING são esclarecedoras:

Reuniu o partido em torno do único ponto de consenso – o retorno do país à democracia – e assumiu os riscos de comportar-se como oposição. Entre 1967 e 1968, parlamentares do MDB participaram de protestos, passeatas e greves; subiram à tribuna para denunciar o arbítrio, a perda de direitos, o processo de desnacionalização. O preço foi alto: a edição do AI 5 em 1968, devastou o partido e, numa bancada de 139 parlamentares, sessenta foram cassados. Em 1970, a bancada estava reduzida a 89 deputados. (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p.p.458-459)

Em 1968, então, foi publicado o quinto Ato Institucional, completando o quadro da ditadura civil-militar que João Carlos Gastal encontraria em seu retorno à Assembleia Legislativa em 1971. Inclusive em uma de suas primeiras intervenções no plenário denunciou e contestou a cassação de 9 deputados estaduais do MDB (1966), com base nos Atos Institucionais, de maneira que a ARENA passou a ter maioria de deputados no parlamento gaúcho.

João Carlos Gastal exerceu seus mandatos de Deputado Estadual concomitantemente aos governadores do Estado do Rio Grande do Sul Euclides Triches (1971-1975) tendo como vice-governador Edmar Fetter, também pelotense como Gastal e, seu adversário político em

⁹⁴ Dentre os políticos cassados destacam-se: 1. Luiz Carlos Prestes, 2. João Belchior Marques Goulart, 3. Jânio da Silva Quadros, 4. Miguel Arrais de Alencar, 5. Darci Ribeiro, 7. Waldir Pires, 10. Leonel de Moura Brizola, 28. Celso Furtado, 78. João Dória, 87. Roland Corbisier, 90. Plínio de Arruda Sampaio, 92. Rubens Paiva, (primeira lista); 49. Gregório Bezerra, 51. Nelson Werneck Sodré, 53. Alberto Guerreiro Ramos (quarta lista).

Pelotas; e, Sinval Sebastião Duarte Guazzelli (1975-1979) que contava com José Augusto Amaral de Sousa como vice-governador.

Sobre Triches, Maestri escreveu algumas linhas:

De 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975 governou o Rio Grande do Sul outro ex-militar, Euclides Triches, natural de Caxias do Sul, igualmente designado pelos militares e referendado servilmente pela Assembleia Legislativa, dominada então pela ARENA, partido de apoio a Ditadura, em razão das repetidas cassações de deputados opositores. [...] Durante sua gestão, a produção de soja do estado conheceu uma forte expansão, em virtude das boas catações do mercado internacional. Após seu mandato, sob o qual a tortura reinou nos porões dos quartéis e delegacias especializadas na repressão, foi agraciado com a indicação à presidência da Amazônia Mineração. (MAESTRI, 2010, p. 388)

Quanto ao outro governador da ARENA no período analisado, Sinval Guazzelli, Maestri assim o define:

De 15 de março de 1975 a 15 de março de 1979, Sinval Sebastião Duarte Guazzelli (1930-2001) governou o estado, também designado pelos militares. Político profissional, de vocação transformista, militara na UDN antes do golpe e, a seguir, na Arena, que abandonou, espertamente, com Tancredo Neves em 1984, quando sentiu que o regime ruíra, para fundar o partido Popular. Durante seu governo, a expansão da sojicultura sulina chegou ao fim. (MAESTRI, 2010, p. 388-389)

Sobre o clima que Gastal encontraria na ALERGS, em 1971, o então deputado estadual Pedro Simon⁹⁵, líder do MDB e colega de bancada, resumiu no seu discurso por ocasião da sessão de instalação da 43ª legislatura – posse dos deputados e eleição da mesa diretora, em 31 de janeiro de 1971:

Fazer oposição, humilhante como a que temos vivido neste País, é missão extraordinariamente áspera. Saber onde está o cumprimento do dever, ter a coragem de cumpri-lo, escolher o caminho certo entre as incertezas e as vicissitudes de todos os dias é tarefa árdua. Criticados, muitas e muitas vezes, pelos próprios companheiros que exigem uma atitude mais violenta e mais radical; criticados, muitas e muitas vezes, por alguns que não compreendem que a democracia em país nenhum se conquistou de joelhos. Continuaremos na nossa meta. (ATA da Sessão de 31 de janeiro de 1971)

Simon também recorda a legislatura anterior que foi impactada pelos Atos Institucionais:

⁹⁵ O líder do MDB na ALERGS era Pedro Simon, que “nasceu em Caxias do Sul em 1930, formando-se em Direito pela PUCRS. Quando estudante foi presidente da União gaúcha dos Estudantes Secundários e dirigente da UNE. Filiou-se ao PTB e elegeu-se vereador de Caxias do Sul, em 1958, e deputado estadual em 1962.” (MAESTRI, 2010, p. 395)

A Legislatura que passou foi muito difícil para o MDB. Elevamos a Deus nosso desejo de que não apenas para o MDB, mas para todo o povo brasileiro, para todo o povo do Rio Grande do Sul, os quatro anos que haveremos de viver nesta Legislatura sejam de tranquilidade, de harmonia, de respeito, de cavalheirismo, de democracia.

Na Legislatura passada nós que começávamos a mesma com 28 Deputados, terminamos com 19 Representantes. Nós que éramos maioria nesta Casa, ao iniciar aquela Legislatura, terminamos em minoria. Não será num a ocasião festiva como esta que haveremos de analisar, como já o fizemos desta tribuna, as dificuldades que tivemos nas eleições passadas, os dramas que tivemos de enfrentar. Não importa se o processo não foi o ideal, o perfeito, como todos nós desejamos. O que importa é que o povo falou e aqui estamos nós, minoria, é verdade, e aqui estamos, inclusive, concorrendo na chapa para a Mesa da Assembléia, sabendo que iríamos perder, ao contrário dos anos de 1969 e 1970 que não concorreremos nem compareceremos a esta Casa para escolha da Mesa. É que naqueles anos tínhamos a maioria do povo e esta maioria não se manifestava. (ATA da Sessão de 31 de janeiro de 1971)

No Rio Grande do Sul a ditadura civil-militar, ao impor o bipartidarismo, proporcionou consolidação de uma realidade já vivenciada no campo político do estado, quando havia uma polarização expressa na disputa PTB x Anti-PTB, segundo a teorização de Hélio Trindade (BAQUERO; PRÁ, 2007). Contudo, o arranjo legal do regime militar criou uma série de dificuldades para os trabalhistas que foram se abrigar no MDB. Em vista disso, a vida dos antigos quadros do trabalhismo não seria fácil:

O crescimento do populismo trabalhista foi contido pelo regime militar por meio da reforma partidária e da adoção dos atos de exceção que afastaram do jogo político as principais lideranças nacionais. Ao lado disso, a proibição de eleições para prefeitos (capitais e áreas de segurança nacional ou estâncias hidrominerais) e a indicação de interventores para os municípios da fronteira uruguaia e Argentina, em sua maioria redutos eleitorais do PTB, promoveu profundo desgaste no trabalhismo do estado gaúcho. (BAQUERO; PRÁ, 2007, p. 82-83)

Em Pelotas a ARENA comandou o Paço Municipal com os seguintes prefeitos: Francisco Lousada Alves da Fonseca (1969- 1973), também conhecido como Chiquinho, tendo como vice-prefeito Antônio Adolfo Fetter⁹⁶; e Ary Rodrigues Alcântara (1973-1977), com o vice-prefeito Fuad Selaimen.

O prefeito Francisco Lousada Alves da Fonseca contava com forte apoio na Câmara Municipal de Pelotas, uma vez que a Arena possuía a maior bancada de vereadores, 11 parlamentares em um total de 18 vagas. Eram eles: Carlos Villela, José Karini, Paulo Oliveira, Pedro Bachini Sobrinho, Oscar Pinho, Mansur Macluf, Dario Gastaud Oliveira, Teófilo Galvão, Ervin Tesmann, Teófilo Salomão e Getúlio Lima. A bancada de oposição, constituída pelos

⁹⁶ Antônio A. Fetter era irmão do vice-governador e do prefeito de Pelotas (1964-1969), Edmar Fetter.

vereadores do MDB, contava com 7 parlamentares: Elberto Madruga, Amadeu Weimann, Lélío Souza, Francisco Moraes, Carlos Garcia, Isaias Oliveira, e Sérgio Chim Santos. Os quatro primeiros eram oriundos do velho PTB, assim como João Carlos Gastal.

Ary Rodrigues Alcântara (1973-1977) também contou com uma base parlamentar consistente na Câmara Municipal durante seu mandato. A Arena contava com 10 vereadores: Mansur Macluf, Erico Pegoraro, Teófilo Salomão, Wolney Castro, Paulo Vieira, José Karini, Francisco Antunes, Pedro Bachini Sobrinho, Dario Gastaud Oliveira e Getúlio Lima. Por outro lado, o MDB possuía 7 vereadores: Mário Holvorcen, Elberto Madruga, Roberto Dias, Pedro Machado Filho, Arion Louzada, Francisco Moraes e Sérgio Chim Santos.

No final dos anos 1970 o MDB já começava a ganhar algumas disputas da Arena e elegeu Irajá Andara Rodrigues (1977-1983) que tinha como vice-prefeito Arion Louzada. Na Câmara Municipal o MDB fez maioria por um voto ao eleger 11 vereadores: Mário Antônio, Uil Dias, Mário Silveira, Edmundo Wendt, Elberto Madruga, Roberto Dias, Pedro Machado, Paulo Aci, Flávio Coswig, Francisco Moraes e Jocarli Louzada. A ARENA elegeu 10 vereadores ficando em minoria: Teófilo Salomão, Mário Priestch, Rubens Bachini, Élbio Abreu, Mansur Macluf, Ozy Fogaça, Almiro Buss, Jader Marques Dias, José Karini e Dario Gastaud Oliveira.⁹⁷

Visualizar essa correlação de forças na esfera municipal é relevante no sentido de se compreender qual a sustentação política que João Carlos Gastal e seu partido, o MDB, possuía na cidade de Pelotas, além de ser possível identificar a dimensão do grupo adversário, a ARENA. Isso tem implicação nas competições eleitorais e no recrutamento dos quadros públicos para a esfera estadual e nacional.

Atuação Parlamentar de João Carlos Gastal

Na sequência, serão apresentadas e analisadas algumas das intervenções de João Carlos Gastal na ALERGS. Como foi informado anteriormente, ele fez mais de 300 intervenções em plenário, o que é um número demasiado elevado para uma exposição em um texto dessa natureza. Além disso, por tratar-se de uma pesquisa em andamento, é possível afirmar que ainda nem todos os discursos foram trabalhados adequadamente. Por isso, serão abordados apenas alguns.

Em 31 de janeiro 1971 ocorreu o primeiro enfrentamento entre governo e oposição, ARENA e MDB. A questão envolvia a eleição dos componentes da Mesa que dirigiriam a Assembleia no biênio 1971-1972. Na ocasião votaram 50 deputados, tendo o MDB apresentado na disputa uma chapa encabeçada pelo deputado Carlos Santos, único parlamentar negro naquela legislatura.

⁹⁷ A relação dos vereadores que compunham a Câmara Municipal de Pelotas nos três períodos abordados foi coletada do jornal Diário Popular de 15/11/82, no acervo da Biblioteca Pública Pelotense. A relação dos prefeitos foi extraída do site do Tribunal Regional Eleitoral do RS.

Foram realizados dois escrutínios para o cargo de vice-presidente, a pedido do deputado Pedro Simon, líder do MDB, disputando os dois mais votados no primeiro escrutínio: o deputado Hugo Mardini da ARENA, que obteve 25 votos, e o deputado João Carlos Gastal do MDB, que obteve 23 votos. Isso ocorreu, pois o regimento interno da ALERGS previa duas votações se o candidato mais votado não alcançasse a maioria dos votos. O deputado Simon interpretou que 25 votos não era a maioria de 50 e exigiu uma nova votação. No entanto, o novo escrutínio revelou o seguinte resultado: um voto em branco; deputado Gastal 23 votos e deputado Hugo Mardini, 26 votos, tornando-se o vice-presidente da casa. Dessa forma, João Carlos Gastal retornava à ALERGS depois de onze anos diretamente envolvido no primeiro enfrentamento entre governo e oposição.

A primeira intervenção de Gastal continha uma referência à eleição do Secretário Geral e do Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, dois gaúchos, Dom Ivo Lorscheiter e Dom Aloísio Lorscheider. Na ocasião ele fez a Leitura da Mensagem da Fraternidade do Papa Paulo VI, solicitando ainda a inserção nos Anais da Assembleia Legislativa da entrevista de Dom Ivo à “Fôlha da Tarde” e da mensagem do Papa Paulo VI, “Amados filhos do Brasil”.

Gastal procurava vincular as mensagens dos clérigos católicos à linha e à orientação do Movimento Democrático Brasileiro. Logo, se tratava de um artifício para encontrar legitimidade nos valores religiosos e culturais da sociedade da época, com vistas a enfrentar o regime autoritário e reclamar a volta do regime democrático.

O ano de 1971 foi especialmente duro para os opositores do regime militar, muitos assassinatos e desaparecimentos aconteceram naquele ano que, por outro lado, coincidiu com o “Milagre Econômico” e ocorre após a vitória da seleção brasileira na Copa de 1970. Logo nos primeiros meses de 1971 aconteceu um caso sombrio, atualmente objeto de investigações da Comissão Nacional da Verdade (que trata dos desaparecimentos de pessoas durante a ditadura civil-militar brasileira), que foi a morte do educador Anísio Teixeira.

Em 16 de março João Carlos Gastal lamentava a morte trágica do Professor Anísio Teixeira e apresentou Requerimento de voto de profundo pesar pelo falecimento do ilustre brasileiro: isso demonstra a atenção que Gastal dedicava aos fatos nacionais ligados à ditadura e à educação.

Em 1971 o educador Anísio Teixeira concorria à vaga da Academia Brasileira de Letras, ABL, iniciando uma série de visitas aos membros da mesma. Na ocasião da visita ao lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda, Anísio desapareceu. Sua família foi informada pelos militares de que ele se encontrava detido.

Dois dias depois seu corpo foi encontrado no fosso do elevador do prédio de Aurélio, no Rio de Janeiro. Seu corpo não tinha sinais de queda, nem hematomas que a comprovassem. A versão oficial foi de que sofreu um acidente no dia 14 de março de 1971.⁹⁸

Em um Encontro do Diretório Regional do MDB – na verdade Diretório Estadual do MDB do Rio Grande do Sul – tomou-se a decisão de o partido indicar como Líder da Oposição na Assembleia Legislativa o deputado estadual João Carlos Gastal. Segundo Pedro Simon “que pela sua cultura, pela sua inteligência, pelo seu discernimento e pelo seu passado, reúne todas as condições para desempenhar este cargo, estará falando em nome da Oposição nesta Casa e neste recinto.” (ATA da Sessão de 19 de março de 1971)

Dentre o variado elenco de temas enfrentados por João Carlos Gastal, cabe mencionar de maneira sintética:

- luta pelo restabelecimento do estado de direito;
- denúncia da “**mutilação do poder Legislativo**”, com a cassação de nove deputados do Movimento Democrático Brasileiro em 1966;
- menção a Hélio Bicudo, agente do Ministério Público, que promoveu a responsabilização criminal de policiais pertencentes ao chamado “**Esquadrão da Morte**”⁹⁹, em 20 de março de 1971;
- crítica aos Atos Institucionais que tiveram grave efeito sobre a República brasileira;
- defesa do Banrisul e da Petrobras (o Estado do Rio Grande do Sul possuía ações da empresa);
- condenação sobre a venda das ações da PETROBRAS pelo Estado do Rio Grande do Sul.

⁹⁸ Em 1971 o educador Anísio Teixeira concorria à vaga da Academia Brasileira de Letras, ABL, iniciando uma série de visitas aos seus membros. Na ocasião da visita ao lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda, Anísio desapareceu. Sua família foi informada pelos militares de que ele se encontrava detido. Dois dias depois o corpo foi encontrado no fosso do elevador do prédio de Aurélio, no Rio de Janeiro. Seu corpo não tinha sinais de queda, nem hematomas que a comprovassem. A versão oficial foi de que sofreu um acidente no dia 14 de março de 1971. (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/professor-diz-que-anisio-teixeira-pode-ter-sido-morto-por-torturadores>)

⁹⁹ Hélio Bicudo Bacharel tronou-se promotor público em abril de 1947. Em junho de 1970 foi indicado pelo Colégio de Procuradores de São Paulo para apurar as atividades criminosas da organização parapolicial chamada Esquadrão da Morte. Um dos acusados de envolvimento com a organização criminosa foi o delegado Sérgio Fleury, violento repressor das organizações clandestinas de esquerda na década de 1970. Em 1976 Hélio Bicudo lançou o livro Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte, publicado pela Arquidiocese de São Paulo. Informações retiradas de: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-pereira-bicudo>>. Acesso em: 29 out. 2018.

Gastal foi um quadro do trabalhismo defensor do legado de Getúlio Vargas, sendo frequentes suas referências a essa tradição. Durante os quatro anos em que liderou a oposição propôs uma sessão solene em homenagem à memória do presidente morto em 1954. Naquele 19 de abril de 1971, João Carlos Gastal fez o discurso em nome da Casa, expressando a homenagem à memória de Getúlio Vargas. Muitos deputados da ARENA se retiravam do plenário na ocasião.

Um trecho da homenagem de Gastal a Getúlio Vargas:

Atingindo o poder à frente de um a Revolução Getúlio Vargas não conseguiu, graças à resistência conservadora, alcançar plenamente os objetivos que estruturaram aquele movimento. Buscou o ponto de harmonia e entendimento entre capital e trabalho, com a criação em 3 de novembro de 1930 do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, seguido, pouco depois, da sindicalização profissional, até então -letra morta, estaca zero de partida para arregimentação das classes (ATA da Sessão de 19 de abril de 1971)

Por outro lado, os deputados da ARENA, promoviam sessão solene, anualmente, para homenagear o “Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964” e, por sua vez, os deputados estaduais da bancada do MDB não permaneciam no plenário na ocasião, devolvendo a gentileza.

Resultados parciais da pesquisa e considerações finais

Embora a pesquisa sobre a atuação de João Carlos Gastal ainda esteja em desenvolvimento, é possível traçar algumas considerações parciais sobre o assunto. Desde seu retorno à Assembleia Legislativa em 1971, Gastal foi reconhecido como importante liderança do MDB, pelo seu histórico e por sua intervenção qualificada.

Nas primeiras semanas de atuação, na 43ª legislatura, foi indicado como Líder da Oposição durante todo o mandato de 1971-1974. Posteriormente, foi o nome escolhido pelo MDB para presidir a ALERGS no biênio 1975-1976. Foi um parlamentar que utilizou intensamente a tribuna para fazer oposição ao governo Euclides Triches e aos governos militares da ditadura civil-militar brasileira. Contudo, sua presença em plenário no governo Synval Guazzelli, diminuiu.

Foi defensor do legado trabalhista de Getúlio Vargas. Clamou pela redemocratização do Brasil e pela reconstituição do Estado Democrático de Direito. Defendeu a manutenção e valorização do patrimônio público estadual e nacional, já objeto de conflito com os setores mais conservadores do parlamento, que desejavam transferir para a iniciativa privada as empresas públicas e os bancos estatais. Criticou e clamou pela extinção dos Atos Institucionais, sem temer as represálias muito corriqueiras na época, demonstrando ser um

parlamentar de coragem. Foi um expoente da oposição e do Movimento Democrático Brasileiro no exercício de seus mandatos.

Em 1978 João Carlos Gastal concorreu ao mandato de deputado federal, pelo MDB do Rio Grande do Sul. Conquistou 24.578 votos, mas a votação não foi suficiente para ser eleito, ficando com a 25ª colocação na legenda do seu partido.

Dessa forma, Gastal encerrava sua carreira política, no que se referia ao exercício de mandatos eletivos. Ainda ajudou Leonel Brizola, Sereno Chaise, Alceu Collares e Getúlio Dias a fundar o Partido Democrático Trabalhista, quando a reforma eleitoral permitiu o pluripartidarismo.

No ano de 1982 concorreu pela última vez a um cargo eletivo, a saber, prefeito de Pelotas pelo PDT. Obteve 9.365 votos e ficou na 4ª colocação, sendo eleito Bernardo Olavo Gomes de Souza do PMDB. João Carlos Gastal faleceu quatro anos depois, em 1º de maio de 1986, em decorrência de doença pulmonar, em Porto Alegre.

Referências

ALTMANN, C. O contexto multipartidário em Pelotas-RS (1979-1982): atores, expectativas e disputas. Pelotas. Monografia – Universidade Federal de Pelotas, 2007.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Atas das Sessões e da Mesa Diretora (01 jan. 1971 – 31 dez. 1978).

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 28 out. 2018.

BAQUERO, Marcelo; PRÁ, Jussara Reis. A Democracia Brasileira e a Cultura Política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BARRETO, A. Mapeamento da distribuição de cadeiras de vereador em Pelotas (RS), entre os partidos políticos, conforme as eleições do período 1982-2004. Pelotas: UFPel, 2007.

BARRETO, A. A construção das novas identidades partidárias em Pelotas (1979-1982), a partir do relato das lideranças. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, IX, 2008, São Leopoldo. Anais... São Leopoldo: ABHO, 2008. 1 CD.

BARRETO, A. Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). Opinião Pública, Campinas, vol. 14, n. 1, jun. 2008. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-62762008000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2019.

BARRETO, A.; ALTMANN, C. PT, PMDB e PP em Pelotas (1979-2004): vidas paralelas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA REGIONAL, 1, 2007, UPF. Anais... Passo Fundo. Disponível em: <www.anaisshr.heinsfeld.com/files/cristinaaltmannalvarobarreto.pdf>.

BICUDO, Hélio Pereira. Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964). São Leopoldo: Oikos, 2018.

FAUSTO, Bóris. A História do Brasil. 14 ed. atual. São Paulo: Edusp, 2013.

GRILL, Igor Gastal. Bases sociais e intérpretes da “tradição trabalhista” no Rio Grande do Sul. Dados, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, jul./set. 2005. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000300003>. Acesso em: 2019.

MAESTRI, Mário. Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: Editora UPF, 2010.

MAGALHÃES, Mário Osório. João Carlos Gastal (1914-1986). Disponível em: <<http://www.pelotas13horas.com.br/texto/menu--especiais--grandes-do-bicentenario>>. Acesso em: 28 out. 2018.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ENTRE A LIBERDADE E A SEGURANÇA: UMA ANÁLISE BAUMANIANA DO DESEJO PELA INTERVENÇÃO MILITAR NAS MANCHETES DE PERIÓDICOS BRASILEIROS DE 1964¹⁰⁰

Ricardo Cortez Lopes¹⁰¹

Nádila Albuquerque Luchini¹⁰²

Este trabalho é uma análise baumaniana de 19 manchetes de jornais brasileiros publicados no mês de abril do ano de 1964. O corpus da pesquisa qualitativa foi obtido pela pesquisa quantitativa realizada pelo pesquisador Mário Magalhães, que já havia selecionado preliminarmente as capas que considerou como apoiadoras (16) ou como legalistas (3). A presente análise partiu da articulação teórica do sociólogo Zygmunt Bauman, que distingue liberdade de segurança: pois a liberdade implica a satisfação das próprias vontades de um indivíduo, o que nem sempre vai coincidir com as normas sociais - e a vida em sociedade torna mais facilitada à sobrevivência material. Em que medida as manchetes optam com mais ênfase por uma ou por outra? Algumas são explícitas e utilizam palavras como “paz” ou “rebelião” (que remetem à segurança) e outras utilizam palavras como “empossar”, “sublevação” (que remetem à liberdade). Assim, é ressignificada a justiça da própria lei escrita.

Palavras-Chave: Segurança. Liberdade. Golpe de 1964. Manchetes. Obstáculo Epistemológico.

Introdução

A discussão política brasileira já se conduziu diversas vezes em termos de polarizações. Tais polarizações são bastante prejudiciais na medida em que não se constrói um conhecimento mútuo dos argumentos de quem troca ideias. Assim, o debate público se resume a *chavões que não causam um “contato entre almas” e não conduzem a uma transformação mútua dos interagentes*, primeiro passo para a construção de vínculos. A polarização, assim, constrói sujeitos que não buscam entender-se mutuamente e isso impede a efetivação do estado democrático de direito. A polarização se converte, dessa maneira, em uma dicotomia “surda”. No caso, uma dessas pautas é o debate sobre a *justeza de uma intervenção militar na condução do estado brasileiro*.

¹⁰⁰ O título original era “Entre a liberdade e a segurança: uma análise baumaniana do desejo pela intervenção militar nas manchetes de jornais brasileiro de 1964”. Porém, enfocamos decididamente naquilo que os materiais descrevem e o título final acabou por ser esse.

¹⁰¹ Doutor e Mestre em Sociologia Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professor Assistente na Universidade Aberta do Brasil. Constato: rshicardo@hotmail.com

¹⁰² Graduanda na Licenciatura em Pedagogia a Distância pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: nadila.luchini14@gmail.com

Esse trabalho propõe uma ponte possível entre os dois lados de uma contenda que data de vários anos, porém ainda é atual. Para esse fim, ironicamente, utilizaremos um binarismo: mas não uma dicotomia completa, e sim constructos teóricos que também são complementares entre si, como veremos adiante: segurança e liberdade, do sociólogo Zygmunt Bauman. Essas categorias serão aplicadas tanto no (1) material empírico quanto em (2) na atitude epistemológica do próprio pesquisador.

Assim, a contribuição desse trabalho não se dá tanto nos dados coletados e analisados à exaustão, tal qual o ofício do historiador requer. Mas, isso sim, a contribuição está no marco teórico-interpretativo para compreender a moralidade no julgamento da justiça da tomada do poder pelo governo militar. Nessa dinâmica estão envolvidos os alinhamentos dos indivíduos aos valores da segurança e da liberdade.

O corpus empírico desta pesquisa se constitui de um acervo “emotivo” de capas de periódicos que foram lançados no dia posterior à subida dos militares ao comando de governo. Essas capas estavam sob poder de particulares de todas as regiões do país, que tiraram fotos delas e as enviaram a um blogueiro, que disponibilizou as fotocópias em seu site. Não há, então, um acervo racionalmente construído e gerido por alguma instituição cultural, mas antes um esforço colaborativo e coletivo de construção de uma memória.

Optamos pela análise de manchetes, e não de páginas inteiras. Mas o que viria a ser uma manchete?

A estrutura das notícias e reportagens obedece algumas regras jornalísticas. Além do lead, podem estar presentes os títulos, manchetes, aberturas e chamadas. Segundo Rabaça e Barbosa (2001), manchete é o título principal, de maior destaque, no alto da primeira página de jornal ou revista, que indica o fato jornalístico de maior importância entre as notícias contidas na edição. Cada edição possui apenas uma manchete, que é o título com maior destaque (PELINSON, MENGARDA, 2015, p.7).

Assim, estudar manchetes é relevante na medida em que elas são as ideias do periódico que circulam com mais força, pois sua concisão facilita o processo comunicativo com leitores, além de serem visualizados por sujeitos não acostumados à leitura ou que passam apressados. Isso porque uma manchete deve resumir o argumento do texto integral e jogar com os sentimentos do leitor para lhe dar interesse na compra da publicação completa. É claro que outras questões abrem-se com relação ao contexto dessas frases, porém o nosso interesse é justamente analisar as ideias que estão em maior circulação, visando a sua variedade.

A liberdade e a segurança para Bauman

A dualidade entre liberdade e segurança é ambivalente. Isso porque ambas se excluem, porém precisam uma da outra para existir. No primeiro sentido, podemos começar pela oposição entre imaginação individual e a punição: “A imaginação, diferente das duras

realidades da vida, é produto da liberdade desenfreada. Podemos “soltar” a imaginação, e o fazemos com total impunidade — porque não teremos grandes chances de submeter o que imaginamos ao teste da realidade” (BAUMAN, 2003, p. 9). Assim, a liberdade é o exercício da vontade sem o freio da realidade. Nos dizeres Baumanianos, esse freio é chamado de “comunidade”, e não de “sociedade”.

O freio, a segurança, no entanto, é o que permite a agregação na comunidade e, com isso, a segurança: “Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade” (BAUMAN, 2003, p.9). Ou seja, ela exclui a vontade do indivíduo, porém aproxima o indivíduo. Essa conexão é feita a partir de um “preço”:

[...] pago em forma de liberdade, também chamada “autonomia”, “direito à auto-afirmação” e “à identidade”. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito. De qualquer modo, nenhuma receita foi inventada até hoje para esse ajuste (BAUMAN, 2003, p.10).

Nesse momento, “Não seremos humanos sem segurança ou sem liberdade; mas não podemos ter as duas ao mesmo tempo e ambas na quantidade que quisermos” (BAUMAN, 2003, p.11). Ou seja:

A promoção da segurança sempre requer o sacrifício da liberdade, enquanto esta só pode ser ampliada à custa da segurança. Mas segurança sem liberdade equivale a escravidão (e, além disso, sem uma injeção de liberdade, acaba por ser afinal um tipo muito inseguro de segurança); e a liberdade sem segurança equivale a estar perdido e abandonado (e, no limite, sem uma injeção de segurança, acaba por ser uma liberdade muito pouco livre) (BAUMAN, 2003, p.11).

Paradoxalmente, há uma exclusão e uma necessidade mútua. Ou seja, viver apenas com liberdade é impossível, pois elementos presentes na segurança se fazem necessárias para se construir um cotidiano. Assim, a liberdade individual, em si mesma, não consegue estabilizar, pela soma das satisfações, uma comunidade.

Assim, metodologicamente, a análise será a posteriori, no confronto do material com as categorias liberdade e segurança.

Quadro 1 - Categorias x Descritores

Categorias	Descritores
Liberdade	Quando a liberdade democrática não admite a intervenção militar
Segurança	Quando a intervenção militar garante o nacionalismo, que é a comunidade consolidada

Fonte: autoria própria

O dia anterior, segundo a historiografia

É difícil encontrar um conceito do que ocorreu em 1964, no Brasil. Muitas definições permanecem no nível descritivo:

Segundo Fico, ao contrário do que diz ser uma “memória confortável”, o golpe de 1964 foi uma operação que contou não só com o apoio de parte da sociedade civil brasileira, mas com uma ação efetiva de elites civis. E um dos setores que mais apoiou o golpe foi a Igreja Católica, que ajudou a construir o movimento de massas que foi a base para o golpe, as conhecidas “Marchas com Deus, pela Pátria e pela Família”, em São Paulo (antes do golpe), Rio de Janeiro e outras capitais e cidades do país com o golpe já vitorioso. Segundo o pesquisador, tais marchas seriam a base de uma narrativa de justificação do golpe construída pelos militares durante toda a ditadura, segundo a qual “a sociedade clamou pela derrubada de Goulart, o que em grande medida é verdade!”, concluiu Fico. Ele também lembrou do apoio da imprensa ao golpe, cujo emblemas são os famosos editoriais do Correio da Manhã, que estamparam na capa do jornal os títulos “Basta!”, “Fora!” e “Basta e Fora”, precisamente nos dias 31 de março, 1º e 2 de abril de 1964 (MELO, 2012, p.41).

Antes de partir diretamente para os títulos, é interessante esclarecer sobre alguns acontecimentos cronológicos aos quais eles fazem alusão: “[...] o controle militar temporário (através de uma junta militar, que se configurou no “Comando Supremo da Revolução”, a posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, e a posterior eleição de um novo presidente” (FICO, 2008, p.73). O foco da nossa análise, no entanto, recai mais nas argumentações morais, e uma reconstituição histórica densa não faz sentido porque nem todas as opiniões morais conhecem história a fundo. Ou seja, a contextualização serve mais para indicar a questão a ser respondida pelo material do que se prestar uma narrativa.

De saída já é possível perceber uma bifurcação. Uma delas é (a) denominar essa troca de poder de “golpe” e (b) a outra perspectiva é chamar de “revolução democrática” (CARDOSO, 2011). Ou seja, o primeiro olhar percebe a destruição da democracia, o segundo inicia a democracia.

Análise dos títulos

Optamos por realizar uma análise qualitativa de um levantamento quantitativo, realizado pelo jornalista Mário Magalhães em seu blog, desativado em 2017. O critério de exposição do material foi o de serem enviados por mídias sociais pelos leitores do blog, o que ele denominou como “a mais extensa amostra (ficarei feliz se não for) do comportamento do jornalismo brasileiro meio século atrás” (MAGALHÃES, 2014). Seguem os títulos na Tabela 1:

Quadro 2 - Manchetes analisadas

Manchetes	Jornal	UF
Povo e governo superam a sublevação	A Noite	RJ
(?) Estados já em rebelião contra JG	Correio da Manhã	RJ
Guarnições do I Exército marcham para sufocar rebelião em Minas Gerais'	Diário Carioca	RJ
"Ranieri Mazzilli é o presidente"	Diário da Noite	SP
Exército domina a situação e conclama o povo brasileiro a manter-se em calma	Diário da Região	SP
"Marinha caça Goulart"	Diário de Notícias	RJ
Jango sai de Brasília rumo a Porto Alegre ou exterior: posse de Mazzilli	Diário de Pernambuco	PE
Cessadas as operações militares: A calma volta a reinar no país	Diário de Piracicaba	SP
"Auro Andrade anuncia posse de Mazzilli com situação normalizada'	Diário do Paraná	PN
A grande rebelião	Fatos & Fotos	DF
"Congresso declara Presidência vaga: Mazzilli assume"	Folha de São Paulo	SP
"S. Paulo adere a Minas e anuncia marcha ao Rio contra Goulart"	Jornal do Brasil	RJ
"Edição histórica da Revolução"	O Cruzeiro	RJ
Fabulosa demonstração de repulsa ao comunismo	O Dia	
Vitorioso o movimento democrático	O Estado de São Paulo	SP
Empossado Mazzilli na Presidência	O Globo	RJ

II e IV Exércitos apoiam movimento mineiro	O Povo	CE
"Jango no Rio Grande e Mazzilli empossado"	Última Hora	RS

Fonte: autoria própria

É possível “mover” as expressões para o quadro anterior, como mostra o quadro seguinte:

Quadro 3 - Categoria x descritor x expressões

Categoria	Descritor	Palavras
Liberdade	Quando a liberdade democrática não admite a intervenção militar	Contra Goulart, A grande rebelião, sublevação, rebelião, sufocar rebelião
Segurança	Quando a intervenção militar garante o nacionalismo, que é a comunidade consolidada	Movimento mineiro, Empossado, movimento Democrático, Revolução, situação normalizada, é o presidente, Exército domina a situação, Marinha caça, Congresso declara, situação normalizada, calma volta a reinar no país, Estados já em rebelião contra JG, empossar

Fonte: autoria própria

De acordo com as palavras escolhidas, pode-se observar um julgamento sobre os fatos recentes. Nesse caso, o legal e o moral estão completamente em suspenso por conta do acontecimento: para os apoiadores, o moral vira legal por meio do golpe. No caso dos que são contrários ao ocorrido, não há moralidade e nem legalidade no ato. Dessa maneira, a legalidade é o polo da segurança e a moralidade é o polo da liberdade.

No quadro das palavras que remetem à liberdade, podemos observar várias expressões militares e jurídicas que remetem à legitimidade ou não da forma de estado vigente. Utilizar a palavra “rebelião”, por exemplo, remete à uma discordância não-estrutural e pontual. Assim, a legalidade é a moralidade, e a rebelião é a ilegalidade. Se a rebelião fosse moralmente positiva, seria uma revolução, como pensam os apoiadores. Assim, o foco na liberdade possibilita enxergar a ação militar como sendo moralmente negativa por afetar a normalidade, nesse caso garantidora da liberdade - ou ao menos mais do que os militares. Nesse caso, atentar contra essa ordem seria um “golpe” destruidor.

Já no espaço da linha seguinte, que remete à ênfase na segurança, podemos observar o uso de palavras menos jurídicas, como “normalizada” e “domina”. Por outro lado, a maneira como são utilizados os jargões militares apontam para uma certa inquietude para com a situação política do momento, percebendo-a como instável. Nesse caso, a moralidade estaria superior à legalidade, de modo que acontece uma certa relativização: os militares abandonam o positivismo jurídico e investem contra as lideranças legais. Assim, alcança-se a “paz”, que nada mais é do que a tradução perfeita da segurança. Nesta perspectiva, diante de uma instabilidade, a “revolução democrática” traria essa segurança de volta.

É possível perceber que a liberdade é um valor caro a ambas as perspectivas, o que só reforça que há uma relação entre liberdade e segurança. De um lado, a liberdade é alcançada pela democracia; o outro lado enxerga a democracia ameaçada pelo que considera comunismo, este último o responsável por acabar com a segurança.

Essas duas interpretações acerca de como a democracia deveria ser são possíveis, elas não se excluem. Isso ocorre justamente por conta do carácter da própria democracia representativa ocidental: ela busca a segurança pelo bem da maioria (YOUNG, 2001), o que permitiria a continuidade do sistema e certa estabilidade no cotidiano pela submissão da minoria. Por outro lado, a democracia simultaneamente busca a liberdade individual através da deliberação racional (HABERMAS, 1995), uma vez que os cidadãos estariam livres para circular suas ideias e convencerem através das suas vontades. Ou seja, a democracia é liberdade e segurança ao mesmo tempo, a diferença é qual desses valores cada ator vai considerar mais importante.

Liberdade e segurança como obstáculo epistemológico ao pesquisador

No decorrer da análise empírica um insight teórico foi se construindo. Gostaríamos de fazer uma discussão mais focada no analista, no cientista humano, pois seu alinhamento teórico também é passível de ser lido nos termos segurança e liberdade. Invisibilizar essa percepção pode consistir num obstáculo epistemológico. O que é um obstáculo dessa natureza?

Semelhante tarefa, propriamente epistemológica, consiste em descobrir no decorrer da própria atividade científica, incessantemente confrontada com o erro, as condições nas quais é possível tirar o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro a um conhecimento mais verdadeiro, ou **melhor, como afirma Bachelard, ‘próximo, isto é, retificado’**(BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 1999, p.17).

Isso porque é possível que o pesquisador empreenda o que Bauman afirmou que é impossível: de pode privilegiar apenas ou a liberdade ou a segurança a ponto de excluir a outra. Tal como argumentaremos, esse monismo pode o privar de enxergar de maneira mais ampla.

A grande questão é que a formação histórica do campo da pesquisa científica tende a inserir e, ao mesmo tempo atrair, indivíduos mais identificados com a liberdade, o que pode

fazer que estes e a coloque absolutamente acima da segurança. Não se trata, no entanto, de preconceito prévio: é uma visão de mundo do pesquisador que articula coerentemente elementos e que possui uma lógica interna.

Para entender como esta concepção mais “libertista” se estabelece como dominante no campo, é preciso investigar a filosofia e a filosofia da ciência. A discussão começa pela concepção da relação entre indivíduo e sociedade.

A relação entre indivíduo e sociedade na - em uma expressão antiga e behaviorista - determinação de um comportamento individual é abordada de diferentes pontos de vistas teóricos. Uma das vias possíveis é responder que o indivíduo que guia o seu comportamento mais por sua vontade é mais inclinado a exercer a sua liberdade individual, e que aquele que guia suas moralidades e ações pelos padrões sociais está mais inclinado à busca de segurança - pois a sociedade fornece-lhe um papel com expectativas estabilizadas, e o esperado traz certa tranquilidade, pois a autoridade, em si, tem esse efeito (ARENDDT, 1992).

Em termos filosóficos, o primeiro caso é denominado como autonomia, definível como a criação das próprias regras:

A autonomia pode ser caracterizada como um conceito “histórico e circunstancial”. Não existe autonomia absoluta e única, mas sim a construção de um significado relativo para cada contexto. Segundo Luft (2000, p.94), “autonomia é a faculdade de se governar por leis próprias; independência”. Um sujeito com autonomia é alguém que decide e determina, ele mesmo, a lei e a ordem para cada circunstância; o ser autônomo é capaz de tomar as próprias decisões em cada situação da sua vida [...] o alcance da autonomia representa um elo entre a liberdade de escolha e a responsabilidade sobre o escolhido. Representa ter capacidade para decidir e, ao mesmo tempo, ter discernimento de que sua decisão envolve riscos e consequências que poderão influenciar no seu grupo social (MUMBACH, FIDELLES, 2011, p.191).

Assim, a autonomia é um valor muito desejável no ideário mais geral da modernidade, e influenciou tanto a ciência como a educação moderna. A hegemonia, anteriormente, seria a da condução moral caracterizada pela criação de regras por uma dimensão externa, o que pode ser denominado como heteronomia.

Nesses termos, pode-se afirmar que a sociedade é uma fonte possível de heteronomia e, diante das suas regras, o indivíduo a ela pertencente deve optar por ser autônomo ou não. Antes da modernidade, o paradoxo era um pouco menor, pois a autonomia não era uma questão posta na maioria das sociedades. Os filósofos modernos, portanto, precisaram esforçar-se por espalhar esta ideia: Thomas Hobbes (2003), por exemplo, afirma que o absolutismo subtrai a liberdade política, porém assegura outras liberdades; Alexis de Tocqueville (2003) mencionava uma relação conflituosa entre liberdade e igualdade, pois uma excluía a outra, já que a liberdade abre brecha para a desigualdade. Muito tempo depois,

Hannah Arendt (1992) diferenciou a autoridade do poder, indicando como o estado moderno assumiu a violência por conta da recente invalidade da autoridade. De qualquer maneira, mesmo uma ordem que se quer igualitária, justamente por causa da liberdade não consegue evitar que atos hierarquizantes ou excludentes aconteçam.

A despeito de toda essa efervescência, a discussão nesses termos adentrou na ciência moderna pela porta do renascimento:

O Renascimento é considerado um dos mais importantes momentos da história do Ocidente, entendido por muitos estudiosos como a ruptura entre o mundo medieval, com suas características de sociedade agrária, estamental, teocrática e fundiária, e o mundo moderno urbano, burguês e comercial [...] o Renascimento representa uma nova postura do homem ocidental diante da natureza e do conhecimento. Juntamente com a perda de hegemonia da Igreja como instituição e o conseqüente aparecimento de novas doutrinas e seitas conclamando seus seguidores a uma leitura interpretativa dos textos sagrados, o homem renascentista redescobre a importância da dúvida e do pensamento especulativo. O conhecimento deixa de ser encarado como uma revelação, resultante da contemplação e da fé, para voltar a ser, como o fora para os gregos e romanos, o resultado de uma bem conduzida atividade de pensamento (COSTA, 2006, p.38).

O estado moderno, no entanto, apesar de buscar a liberdade individual, entendeu melhor do que os filósofos que a segurança também se fazia necessário. Isso porque, se a ordem política é uma construção intencional e cultural, ela pode ser derrubada a qualquer momento (EISENSTADT, 2001). Nesse sentido, ele deve ser crítico, porém também ser estável.

Poderíamos dizer, grosseiramente, que a ênfase na segurança é o enfoque do sistema político mais totalitário - nesse caso, ditatorial. Já um liberalismo, nesse sentido também, é a proteção do indivíduo do estado ao permitir que ele molde ao estado por intermédio da vontade pública.

Mas não apenas os sistemas políticos alinham-se com esses dois polos. Em sociedades pluralistas, valores libertistas e valores securanciais circulam e são aderidos com muita facilidade, pois os meios de comunicação permitem uma grande troca de informações. No caso brasileiro, em que se trata de uma sociedade colonial patrimonialista e de forte desigualdade social, ideias de segurança naturalmente possuem bastante difusão, e não apenas em segmentos sociais mais enriquecidos. Resultados de eleições demonstram isso.

Além da história da ciência demonstrar essa tendência de libertismo e ciência, pode-se encontrar exemplos na prática de pesquisa também. Alguns autores apontam para uma “modernização conservadora”:

De forma resumida, pode-se compreender o conceito de “modernização conservadora” a partir das seguintes coordenadas. Primeiramente, a recusa a

mudanças fundamentais na propriedade da terra. Os grandes proprietários manteriam, destarte, controle também sobre a força de trabalho rural, que não seria capaz, portanto, de se libertar de relações de subordinação pessoal e de **extração do “excedente” econômico por meios mais diretos**. Foi isso que teve lugar na Alemanha e no Brasil, ao contrário, por exemplo, do que se passou na Inglaterra, com a transição para uma mercantilização do trabalho agrícola, ou na França e no México, com a revolução camponesa levando ao fim ou ao menos a um profundo enfraquecimento da grande propriedade rural e ao parcelamento da terra. Na modernização conservadora, as tradicionais elites agrárias forçaram uma burguesia relutante e avessa aos processos de democratização a um compromisso: a modernização fazia-se, sob a liderança e levando muito em conta os interesses dos proprietários agrários, conformando-se **uma “subjetividade coletiva” centrada em um bloco transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas e estratégias** (DOMINGUES, 2000, p.461).

Nesse caso, a modernização burguesa no Brasil não aconteceu porque houve a sua cooptação pelos proprietários de terra. Nesse caso, as forças autônomas foram subjugadas pelas heterônomas, a liberdade pela segurança (esta provida pela hierarquização). A sociologia, ao denunciar esse processo, pode conduzir à verdadeira emancipação, à verdadeira liberdade. Uma das consequências desse viés é não entender, por exemplo, alguns valores morais de alguns grupos de atores, como por exemplo este:

Os membros deste grupo tinham aproximadamente 20 - 24 anos quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial (GM). Segundo Sheehy (1997), além do **impacto da GM, os efeitos da grande “Depressão” (crise econômica desencadeada à partir de 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque)** devastaram famílias, empresas e economias nacionais. A autora complementa que, em função das dificuldades financeiras, muitos jovens desta geração atrasaram sua entrada na vida adulta (WACHHOLZ, FIAMONCINI, 2006, p.11).

Ou seja, o contexto econômico pode direcionar gerações para o desejo de liberdade - valores pós-humanos (INGLEHART, 2001) - ou pelo desejo de segurança - por conta das dificuldades financeiras encontradas, como é o caso dessa geração descrita. Essas gerações convivem e transformam-se mutuamente. Ademais, o analista libertista não vai cogitar que um ator securancial vá renunciar à sua liberdade de expressão ou de locomoção caso isso garanta seu sustento ou o desfrute de algum bem; um analista securancial não vai entender que um ator libertista não se importa de abdicar de bens materiais em prol de sua liberdade de expressão ou de locomoção.

Se persistir nesses discursos etnocêntricos, o cientista corre o risco de equalizar suas conclusões a de outros grupos sociais como partidos, militantes ou mesmo o empresariado, por exemplo. Se as ideias de um pesquisador podem ser encontradas em outros lugares que

não em seus escritos herméticos, os cidadãos não vão se dar ao trabalho de se informar através de textos embasados em pesquisas. O que cria a impressão de que essas ciências, ou as ciências em si mesmas, são inúteis pela incapacidade de criar um discurso inusitado e instigante.

Considerações Finais

Este artigo se utilizou das categorias baumanianas de segurança e de liberdade, para analisar (1) manchetes de periódicos relativas à tomada do poder político por parte dos militares brasileiros no ano de 1964 e (2) um obstáculo epistemológico para cientistas humanos ao lidar com o mundo social. O objetivo foi compreender o quanto esses dois valores são privilegiados ou suprimidos.

Sobre o primeiro ponto, pode-se observar que, no corpus analisado, o que está em jogo é a ênfase na liberdade ou na segurança diante de um contexto que é concebido como o melhor cenário possível ou como uma conjuntura inaceitável. É possível perceber segurança e liberdade sendo mobilizadas dentro de termos jurídicos e estratégicos, além de juízos de valor.

Acerca do segundo ponto, apresentamos a ideia de a busca da liberdade ser valor central toma lugar na modernidade, e o cientista humano se forma nessa disputa. Assim, a busca moral dele é pela emancipação, que é a liberdade total diante da tradição (a heteromia elevada ao extremo), o que nos prejudica em conceber um indivíduo que não deseje a liberdade sem ser alienado ou dominado em algum outro sentido. Uma evidência de que muitos cientistas humanos assim interpretam é a teoria da modernização conservadora.

Ressaltamos que optamos por não utilizar as terminologias “golpe” e “revolução”. Não o fizemos por alguma pretensa neutralidade axiológica: procedemos para que esse texto possa justamente alcançar mais indivíduos. Alguém que se recuse a lê-lo por conta dessa denominação vai estar, justamente, comprovando as ideias aqui expostas, pois estará executando a exclusão aludida.

Vale ressaltar que aquilo que foi analisado não se trata de uma amostra estatística, pois o corpus foi obtido via disponibilidade e não houve procedimento de cota para a variável estado, por exemplo. Desde começo o objetivo não foi o de reconstruir o cenário, mas sim o de lançar uma perspectiva hermenêutica para esses dados, buscando as interpretações morais subjacentes.

Transportando essa discussão para os tempos atuais, existe um desejo pela ditadura por parte de alguns cidadãos (“intervenção militar”); ao mesmo tempo, observa-se muito ativismo em prol de direitos, em muitos deles participando cientistas. Alguns destes últimos são iluministas, porém outros são pós-modernos. Isso pode ser uma amostra empírica de que o pós-modernismo desiste justamente do lado seguro da modernidade (talvez justificadamente) e abraça a liberdade como valor último. Assim, apenas na identidade dele o indivíduo se realiza, e não como um moderno partícipe de um sistema maior.

Por fim, podemos realizar duas reflexões finais.

A primeira é de que o analista pode, perfeitamente, ser eficiente mesmo possuindo um foco explícito na liberdade ou na segurança, desde que deixe o seu viés muito explícito na hora de apresentar seus dados. Porém, há de se ter cuidado para sua visão não ficar enfática a ponto de ele adquirir certo “nojo” de posições contrárias. Esse tipo de nojo enviesa por demais a sua pesquisa e faz o pesquisador encolher seu círculo comunicativo, a ponto de acabar por “pregar para convertidos”. O que faz o problema continuar e a democracia ser ineficiente.

A segunda e última reflexão é de que concepção - a de busca incessante pela liberdade - possa ser um valor atribuído a terceiros em outras esferas de atividade, além da científica. Por exemplo, é possível que isso aconteça no sistema penal: privamos um encarcerado de sua liberdade para puni-lo, como uma maneira de superar a Lei de Talião (“olho por olho, dente por dente”). A liberdade é, em si, um dos direitos básicos na constituição federal, e suprimi-la se afiguraria como punição máxima e indesejada. Sem a liberdade, o preso não pode justamente exercer sua liberdade de planejar sua trajetória no mundo da vida, o que conduz a segurança. Porém, o que ocorre se o apenado não possui esse ímpeto pela segurança, tal qual o jurista? Provavelmente ele não vá planejar o seu futuro, o que não implica em possuir a liberdade ao dispor de sua vontade. Ou seja, sua segurança é o momento atual. E nesse momento a punição proposta pelo sistema penal não lhe é eficiente.

Referências

ARENDDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. 3.ed. São Paulo. Editora Perspectiva, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. A profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011

COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2005.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. DADOS, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, 2002.

EISENSTADT, Shmuel Noah. Modernidades múltiplas. Sociologia, problemas e práticas, n. 35, 2001.

FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: ARAÚJO, Maria Paula; FERREIRA, Marieta de Moraes; FICO, Carlos; QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura e Democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. Lua nova, v. 36, p. 39-53, 1995.

- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- INGLEHART, R. *Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/SigloVeintiuno, 2001.
- MAGALHÃES, Mario. 19 capas de jornais e revistas: em 1964, a imprensa disse sim ao golpe. 2014. Disponível em: < <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/?>>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- MUMBACH, Simone; FIDELLES, Gislaine Goreti. Autonomia, individualidade e construção do conhecimento matemático. *Universo Acadêmico*, Taquara, v.4, n.1, jan./dez. 2011.
- PELINSON, Fabiana; MENGARDA, Elias José. Metaforização em discursos jornalísticos: uma análise do jornal Tribuna do Paraná. *Cadernos de Comunicação*, v. 19, n. 1, 2015.
- DE TOCQUEVILLE, Alexis. *Democracy in america*. [S.l.]: Regnery Publishing, 2003.
- WACHHOLZ, Patrick Alexander; FIAMONCINI, Fabrizio Kieser. Diferenças Intergeracionais no Contexto Brasileiro: reflexões e perspectivas. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre v. 9, n.1, 2006.
- YOUNG, Iris Marion. *Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa*. Brasília: UNB, 2001.

TRAJETÓRIA SOCIAL DO ENGENHEIRO DE MINAS FRANCISCO RODOLFO SIMCH: MEMÓRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, IHGRGS¹⁰³

Alice Marc¹⁰⁴

Este artigo é resultado parcial da pesquisa “Movimento da existência de Francisco Rodolfo Simch. Lugares de memória: entre os documentos do acervo familiar e a Escola de Comércio de Porto Alegre”. Seu objetivo é contribuir para o reordenamento da identidade do IHGRGS, trazendo as memórias de um de seus sócios fundadores e presidentes, atuante na Comissão Permanente de Arqueologia, Etnologia e Paleontologia. Simch foi também Diretor do Museu Júlio de Castilhos, Secretário de Obras Públicas, Diretor do Serviço Mineralógico e Geológico e do Arquivo Público estadual. Publicou as obras “Noções Elementares de Mineralogia e Geologia”, “Programa de Economia Social” e “Dos Métodos de Desmonte e Extração de Carvão de Pedra”. A metodologia consiste em entrevistas com seus descendentes, a observação da pesquisadora em ambiente familiar e a consulta a fontes documentais. A fundamentação teórica baseia-se na fenomenologia assubjetiva de Jan Patočka e no conceito de habitus de Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: Francisco Rodolfo Simch. Biografia. Memória. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Fenomenologia Assubjetiva.

Introdução

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) foi fundado em 5 de agosto de 1920 (CIBILS, 2005, p.11). Em consequência disso, a instituição está prestes a alcançar um importante marco histórico em 2020: seu primeiro Centenário. Neste contexto, os esforços de preservação da memória do IHGRGS são fundamentais, enaltecendo seus princípios fundadores de “desenvolvimento da Cultura Rio-Grandense” (CIBILS, 2006, p.9) e trazendo ao conhecimento da comunidade a memória dos “homens de cultura existentes no Estado, principalmente dos que se dedicavam à nossa História” (Ibidem).

¹⁰³ Este artigo foi apresentado no 1º Colóquio de Pesquisa do IHGRGS, em 26 de abril de 2019, no IHGRGS, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

¹⁰⁴ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Porto Alegre. Especialista em Educação, Diversidade e Inclusão Social, Especialista em Educação Especial e Especialista em Psicopedagogia, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Licenciada em Letras, Centro Universitário Claretiano. Licenciada em Pedagogia, Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Tradutora Pública e Intérprete Comercial de Francês, Junta Comercial do estado do Rio Grande do Sul (JUCERGS).

Um destes “homens de cultura” (Ibidem) foi Francisco Rodolfo Simch, que sempre se envolveu com o IHGRGS, em primeiro lugar como sócio fundador, em 1920, ainda na sede provisória, no Museu Júlio de Castilhos (CIBILS, 2005, p.13), depois eleito titular da Comissão Permanente de Arqueologia, Etnologia e Paleontologia, em 1923, 1926 e 1929 (SILVEIRA, 2008, p.93), atuando, ainda, como Presidente do IHGRGS de 1934 a 1935, logo antes de falecer, em 1937. Francisco Rodolfo Simch foi, portanto, o segundo Presidente do IHGRGS, logo depois de Florêncio de Abreu. Apresentou ofício de renúncia ao cargo em 22 de março de 1935, passando a Presidência do IHGRGS para o seu Vice-Presidente, Leonardo Macedônia (CIBILS, 2005, p. 28-30). Alguns títulos de suas publicações para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul são: “Artefatos Indígenas”¹⁰⁵, “Tambetás”¹⁰⁶, “Fisiografia do Rio Grande do Sul”¹⁰⁷ e “Os Campos do Estado”¹⁰⁸ (DUARTE, 1950, p. 305).

Assim, com o propósito de fortalecer a memória do IHGRGS, o presente artigo apresenta elementos da trajetória social de Francisco Rodolfo Simch, com o objetivo de compreendê-lo como ator social¹⁰⁹ no Rio Grande do Sul e, mais precisamente, a influência de sua origem familiar e de sua formação profissional em sua atuação no IHGRGS. Para tanto, foram utilizados resultados parciais da dissertação de Mestrado intitulada “Movimento da Existência de Francisco Rodolfo Simch. Lugares de memória: entre os documentos do acervo familiar e a Escola de Comércio de Porto Alegre”¹¹⁰.

Na pesquisa foi estudada a biografia de Francisco Rodolfo Simch para compreender sua atuação ao fundar a Escola de Comércio de Porto Alegre, em 1909, juntamente com Manoel André da Rocha e Leonardo Macedônia Franco e Souza (PINHEIRO, 2011). No entanto, estes resultados biográficos dizem respeito não somente à Escola de Comércio de Porto Alegre, mas se relacionam também com a atuação de Simch em outras instituições gaúchas, como o Museu Júlio de Castilhos, o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, o Porto de Porto Alegre, a Universidade de Porto Alegre e, é claro, o IHGRGS.

Observa-se que a trajetória social de Francisco Rodolfo Simch abrange sua vida familiar. Por este motivo, a dissertação de Mestrado é acompanhada de um produto educacional na forma de filme documentário, intitulado “Simch, prepara o projeto para

¹⁰⁵Revista do IHGRGS, n. 11/12, p. 609, 1923.

¹⁰⁶ Revista do IHGRGS, n. 15/16, p. 51, 1924.

¹⁰⁷ Revista do IHGRGS, n. 19/20, p. 61, 1924.

¹⁰⁸ Revista do IHGRGS, n. 19/20, p. 151, 1925.

¹⁰⁹ Considera-se Francisco Rodolfo Simch ator social pela coerência de suas ações e objetivos com seu meio social, do qual assimilou e reproduziu valores e maneiras de atuar. Apesar disso, sua posição social é única, pois ele próprio influencia a família e a sociedade com suas escolhas, de acordo com o sentido de ator social estabelecido na pesquisa de MAUFFETTE-VACHON (1996, p. 5).

¹¹⁰ “Movimento da Existência de Francisco Rodolfo Simch. Lugares de Memória: entre os documentos do acervo familiar e a Escola de Comércio de Porto Alegre”. Dissertação de Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), de autoria de Alice Marc e orientado pela Prof^a Dr^a Maria Cristina Caminha de Castilhos França. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS, Campus Porto Alegre, 2019.

amanhã”¹¹¹, em que são apresentados alguns dos eventos estudados na etapa de estudo biográfico sob forma de depoimentos de seus descendentes, fotografias e documentos históricos. O recurso audiovisual pretende, assim, apresentar a biografia de Simch para os alunos do IFRS e para a sociedade.

Isto posto, o artigo expõe, de forma sucinta, a metodologia da pesquisa, fundamentada na fenomenologia assubjetiva de Jan Patočka, na realização de entrevistas com os descendentes de Francisco Rodolfo Simch e na participação da pesquisadora como observadora em ambiente familiar. Além disso, este trabalho esclarece alguns referenciais teóricos conexos, como o conceito de habitus, de Pierre Bourdieu e de lugares de memória, de Pierre Nora.

Por fim, o artigo contextualiza a atuação de Francisco Rodolfo Simch no IHGRGS no âmbito de sua trajetória social, procurando caracterizar um “homem de cultura” gaúcho de sua época a partir de sua estrutura familiar e profissional, contribuindo para o enraizamento da memória do surgimento da instituição, a partir de 1920.

Subjetividade e metodologia científica

Cabe ressaltar que “a objetividade é impossível tanto na história, quanto na sociologia ou na antropologia. Em vez de objetividade, conviria falar de distanciamento e de imparcialidade” (PROST, 2015, p. 257). Sendo assim, a pesquisa realizada por uma descendente de Francisco Rodolfo Simch é evidentemente subjetiva. No entanto, no estudo biográfico, o distanciamento e imparcialidade são garantidos pela escolha de um método científico (Idem, p. 261).

Uma ilustração desta relação entre subjetividade, distanciamento e imparcialidade está na biografia de São Francisco de Assis, publicada pelo historiador Jacques Le Goff, cujo texto principal da sua obra é descrito como:

[...] uma apresentação geral de São Francisco sob forma cronológica, portanto biográfica, mas que reposiciona Francisco em seu contexto geográfico, social, cultural, histórico. (...) Trata-se de uma tentativa de se aproximar e de apresentar o verdadeiro São Francisco, ou ainda, visto que meu esforço de autenticidade objetiva não escapa de uma interpretação pessoal, meu São Francisco. (LE GOFF, 1999, p.12, tradução nossa)

O autor, pesquisador de renome (Idem, p. 7-8), reconhece sua própria subjetividade ao escrever a biografia do “seu” objeto de pesquisa - “meu São Francisco” (Idem, p. 12) – ou seja, o São Francisco estudado por ele está necessariamente associado à sua “interpretação pessoal”

¹¹¹ O filme documentário “Simch, prepara o projeto para amanhã” será disponibilizado para a sociedade na Plataforma Digital EduCAPES.

(Idem, p.12). É aplicado o rigor da metodologia científica, mas a interpretação permanece própria do autor, baseada na sua própria experiência.

Assim, a biografia de Francisco Rodolfo Simch também procura apresentar seu verdadeiro sentido para a sociedade gaúcha, com “esforço de autenticidade objetiva” (LE GOFF, 1999, p.12, tradução nossa), residindo a objetividade na seriedade das fontes documentais selecionadas e na realização e no tratamento das entrevistas, e também na forma como a pesquisadora desenvolveu sua interpretação pessoal com fundamentação em escolha metodológica adequada.

Por fim, Velho (1987) sintetiza perfeitamente os posicionamentos anteriores ao explicar que “A noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou uma imperfeição já foi clara e precisamente enunciada.” (VELHO, 1987, p.122)

Dessa forma, é incontestável e aceitável que o sentido de Simch para o IHGRGS esteja também relacionado à subjetividade dos familiares, que, pela sua participação na pesquisa, tornaram públicas informações importantes sobre a sua vida, que se perderiam, provavelmente, com o passar dos anos. Aliás, sobre o valor da contribuição dos familiares na pesquisa da vida social de Francisco Rodolfo Simch, ressalta-se que:

Embora familiaridade não seja igual a conhecimento científico, é fora de dúvida que representa também um certo tipo de apreensão da realidade, fazendo com que as opiniões, vivências, percepções de pessoas sem formação acadêmica ou sem pretensões científicas possam dar valiosas contribuições para o conhecimento da vida social, de uma época, de um grupo. (VELHO, 1987, p.131)

Nesse sentido, a metodologia fenomenológica, ao estudar a relação das experiências de Simch com as experiências da pesquisadora e com aquelas de outros descendentes estudados, possibilita transparecer o sentido do “verdadeiro” Simch e da sociedade gaúcha da época, em específico para o IHGRGS, a partir da interpretação deste sentido por outras pessoas.

Portanto a subjetividade existe e está relacionada com o tema da pesquisa. Entretanto, não é a subjetividade que fundamenta, tampouco é a subjetividade que esclarece a biografia de Francisco Rodolfo Simch. Seu estudo foi desenvolvido através da fenomenologia assubjetiva como “uma fundamentação última do conhecimento, liberta de todos os pressupostos não provados na medida em que os elucidada”. (PATOČKA, 2002, p.127)

Em conclusão, é correto afirmar que, embora a pesquisadora seja descendente de Francisco Rodolfo Simch, o estudo biográfico, subjetivo, tem sua cientificidade assegurada pela utilização do rigor do método científico.

Movimento da Existência de Francisco Rodolfo Simch

Para o estudo da biografia de Francisco Rodolfo Simch, foi utilizado como método científico a fenomenologia assubjetiva, baseada no conceito de movimento da existência humana, que engloba três movimentos sucessivos e interdependentes, relacionados ao tempo passado, presente e futuro:

Patočka diz-nos que o movimento da existência se manifesta numa orientação temporal tripla, e assim articula-se em três movimentos que podemos distinguir na existência (...). Eles correspondem a três possibilidades da vida humana, interimplicadas e interdependentes entre si – cada uma se entrelaça, de certa forma, nas outras - mas permanecendo também distintas. Qualquer vida humana exhibe estas três possibilidades fundamentais, embora não estejam presentes necessariamente de forma activa. O «movimento da existência» (global) articula-se nestas três possibilidades, articulando assim o seu carácter temporal. Patočka associa cada um dos movimentos a modos de temporalização. O primeiro movimento teria o seu momento primordial no passado, e assim temporalizando-se (articulando a sua experiência temporal) a partir do que “já era” ou “já estava”, o segundo no presente, e o terceiro no futuro. Ao mesmo tempo, cada um destes movimentos contém nele a tensão temporal simultânea dos três momentos; é a colecção destes três movimentos que corresponde à “existência enquanto movimento” no sentido próprio (...) (RODRIGUES, 2013, p. 48-49)

Estes três movimentos são chamados movimento de enraizamento, movimento de prolongamento de si mesmo e movimento de existência, conduzindo ao conceito amplo de movimento da existência, com o mesmo nome. Ao estudar estes movimentos de Francisco Rodolfo Simch foi possível compreendê-lo como homem atuante na sociedade gaúcha das primeiras décadas do século XX.

De acordo com o método fenomenológico de Jan Patočka, o primeiro movimento é de **enraizamento, cujo sentido é a explicação e a aceitação de uma dada situação.** (PATOČKA in VAUDREUIL, 2006, p. 96-100, tradução da autora). No caso de Francisco Rodolfo Simch, este movimento envolve seu nascimento e sua relação com a família e a comunidade em que vivia, por exemplo. Trata-se de seu tempo passado.

Já o segundo movimento é um prolongamento da própria pessoa, com o objetivo de garantir a manutenção da sua própria vida através do trabalho, que pode ter a forma de luta, concorrência ou exploração (Ibidem). Com este movimento, Simch formou seu próprio núcleo familiar, casou, teve filhos, buscou seu lugar na sociedade gaúcha e lutou por suas ideias.

Por fim, o terceiro movimento é da própria existência, que é um olhar direcionado à historicidade oculta do mundo, distanciando-se do cotidiano, diferentemente dos outros

movimentos (Ibidem). Neste movimento de visão para o futuro, Simch projetou seus próprios ideais profissionais e pessoais.

Assim, o estudo biográfico analisou de que maneira a vida de Francisco Rodolfo Simch aparece, quais são as condições de sua aparição e o contexto em que ocorreu, nos termos da fenomenologia assubjetiva:

Patočka distingue a coisa que aparece (o “aparecendo” e o próprio “aparecer”, sendo o objeto da fenomenologia as leis desse aparecer, isto é, a maneira pela qual algo aparece, as condições necessárias à sua aparição, a “cena” geral de que a aparição necessita. A aparição designa, então, a coisa aparecendo enquanto ela se submete às leis do aparecer, a sua inserção no tecido do aparecer, a sua vinda à cena do aparecer. Por outras palavras, o objeto da fenomenologia é a descrição das estruturas da fenomenalidade, o desvelamento do campo e das leis do mostrar-se (BARBARAS, 2006, p. 78).

Para Patočka, “o mundo natural, o mundo da vida humana, só pode ser concebido como a totalidade dos modos fundamentais do comportamento humano, de seus pressupostos e de seus sedimentos” (PATOČKA in VAUDREUIL, 2006, p. 94, tradução da autora). Sobre a definição de mundo natural:

Ele [o mundo natural] é o mundo concreto de nossas práticas cotidianas e possui sua própria “situação típica”, como afirma Patočka, isto é, ele reporta a situação do homem no mundo e as possibilidades gerais (realizadas, pressupostas, sedimentadas, etc.) que estruturam de maneira típica sua experiência. Por possibilidades gerais, deve-se compreender os “movimentos em conjunto” da existência humana (VAUDREUIL, 2006, p. 94, tradução nossa).

Logo, para acessar e compreender o mundo concreto das práticas cotidianas vivenciadas por Francisco Rodolfo Simch foi descrita sua situação como homem no mundo e suas possibilidades gerais, que são os movimentos de sua existência humana, em seu conceito amplo, que atuam em conjunto, complementando-se e articulando-se entre si. Sendo assim, a participação da família nas entrevistas foi fundamental para reconstituir sua trajetória.

Sobre a nomenclatura dos movimentos da existência de Jan Patočka: “Os nomes dados a cada movimento modificam-se ligeiramente ao longo do desenvolvimento da obra de Patočka, mas os conteúdos mantêm-se fundamentalmente os mesmos” (RODRIGUES, 2013, p. 49). Sendo assim, foi fixada neste artigo a escolha da nomenclatura utilizada por Rodrigues (2013).

Breve biografia de Francisco Rodolfo Simch

Francisco Rodolfo Simch nasceu em 1877, em Vila Theresa, no atual município de Vera Cruz, no Rio Grande do Sul, filho de Francisco José Simch, natural da Boêmia, Império Austro-

Húngaro, na atual República Tcheca, e de Emma Wild, nascida em Idar, na Alemanha. Concluiu seus estudos na capital, Porto Alegre, de onde partiu para se formar em Engenharia de Minas na Escola de Minas de Ouro Preto, dirigida pelo francês Claude-Henri Gorceix (ROYER, 2012).

Enquanto estudante de Engenharia, trabalhou como Professor de Alemão no Gymnasio Mineiro. Ainda em Minas Gerais, casou com Alice Brandão Nunan. Depois de formado, retornou, juntamente com a família que formou em Ouro Preto, a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde, posteriormente, se formou na primeira turma da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Exerceu intensamente uma grande variedade de atividades. Destacase, especialmente, sua atuação como Presidente do IHGRGS, membro da Comissão Permanente de Arqueologia, Etnologia e Paleontologia, primeiro Diretor do Museu Júlio de Castilhos, Catedrático de Economia e Finanças da atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professor de História Natural do Ginásio Júlio de Castilhos, Diretor do Serviço Mineralógico e Geológico do Rio Grande do Sul, Diretor do Porto de Porto Alegre, Secretário de Obras Públicas, Desembargador da Corte de Apelação do Rio Grande do Sul, Catedrático de Legislação do Trabalho e redator do projeto de fundação da Escola de Comércio de Porto Alegre, da qual foi um dos fundadores¹¹². Em 1937, faleceu, vítima de um acidente¹¹³ de bonde, interrompendo seus projetos pessoais e profissionais em um período brilhante de sua vida.

Figura 4 - Biografia de Francisco Rodolfo Simch, assinada pelo filho Léo Nunan Simch

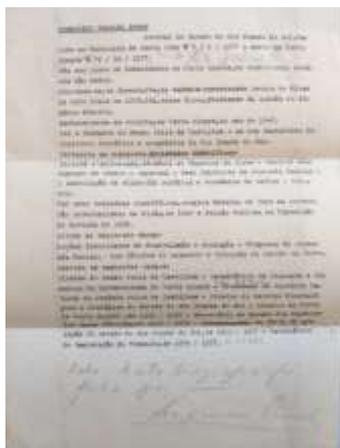


Figura 3 - Francisco Rodolfo Simch. Minas de Carvão.



¹¹² Fontes: biografia de Francisco Rodolfo Simch, realizada e assinada por seu filho mais novo, Léo Nunan Simch (Acervo de Clélia Simch Marc, filha mais velha de Francisco Rodolfo Simch), entrevistas com descendentes, registro de casamento no Cartório de Registro Natural de Vila Rica, Ouro Preto, Minas Gerais.

¹¹³ Fontes: entrevistas com descendentes; jornais; APERS.

Figura 6 - Notícia do falecimento de Francisco Rodolfo Simch



Figura 5 - Notícia sobre a fundação da Escola de Comércio de Porto Alegre



Herança de costumes e identidade do nome próprio nos lugares de memória

A relação de Francisco Rodolfo Simch com a Mineralogia e com a terra remete à profissão de seu pai, Francisco José Simch, que chegou no Rio Grande do Sul habilitado como Agrimensor, conforme indica seu passaporte¹¹⁴. O percurso profissional paterno inclui, ainda, as atividades de Diretor da Rio Grande NordWestBahn Gesellschaft (Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande) (NEUMANN, 2009, p. 69) e Chefe da Seção de Terras Públicas e Colonização (SPONCHIADO, 2000, p. 166). Estas atividades, além de proporcionar ao filho Francisco Rodolfo Simch o contato com a terra, desde a infância, possibilitou a observação da geografia gaúcha, com suas variações. A família relata o trabalho conjunto de pai e filho na área da Mineralogia, confirmada pelos jornais que indicam, na década de 30, pai e filho atuando juntos na Diretoria de Mineralogia e Geologia do Estado como Auxiliar Técnico (Francisco José) e Diretor (Francisco Rodolfo)¹¹⁵, respectivamente. A partir desta posição de Francisco Rodolfo Simch na família, decorrem, ainda, outros conceitos relacionados à memória.

Em primeiro lugar, percebe-se, nos prenomes masculinos, a manutenção do prenome “Francisco” e a referência ao Império dos Habsburgos. Com efeito, Francisco José é a forma da língua portuguesa equivalente a Franz Josef, como o Imperador Austro-Húngaro, e Rodolfo corresponde a Rudolf, assim como Rudolf, o Príncipe Herdeiro da Áustria, filho de Franz Josef. Além disso, o prenome “Francisco” se repete em outras gerações da família, como no caso de Francisco José Simch Júnior, filho de Francisco Rodolfo e neto de Francisco José. Com efeito:

Os prenomes parecem com os nomes que utilizamos para representar os objetos, considerando-se que pressupõem um acordo entre os membros do grupo familiar.(...) Um prenome, além de ser escolhido em um repertório de denominações estabelecido pela sociedade, em que cada uma delas faz

¹¹⁴ Fonte: Passaporte de Franz Joseph Simch. Acervo de Pedro Simch (filho de Francisco José Simch Júnior e neto de Francisco Rodolfo Simch).

¹¹⁵ Fonte: Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940, anos 1930-1931, ed. D86-87, p.724. Biblioteca Nacional Digital Brasil.

recordar, no pensamento conjunto, certas lembranças (santos do calendário, personagens históricos que usavam este nome), desperta impressões características pelo seu tamanho, os sons que o compõem, a frequência ou a raridade de seu uso. (HALBWACHS, 1925, p. 122).

Dessa forma, considerando a escolha dos prenomes, Francisco Rodolfo, cujo nome de batismo era, aliás, Franz Rudolf¹¹⁶, pode ser interpretado como o filho de Franz Josef, ou seja, filho de alguém considerado socialmente importante e a quem se destina uma determinada posição na família e na sociedade. Segundo Bourdieu (2006):

O nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais, curriculum vitae, cursus honorum, ficha judicial, necrologia ou biografia, que constituem a vida na totalidade finita, pelo veredicto dado sobre um balanço provisório ou definitivo. (BOURDIEU in FERREIRA; AMADO, p. 187, 2006)

Considerando a importância do nome próprio para a biografia, este ponto merece um estudo mais aprofundado sobre o sentimento de pertencimento de Francisco Rodolfo Simch à Boêmia, no antigo Império Austro-húngaro (atual República Tcheca), referida em sua caderneta de anotações¹¹⁷ e em epígrafe em sua obra “Programa de Economia Social”¹¹⁸, bem como a importância da linhagem masculina na genealogia da família. Estas reproduções de um mesmo habitus nas relações profissionais entre pai e filho, envolvendo a Mineração e a formação técnica paterna na Boêmia são exemplos de “condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência” (BOURDIEU, 1980, p. 88).

¹¹⁶ Registro de batismo de Franz Rudolf Simch. Comunidade Evangélica de Vera Cruz, Rio Grande do Sul.

¹¹⁷ Caderneta de anotações de Francisco Rodolfo Simch, 1929. Acervo de Clélia Simch Marc, filha mais velha de Francisco Rodolfo Simch.

¹¹⁸ “Učení kořen hořký, ale plod sladký”: “a aprendizagem tem uma raiz amarga, mas dá um doce fruto”. Tradução livre da autora, a partir da tradução para o alemão realizada por František Ladislav Čelakovský: “Lernen hat eine bittere Wurzel, aber es trägt süsse Frucht”. Este provérbio da Boêmia, atual República Tcheca, é epígrafe da Parte Geral do livro “Programa de Economia Social”, de Francisco Rodolfo Simch, 1931 (2. ed.).

Figura 7 - Mapa desenhado por Francisco Rodolfo Simch



Figura 9 - Assinatura de Francisco Rodolfo Simch em sua caderneta



Figura 8 - Caderneta de Francisco Rodolfo Simch



Figura 12 - Provérbio Tcheco no livro **“Programa de Economia Social”**

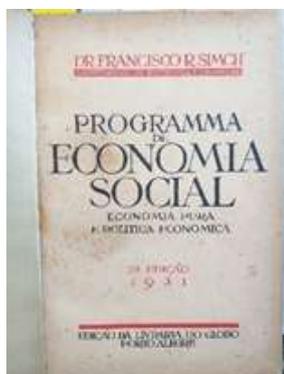


Figura 11 - Projeto de mineração de carvão



Figura 10 – Obra de Francisco Rodolfo Simch, Programa de Economia Social



Na dissertação de Mestrado, o carnê de anotações de Francisco Rodolfo Simch foi considerado um lugar de memória pela presença dos sentidos material, simbólico e funcional, em que “os três aspectos sempre coexistem”, acompanhado de uma aura simbólica (NORA, 1997, p. 34) relacionada a suas origens familiares e profissionais. De fato, para além da materialidade, o objeto simboliza a relação de Simch com a Ciência e com a Geografia do Rio Grande do Sul, nos mapas e observações que neles traçou. Sua funcionalidade está na organização das informações. Da mesma forma, a pesquisa também considerou um Relatório de Francisco Rodolfo Simch sobre o coque em Gravataí e um Projeto de Mineração em Viamão como lugares de memória com representação ancestral da profissão de Engenheiro de Minas de Simch, relacionada ao pai, Agrimensor, e de seu conceito de Economia Social. Desse modo, os lugares de memória destacados na pesquisa simbolizam o conhecimento científico de Francisco Rodolfo Simch e suas ideias para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, preservando a memória da sua trajetória.

Embora Francisco Rodolfo Simch tenha se formado também em Direito, e atuado nesta área como Professor da Faculdade Livre de Direito e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ao observar sua trajetória tem-se a impressão de que sua verdadeira paixão era a mineração, a natureza do Rio Grande do Sul e as possibilidades de desenvolvimento econômico que essa riqueza mineral poderia proporcionar em serviço do povo brasileiro.

Sua formação em Engenharia de Minas em Ouro Preto é fundamental para compreender sua atuação em instituições como a Secretaria de Obras Públicas do Governo de Flores da Cunha e o IHGRGS. A Escola de Minas em que estudou Francisco Rodolfo Simch foi a primeira do país, fundada por Dom Pedro II com o Decreto de 06 de novembro de 1875, inaugurada em 12 de outubro de 1876 e dirigida por Claude-Henri Gorceix (ROYER, 2012, p. 18), indicado pelo diretor da Escola de Minas de Paris, Auguste Daubrée (BIBLIOTECA NACIONAL, 2018, p. 1). Quanto à sua organização:

A filosofia e as práticas pedagógicas implantadas em Ouro Preto podem ser resumidas no que até hoje é chamado de “espírito de Gorceix”, um espírito que se transformou no etos da Escola. Ele pode ser resumido em alguns pontos: ênfase no mérito pessoal, no trabalho duro, na criatividade, na pesquisa de campo e de laboratório e, finalmente, na preocupação com a aplicação prática da pesquisa em benefício do desenvolvimento econômico do país, sobretudo no que se referia à mineração e à siderurgia. (BIBLIOTECA NACIONAL, 2018, p. 1)

Gorceix defendia a importância do ensino também pela experiência prática, afirmando que “é forjando que alguém se torna ferreiro forjador”¹¹⁹ (GORCEIX, 1880, p. 3, tradução da autora). Alertava também para o problema estrutural de uma sociedade dominada por uma elite sem contato com o trabalho prático e destacava a importância da formação dos operários: “É curioso ver com que ordem estabeleceu-se a hierarquia das profissões neste paiz!” (idem).

O pensamento de Gorceix certamente influenciou a formação profissional de Francisco Rodolfo Simch. Em situação de distanciamento, em Minas Gerais, o jovem gaúcho, com sua vivência familiar, germânica e gaúcha, com tradição em Mineralogia, certamente combinou sua herança cultural aos novos ensinamentos, desenvolvendo, então, suas próprias concepções de desenvolvimento e progresso. Para se chegar a esta abertura de pensamento, deve-se, em primeiro lugar, dominar sua própria cultura e tradição (TODOROV, 1999, p. 220), o que Francisco Rodolfo Simch certamente fez, ao retornar ao Rio Grande do Sul com uma nova perspectiva para o desenvolvimento econômico gaúcho, passando pela formação humanística idealizada por Claude-Henri Gorceix.

¹¹⁹ “C’est en forgeant qu’on devient forgeron” (GORCEIX, 1880, p. 3)

Por este prisma, o conhecimento prático, quando bem combinado com a sólida formação teórica científica de base, proporciona o pleno aproveitamento dos recursos naturais do país e o conseqüente desenvolvimento da população. Esta perspectiva da experiência acadêmica em Minas Gerais de Francisco Rodolfo Simch, juntamente com sua herança cultural familiar, parece ter influenciado suas atividades profissionais nas instituições gaúchas, como o IHGRGS.

Considerações finais

Os elementos que compõem a memória dos descendentes de Francisco Rodolfo Simch são considerados “os acontecimentos vividos pessoalmente”, “os acontecimentos vividos pelo grupo” e uma “memória quase herdada” (POLLAK, 1992, p. 201). Assim, na pesquisa, os elementos constitutivos da memória foram os eventos vivenciados pessoalmente pelos descendentes de Simch e também as projeções do passado, em que a memória familiar de Francisco Rodolfo Simch corresponde à definição da memória “afetiva e mágica” (NORA, 1997, p.19), ou seja, quando “a memória instala a lembrança no domínio do sagrado” (idem), e o ator social passa a ser o “pai” ou o “vovô”, na memória da família.

Nesse contexto de memória herdada, os lugares de memória anteriormente descritos são fundamentais para os descendentes mais jovens, que não podem mais formular perguntas sobre o antepassado predecessor aos membros do grupo familiar que com ele conviveram: “Quanto menos a memória é vivenciada de seu interior, mais ela necessita de suportes externos e de pontos de referência tangíveis de uma existência que somente vive através deles” (NORA, 1997, p. 26). Por essa razão, o carnê de anotações e o projeto de mineração ofereceram um suporte para a memória familiar, estendendo-se à construção da identidade da Mineração no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Pierre Nora, como francês, afirma que “Os lugares são nosso momento da história nacional” (NORA, 1997, p. 41). Da mesma forma, no Brasil, também devemos fazer com que nossa memória coletiva “se torne consciente dela própria”, estudando a “rede articulada destas diferentes identidades” que a constituem (Ibidem). Dessa maneira, estudar os lugares de memória relacionados a Francisco Rodolfo Simch significa fortalecer a memória coletiva das instituições gaúchas em que ele atuou, como o IHGRGS, e, portanto, a memória de nosso país.

Além disso, ao pensar especificamente na atuação de Francisco Rodolfo Simch no IHGRGS, salienta-se seu valor como elemento constituinte da memória coletiva, pois:

Podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Portanto a memória biográfica de Francisco Rodolfo Simch contribui para a construção do “sentimento de identidade” (Ibidem) do IHGRGS. Ao trazer novos elementos para caracterizar o período de fundação do IHGRGS, a biografia de Simch fortalece o “sentimento de continuidade e de coerência” (Ibidem) da instituição ao longo de quase cem anos.

Referências

- BARBARAS, Renaud. *A fenomenologia de Jan Patočka*. Phainomenon, n. 11, p. 77 - 99, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Gorceix e a Escola de Minas*. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/franca-no-brasil/matrizes-nacionais/construtores/gorceix-e-a-escola-de-minas/?lang=pt-br>>. Acessado em: 03 maio 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CIBILS, Luis Alberto. *Trajetória do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: fundação até inauguração de sede definitiva*. Porto Alegre: UBE/RS, 2005.
- CIBILS, Luis Alberto. *Trajetória do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UBE/RS, 2006. (v. 2)
- DUARTE, Thomaz Carlos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul: índice dos anos de 1921 a 1950*. Porto Alegre: [s.n.], [195-?].
- GORCEIX, Henrique. *O Ferro e os mestres de forja na província de Minas Geraes. O Baependyano: folha científica, litteraria e noticiosa*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/225762/351>>. Acessado em: 04 fev. 2018.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris : Les Presses Universitaires de France, 1967.
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **Saint François d'Assise**. Malesherbes : Éditions Gallimard, 1999.
- MARC, Alice. *Os 110 anos da criação da Escola de Comércio de Porto Alegre: gestão participativa e formação humanística na Educação Profissional e Tecnológica*. In: *Gestão da Educação Profissional e Tecnológica: elementos para reflexão*. Curitiba: Ed. CRV, 2018.
- MARC, Alice. *Movimento da Existência de Francisco Rodolfo Simch. Lugares de Memória: entre os documentos do acervo familiar e a Escola de Comércio de Porto Alegre*. Dissertação - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- MARC, Alice. *Simch, prepara o projeto para amanhã*. Filme documentário associado à Dissertação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS. Porto Alegre: Repositório Digital EduCAPES, 2019.

MARC, Alice. Contribuições das memórias transnacionais de Francisco Rodolfo Simch para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MIGRAÇÕES, ESPAÇOS EDUCATIVOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SEMINÁRIO DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS, 14., 2019, Taquara. Anais...Taquara: [s.n.], 2019.

MARC, Alice; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. Francisco Rodolfo Simch's movement of rooting and sites of memory. In: Third Annual Memory Studies Association Conference. Madri: Espanha, 2019.

MAUFETTE-VACHON, Michelle. **Portrait anthropologique d'un acteur social** dans une famille industrielle Verviéttoise (Belgique, Province de Liège) au XIX^e siècle. 1996. Dissertação - Universidade Laval, Quebec, Canadá, 1996.

NEUMANN, Rosane Márcia. Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2009.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. Les Lieux de Mémoire, Paris, v. 1, p. 23 - 42, 1997.

PATOČKA, Jan; VAUDREUIL, Marc-André. Le problème du monde naturel et la **phénoménologie de Jan Patočka**. 2006. Dissertação - Universidade do Quebec em Montreal, Canadá, 2006.

PATOČKA, Jan. O subjetivismo da fenomenologia husserliana e a exigência de uma fenomenologia "assubjetiva". Phainomenon, n. 4, p. 127 - 148, 2002.

PATOČKA, Jan. O subjetivismo da fenomenologia husserliana e a possibilidade de uma fenomenologia "assubjetiva". Phainomenon, n. 4, p. 149 - 165, 2002.

PINHEIRO, Augusto César Barros Almeida; et. al. A história do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). ConTexto, Porto Alegre, v. 11, n. 20, p. 85-97, 2011.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 5, v. 10, 1992.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

RODRIGUES, Inês Pereira. Um mundo de possibilidades: o conceito de "movimento ontológico" em Jan Patočka. Tese - Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2013.

ROYER, Guy. Claude-Henri Gorceix: du Brésil à Bujaleuf, une oeuvre génèreuse. Bujaleuf : CAT Eymoutiers, 2012.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. "O passado está prenhe do futuro": a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). 97 f. Dissertação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SIMCH, Francisco Rodolfo. Programma de Economia Social: economia pura e política econômica. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1931.

SPONCHIADO, Breno Antonio. O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

TODOROV, Tzvetan. O homem desenraizado. Rio de Janeiro: Record, 1999.

VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia de uma sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

AS CONTRADIÇÕES DA BARRAGEM DO PASSO REAL NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (1967-70)

Pedro Vicente Stefanello Medeiros¹²⁰

Objetivamos neste texto discutir as contradições do processo de construção da barragem do Passo Real mediante os debates travados na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A partir de 1965, para a construção da Usina Hidrelétrica do Passo Real, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul desapropriou 23.000 hectares de terras na região de Cruz Alta, Ibirubá e Espumoso, desalojando mais de 3000 famílias. Esse fato, de grande impacto social, já que desalojou milhares de pessoas de suas terras e de seus lares, teve importante respaldo na arena política estadual a partir de 1967. Desse modo, através dos anais das sessões plenárias do Legislativo gaúcho pretendemos discutir como as contradições referentes à barragem do Passo Real foram debatidas na Assembleia bem como o lugar que ocuparam no desenvolvimento de políticas públicas para o amparo e reassentamento dos atingidos.

Palavras-chave: Passo Real. Desapropriação. Barragem. Hidrelétrica. Assembleia Legislativa/RS.

A partir de 1965, para a construção da Usina Hidrelétrica do Passo Real, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul desapropriou 23.000 hectares de terras na região do Alto Jacuí, mais especificamente nos municípios de Cruz Alta, Ibirubá e Espumoso, desalojando milhares de famílias. Em 28 de agosto de 1968 foi assinado entre o Estado, através da CEEE (Comissão Estadual de Energia Elétrica) e a União, representada pelo IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), posteriormente transformado em INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o chamado “Acordo de Cooperação”, pelo qual o Governo Federal assumia a responsabilidade do reassentamento dos desalojados (LORENZON, 1986, p. 4).

De acordo com um relatório da CEEE, datado de 8 de setembro de 1969¹²¹, foram desapropriadas 3129 propriedades rurais, sendo destas 1498 na margem direita do Rio Jacuí e 1631 à margem esquerda. Neste sentido, segundo dados do INCRA¹²², aproximadamente 1600 famílias de agricultores foram atingidas. Desse total, 1050 optaram pelo reassentamento em novas terras em um primeiro momento. Assim, o órgão federal teria desapropriado em uma primeira etapa 16.449,36 hectares. Dentre estes, foram 9.774,37 hectares pertencentes à Fazenda Boa Vista localizada no município de Cruz Alta, 3.064,1878 hectares desapropriados da Fazenda

¹²⁰ Doutorando em História – Universidade de Passo Fundo. Bolsista CAPES/FAPERGS. [Contato: medeirospsvs@gmail.com](mailto:medeirospsvs@gmail.com)

¹²¹ CEEE – Relatório acerca das propriedades que tiveram suas terras atingidas pelas águas da bacia de alagamento do Passo Real. 08/09/1969. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos.

¹²² Projeto Integrado de Colonização Sarandi (Gleba I – Invernada do Butiá) – Ministério da Agricultura – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Coordenadoria Regional do Rio Grande do Sul – Publicado em dezembro de 1972.

Colorados, situada no mesmo município e 3.140,1003 hectares da Fazenda Itaíba, encontrada nos municípios de Ibirubá e Santa Bárbara do Sul.

Esse processo de reassentamento foi institucionalmente elaborado como um Projeto Integrado de Colonização (PIC). Esses projetos desapropriavam uma área conforme as normas do Estatuto da Terra e a repartiam de forma parcimoniosa para serem disponibilizada aos agricultores que a compravam mediante o pagamento em 20 anos, desse modo obtendo o título legal das propriedades. Nesse processo, também, havia fomento de crédito para a aquisição de utensílios e maquinário, bem como a realização de estudo técnico acerca das condições de exploração agrícola dos terrenos.

Nesse sentido, o então Projeto Integrado de Colonização – Passo Real reassentou 528 famílias. Posteriormente, visando à realocação das famílias restantes, o INCRA ampliou o Projeto Integrado de Colonização – Sarandi¹²³, desapropriando a Invernada do Butiá, pertencente à Firma SAGRISA – Comercial e a Agrícola Ltda. Também foram desapropriadas a Fazenda Sarandi, propriedade de Ernesto José Annoni e, ainda, a antiga Estação Experimental Engenheiro Luiz Englert, mediante um entendimento entre o Governo do Estado com o Ministério da Agricultura para a passagem ao patrimônio do INCRA de parte da área não lotada do Núcleo Colonial de Reforma Agrária de Sarandi.

Ao olharmos para esse processo de um modo simplista temos a impressão de que o Acordo de Cooperação estabelecido entre a União e o Rio Grande do Sul foi uma medida “protocolar”, “natural” e “benevolente” por parte das autoridades superiores em relação aos atingidos pela barragem. Contudo ao cruzarmos algumas fontes primárias fica possível evidenciar que o caso é um pouco mais complexo.

As desapropriações sofridas por parte dos trabalhadores rurais para a construção da Usina Hidrelétrica do Passo Real se insere juridicamente no quadro de ação de desapropriação por utilidade pública. Segundo a Tese de Valentina Cintra (2005, p. 271), da mesma forma que é necessária a existência efetiva da utilidade pública, a indenização constitui um requisito da legitimidade do ato expropriatório. Constitui um elemento essencial da noção de desapropriação por utilidade pública, uma vez que a mesma só pode ser efetuada mediante o pagamento contemporâneo de justa indenização. Marienhoff (1997, p. 244) assinala que, em matéria expropriatória, deve se entender indenização como o ressarcimento do necessário para que o patrimônio do expropriado se mantenha na mesma situação em que se encontrava antes da expropriação.

Conforme o texto da Constituição de 1946, ratificado na Carta de 1967 a indenização deveria ser previa e justa paga em dinheiro. O Ato Institucional n.9 de 25 de abril de 1969, momento no qual muitas das desapropriações do Passo Real estavam sendo realizadas,

¹²³ Este “PIC” teve origem através do primeiro processo de desapropriação da Fazenda Sarandi em 1962, em ação decorrente das mobilizações e acampamentos realizados naquele ano pelo MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra – na região.

suprimiu a indenização previa nos casos de propriedades rurais. Embora as legislações falem em justa indenização, que seja equivalente ao valor do bem expropriado, a lei é clara ao dizer que a mesma deve ser em dinheiro, em nenhum momento fala em reassentar os desapropriados em outras terras como ato indenizatório.

Nesse sentido, é cabível analisar algumas fontes que demonstram a movimentação dos desalojados na luta pela terra. Conforme os anais das atas da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em sua manifestação do dia 28 de março de 1967, o Deputado da Arena, Fernando Gonçalves chamou a atenção para a delicada situação do Passo Real. Sinalizou que em função da construção da barragem mais de mil famílias das cidades de Cruz Alta e Ibirubá perderiam suas Terras. Fernando Gonçalves disse que levou a matéria para o conhecimento das autoridades federais do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), pois, segundo ele, tais famílias, em sua maioria pequenos proprietários e modestos agricultores, deveriam ser deslocados para outras terras onde pudessem exercer suas atividades (GONÇALVES, 1967 p. 165).

Por conseguinte, Fernando Gonçalves leu o telegrama do então Prefeito de Ibirubá, Olavo Stefanello, que pede aos senhores deputados providência em relação ao problema dos desalojados do Passo Real, afirma que segundo a CEEE mais de 6 mil pessoas perderiam suas terras e que se as diferentes instâncias e autoridades não construíssem uma ação coordenada a matéria não teria solução. O deputado Fernando Gonçalves também assinalou que o Presidente do IBRA, General Fritz, esteve no local, mas até então não havia apresentado nem um relatório conciso. Nesse sentido, conclama os outros deputados e o Presidente da Casa para que se esforçassem no intento de tranquilizar os agricultores atingidos e buscar uma saída para o grave problema. Em seguida, Fernando Gonçalves faz a leitura do telegrama que enviou ao Ministro da Agricultura, Dr. Ivo Arzua:

Autoridades locais e líderes municipais de Ibirubá e Cruz Alta no Rio Grande do Sul manifestam mais uma vez preocupação grave problema terá origem para quase mil famílias agricultores construção barragem Passo Real cujo levantamento acaba ser concluído Companhia Estadual de Energia Elétrica. Reina intranquilidade seio agricultores e autoridades manifestam com razão suas preocupações. Solicito Vossência gentileza informações referente andamento solução problema fim ajudar tranquilizar populações referidos Municipios. Sds. Deputado Fernando Gonçalves. (GONÇALVES, 1967, p. 165).

O deputado salienta que enviara tal telegrama ao Ministro da Agricultura e ao Presidente do IBRA, referindo que no futuro não poderão dizer que as autoridades federais não estão inteiradas acerca dos problemas referentes a tal processo. Pontua também que quando façam uma obra de tal vulto também é necessário levar em consideração o homem, não apenas aqueles que estão longe e serão beneficiados, mas aqueles que, por uma fatalidade, serão prejudicados a um primeiro impacto. Ao terminar, reitera a intenção de deixar

registrado nos anais da Assembleia o grave problema que estava a afligir mais de mil agricultores e as autoridades de Ibirubá e Cruz Alta.

Deste modo, as manifestações do deputado Fernando Gonçalves nos permite evidenciar o papel fundamental dos atingidos da luta pela terra, se movimentando através de seus líderes locais que buscaram as instancias representativas superiores uma resposta para suas angústias e anseios. O então Prefeito de Ibirubá, que estabeleceu um canal de comunicação entre os desapropriados pela barragem e os deputados da Assembleia Estadual, deixou um livro de memórias que revela dados importantes para a compreensão do problema.

Os atingidos pela barragem do Passo Real ficaram conhecidos como “afogados”, pois assim foram denominados em alguns documentos da Comissão Especial dos Agricultores Desalojados do Passo Real, criada em 1983 pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para solucionar os conflitos entre os reassentados e os proprietários da Fazenda Annoni, que contestavam sua desapropriação na justiça há mais de dez anos. Assim, a denominação “afogados” se consolidou quando o deputado Algir Lorenzon publicou o já referenciado Relatório da Comissão com o título “AFOGADOS: Até Quando?”. O termo ganhou mais amplitude pelo destaque que a imprensa deu a matéria naquele ano, muitas vezes se referindo aos agricultores como “afogados”.

No entanto, é possível que tal alcunha tenha aparecido há alguns anos antes. Em seu livro de memórias, Olavo Stefanello afirma que havia sido procurado pelos atingidos para que **intervisse em seus clamores. Assim, Olavo teria os denominado de “afogados”**: “Os afogados do Passo Real, como eu os denominei, só aceitariam sair de suas terras pacificamente se a CEEE e os governos lhe dessem outras terras, assentando-os não distante dali e com a mesma **infraestrutura**” (STEFANELLO, 2008, p. 227). Neste sentido, o então Prefeito de Ibirubá também relata que se entrevistara com os Presidentes Castello Branco, Costa e Silva e Médici, **dizendo que “como a solução ideal e necessária”** (STEFANELLO, 2008, p. 228) **tardou em vir**, muitas audiências e reuniões foram realizadas sem que o problema fosse resolvido.

Portanto constata-se, que os desapropriados pela barragem não queriam uma simples indenização em dinheiro, e sim, serem reassentados em outras terras, próximas a suas regiões de origem, bem como com a mesma infraestrutura, que pudessem reproduzir o modo de vida que desempenhavam até então. Contudo foi possível observar que não existia na legislação uma exigência indenizatória que obrigasse o Estado a reassentar os atingidos, simplesmente deveria pagar em dinheiro o equivalente à perda do desapropriado. Tal ponto evidencia a necessidade dos desalojados de lutarem pela terra, o que acreditavam ser uma justa indenização para os danos que haviam sofrido. Assim, entrecruzando as memórias de Olavo Stefanello e os Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, podemos evidenciar a necessidade dos desalojados de lutarem pela terra, o que acreditavam ser uma justa indenização para os danos que haviam sofrido. Deste modo é fundamental destacar a luta dos atingidos, que se mobilizando através das lideranças políticas locais e estaduais, conseguiram que seus anseios fossem ouvidos pelas autoridades superiores, sendo um ponto crucial para o

desenvolvimento do Acordo de Cooperação que possibilitou que fossem reassentados em outras terras.

Embora os dispositivos jurídicos referentes a indenização de desapropriação por utilidade pública não assegurassem o reassentamento dos desapropriados em outras terras, o Estatuto da Terra prevê a efetuação de obras de renovação, melhoria e valorização de recursos naturais, da mesma forma que incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural. O problema destas medidas é que elas não se aplicam na relação entre os objetivos de construção da represa e justificativa de desapropriação das terras.

Neste sentido é importante problematizar as razões de sua construção naquela área, e, portanto, se a incipiente eletrificação rural na região naqueles anos, por exemplo, guarda relação direta com edificação daquela hidrelétrica. Em nossas primeiras investigações podemos evidenciar que a eletrificação rural no Alto Jacuí havia começado em 1968, quando algumas lideranças regionais fundaram uma cooperativa.

A “Coprel”, fundada em janeiro de 1968 em Ibirubá, começou a distribuir energia no campo através da compra junto à CEEE. Segundo um texto institucional da entidade¹²⁴, e as memórias de um de seus fundadores e principais líderes¹²⁵, as necessidades das famílias de agricultores da região não eram atendidas pelas grandes concessionárias e tampouco eram vistas como prioridade para o poder público.

No dia 11 de agosto de 1967, o já citado Deputado Fernando Gonçalves, fez uma manifestação no plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul defendendo políticas públicas que fomentassem a eletrificação rural e criticando a postura da CEEE referente à questão:

É preciso, portanto, que se vença a resistência de alguns e se leve energia elétrica às propriedades rurais e não apenas às cidades, vilas ou povoados. Precisamos, pois, romper, com a ajuda da energia elétrica, a barreira do subdesenvolvimento, eliminando a miséria dos campos e estabelecendo padrão dignos de vida para o homem rural. O problema da eletrificação rural não pode ser visto apenas sob o ângulo da possibilidade de consumo per capita e do lucro, mas sobretudo com a visão mais ampla dos benefícios econômicos e sociais. (GONÇALVES, 1967, p. 174).

Na sequência Fernando Gonçalves complementa dizendo que o homem do campo não pode permanecer em plano secundário nos projetos das companhias de energia elétrica, e a eletrificação rural não pode continuar negligenciada, porque a consideram não lucrativa. Por conseguinte, em outra fala do mesmo dia, o Deputado crítica a CEEE que: “que preocupada, com justa razão, com as grandes obras de geração de energia não tem dispensado, quem sabe

¹²⁴ <https://www.coprel.com.br/paginas/ver/apresentacao-2>

¹²⁵ STEFANELLO, Olavo. Esmeraldas cá na terra, estrelas lá no céu. São Paulo: Editora Gente, 2008.

pela carência de força elétrica, a necessária atenção ao problema da eletrificação rural” (GONÇALVES, 1967, p. 175).

Essas manifestações de Fernando Gonçalves no Legislativo Gaúcho nos possibilitam a seguinte discussão, se, por um lado a CEEE e as autoridades superiores estavam preocupados com as grandes obras de geração de energia, que eram importantes para o desenvolvimento do país, por outro, negligenciavam a eletrificação rural, e por sua vez o homem do campo, que era o principal prejudicado com as grandes obras e não tinha garantias de que poderia continuar no meio rural bem como que o desenvolvimento ali chegaria com os benefícios da luz elétrica. **Esta contradição é um dos cerne do problema dos “afogados do Passo Real”, pois estavam perdendo suas terras para a construção de uma Usina que não beneficiaria as comunidades locais diretamente, já que a CEEE era negligente ao que tangia o desenvolvimento das Cooperativas de Eletrificação Rural.**

Nesse sentido, é necessário situar o lugar que a construção da Usina do Passo Real no contexto de desenvolvimento do sistema elétrico brasileiro. Segundo Renato Martins (2009, p. 27), é possível compreender historicamente o desenvolvimento do sistema elétrico brasileiro em quatro períodos. O primeiro, de 1930 a 1945, foi caracterizado pela hegemonia de oligopólios estrangeiros. Em seguida, entre 1945 e 1962 temos um contexto de transição, da iniciativa privada para os incipientes empreendimentos estatais. O terceiro momento, de 1962 a 1989, observamos a consolidação da hegemonia estatal no setor. O quarto momento seria de 1989 até o presente, com os processos de privatizações e a realização dos grandes consórcios e parcerias público-privadas.

Durante os anos 30 e 40 a produção e distribuição de energia no Brasil se concentrava na mão de duas corporações estrangeiras, a Light (Brazilian Traction, Light and Power Company), de origem canadense, e a americana Amforp (American Foreign Power). O grupo Light atuava nas regiões mais urbanizadas do país, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, edificando dois complexos elétricos separados baseados em dois sistemas de geração, o de Cubatão-SP e o de Ribeirão das Lages-RJ. A expansão da capacidade instalada durante algumas décadas foi baseada na ampliação das unidades geradoras já existentes, mantendo-se próximas aos centros consumidores, o que dispensava a necessidade de buscar novos potenciais hidrelétricos mais distantes. Contudo, em fins da década de 1940, os potenciais explorados já se encontravam praticamente esgotados (MARTINS, 2009, p20).

Por sua vez, a Amforp iniciou suas atividades no Brasil na década de 1920, ao comprar pequenas concessionárias no interior de São Paulo que abasteciam o complexo cafeeiro do oeste paulista. A partir de 1940 a Amforp expandiu seus investimentos para outros estados, como Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em 1950 a empresa americana detinha 20,1% do mercado nacional de geração de energia elétrica. Tanto a Light quanto a Amforp tiveram seu auge de participação no mercado durante os anos 1940, depois disso foram lentamente diminuindo até os anos 1960.

É importante salientar que em função da crescente urbanização e industrialização que o Brasil passou durante aqueles anos, a produção de energia começou a ficar aquém da demanda, já se observando, em meados da década de 1940, um cenário de escassez.

Neste sentido, paulatinamente iniciativas estatais começaram a interferir, bem como a assumir lugares fundamentais no desenvolvimento do sistema elétrico brasileiro. Já em 1934, durante os primeiros anos do governo Vargas foi instituído o decreto do Código de Águas, instrumento jurídico que definiu a regulação do setor elétrico nacional por mais de três décadas. O Código tornava o potencial hidrelétrico brasileiro um patrimônio da União e definia medidas de controle sobre as concessionárias de energia mediante a fiscalização técnica e financeira (MARTINS, 2009, p. 32).

Essas políticas acabaram confrontando os interesses das corporações estrangeiras e abrindo espaço para novas iniciativas de ordem estatal no setor. Em 1939, já no Estado Novo, o governo Vargas criou o CNAEE (Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica), que diretamente subordinado ao gabinete de Getúlio, tinha por objetivo regulamentar o Código de Águas e interligar os sistemas isolados, bem como manter o governo informado sobre as questões do ramo.

Embora o Governo Federal tenha realizado esforços neste âmbito, as primeiras experiências estatais de geração de energia elétrica partiram dos governos estaduais. O pioneiro foi o Rio Grande do Sul, que para suprir as carências energéticas dos polos industriais de São Leopoldo e Caxias do Sul, criou em 1943 a CEEE (Comissão Estadual de Energia Elétrica). Neste compasso, em 1945 foi fundada no Rio de Janeiro a EFE (Empresa Fluminense de Energia) (MARTINS, 2009, p. 41).

Neste prisma, a partir de 1945 evidenciou-se um contexto de transição no desenvolvimento do sistema elétrico nacional. Se no começo dos anos 1950 o capital privado estrangeiro era predominante face os investimentos estatais, em 1960 a situação praticamente se inverteria. Conforme Martins havia duas correntes participando ativamente da disputa política no campo do setor elétrico:

A primeira, claramente nacionalista, era marcada por um pensamento amplamente favorável a intervenção do Estado na economia, notadamente nos setores de infraestrutura, como no caso da produção, distribuição e comercialização de energia; este grupo creditava ao Estado à responsabilidade por ser o agente central na impulsão do desenvolvimento industrial. Além disso, os discursos que engrossavam as fileiras nacionalistas culpavam as empresas estrangeiras e a situação de monopólio pelo recuo dos investimentos na expansão da oferta de energia no país. A outra corrente política-econômica, orientada pelos princípios do liberalismo econômico e do livre mercado, defendia uma postura simpática à primazia, quando não exclusividade, da participação do capital privado em todos os

setores da economia. Em consequência, defendia a manutenção do controle do setor elétrico por parte dos grupos estrangeiros (MARTINS, 2009, p. 39).

Apesar do confronto na arena política, e dos esforços das empresas estrangeiras para manter seus privilégios, a crescente demanda e conseqüente escassez foram estimulando iniciativas estatais que se expandiram pelo Brasil ao longo dos anos 1950. No rumo da pioneira CEEE, surgiram 16 empresas estaduais até 1962: CEEE (RS-1943); EFE (RJ-1945); CEMIG (MG-1952); USELPA (SP-1953); CHERP (SP-1955); CELUSA (SP-1960); BELSA (SP-1962); COPEL (PR-1953); CELESC (SC-1955); CELG (GO-1955); CEMAT (MT-1958) COELBA (BA-1960); CEMAR (MA-1959); CEAL (AL-1960); COSERN (RN-1961); ENERGIPE (SE-1961); CEPISA (PI-1962).

Conforme Lima (1984, p. 106), a atuação dos governos estaduais na expansão do sistema elétrico brasileiro cumpriu um papel estratégico, pois à medida que as iniciativas do governo federal eram obstruídas no Congresso, foram os Estados os responsáveis por dar continuidade ao fomento da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Nesse contexto, em 1954 foi encaminhado o projeto de lei para a criação do Plano Nacional de Eletrificação (PNE), que almejava superar o déficit energético estimando em dez anos poder interligar os sistemas elétricos e uniformizar as frequências de transmissão e distribuição. Em 1960 o a criação do Ministério de Minas e Energia incorporaria o projeto do PNE, bem como o CNAEE E O DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

Ao longo de todo governo JK, o Estado trilhou o caminho da estatização da geração de energia elétrica, se tornando, em poucos anos, responsável pela maior parte da produção. Neste sentido, as empresas públicas, tanto federais quanto estaduais, tornaram-se os principais agentes da expansão da capacidade geradora. Deste modo, o lançamento do projeto de lei de criação da Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A) se configurou como um marco no avanço das ações estatizantes no setor elétrico.

Assim, a partir do golpe civil militar de 1964 e das conseqüentes políticas implementadas pelo regime, apreciamos a consolidação do controle estatal no sistema elétrico brasileiro. Logo em seguida o governo criou o DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) órgão destinado à normatização que centralizaria a ação do Governo Federal no setor elétrico. Neste âmbito o modelo de planejamento em escala regional foi se transformando em um processo setorial cada vez mais integrado:

A criação de duas novas subsidiárias de âmbito regional, a Eletrosul e a Eletronorte, criadas respectivamente nos anos de 1968 e 73, aos moldes das já existentes Furnas e Chesf, completou o mosaico das subsidiárias de escala regional. O período de sucessivos governos militares tornou a distribuição da atuação das estatais bem 'encaixadas': cada empresa detinha uma exclusividade sob uma certa porção do território. Não havia "espaço vazio", todos os cantos do território estavam ocupados por alguma subsidiária federal. As empresas federais de atuação local foram integradas aos

respectivos quadros das empresas regionais, tais como a Termochar e a Sotelca. Destaca-se também o projeto em conjunto com o Paraguai, facilitado pelas relações fraternas entre governos militares conservadores e autoritários em ambas as nações, que teve por objetivo a construção de uma grande hidrelétrica na fronteira e a constituição da subsidiária Itaipu Binacional, em 1974 (MARTINS, 2009, p. 56).

Nesse sentido, o sistema elétrico nacional no período se caracterizou fundamentalmente pelo protagonismo assumido pelo governo federal através da Eletrobrás e de suas subsidiárias regionais, da mesma forma que pelo aumento da tendência de construção de hidrelétricas cada vez mais distantes dos maiores centros urbanos, e conseqüentemente, a ampliação das redes de transmissão conectando localidades separadas por centenas de quilômetros. Se em 1963 o setor hidrelétrico representava 78,04% da produção nacional, em 1978 chegou a 87,76%, alcançando 89,96% em fins dos anos 1980 (MARTINS, 2009, p. 59).

Deste modo a construção da barragem do Passo Real se insere no auge das tensões da Guerra Fria, as duas grandes potências que polarizavam a geopolítica mundial, Estados Unidos e União Soviética, jogavam um xadrez disputando zonas de influência ao longo do globo. Após a Revolução Cubana, e do alinhamento da ilha caribenha aos soviéticos, os americanos prestariam cuidado fundamental nos demais países latino-americanos afastando qualquer possível aproximação com o bloco socialista. Nesta esfera, os Estados Unidos apoiaram o Golpe Civil-Militar no Brasil em 1964 e mediante bancos de desenvolvimento, como o USAID, financiaria o Regime ditatorial instaurado no país.

No dia 26 de setembro de 1968, o Deputado estadual do MDB, Lauro Hagemann denunciava um edital publicado pela CEEE no periódico Correio do Povo. Segundo Hagemann o edital convidava empresas estaduais e nacionais para o fornecimento de materiais para a construção da Central Hidrelétrica do Passo Real. Contudo, o parlamentar assinalava que em certo momento o edital dizia que a compra de equipamentos seria paga através de um financiamento junto ao USAID. Deste modo, Hagemann (1968, p. 320) argumentava que tal publicação era totalmente dispensável, já que todos os materiais seriam de procedência norte-americana e que tal edital só serviria para engodar a opinião pública rio-grandense. No ano seguinte, o deputado Lauro Hagemann seria cassado pela ditadura, e, conforme segue, sua denuncia se confirmaria.

Em 27 de maio de 1969 o Presidente Costa e Silva publicou um Decreto de Lei¹²⁶ que autorizava o Estado do Rio Grande do Sul juntamente com a Companhia Estadual de Energia Elétrica realizar a operação de empréstimo externo com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID, destinada ao financiamento de parte da construção da Usina Hidrelétrica de Passo Real. O valor da operação foi de US\$ 27.400.000,00 (vinte sete

¹²⁶ BRASIL, DECRETO-LEI nº597, de 27 de maio de 1969. Autoriza o Govêrno do Estado do Rio Grande do Sul a contratar empréstimo externo com a USAID. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28.5.1969.

milhões e quatrocentos mil dólares), à taxa de juros de 6% ao ano a ser pago no prazo de 25 anos com 4 anos e 6 meses de carência, em prestações semestrais.

Esta autorização decretada por Costa e Silva evidencia que a empresa do Passo Real fora desenvolvida com capital estrangeiro, e neste caso, principalmente norte-americano, já que a USAID fora um dos principais órgãos internacionais que financiaram as políticas do Regime. Segundo Martins (2009, p. 60) o caráter centralizador e autoritário assumido pelo Estado, contribuiu para que a expansão do sistema elétrico assumisse uma forma particular, caracterizada pela construção de grandes barragens que pouco considerava questões sociais ligadas às comunidades rurais e aos impactos ambientais associados. Portanto, na maioria dos casos, a construção das usinas e as consequentes inundações acabavam atingindo um significativo número de pessoas que tinham de deixar suas terras sem muita escolha, recebendo pequenas indenizações em dinheiro ou ficando à mercê da incerteza de serem reassentados.

É neste ponto que a questão hidrelétrica e o problema da terra se tencionam. Embora o Estado, seja ele na figura do governo estadual ou federal, tivesse a prerrogativa legal da desapropriação por utilidade pública para desalojar milhares de famílias mediante apenas o pagamento de indenização em dinheiro, violava estes trabalhadores rurais na medida em que não lhes assegurava permanência na terra mediante o reassentamento.

Contudo, é interessante ressaltar que a área alagada pela barragem era composta por terras altamente férteis que propiciavam uma agricultura familiar dinâmica e produtiva balizada na distribuição entre pequenas e médias propriedades. É possível entender essa agricultura familiar de pequenas propriedades mediante um modelo de produção rural, cujo objetivo não é apenas a subsistência, estando inserido no sistema capitalista, uma vez que não se preocupa somente em suprir as necessidades básicas do núcleo familiar e sim, assegurar a reprodução de sua família e da unidade de produção ao longo do tempo (DICKEL, 2016, p. 22).

Esse aspecto nos permite discutir os Afogados do Passo Real enquanto camponeses. De acordo com Woortmann (1995, p. 116) poderíamos falar em uma condição camponesa e uma ideologia que privilegia a terra como requisito de reprodução social, isto é, de uma reprodução “camponesa”. Para Márcia Motta e Paulo Zarth (2009, p. 11), no Brasil a condição camponesa seria bastante diversa, incluindo proprietários, posseiros e pequenos arrendatários, e desde extrativistas e agroextrativistas até quilombolas e os novos poli produtores resultantes dos assentamentos de Reforma Agrária.

Para reconhecer a forma camponesa não basta considerar a especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados. É necessário a compreensão mais ampla do mundo cultural, político, econômico e social em que o camponês produz e se reproduz: “Da coexistência com outros agentes sociais, o camponês se constitui como categoria política, reconhecendo-se pela

possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns, ou mediante a luta, tornados comuns e projetivos” (MOTTA & ZARTH, 2009, p. 10-11).

Assim, é possível reconhecer os esforços desempenhados pelos desalojados do Passo Real como uma forma de luta camponesa. Embora nos anos 1960 não tenham adotado estratégias de luta como protestos, marchas e acampamentos, se mobilizaram mediante as autoridades locais e estaduais na busca de respostas para suas angústias. Reconheceram-se como um grupo que fora lesado pelo Estado e se organizaram em torno de objetivos comuns, como o de indenização através do reassentamento em terras não distantes das que seriam alagadas como justa reparação para o dano sofrido. Tais reflexões nos permitem evidenciar que o Acordo de Cooperação, assinado entre as autoridades superiores, que possibilitaria o reassentamento das famílias desalojadas, não foi uma ação benevolente dos governos ou uma ação do Estado prevista em lei, e sim, uma importante conquista dos trabalhadores rurais atingidos pela barragem que não se calaram, e pelo meio dos recursos que dispunham, desenvolveram sua luta pela terra.

Referências

BRASIL, DECRETO-LEI nº597, de 27 de maio de 1969. Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a contratar empréstimo externo com a USAID. Diário Oficial da União, Brasília, 28 maio 1969.

CEEE. Relatório acerca das propriedades que tiveram suas terras atingidas pelas águas da bacia de alagamento do Passo Real. [S.l.]: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortaleza dos Valos, 1969.

CINTRA, Valentina Jungmann. Da ação de desapropriação por utilidade pública. 2005. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

DICKEL, Simone Lopes. A função social da propriedade da terra no processo de desapropriação da Fazenda Annoni (1972-1993). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

GONÇALVES, Fernando. Manifestação do dia 28 de março de 1967. Anais das Sessões Plenárias da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Acervo Online do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisaAcervo/AcervoGeral/tabid/6418/Default.aspx>>.

GONÇALVES, Fernando. Manifestação do dia 11 de agosto de 1967. Anais das Sessões Plenárias da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Acervo Online do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisaAcervo/AcervoGeral/tabid/6418/Default.aspx>>.

HAGEMANN, Lauro. Manifestação do dia 26 de setembro de 1968. Anais das Sessões Plenárias da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Acervo Online do Memorial do Legislativo do

Rio Grande do Sul. Disponível em:
<<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisaAcervo/AcervoGeral/tabid/6418/Default.aspx>>.

LIMA, José Luiz. Estado e Energia no Brasil. O setor elétrico no Brasil: das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962). São Paulo: IPE/ USP, 1984.

LORENZON, Algir (Org.). Afogados: Até Quando? Relatório da Comissão Especial dos Agricultores Desalojados do Passo Real. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, 1986.

MARIENHOFF, Miguel S. Tratado de Derecho Administrativo. Buenos Aires: Abeledo- Perrot, 1997.

MARTINS, Renato Domingues Fialho. O Setor Elétrico Pós-Privatização: novas configurações institucionais e espaciais. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). Formas de resistência camponesa: visibilidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo/Brasília: Editora Unesp/Ministério do Desenvolvimento Agrário/ NEAD, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA COORDENADORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto Integrado de Colonização Sarandi (Gleba I – Invernada do Butiá). Publicado em: dez. 1972.

STEFANELLO, Olavo. Esmeraldas cá na terra, estrelas lá no céu. São Paulo: Editora Gente, 2008.

WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiante do nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec; Edunb,1995.

AS GRANDES PROPRIEDADES PECUARISTAS NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA NO FINAL DO SÉCULO XIX

Andréa Pagno Pegoraro¹²⁷

Este trabalho tem como objetivo analisar o modo como eram realizadas as transmissões de propriedades no século XIX através de inventários post-mortem deixados por grandes fazendeiros que viviam nas terras ocupadas pelos atuais municípios de Vacaria-RS, Lages-SC e São José dos Ausentes-RS. O estudo busca compreender de que modo as famílias dos fazendeiros se organizavam para garantir a manutenção de seu patrimônio e as falhas que poderiam ser geradas pela má administração de seus bens ou a ocasional perda de fortunas no momento da partilha. As famílias selecionadas eram proprietárias de extensas áreas de terras e acumulavam grandes capitais, destacando-se entre as demais no período. Sendo estas a de José Joaquim Ferreira, proprietário da fazenda do Socorro (1872), Laureano José Ramos (1862) e Antônio Manoel Velho (1848).

Palavras-chave: Família. Patrimônio. Século XIX. Fazendas.

Introdução

Este artigo busca problematizar a questão da partilha de heranças aliado a transmissão de grandes propriedades no século XIX. O tema tem como objetivo entender de que modo ocorriam as transmissões de patrimônio das famílias abastadas de grandes estancieiros moradores nos atuais municípios de Vacaria-RS, Lages-SC e São José dos Ausentes-RS. As fontes documentais utilizadas neste estudo foram os inventários post-mortem de três fazendeiros que durante o século XIX destacaram-se por possuírem vastos territórios, que lhes conferia também visibilidade e prestígio social. José Joaquim Ferreira (1872), proprietário de uma das fazendas mais importantes para a povoação dos Campos de Cima da Serra, doada em sesmaria a José de Campos Bandemburgo por volta de 1770. Laureano José Ramos, dono da fazenda Guarda Mor, localizada no atual município de Lages/ Santa Catarina, e Antônio Manoel Velho, proprietário da fazenda dos Ausentes, localizada em São José dos Ausentes.

A fazenda do Socorro foi tombada como patrimônio histórico e cultural do Rio Grande do Sul pelos artigos 221, 222, e 223 da Constituição do Estado, através do Projeto Lei 257 de 2010, e atualmente é propriedade particular de uma família que a administra e mantém a produção agropecuária. Mas, durante o século XIX a fazenda pertencia a família de José Joaquim Ferreira, sendo uma das maiores propriedades pecuaristas da região. A fazenda foi

¹²⁷ Doutoranda Universidade de Passo Fundo.

passo de tropeiro e abrigava invernadas, sendo local de pouso dos tropeiros que seguiam pelo Caminho de Viamão e da Vacaria dos Pinhais em direção às feiras de Sorocaba/SP.

A fazenda Guarda Mor após passar por vários proprietários foi adquirida por Laureano José Ramos, este a administrou até o momento de seu falecimento em 1861. Os seus descendentes além de fazendeiros foram também grandes líderes políticos, atuando na administração do estado de Santa Catarina durante os séculos XIX e XX. Além da fazenda citada, pertencia à família Ramos as fazendas São Luiz e Cadete, localizadas na chamada Coxilha Rica. A fazenda Bananeiras, deixada por Laureano Ramos ao seu filho José Oliveira Ramos, da qual tiveram origem as fazendas Herança, Santa Rosa, Carasinho, Bugio e Cascata. Paiquerê foi propriedade do coronel Vidal Ramos Senior, que também foi dono de outras fazendas. São Luiz passou para o filho José de Oliveira Ramos, que a deixou ao filho João. Cadete, ficou para o filho José Luiz que a vendeu a Carlos Vidal Ramos COSTA (1982).

A fazenda dos Ausentes, conforme informações contidas no inventário de Antônio Manoel Velho, abrangia cerca de três sesmarias, atingindo um valor de 12 contos de réis. Também pertenciam a família Velho uma sesmaria contígua à fazenda dos Ausentes, avaliada em 4 contos de réis, a fazenda do Silveira, com abrangência de duas sesmarias, com valor estimado em 8 contos de réis. A fazenda Santa Ana, valendo 3 contos de réis e, mais cem braças de terras no distrito de Laguna.

As famílias e suas propriedades

As famílias do século XIX apresentam suas particularidades e não é possível entendê-las aos olhos do presente, sem considerar que as mesmas não eram pensadas através de laços de sangue ou ligações afetivas e sim de pertencimento. Consideravam-se familiares todos aqueles que residiam na mesma fazenda ou estavam sujeitos a mesma autoridade de um patriarca. Conforme nos explica Comissoli:

A ideia de família varia segundo o tempo e as culturas, sendo reinterpretada dentro das sociedades conforme seus códigos próprios. Portanto, a família enquanto objeto social surge como fato social definido tanto pelo sangue quanto por regras sociais variáveis, sendo tão biológico quanto sociocultural. (2011, p. 268).

Assim, como o conceito de família abrangia um significado mais complexo, uma casa, também não era unicamente uma residência, sua representação remetia aos antepassados, e as suas riquezas não eram determinadas unicamente pelo cultivo agrícola ou criação de animais, mas também pela inserção de seus moradores na comunidade, expressada simbolicamente no intercâmbio de relações sociais (CAMPS, 1992). As famílias latifundiárias no Brasil eram em sua maioria famílias-tronco, compostas por um casal, os filhos e seus cônjuges que passavam a residir na mesma propriedade, ainda que não necessariamente na mesma casa.

Devemos considerar o fato debatido por vários pesquisadores, entre eles, Fábio Kühn (2006), de que as famílias costumavam se organizar a partir de objetivos em comum e uma das maiores preocupações das famílias proprietárias era de cuidar da administração de seu patrimônio. A ajuda mútua e o estabelecimento de relações clientelísticas entre os grupos sociais que compunham a elite favoreciam a manutenção não apenas dos bens e patrimônios pertencentes aos grandes fazendeiros, mas ajudavam a fortalecer os vínculos sociais e o prestígio que essas famílias possuíam.

A manutenção do patrimônio familiar era, portanto, requisito fundamental para garantir os privilégios e vínculos sociais. Desse modo, muitos fazendeiros, preocupados com a administração de seus bens decidiram deixar previamente estabelecidos quem seriam seus sucessores e responsáveis pelas propriedades familiares. Entre os fazendeiros que compreendiam a importância de zelar pelo seu patrimônio, estava José Joaquim Ferreira, que escreveu seu testamento a favor de um sobrinho, Domingos Gomes da Cunha, que vivia na fazenda sendo parente agregado de sua mulher. Legava-lhe toda sua fortuna, desde que o mesmo permanecesse na fazenda auxiliando em suas atividades e nos cuidados necessários à sua tia doente. Ferreira não tinha filhos e sua esposa Gertrudes de Assumpção do Senhor sofria de um transtorno de alienação mental, de modo que, o fazendeiro considerava Domingos como seu próprio filho.

Mas os desentendimentos entre ambos eram frequentes e em certa ocasião Ferreira decidiu-se a deserdar Domingos. O fazendeiro saiu cedo de casa na manhã seguinte, no entanto, Domingos já havia combinado com um escravo da fazenda para assassinar o tio. O escravo, de nome Anacleto, não conseguiu impedir que o fazendeiro realizasse a troca de testamento, pois Ferreira antecipou-se e saiu de casa muito antes do previsto, porém, na volta da Vila de Vacaria, Ferreira é vítima de uma tocaia e o escravo então rouba o testamento que este carregava, após assassiná-lo.

O inventário de Ferreira, que se estende de 1872 a 1880 provoca a fragmentação da fortuna familiar e dilapidação do patrimônio. Este caso envolveu um longo processo de investigação dos suspeitos, embora o mandante do assassinato fosse de conhecimento geral dos moradores do povoado da Vila de Vacaria. Grande parte da fortuna familiar perdeu-se em virtude do processo aberto para apurar os culpados pela morte de Ferreira e impedir que Domingos se apropriasse de uma herança que não lhe pertencia. Após a morte do fazendeiro, o sobrinho promoveu a abertura do processo de inventário, valendo-se do antigo testamento do fazendeiro, em que o mesmo era instituído herdeiros universal.

No período decorrente entre o processo de investigação da morte de José Joaquim Ferreira até sua finalização, diversos animais foram vendidos indevidamente por Domingos, e os familiares precisaram investir recursos para que os culpados fossem responsabilizados e ao mesmo tempo impedidos de usufruir da herança ilegalmente. Ao final o escravo Anacleto confessou o assassinato. Domingos após ser preso em Porto Alegre acaba cometendo suicídio e

Luiz Jacintho Ferreira, sobrinho do fazendeiro, acaba tornando-se o novo proprietário do Socorro.

Conforme Motta (1998) a morte de um fazendeiro resultava muitas vezes em desentendimento entre herdeiros, o que poderia ocasionar inclusive ódio e rancores entre familiares. A decisão sobre a parte mais produtiva da propriedade ou uma fonte d'água fazia com que as partes envolvidas buscassem defender aquilo que julgavam lhes pertencer. Motta (1998) destaca que o falecimento de um importante membro do grupo gerava instabilidade que poderia provocar oscilações na fortuna. Bourdieu (2005), salienta que a família é um dos elementos fundamentais que fornece as bases do desenvolvimento social. É através da família que a sociedade se estrutura, tendo lugar as transmissões de patrimônio. As heranças deixadas pela família compreendem todo o universo simbólico em que os pais transmitem aos filhos seus sobrenomes, suas heranças sociais, círculos de convívio, modos de vida, padrões de comportamento. Mas as famílias não transmitem apenas heranças simbólicas, elas transmitem também seus bens materiais e junto com eles todas as implicações de recebê-los, assim:

A família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o "sujeito" principal das estratégias de reprodução. (BOURDIEU, 2005, p. 131).

Com mencionado por Bourdieu, a família constitui elemento importante da inserção no campo social, colaborando na criação de vínculos de pertencimento a um determinado grupo, favorecendo as trocas e interações sociais. Sendo assim, para os fazendeiros do século XIX, a manutenção de seus privilégios dependia da correta administração de seus patrimônios. Os herdeiros que ficavam encarregados de administrar os negócios da família precisavam, portanto, ser capacitados a manter a estrutura econômica a salvo dos maus investimentos que poderiam resultar em perdas para todos os seus membros.

Assim, a abertura de um inventário post-mortem poderia representar não somente a partilha dos bens, mas também uma luta pelo quinhão de terra, pelo espaço territorial mais fértil, capaz de produzir mais lucros ao seu dono. Mesmo assim, as grandes famílias buscavam se manter unidas, pois a disputa pelas terras abria a possibilidade de contestações de limites por parte de outras pessoas, além de pequenos posseiros. A ameaça de um invasor acabava provocando a união de parentes na defesa da terra ameaçada (MOTTA, 1998, p. 67).

Posse ou propriedade?

Conforme mencionado, a manutenção do prestígio social, assim como a preservação do patrimônio familiar dependia dos cuidados da qualidade das interações sociais. Os fazendeiros contavam com a ajuda das redes familiares e cliente lares para preservar suas posses, sendo que muitos optavam por escrever testamento indicando o futuro administrador da propriedade familiar. Ser senhor e possuidor de terras significava não apenas usufruir de uma condição de vida favorável, mas abrangia uma série de privilégios que eram expressos pelo prestígio advindo da posição social que a terra conferia aos grandes fazendeiros, de modo que:

Para os fazendeiros ser senhores e possuidores de terras implicava a capacidade de exercer domínio sobre as suas terras e sobre os homens que ali cultivavam (escravos, moradores, arrendatários). Implicava ser reconhecido pelos seus vizinhos como um confrontante. E relacionava-se também a possibilidade de expandir suas terras para além das fronteiras originais, ocupando terras devolutas ou apossando-se de áreas antes ocupadas por outrem. O que importava pois, para os fazendeiros não era a medição e demarcação tal como a desejavam os legisladores. Medir e demarcar, seguindo as exigências da legislação sobre as sesmarias, significava, para os sesmeiros, submeter-se à importação de um limite à sua expansão territorial, subjugar-se – nestes casos – aos interesses gerais de uma Coroa tão distante (MOTTA, 1998, p. 38).

Como descrito por Motta, aos fazendeiros interessava ampliar cada vez mais os seus domínios, o que implicava no aumento do seu poder e visibilidade social. Nesse sentido, por vezes os conflitos envolvendo disputas de terras eram desencadeados por parcelas insignificantes, demonstrando que, neste caso, o que estava em jogo era não apenas um pequeno pedaço de terra, mas o domínio que se despendia da capacidade de subordinar o outro a sua vontade. O exercício do poder, portanto, era expresso tanto sobre a propriedade quanto sobre as **pessoas que a elas estavam subordinadas, de modo que, “a luta pela terra** expressava, não somente a possibilidade de obter domínio sobre a mesma, mas também sobre os homens que ali habitavam ou desejavam habitar” (MOTTA, 1998, p. 39). Essa questão coloca em tema um debate bastante abrangente, desencadeado após a promulgação da lei de terras, o conceito de posse e propriedade. Conforme demonstra a pesquisadora Ironita P. Machado, até a Lei de Terras de 1850, não existia uma diferenciação entre os conceitos de posse e propriedade. Sendo somente a partir do surgimento dessa lei que se iniciou no Brasil a utilização do termo posse, pois:

Estabeleceu-se que a compra seria o único meio de aquisição de terras devolutas, além de se determinarem parâmetros para o reconhecimento da legitimidade das posses havidas até sua edição, ou seja, para ser reconhecida

a posse deveria ser fruto de ocupação mansa e pacífica, sobretudo, ser efetivamente havida e habitada (MACHADO, 2012, p. 119).

Assim, a autora considera que a posse compreende o elemento material e a propriedade, o subjetivo. Ou seja, a posse e a propriedade geralmente estão ligadas a uma mesma pessoa, de modo que "a propriedade seria o direito sobre a coisa, ao passo que posse seria o poder de fato" (MACHADO, 2012, p. 120). Nesse caso, a posse é uma condição essencial para que o sujeito adquira a propriedade, ou seja, é o fundamento de um direito, o que não significa que o aspecto subjetivo, ou seja, a vontade de possuir seja o elemento que fundamenta esse direito e, sim, o seu uso econômico.

Atualmente, a pessoa que detém a propriedade de terras pode utilizá-la ou deixar que outras pessoas façam uso dela, em troca de algum benefício. Podemos citar como exemplo os grandes donos de terras que ocupam uma parte das mesmas e as demais áreas colocam em arrendamento para que outros a cultivem, tornando-as produtivas. Os grandes fazendeiros do século XIX nem sempre conseguiam dar conta de todos os cuidados necessários das suas extensas áreas territoriais, portanto, muitas vezes deixavam que seus filhos fizessem uso das mesmas em seu benefício com a compensação de que as terras estavam sendo produtivas, ou as deixava em poder de um arrendatário. Machado (2012) aborda que:

O debate jurídico sobre a definição e diferenciação de posse no final do século XIX tem sua gênese com o fim do sistema de sesmarias, porque na prática representou o reconhecimento da importância do cultivo da terra para a legitimação de uma ocupação e a importância social da figura do posseiro. Em linhas gerais, posseiro é aquele que se encontra na posse, que ocupa um trecho de terra, sem, no entanto, ser seu dono efetivo, ser portador de um título legal de propriedade. Mesmo sem o documento legal, a posse como forma de apropriação da terra, é legalmente definida, enquadrada e reconhecida juridicamente. Até a Lei de Terras de 1850, não havia uma clara definição que distinguisse posse e propriedade. Foi a partir dessa lei que se fundou no Brasil a posse, pois estabeleceu-se que a compra seria o único meio de aquisição de terras devolutas, além de se determinarem parâmetros para o reconhecimento da legitimidade das posses havidas até sua edição (p.119).

Demonstrar que as terras estavam sendo cultivadas era uma grande preocupação dos fazendeiros durante o período imperial, pois promover a utilização dessas terras era uma das condições indispensáveis para manter a sua posse. E essa é uma das grandes distinções entre os conceitos de posse e propriedade. Nos inventários post-mortem eram declaradas as extensões das terras pertencentes à família, podendo constar também informações referentes ao modo como estas haviam sido adquiridas, porém essa não era uma prática usual. Assim, mais do que promover as transmissões de heranças, esses documentos também participaram do processo de legalização das terras, outorgando títulos de propriedade.

A composição do patrimônio familiar

A soma total dos bens deixados por Antônio Manoel Velho quando faleceu em 1848 era o equivalente a 240.700.130 réis, sendo que deste valor 145.714.200 réis eram provenientes de seus rebanhos, ou seja, mais da metade de toda sua fortuna estava ligada aos animais que existiam nas suas fazendas, contra 38.101.000 réis, que representaram suas terras, bens e imóveis rurais. Sendo assim, a parcela mais significativa de suas fortunas provinha dos animais que existiam em suas terras, ou seja, a riqueza de seu patrimônio era definida, sobretudo, pela grandeza de seus rebanhos.

Quando em 1861 foram inventariados os bens deixados pela viúva de Antônio Manoel Velho, valor mais elevado de todos os bens arrolados na herança, com cerca de 96.304.000 réis, suas terras somaram um total de apenas 2.800.000 réis. Podemos explicar o reduzido valor das terras descritas no inventário de Ana Gonçalves Viera, pela partilha de bens realizada com a morte de seu esposo. À viúva coube apenas uma parcela das terras que pertenceram a Antônio Manoel.

O valor absoluto conferido aos escravos correspondeu a cerca de 17.162.000 réis, valor mais acentuado do que o verificado no inventário post-mortem de Antônio Manoel Velho, que atingiu 9.972.000 réis. Convertendo esses valores para libras para corrigir a desvalorização da moeda, obtemos um aumento de 1.038 para 1.823 libras esterlinas, perfazendo um crescimento de 75%. Fato explicado pelo aumento no número de escravos na fazenda de 24 para 34, um crescimento de 41%. Quanto aos fatores que motivaram o aumento no número de escravos na fazenda dos Ausentes, podemos inferir que a viúva tenha adquirido mais escravos para compensar o fato de seus filhos passarem a se dedicar ao trabalho em suas propriedades herdadas com o falecimento de seu marido.

Cerca de 45% da fortuna deixada pelas famílias estava concentrada em seus rebanhos, enquanto as terras representavam apenas 21%, o que significa que os animais importavam o dobro da riqueza que esses estancieiros possuíam em terras. Assim, podemos perceber que a terra, apesar de seu grande valor, só fazia sentido para quem as possuísse se estivesse relacionada a um meio de produção, que no Rio Grande do Sul durante o século XIX esteve diretamente relacionada à atividade pecuarista, ligada a posse da mão de obra escrava. Dito de outra maneira, a riqueza se concentrava na atividade produtiva.

Quando comparadas as somas dos valores das heranças dos quatro inventários, evidenciamos que os animais representaram porcentagens significativas entre os bens deixados pelos fazendeiros. No caso de José Joaquim Ferreira, os mesmos aparecem com valores muito reduzidos do que realmente existia na fazenda quando o estancieiro faleceu, seus percentuais foram drasticamente reduzidos devido às perdas resultantes das disputas de herdeiros, ocorrendo inclusive furto de animais.

No inventário do fazendeiro, quando de sua conclusão em 1880, suas terras somaram a quantia de 58.210.000 réis, ficando os animais com o equivalente a 14.054.700, ou o análogo a 71% e 17%, respectivamente. A valorização da riqueza fundiária, entretanto, se deve em parte à depredação dos rebanhos, já que estes diminuíram significativamente. Além disso, a maior presença de propriedades pode significar que muitas eram alugadas para as tropas de animais que passavam pela região. O número de escravos também foi reduzido de 1872 a 1880, tendo atingido o valor de 6.430.000 ou 7,89% da fortuna. A riqueza deixada por Ferreira, dessa forma, compunha-se primeiramente por terras, seguida de animais e de escravos.

As terras de Laureano José Ramos, também acabam ocupando um lugar significativo no correspondente à herança da família, já que somaram 32.040.000 réis, o correspondente a 39% do valor dos bens inventariados. Em segundo lugar vinham os animais. Os rebanhos do fazendeiro corresponderam a 17.616.200 réis, representando 21,54% dos bens. Os escravos atingiram 15.450.000 réis ou 18,89%, seguindo mais de perto os animais do que no inventário de Ferreira.

Em todos os inventários as dívidas ativas, ou seja, as que garantiam crédito a serem recebidos representaram valores adicionais importantes na herança, que durante as partilhas foram divididas nos pagamentos dos herdeiros. Mas por outro lado, as dívidas passivas, ou os débitos a serem pagos, só foram verificados no inventário de José Joaquim Ferreira. Aparentemente os demais proprietários faleceram sem deixar dívidas em haver.

A existência de dinheiro entre os bens de fortuna só foi verificada no inventário de Ana Gonçalves Viera, 62.008.578 réis. Fato que nos mostra que os patrimônios desses fazendeiros estavam aplicados diretamente em suas fazendas. Não existia a preocupação em acumular dinheiro em moeda. No inventário dela o dinheiro corrente alcançou a expressiva marca de 30% do valor total ficando em segundo lugar nos investimentos. O primeiro coube aos animais com 47%. Talvez a grande entrada de moeda se explique pela venda de imóveis, já que estes representavam apenas 1,37% dos bens. É igualmente possível que dentro da família se tivessem negociado terras, a fim de evitar o fracionamento das propriedades e o dinheiro resultasse do acerto de valores para equilibrar as legítimas da herança.

A categoria padrão de vida corresponde a somente 0,17% da riqueza arrolada nos inventários. Ela envolve a propriedades de móveis, vestuário, louças e outros elementos de vivência e conforto. Já vimos anteriormente que Laureano Ramos possuía algum destaque neste item pelos bens descritos. De fato, ele teve a maior representatividade percentual (0,64%) e o maior valor absoluto (57 libras). Os Ferreira e os Velho viviam de forma mais frugal, sem grandes cuidados ou refinamento. Esta realidade rural contrasta com a de cidades como Porto Alegre, onde os pianos, jogos de chá, aparelhos de jantar da Índia e vidrarias se mostraram frequentes para a camada da elite.

Partilha de heranças

Diferente do que usualmente se pensa, as partilhas de heranças do século XIX eram realizadas através de critérios rígidos, sempre seguindo os padrões da lei vigente. As Ordenações Filipinas definiam as divisões de patrimônios entre herdeiros, já que o primeiro Código Civil brasileiro só passou a vigorar em 1916. De acordo com a lei a partilha era realizada através da soma total dos bens deixados pelo cônjuge que configuravam o monte mor, deste era deduzida a partilha que efetivamente seria partilhada após o pagamento das dívidas, dos credores, dos espólios, gastos fúnebres, entre outros.

Do monte líquido partível, retirava-se a meação da viúva (o) e após a outra metade era dividida entre os filhos do casal, em caso de falecimento entre os herdeiros filhos, o valor correspondente ao filho falecido passava a pertencer aos filhos deste (netos). Neste caso o valor referente a legítima do filho falecido era dividido em igualdade entre todos os seus filhos. No entanto, se o filho falecido não houvesse deixado descendentes sua herança devia pertencer a viúva (o), complementando seu pagamento.

A herança deixada por Laureano José Ramos coube à sua esposa Maria Gertrudes de Moura e aos seus nove filhos. Seus bens somaram 81.787.553 réis, em libras esterlinas esse valor atingiu 8.962,55 entre animais, terras, escravos, joias, e utensílios de uso doméstico. Coube à viúva o valor de 48.903.775 réis. Coube à viúva a maior parte das terras da fazenda Guarda Mor, incluindo a casa e benfeitorias, além da casa do moinho e grande quantidade de animais, sendo que o direito da esposa de herdar a casa onde residia era amparado em lei. Nas ordenações Filipinas, livro quarto, lemos que "todo o sobredito há lugar nos bens comuns que não de ser partidos entre a mulher e os herdeiros do marido, ou entre o marido e os herdeiros da mulher". Nesse caso, tirando a meação da viúva, o restante da herança, incluindo terras, animais, escravos, dinheiro era dividida primeiramente entre os herdeiros diretos.

Do mesmo modo que a partilha de heranças de Antônio Manoel Velho, as divisões da herança de Laureano José Ramos foram realizadas em conformidade com a lei, sem a constatação de litígios decorrentes de disputas de heranças ou descontentamento por parte dos herdeiros. As divisões de bens, também ocorreram de modo igualitário, seguindo os padrões estabelecidos pela justiça, cabendo a cada filho a meação de 4.543.752 réis, pagos através de terras, animais, benfeitorias, pertences em ouro, prata e escravos.

Evidenciamos a existência de um grande número de animais e dentre eles chama a atenção o grande percentual de gado xucro. Apenas a viúva Maria Gertrudes de Moura recebeu 524 vacas xucras, o correspondente a um pouco mais da metade do total. O restante foi dividido entre os filhos do casal. Um dos quais de nome Policarpo já havia falecido, sendo feita a entrega de sua meação a seus três filhos a partir da divisão igualitária entre os mesmos. Nas divisões de heranças apareceram com frequência os termos de reposição de herança, que

demonstram a preocupação dos partidores em prover a partilha correta dos bens, sem cometer erros de privilegiar alguns herdeiros em detrimento de outros.

A família Ramos, assim como a família Velho conseguiu manter preservada a sua fortuna devido a colaboração de seus membros nos momentos de divisões de seus bens. A partilha amigável, nos dois casos favoreceu a preservação do patrimônio familiar, em um contexto em que muitas famílias viam suas fortunas desaparecerem após a morte de um de seus líderes.

A herança de José Joaquim Ferreira somou 80.209.220 réis. Tendo resultado as dívidas passivas liquidadas a quantia de 45.757.966 réis. Sendo abatidas estas parcelas restaram 34.451.551 réis. Dividida esta quantia em duas partes iguais a meação da viúva somava a quantia de 17.225.765 réis. Abatida da segunda meação a vintena de testamenteiro arbitrada em 2% na importância de 344.515 réis, perfazia um total de 16.881.260 réis. O legado das dívidas importou na quantia de 8.183.000 réis. E sendo retirada esta quantia da segunda meação restavam 8.698.260 réis.

Este último valor foi dividido em 4 partes iguais, por serem 4 os irmãos de José Joaquim Ferreira, cabendo a cada um deles a quantia de 2.174.565 réis. Esta quantia foi dividida entre os sobrinhos, filhos da irmã Maria Delfina em sete partes iguais, por serem 7 os seus filhos. Cada um deles recebeu 310 mil. Este valor foi dividido em duas partes entre Maria Ferreira da Rocha, viúva de Domingos Gomes da Cunha e seus filhos. A viúva recebeu 155.326 réis e cada um de seus filhos receberam 25.887 réis. Novamente dividida a quantia de 2.174.562 réis entre os sobrinhos filhos do irmão Manoel José Ferreira, coube a cada um dos 6 filhos o valor de 362.427 réis.

Como podemos evidenciar a fortuna deixada por José Joaquim Ferreira foi praticamente comprometida com os gastos gerados pela abertura do processo crime contra os assassinos do fazendeiro, pagamento de empregados enquanto a fazenda estava sem administrador definido. Somando-se aos agravantes a venda ilegal de animais por parte de Domingos Gomes da Cunha, além dos custos com advogados, principalmente em Porto Alegre. Consta no inventario ter sido gasto o valor de 20.520.000 apenas com advogados e procuradores, além de despesas com documentos, traslados, pagamento de custas, hospedagem de empregados de justiça, advogados e testemunhas que perfizeram a soma de 23.530.560 réis.

Evidencia-se também ter sido pago 100 mil réis ao capataz Romualdo Antônio Alves "encarregado do domínio da administração da fazenda do 'Socorro", contados de 23 de outubro de 1872 até 28 de março de 1844 perfazendo o total de 5 contos e 300 mil réis. Os salários de José Fabrício de Moraes Borges, capataz nomeado em substituição do primeiro, atingindo a razão de 2 contos e 100 mil réis, os salários dos peões que serviram na mesma fazenda em diferentes épocas, na importância de 3 contos e 780 mil réis, além dos gastos feitos na arrecadação dos

bens da herança fretados por Domingos Gomes da Cunha que somaram em um conto e 310 mil réis.

Considerando que o processo de inventário se estendeu por cerca de 8 anos, podemos imaginar que as dívidas atingiram proporções gigantescas como evidenciamos através da citação das contas descritas no documento. No entanto, as maiores perdas não procederam apenas pela demora na realização da partilha de herança, mas dos gastos referentes aos processos abertos para que pudessem ser conferidas as partilhas. A família teve de desembolsar cerca de 40 contos de réis apenas para que Domingos Gomes da Cunha fosse condenado pelo crime que havia cometido. Foi necessário para tanto a abertura de dois processos crimes, um contra o mandante do assassinato e seu executor e outro contra o juiz que indevidamente os pôs em liberdade, absolvendo-os da culpa. Despendeu-se um longo período de espera, gastos e incômodos para que, por fim, os culpados pagassem pelos crimes cometidos.

As partilhas como momento decisivo: as manutenções e perdas de patrimônios

Analisando a transferência dos patrimônios legados pela família Velho, constatamos que as partilhas amigáveis resultantes do entendimento e cooperação do núcleo familiar foi extremamente favorável para a preservação de suas fortunas. Houveram trocas entre legatários através de compras das heranças recebidas, e circulação de bens entre os herdeiros, porém tudo ocorreu de forma pacífica diante de acordos entre os interessados. Assim sendo, não houve descontentamentos visíveis que pudessem ter provocado a desarmonia familiar, do contrário, observamos que a família se manteve unida apesar das inúmeras dificuldades resultantes das partilhas consecutivas de seus bens num curto espaço de tempo.

No caso da família Velho as divisões tranquilas de bens demonstraram também a ocorrência de acordos entre seus integrantes nos momentos de transmissões de legados, procedendo-se inclusive acordos amigáveis de permutas de heranças recebidas. Por exemplo, o herdeiro Joaquim Ignácio Velho e sua mulher ao receberem sua herança na fazenda do Silveira correspondente a quantia de 94 milhões 190 mil metros quadrados cederam ao herdeiros Leandro Luiz Vieira a quantia de 71 milhões 890 mil metros quadrados, correspondente a negócios feitos pelas terras da fazenda dos Ausentes. O que lhes deixou com um restante de 22 milhões e 300 mil metros quadrados na fazenda do Silveira. Ou seja, a família desenvolveu seus próprios arranjos para satisfazer as necessidades de cada herdeiro, no entanto tudo era realizado seguindo as normas da lei, que trazia a seguinte citação:

Que ninguém seja constrangido a vender seu herdamento e cousas, que tiver, contra a sua vontade. Cada um poderá vender a sua cousa a quem quiser, e pelo melhor preço que puder e não será obrigada a vendê-la a seu irmão, nem a outro parente, nem poderão dizer que a querem tanto por tanto. Nem poderão os filhos, nem outros descendentes desfazer a venda e,

haver a cousa tanto por tanto, por dizerem que não foi de seu avoengo (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1870, p. 789).

Isso nos leva a concluir que, se por um lado as famílias possuíam organizações próprias para cuidar de seus patrimônios, por outro, todas as partilhas eram realizadas em regime de igualdade entre os herdeiros e de acordo com as normas da lei. Sendo assim, os nossos fazendeiros "submetiam suas posses aos limites da lei, que estipulavam a participação igual de todos os herdeiros" (COMISSOLI, 2011, p. 269).

Constatamos que as famílias realizavam as partilhas de seus patrimônios dentro dos critérios da lei, embora tenhamos filhos que se destacaram como grandes herdeiros. Estes não houveram de suas meações valores e bens diferentes de seus irmãos. Na partilha de heranças da família Velho, verificamos que não ocorreram litígios por disputas de posses, nem desentendimentos entre herdeiros. Os acordos feitos foram realizados dentro de um regime amigável de divisão de heranças e desse modo constatamos que a família obteve êxito nas estratégias estabelecidas para a manutenção do seu patrimônio, que apesar das inúmeras partições feitas em tão pouco tempo em fins do século XIX, permaneceu a salvo de quaisquer defasagens e ao mesmo tempo foi ampliada pelos novos herdeiros, como foi o caso de Ignácio Manoel Velho.

O processo de partilha de heranças da família Ramos seguiu o mesmo curso que o evidenciado na transmissão de heranças da família Velho. Não foram constatadas desavenças entre herdeiros que receberam meações iguais independente da idade ou gênero. No caso da família Ramos a viúva Maria Gertrudes de Moura administra a partilha dos bens do marido, recebendo conforme os termos da lei metade de toda fortuna deixada por Laureano José Ramos.

Já no caso de José Joaquim Ferreira, sua herança foi diretamente comprometida pelos desentendimentos entre herdeiros e ao findar do processo de inventário de bens, observamos que grande parte de sua fortuna acabou se perdendo.

Considerações finais

Buscamos através de este estudo analisar o processo de partilha de heranças relacionado à questão da perda ou manutenção de patrimônios. Primeiramente identificamos que toda separação e divisão de bens era realizada devidamente diante dos critérios da lei e, sendo assim, se alguns herdeiros acabavam acumulando maior capital em comparação aos demais, o fato se devia a arranjos familiares feitos após a partilha. O que levou alguns irmãos a venderem ou trocarem parte de suas heranças, fazendo com que um dos filhos do fazendeiro se destacasse frente aos demais, como no caso de Ignácio Manoel Velho. O filho de Antônio Manoel Velho tornou-se o novo administrador da fazenda dos Ausentes, além de acumular para si grande parte da fortuna familiar.

Os testamentos representavam uma maneira direta do fazendeiro escolher seu futuro sucessor nos cuidados com o patrimônio e da própria família. No entanto, nem sempre os acordos saíam conforme o planejado, além de não ser possível prever se realmente as escolhas feitas teriam sido efetivamente as melhores. Os desentendimentos entre herdeiros podiam resultar na própria decadência e perda da fortuna familiar, o que tornava o momento da partilha essencial na preservação de patrimônios.

Nossos estudos apontaram que as desavenças e disputas de heranças ocorridas na família Ferreira, ocasionaram a perda de mais da metade de todo o patrimônio existente no momento da morte de Ferreira. Nesse caso o motivo do desentendimento partiu da escolha de José Joaquim Ferreira ao nomear seu sobrinho Domingos Gomes da Cunha como seu herdeiro universal. No entanto, na família a disputa pela herança ocasionou mais do que a discórdia na divisão de patrimônios, mas a própria degradação familiar, começando pelo assassinato de Ferreira.

Evidenciamos, ao final deste trabalho que as famílias que optaram pela partilha amigável de suas fortunas e que permitiram a circulação da mesma entre todos os seus membros demonstraram maior capacidade para conservação de seu patrimônio. Nesse sentido, as estratégias de organização familiar foram fundamentais para evitar a dilapidação da fortuna familiar no momento das partilhas. Outro fator que se mostrou significativo para os cuidados com o patrimônio doméstico foi a própria harmonia familiar, o planejamento, evitando o desencadeamento de conflitos por bens ou terras da herança.

A família Velho e Ramos mantiveram seus patrimônios preservados mesmo depois da morte de seus administradores, que sendo substituídos continuaram a gerir a fortuna de modo seguro, promovendo inclusive a sua ampliação. Por outro lado, as desavenças entre herdeiros e disputas pelas posses das terras resultaram na ruína da fortuna deixada por José Joaquim Ferreira.

Fontes de pesquisa

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário de Antônio Manoel Velho. Cartório de Órfãos e Ausentes de Santo Antônio da Patrulha, 1848, maço 3, n. 540.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário de José Joaquim Ferreira. Cartório de Órfãos e Ausentes de Vacaria, 1872, 2 vol., maço 3, n. 90.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário de José Joaquim Ferreira. Cartório de Órfãos e Ausentes de Vacaria, 1880, maço 5, n. 170.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Testamento de José Joaquim Ferreira. Cartório da Provedoria de Vacaria, 1869, maço 2, n. 32.

MUSEU TIAGO DE CASTRO (Lages/SC). Inventário de Laureano José Ramos. Categoria Particular, Arquivo Documental MTC, pasta 32.3, n. 1776.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas sobre teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- BURGUIÈRE, André e LEBRUN, François. As mil e uma famílias da Europa. In: BURGUIÈRE, André; et. al. História da Família. Lisboa: Terramar, 1987.
- CAMPS, Joan Bertard. La estrechez del lugar: Reflexiones en torno a las estrategias matrimoniales cercanas. In: JIMÉNES, Francisco Chacon; FRANCO, Juan Hernández. Poder, família e consanguinidade em la Españã del Antigo Régimen. Barcelona: Antropos, 1992.
- COMISSOLI, Adriano. A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro. (1808c. – 1831c). Rio de Janeiro: [s.n.], 2011.
- MACHADO, Ironita P. Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul 1890-1930. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- KÜNH, Fábio. Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII. Niterói: [s.l.], 2006.

LENÇO GAÚCHO: A ORIGEM DE SUAS CORES E NÓS A PARTIR DOS LIVROS DE PAIXÃO CÔRTEZ (1979) E CAMPUS ABREU (2015)

Cleici Naira Rios Reolon¹²⁸
Natalie Pacheco Oliveira¹²⁹

Dos indígenas e da prática evoluída com influências europeias surge o lenço, no começo atado as pontas para trás. Com a chegada da Guerra foi usado como indicativo partidário, pelos chimangos e maragatos. O lenço vem acompanhando a história do Rio Grande do Sul desde a colonização. Na indumentária gaúcha, é a peça que mais identifica o homem, denominado gaúcho. Alguns usam determinadas cores ou tipos de nós, sem sequer saber o que de fato esse lenço representa. Nesse artigo, foram estudadas as cores, os nós mais utilizados e seus significados, tendo como base as bibliografias de Paixão Côrtes (1979) e Campus Abreu (2015).

Palavras-chave: Lenço Gaúcho. Origem. Cores. Nós. Tradição.

Introdução

O lenço do gaúcho, especificamente do homem rio-grandense, não é de sua criação e uso particular e em muitos países são encontrados lenços no vestuário do homem que trabalha no meio rural e com cavalo:

[...] sirva esta peça mais de ornamento do que utilidade funcional, embora reconheçamos seu emprego no secar o rosto, proteger a cabeça com o calor ou sereno, abrigar o pescoço e peito contra mudança de temperatura e reter as melenas. Como ornamento funciona muito bem na figura teatral do gaúcho a cavalo, flamulando sua pontas ao vento, como num aceno ao infinito pampeano ou num adeus a uma gauchinha faceira [...] (Paixão Côrtes, 1979, p. 181).

No Rio Grande do Sul, segundo Paixão Côrtes (1979), o lenço primitivo não tinha uma cor definida, porém o vermelho era muito apreciado. Em 1893, o lenço passou a ser usado para fins políticos partidários, simbolizando ideias políticas, que marcaram profundamente a maneira de ser do povo gaúcho. O gaúcho usava seu lenço para expressar suas convicções partidárias, nas cores vermelho e branco. O lenço acompanhado por curiosas e engenhosas formas de fazer o nó, traduzia paralelamente nas cores definições políticas. Isso fez com que o gaúcho rio-grandense se diferenciasse de seus irmãos platinos (PAIXÃO CÔRTEZ, 1979).

¹²⁸ Graduada. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Contato: cleicirios@gmail.com

¹²⁹ Mestre. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Contato: natalie.oliveira@erechim.ifrs.edu.br

Hoje o lenço não é tanto utilizado para fins políticos, e sim para representar a cultura gaúcha dentro e fora do estado. Centros de Tradições Gaúchas (CTG) e tradicionalistas que fazem o uso do lenço em festejos gaúchos, competições de danças entre outras, os lenços ainda trazem consigo as cores apreciadas pelos gaúchos desde os primórdios, os nós com suas características distintas carregam significados simbólicos e apreciado pelos gaúchos. “Sem lenço o gaúcho se acha algo perdido [...] E nas formas de posicioná-los, atende a momentos de trabalho, de festas, de recreação etc., mas sempre integrado na sua personalidade de autenticidade representativa do homem rural do Rio Grande” (PAIXÃO CÔRTEZ, 1979, p. 182).

Segundo Volpi (2014, p. 72) “a indumentária situa-se ao lado da linguagem e da arte como prática significante e, como objeto, faz parte do conjunto de instrumentos por meio dos quais o homem interfere no ambiente natural, domínio da cultura material”. Cultura material são todos os elementos físicos que ajudam a identificar e caracterizar o povoado e história da região (CELLI, 2019). Prédios, monumentos e outros tipos de construções são considerados como sendo objetos de cultura material. Também artefatos, como especificamente o lenço, são considerados objetos da cultura material.

Para este artigo, foi realizada uma pesquisa baseada em livros sobre indumentária gaúcha, tendo como base as obras de João Carlos Paixão Côrtes, “O Gaúcho, danças, trajes artesanato”, de 1979, e Sônia de Campus Abreu, “Indumentária Gaúcha”, de 2015. Segundo Gil (2010), pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, como livros e anais de eventos científicos. Em virtude de novos formatos de informação, esta pesquisa inclui material disponibilizado pela internet.

Portanto, pretende-se abordar o lenço gaúcho e sua representação no vestuário tradicionalista através das obras de Paixão Côrtes (1979) e Campus Abreu (2015), com o objetivo de especificar o uso de cores e nós na história desse acessório.

Revisão da literatura

Volpi (2014, p. 73), afirma que a “historiografia da indumentária no Brasil é bastante recente, e estudos com foco em acervos de vestuário são mais raros”. A cultura gaúcha carecia de classificação dos registros historiográficos sobre os costumes regionais, como afirma Maestri (2010), resultando em uma limpeza e reorganização da história do Rio Grande do Sul. Maestri foi crítico de Paixão Cortes por este autor representar em seus livros os modos e costumes das figuras mais abastadas, como os estancieiros escravistas, como sendo o que de melhor apresentava o Rio Grande do Sul. Em entrevista publicada em revista online sobre a morte de Paixão Cortes em 2018, declarou:

Nas suas origens, desconhecendo a história rio-grandense, o tradicionalismo sulino empreendeu invenção de tradição apologética e conservadora, fortemente apoiada em ideologia cultural platina congênere, anterior e de maior riqueza, devido ao dinamismo superior – econômico, social e político – da economia e sociedade pastoril uruguaia e, sobretudo,

argentina. [...] O sucesso tradicionalista consolidou-se com a construção de locus de encenação de sua narrativa mitificada – os Centros de Tradição Gaúcha. Neles, os tradicionalistas realizam encenação romântica da estância pastoril, de diversas modalidades, onde o fazendeiro (“patrão”) fraterniza e comunga com o “capataz”, os “sota-capatazes”, os “peões” e, finalmente, as “chinas”, na reconstrução desse mundo idílico sem explorados e exploradores (MAESTRI, 2018).

Além do folclorista Paixão Côrtes, Zattera e Campos Abreu são algumas das historiadoras que realizaram pesquisas acerca da cultura gaúcha e relataram detalhes importantes para a caracterização histórica da indumentária tradicional do gaúcho.

Segundo Zattera (1945), os índios, primeiros habitantes do Rio Grande do Sul, se agrupavam basicamente em três regiões e esse agrupamento se deu pelas semelhanças nos costumes de cada grupo. Os Gês ocupavam a parte norte do estado e os Guaranis, por sua vez, habitavam a faixa que vai do litoral norte, passando pela região central e Missões, chegando à fronteira com a Argentina. Os Pampeanos ocupavam a metade sul, ocupando a região junto do Uruguai.

Ainda segundo Zattera (1945), após a introdução jesuítica os índios Gês e os Guaranis, começaram a usar trajes semelhantes entre eles e conforme a moral jesuíta. Para os homens foi estipulado o uso do chiripá saia que é um pano enrolado na cintura, aberto na frente, preso por uma faixa, de comprimento até os joelhos. Já as mulheres trajavam o tipoy com chumbe. O tipoy é um longo vestido, tipo túnica, é formado por dois panos costurados apenas deixando sem costurar a abertura da cabeça e dos braços, e o chumbe ou txumbé é o cordão atado à cintura. Diferenciando dos índios Guaranis e Gês, a vestimenta dos índios Pampeanos é caracterizada por duas peças de roupa plenamente originais: o chiripá e o cayapi. O chiripá dos pampeanos é o chamado fraldão que difere do chiripá missioneiro que se assemelha a uma saia. O cayapi é o nome batizado pelos minuanos, sendo que os Charruas a chamavam de quillapi ou toropi.

Para segurar os cabelos, que por costume eram compridos, usava-se uma tira feita de couro de pequenos animais, cipó ou embira e, mais tarde, passou a ser uma faixa de tecido. Era usada para prender seus cabelos e afastar da região dos olhos, para que não atrapalhasse nas caçadas e disputas esportivas (LAMBERTY, 1989). Também nas batalhas de guerras, alguns índios usavam os cabelos puxados para trás, rente a cabeça no estilo “rabo de cavalo”. Com a colonização, chegou o modismo de cortar os cabelos e com os cabelos curtos não existia mais a necessidade de usar a vincha ou faixa na cabeça (LAMBERTY, 1989). Abreu (2015, p. 92), diz que “o termo vincha não foi mencionado na área brasileira”. Entre os castelhanos, era uma cinta, faixa de tecido “pampa”, tira de couro, ou um lenço dobrado com que os “índios e paisanos” sujeitavam os cabelos. Atualmente, só usam a “vincha” os domadores:

[...] os índios não sabiam utilizar a tecelagem antes da chegada dos ibéricos. No entanto, se considerarmos que os indígenas do Peru, Colômbia, Guatemala, México do pampa argentino e norte do Brasil teciam a séculos

atrás, com urdiduras amarradas em árvores e não em teares, é possível pensarmos que o algodão (em guarani: mandydjú), já conhecidos pelos Gês guaranizados, pudesse ter sido tecido antes da chegada dos missioneiros (ZATTERA, 1995, p. 24).

A faixa que inicialmente era amarrada na cabeça e utilizada para conter o suor, proteger a cabeça do sol e prender os cabelos, passou a ser usado no pescoço, ainda com as pontas para trás (LAMBERTY, 1989). Tendo a influência dos europeus, o lenço de pescoço pode ter surgido da evolução do lenço-gravata ou apenas por não ter mais uso à cabeça. Citado no no anuário do Rio Grande do Sul de Graciano de Azambuja (1982, p. 160, apud ABEU, 2015, p. 92), "sua colocação, do lenço à cabeça segundo Meyer '[...] o engenhoso laço feito com as pontas de grande laço vermelho, que recobre a cabeça, caindo em pontos sobre as costas, e com outras pontas, atava-se um complicado nó de gravata pendendo sobre o peito":

Insosfismável, como peça da indumentária gauchesca brasileira ou castelhana, resta examinar o lenço como distintivo político, deste e do outro lado do rio Uruguai. Na Banda Oriental, aparece o lenço vermelho dos colorados seguidores de Frutuoso Rivera e o lenço branco dos nacionalistas de Oribe. Na Argentina, os colorados de Ruan Manoel Rosas combatiam ferozmente os azules e blancos da oposição provincial, anti-portenha (ZATTERA, 1945, p. 180).

Zattera (1995) traz a ideia que a consolidação do lenço no Rio Grande do Sul se deu a partir de um indicativo politicamente partidário, quando os chamados de farrapos, homens que lutaram contra o império na chamada Guerra dos Farrapos (1835-1945), usaram lenços vermelhos atado de maneira própria como símbolo de um grupo que tinham ideais a defender:

Na Guerra dos Farrapos, os farroupilhas usavam lenço vermelho ou encarnado no pescoço com um nó peculiar. Na Revolução Federalista, em 1893, pelearam nas coxilhas rio-grandenses, os federalistas de Gaspar Silveira Martins e Gumercindo Saraiva contra os republicanos de Júlio de Castilhos. Foi a época da degola, onde pereceram mais de 10 mil rio-grandenses. Eram os maragatos (lenço vermelho) contra os pica-paus. (que deviam usar lenços verdes, mas vingou mais o branco). Na Revolução Libertadora, de 1923, pelearam os maragatos de Assis Brasil contra os chimangos de Borges de Medeiros. Novamente, maragatos com lenços vermelhos e chimangos com o lenço branco. Na Revolução de 1930, Vargas uniu os chimangos e maragatos. Portanto, o gaúcho pode usar a cor que melhor lhe apraz no seu lenço de pescoço, inclusive os nós que eram característicos de cada facção, em qualquer cor de lenço (DA SILVA, 2019.)

Sua (lenço) maior afirmação foi quando adotado politicamente, como designativo de cor partidária. Os companheiros ou inimigos eram reconhecidos, nas distâncias, pela cor do lenço. As pontas atiradas para trás pouco destacavam a cor - símbolo de luta. Surgiu, finalmente, o lenço gaúcho, nos moldes atuais, atado ao pescoço, solto ao peito (LAMBERTY, 1989, p. 91).

Atado ao pescoço solto ao peito, o lenço passa a ser um modo de identificação de cor partidária, companheiros ou opositores eram reconhecidos à distância pela cor do lenço. A partir das revoluções políticas no Rio Grande do Sul surge o lenço como objeto da indumentária gaúcha.

O lenço

O lenço, na indumentária gaúcha, segundo Lamberty (1989) é a peça que mais identifica o gaúcho, vem acompanhando a história do Rio Grande do Sul desde a sua colonização. No início eram visivelmente usados para fins políticos:

Com as disputas dos líderes políticos, ao Governo do Estado, o solo rio-grandense amargou monstruosas selvagerias, em nome das pretensões do direito de ter o poder em mãos. Gaspar Martins, brilhante tributo liberal, fundou o Partido Federalista, um congresso de correligionários em Bagé, adotando o Lenço Vermelho ou Maragato. Como um símbolo de luta, Júlio de Castilhos, político aliado do Governo Federal, defendia o Partido Republicano e tinha como símbolo o Lenço Verde. Eram chamados de Pica-Paus. Mais tarde o general Flores da Cunha, ao fundar o Partido Republicano Liberal, adotou o Lenço Branco ou Chimango. A partir do poemeto campestre "Antônio Chimango", de Ramiro Barcelos, os republicanos ficaram conhecidos como Chimangos (LAMBERTY, 1989, p. 92).

Os farrapos quiseram mostrar suas forças elaborando um lenço que refletisse o poder oficial. Bernardo Pires, artista plástico, major do exército republicano, chefe político, autodidata pintou a alegoria que deveria constar no lenço farroupilha (ZATTERA, 1945).

O grande impulsionador da ideia foi, sem dúvida, o major Bernardo Pires, do exército republicano, Chefe de Polícia durante a guerra, com sede no Piratini. Pires era gaúcho de Canguçu, liberal e maçom e conhecido por seu heroísmo, a ponto de ser chamado O Mártir do Seival, mercê de sua atuação naquela histórica batalha (ZATTERA, 1945, p. 181).

Bernardo Pires mandou confeccionar o primeiro lenço nos Estados Unidos, explicando que a pátria de Lincoln era ideal para o Brasil, pois representava o sonho dos farrapos: Estados independentes e federados:

Não é demais lembrar que o muito americano John Griggs, o João Grande de Camaquã, lutou e morreu integrando as forças navais republicanas, sob o mando de Garibaldi. A maçonaria vermelha, de origem francesa e de feição republicana (tema divisão dos três poderes) tinha muita força nos Estados Unidos, na jovem república rio-grandense e no Prata. Foi, aliás, através de um comerciante de Montevideú que foi feita essa primeira encomenda de lenços (ZATTERA, 1945, p. 181).

Zattera (1995), afirma que o primeiro pedido de lenços foi feito em 10 de maio de 1842, porém ao chegar no porto de Rio Grande a carga foi totalmente queimada. Com um novo

pedido feito e dessa vez vindo dos Estados Unidos por terra, finalmente os lenços chegaram em três de dezembro de 1843 no acampamento volante das Forças Republicanas em terras de Manoel de Moura, nos campos de Piratini. Na Figura 1, dois dos três prováveis primeiros lenços a serem usados pelos gaúchos, segundo Zattera (1995, p. 183).

Figura 1- Lenços utilizados pelos gaúchos Maragatos no século XIX.



Fonte: Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre. Disponível em: <chasquepampeano.com.br>

No Museu Júlio de Castilhos de Porto Alegre, existem três exemplares distintos do lenço farroupilha. O primeiro é o lenço com cercadura vermelha, igual ao exemplar pelotense e está em exposição. O segundo é o lenço com a orla em azuis e brancas, igual ao exemplar rio-grandino e está também exposto. O terceiro é um curioso exemplar e está em processo de restauração. Tem o padrão básico do primeiro exemplar, mas a cor dominante é um azulão, tipo azul. Assim das duas uma: ou houve um terceiro padrão, a que não aludem os cronistas (o que é altamente improvável) ou se pintou de azul um exemplar do lenço onde a cor predominante era o vermelho (ZATTERA, 1995, p. 183).

Em 1948, a partir da preocupação de resgatar e difundir o tradicionalismo, surge o primeiro Centro de Tradições Gaúchas, o CTG. O lenço veio carregado de ideologias hereditárias, porém já sem discórdias e pretensões políticas. Voltou a ser usado no dia a dia, na lida do campo, vestido por dentro da gola da camisa para não o sujar, pois usavam para secar o suor do rosto (BARBOSA LESSA, 1985).

As cores mais utilizadas nesses novos lenços foram petit-pois e axadrezado de vermelho e branco, que significavam isenção político-partidário, muito usado nos períodos de revolução. O preto é luto fechado, que é utilizado nos seis primeiros meses do pós-morte. Já o meio-luto utilizado após os seis meses, sem data prevista para terminar, depende muito de quem estiver declarando o luto e era axadrezado ou petit-pois de preto e branco. O verde, cor do positivismo, doutrina política do partido Republicano Rio-grandense, foi muito usado no começo da sangrenta revolução de 1893. O branco dominou, brilhando no pescoço dos guerreiros republicanos, chamando assim a atenção para os guerreiros vitoriosos. O lenço era de seda, pois era uma eficiente defesa contra os golpes de “armas brancas” assim chamadas pelos gaúchos as armas de cortes. A seda neutraliza o fio da arma (ZATTERA, 1995).

Lessa (1985), no livro “Nativismo um Fenômeno Social Gaúcho”, diz que na realização da primeira Missa Crioula, o lenço foi de grande importância, uma vez que foi realizado um ritual de entrelaçamento de lenços simbolizando a paz em Cristo. Até hoje em dia, quando se inicia a celebração da Missa Crioula, amarra-se um lenço branco e um vermelho na cruz, simbolizando a paz eterna entre os gaúchos, comprometendo-se assim a nunca mais derramar sangue de outro irmão gaúcho. A força psicológica das cores é também relacionada com formas geométricas, e símbolos. As religiões e a política fizeram e fazem abundantemente uso destes conhecimentos.

O gaúcho só está bem-vestido quando ao pescoço ostenta um lenço bem atado. Não dispensa o lenço nos dias de estar bem aprumado, o qual aparece nas cores variadas além das tradicionais. O lenço faz parte da pilcha gaúcha, que por lei é oficialmente traje de honra e / ou de uso preferencial no Rio Grande do Sul. Hoje o lenço não possui mais a importância e as influências que tinha no passado. Porém, lembra a coragem e a conquista dos que lutaram bravamente por um ideal. É a lembrança e o culto à herança dos ancestrais gaúchos.

Nós e cores

Campus Abreu (2015, p. 92), diz que “Paixão Côrtes em ‘O Gaúcho, Danças, Trajes, Artesanato’ faz descrição minuciosa sobre os diferentes nós de lenço. Os mais conhecidos são: nó de correr ou de namorado, nó de três galhos, rapadura, nó republicano, nó de ginete, nó comum”. Marco da pilcha gaúcha, o lenço é um dos itens obrigatórios na composição da indumentária gaúcha. Além do nó, é comum o gaúcho usar presilhas em forma de anel, ou a própria aliança, para prender o lenço. As presilhas podem ser feitas de chifre, metal, prata, ostra e osso da canela de avestruz.

Alguns tipos de nós têm restrições de cores. Segundo a normatização do MTG, descritas em “Diretrizes para a Pilcha Gaúcha Traje Atual, Lagoa Vermelha/RS, Julho 2017”, as cores permitidas são o vermelho, branco, azul, verde, amarelo. Essas cores podem ser usadas também como carijó (axadrezados miúdos). É permitido, também, carijós em marrom ou cinza. Normalmente, o lenço de tamanho adulto mede cerca de um metro quadrado, e deve ser usado nesse tamanho. Estampas são permitidas, porém são pouco usadas em todo o lenço, são mais comuns nas extremidades, as quais devem ficar em destaques nas pontas do lenço. Atualmente o lenço também é usado por mulheres. Um lenço esvoaçando ao vento sobre o peito de um gaúcho é uma marca registrada do orgulho de estar vestindo a pilcha gaúcha.

O "Nó Comum", também conhecido como "Nó Simples", "Chimango" ou "Nó de Correr Boi" (Figura 2), pode ser utilizado em lenços nas cores azul-claro, azul-escuro, verde, amarelo, branco, preto, preto-branco, verde-claro, bege, marrom, vermelho e branco, bicolor e multicolor. Não existem maiores preocupações com a simetria das pontas e é um nó ajustado ao pescoço que se desfaz facilmente puxando uma das pontas que saem juntas para o mesmo lado.

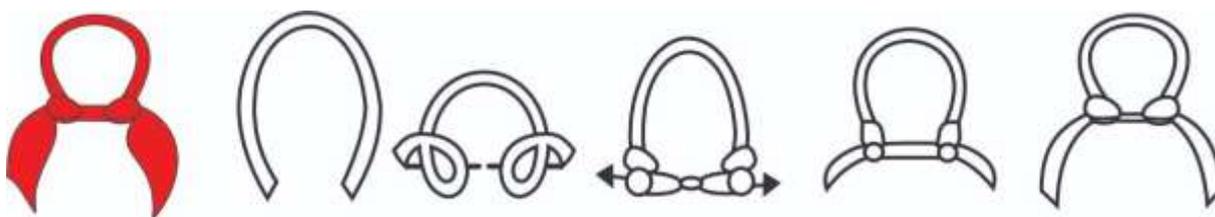
Figura 2 - Nó Comum, Nó Simples, Nó Chimango ou Nó de Correr Boi.



Fonte: Adaptado pelas autoras do livro Indumentária Gaúcha 2015.

O “Nó de Namorado”, também conhecido como “Nó Apaixonado” ou “Nó de Correr” (Figura 3), tem alguns significados conforme o nó é disposto. Se o nó estiver apertado, significa apaixonado; se houver espaço entre os nós é namorador, se o espaço entre os nós for grande significa que o peão está solteiro. Pode ser usado em todos os tipos e cores de lenço. Alguns jovens fizeram uma variação desse nó, chamado assim de “Nó Bem-casado” ou “Nó Bago de Touro”. Para essas variantes usa-se a base do “Nó de Namorado”, passando os dois “nozinhos” pelo lado de cima do corredor, agora é só puxar e apertar. O nó deve ficar disposto sobre o peito.

Figura 3 - Nó Bem-casado, Nó Bago de Touro, Nó Namorado, Nó Apaixonado ou Nó de Correr



Fonte: Adaptado pelas autoras do livro Indumentária Gaúcha 2015.

O “Nó de Charrua” é conhecido também como “Nó Três Galhos” e “Nó Saco de Touro” (Figura 4). Sua criação partiu das rodas de chimarrão, as quais eram feitas as Reuniões do 35 Centro de Tradições Gaúchas, em 1950. Como passar dos tempos os associados do 35 espalharam-se para o restante do estado e assim espalharam o nó criado por eles nas rodas de chimarrão. Esse nó tem um diferencial: quando puxada a perna esquerda do lenço, o nó se desmancha facilmente. É usado em lenços de cores encarnadas como o vermelho, colorado e em verde, preto e preto-branco.

Figura 4 - Nó de Charrua, Três Galhos ou Nó Saco de Touro



Fonte: Adaptado pelas autoras do livro Indumentária Gaúcha 2015.

Muito pouco usado atualmente, o “Nó-de-tope” ou “Nó Enforcado” (Figura 5), segue a técnica do nó de gravata, junto ao pescoço. Segundo José Gabriel Teixeira (s. d., apud PAIXÃO CÔRTEZ, 1979) esse nó não é o mesmo nó usado pelos Farroupilhas e que se popularizou em 1883, mas é outro tipo de nó. Não foram encontradas informações sobre as cores que podem ser utilizadas, porém através de relatos de tradicionalista, chega-se à conclusão de que não há restrições de cores.

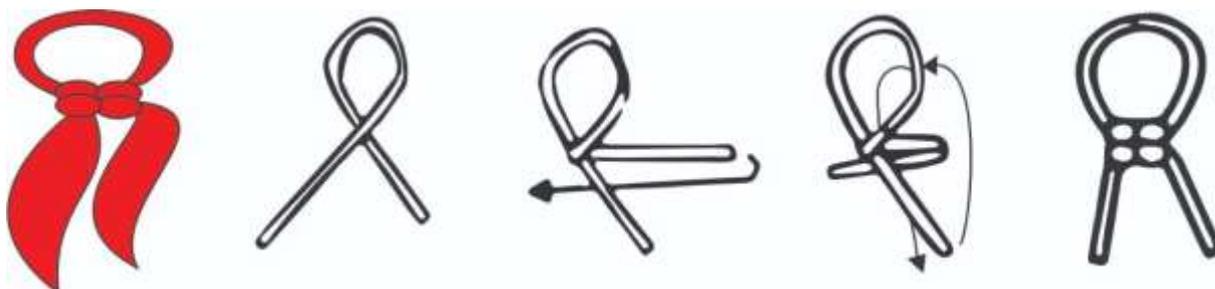
Figura 5 - Nó-de-tope ou enforcado



Fonte: Autoras.

O “Nó Maragato”, conhecido também como “Nó Quatro Cantos” e “Nó Rapadura” (Figura 6), se popularizou em 1892 como símbolo político. Foi usado pelos rebeldes farroupilhas, durante a Revolução Farroupilha, na cor vermelha. Hoje, aceita-se este nó em lenços encarnados, colorados e em pretos e preto e branco.

Figura 6 - Nó Maragato, Nó Quatro Cantos ou Nó Rapadura



Fonte: Adaptado pelas autoras do livro Indumentária Gaúcha 2015.

O “Nó Republicano”, que atualmente é chamado de “Nó ou Tope Farroupilha” (Figura 7), é um nó que possui muito significado, uma vez que é muito difícil de fazê-lo. Simbolizava a firmeza das convicções políticas, a plenitude dos patriotas, que mesmos com os obstáculos e perseguições políticas, nada os fazia enfraquecer nos seus propósitos (PAIXÃO CÔRTEZ, 1979). Obrigatório o uso na cor vermelha, sendo um dos únicos lenços que possui restrição de cor.

Paixão Côrtes (1979), descreve que o nó se fazia com uma laçada em uma das pontas de um grande lenço de seda encarnada, com cor bem viva, cujo o dono o conservava assim atado por muito tempo, enfiando o lenço pela cabeça, sem desmanchar o nó, deixando o nó pendente no pescoço. Usado frequentemente com as pontas para trás pelo gaúcho domador durante uma gineteadada, evitava-se que as pontas do lenço lhe atrapalhasse a visão. Ainda segundo Paixão Côrtes (1979, p. 193), “a descrição da maneira de como ficava esse nó disposto no lenço quando este era atado no pescoço do usuário nos parece em pouco confusa no texto de velho farrapo J. Gabriel Teixeira. Isto diante das maneiras de atar a referida peça que conhecemos”.

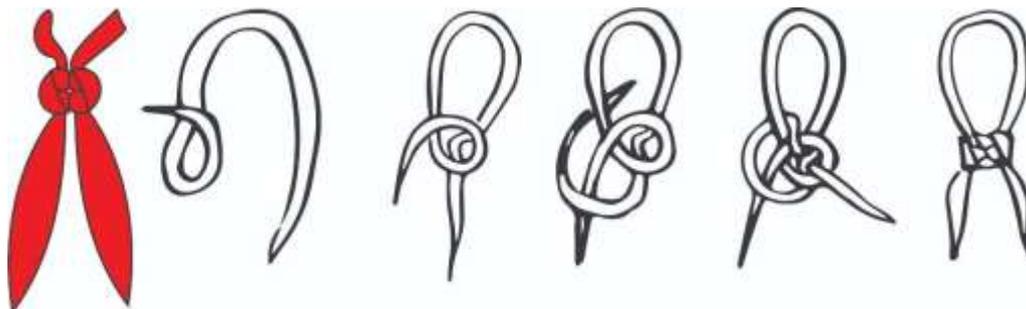
Figura 7 - Nó Republicano, Nó ou Tope Farroupilha



Fonte: Adaptado pelas autoras do livro Indumentária Gaúcha 2015.

O “Nó-de-trança-chata” (Figura 8) lembra um tipo de trança de couro, usado em freios ou buças de cavalos, ou ainda, na fronteira usada para levantar e segurar esporas pesadas. Foi encontrado pela primeira vez na cidade de Júlio de Castilhos em 1954 (PAIXÃO CÔRTEZ, 1979). Talvez por sua difícil feitura, raramente é encontrado nos dias de hoje.

Figura 8 - Nó-de-trança-chata



Fonte: Autoras.

O “Nó Pachola” ou “Nó Ginete” (Figura 9), não pode ser usado em preto e preto e branco. Pode ser disposto ao peito, em duas posições identificando o gaúcho que o uso, como destro ou canhoto, conforme posição da argola formada pela laçada.

Figura 9 - Nó Pachola ou Nó Ginete



Fonte: Adaptado pelas autoras do livro Indumentária Gaúcha 2015.

O “Nó Crucifixo” (Figura 10) é utilizado em missas e festas religiosas sem restrições de cor. O nó possui esse nome porque seu nó se parece e então simboliza um crucifixo.

Figura 10 - Nó Crucifixo



Fonte: Autoras.

O “Lenço Meia-espalda” (Figura 11) é muito usado atualmente em festivais de danças. É um lenço com dobra simples, dobrado uma vez em formato triangular ou dobrado a moda agauchado, passado pelo ombro direito, cruzando por frente o peito e por trás das costas, atado do lado esquerdo, deixando o lado direito livre para as batalhas, pois é uma das formas mais lembradas de que o gaúcho, montado em seu cavalo não está para brincadeira (PAIXÃO CÔRTEZ, 1979).

Figura 11 - Lenço Meia-espalda



Citado no livro de Paixão Côrtes (1979), o lenço usado à maneira Corsária, muito utilizado por marinheiros e navegadores em várias regiões da Península Ibérica, chegou ao Brasil para ser usado pelo exército. O lenço era dobrado triangular e passado sobre a cabeça, atado atrás, com um nó ajustado para prender os cabelos, cujas pontas caíam as costas. O chapéu era usado por cima do lenço. Lembrando muito o modo de uso do lenço antes de descer ao pescoço. Atualmente, este tipo de uso para o lenço é visto nos festivais de danças ou atrações gaúchas.

Considerações finais

No decorrer da pesquisa, constatou-se que alguns nós que apareciam nos livros pesquisados eram iguais em sua execução e formação da laçada, porém possuíam vários nomes e apareciam em ambos os livros. Apresenta-se um quadro com os nomes dos lenços e suas aparições nos livros de Paixão Côrtes e Campus Abreu (Tabela 1).

Quadro 1 - Nomes dos nós encontrados nos livros de Paixão Côrtes (1979) e Campus Abreu (2015)

Nome do Nó	“O Gaúcho danças trajes artesanato” Paixão Côrtes - 1979	“Indumentária Gaúcha” Sonia Campus de Abreu - 2015
Nó -de - Trança -Chata	X	-
Nó de Correr boi, Nó Simples, Nó Chimango, Nó Comum	X	X
Nó-de-Namorado, Nó Apaixonado, Nó de Correr (variações: Nó Bem-casado, Nó Bago de Touro)	X	X
Nó-de-tope, Nó Enforcado	X	-
Nó de Charrua, Nó Três Galhos, Nó Saco de Touro	X	X
Nó Maragato, Nó Quatro Cantos, Nó Rapadura	X	X
Nó Republicano, Nó Tope Farroupilha	X	X
Nó Crucifixo	X	-
Nó Pachola, Nó Ginete	-	X
A Meia-espalda	X	-
Lenço Corsário	X	-

Fonte: Autoras.

Com pesquisas realizadas à campo, através de tradicionalistas, e nas próprias obras, foi possível verificar que o nome do nó muda, muitas vezes por um “apelido” dado em determinada região do Estado. O significado, a maneira de fazer, as cores aceitas e restritas são as mesmas, apenas mudam os nomes, talvez para ser mais fácil de lembrar ou ajustado a forma de vida de cada região.

Verificou-se também que não é regra usar apenas os nós citados nas obras. É possível encontrar outros tipos de nós com outros nomes dentro e fora do estado porque apesar da obra “**Indumentária Gaúcha**” de **Sonia de Campos Abreu** (2015) dizer que o nó deve ser adequado à pilcha que está sendo vestida, o nó do lenço pode ser reinventado por qualquer tradicionalista, ou ainda pode ser inventado uma nova forma de atar o nó, tornando-se o criador um regente.

Uma vez que o lenço é uma peça fundamental na indumentária gaúcha, vindo desde os primórdios da história do povo gaúcho e trazendo consigo a personalidade de cada gaúcho em cada nó de lenço, o gaúcho que honra a cultura gaúcha não sai de casa com sua pilcha sem estar acompanhada de um lenço bem atado sobre o peito, simbolizando o verdadeiro e puro orgulho de pertencer a essa cultura.

Referências

- ABREU, Sonia de Campos. *Indumentária Gaúcha*. Porto Alegre: MTG, 2015.
- BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. *Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo*. Porto Alegre: Age, 2000.
- CELI, Renata. *Cultura Material: o que é?* Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/2019/04/18/cultura-material-o-que-e/>> Acesso em: 12 jun. 2019.
- DA SILVA, Juares Nunes. *Nó de Lenço*. Disponível em: <<http://dancasgauchasdesalao.blogspot.com/p/no-de-lenco.html>>. Acesso em: 23 fevereiro 2019.
- LAMBERTY, Salvador Ferrando. *ABC do Tradicionalismo Gaúcho*, Porto Alegre, ed. Martins Livreiro, 1989.
- MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos tempos atuais*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.
- MAESTRI, Mário. *Paixão Côrtes e a invenção da tradição*. Matéria do jornal online SUL21. Disponível em <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2018/08/paixao-cortes-e-a-invencao-da-tradicao-por-mario-maestri/>> Acesso em: 12 de julho de 2019.
- PAIXÃO CÔRTEZ, João Carlos. *Gaúcho, danças, trajes artesanato*, Porto Alegre, ed. Garatuja, 1979.
- VOLPI, Maria Cristina. *As roupas pelo avesso: cultura material e história social do vestuário*. Artigo publicado na Revista Dobras, v. 7, n. 15 (2014). Disponível em <<https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/75>> Acesso em: 4 de julho de 2019.
- ZATTERA, Véra Stedile. *Pilchas do Gaúcho: Vestuário Tradicional Arreios e Avio de Mate*, Porto Alegre, ed. Palotti, 1995.
- ZATTERA, Véra Stedile. *Trajes Típicos Gaúchos*. Porto Alegre: Pallotti, 1945.

A MOÇÃO DE SÃO LUIZ GONZAGA

Anderson Iura Amaral Schmitz¹³⁰

Nos anos finais do século XIX o governo de D. Pedro II vivia uma importante crise: problemas com o Exército, a Igreja, escravistas e abolicionistas. Importantes políticos e personalidades brasileiras já se manifestavam abertamente em apoio ao republicanismo. Além de pessoas, também já era notória a posição favorável à República de instituições políticas e sociais brasileiras. Nesta onda, São Luiz Gonzaga foi um dos primeiros municípios do Brasil a aprovar **um documento pedindo a mudança na forma de governo. Chamamos de “Moção Republicana”**. A moção é uma proposta apresentada numa assembleia e submetida a avaliação e votação. Neste caso, a moção foi uma proposta do conselheiro José Gomes Pinheiro Machado, mais tarde eleito Senador da República. Pinheiro Machado conseguiu aprovar um documento que pedia o fim da monarquia brasileira.

Palavras-chave: República. São Luiz Gonzaga – RS. Senador Pinheiro Machado. Moção.

Introdução

Desde sua independência o Brasil conviveu com um modelo monárquico hereditário, sendo governado primeiramente por Pedro I e após um período de regentes, por Pedro II. Diferentemente de seus vizinhos americanos, o Brasil não adotou a República como forma de governo. Com o passar dos anos, em nível global, o modelo republicano foi se estendendo à maioria dos países, substituindo as monarquias.

No Brasil, desde muito cedo já havia aspirações republicanas. Com o passar dos anos, os simpatizantes do republicanismo foram se organizando e buscando apoio em importantes instituições, como a Maçonaria, por exemplo. O ano de 1870 foi um divisor de águas nesse processo, tendo em vista a assinatura de um documento intitulado “Manifesto Republicano”. Em 1873, na cidade paulista de Itu estiveram reunidos cidadãos que organizaram um movimento permanente em prol do republicanismo.

A partir de então os ideários republicanos vão aumentando gradativamente e atingido até mesmo os locais mais distantes dos grandes centros, como São Luiz Gonzaga. Na histórica, mas recém-emancipada São Luiz Gonzaga¹³¹ foi eleito o Conselho Municipal, órgão que funcionava como poderes Executivo e Legislativo ao mesmo tempo. Entre os conselheiros encontrava-se José Gomes Pinheiro Machado, mais tarde conhecido como Senador Pinheiro Machado, um dos mais importantes políticos brasileiros do período conhecido como República

¹³⁰Mestre em Patrimônio Cultural, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga. Contato: professorandersonamaral@gmail.com

¹³¹São Luiz Gonzaga foi um dos Sete Povos das Missões, sendo fundado em 1687 e emancipado no ano de 1880.

Velha. Pinheiro Machado já vinha atuando como propagandista das causas republicanas desde sua passagem por São Paulo, onde estudou Direito, tendo sido um dos fundadores do Clube Republicano Acadêmico e do Jornal A República. No regresso ao Rio Grande do Sul foi um dos fundadores do Partido Republicano Rio-grandense e autor de uma moção que pedia o fim da monarquia brasileira.

Desenvolvimento

A Monarquia Hereditária aconteceu no Brasil desde sua independência (1822) e teve como seu primeiro mandatário D. Pedro I, que após a abdicação (1831) deixou no trono seu filho D. Pedro II (1831 – 1889), que assumiu somente em 1840 após a sucessão de regentes.

Em relação ao republicanismo e os conceitos para república, temos que “[...] 2. *Forma de governo em que o povo exerce a soberania, por intermédio de delegados eleitos por ele e por um certo tempo.* 3. *Estado que .adotou essa forma de governo*”¹³².

As manifestações republicanas do século XIX são o ponto de partida de nossas análises acerca do processo sócio-político-cultural que vai, aos poucos, introduzindo um ideário republicano nos brasileiros, mormente naqueles da elite intelectual (que era diminuta), visto que na época apenas uma ínfima parcela da população era letrada.

Vamos nos ater, primeiramente, às manifestações ocorridas a partir da independência brasileira em relação a Portugal. Um movimento importante nesse período foi “A Sabinada” (1837-1838). O objetivo dos revoltosos era separar a Bahia temporariamente do Brasil (até a assunção de Pedro II), criando um estado republicano chamado “República Bahiense”. Sem nos aprofundarmos no tema, temos aí um exemplo importante de uma primeira manifestação de apreço republicana ocorrida no Brasil do século XIX.¹³³

Na sequência temos outro caso em semelhança, a “Revolução Farroupilha”. A província do Rio Grande do Sul, ao tornar-se independente do Brasil em 1836, passou a adotar uma forma republicana de governo. Mesmo que não tenham tido tempo de organizar um modelo governamental, devido ao fato de não terem mantido a nova condição por muitos anos, os rio-grandenses deixaram claras suas intenções nas declarações de seus líderes, na Constituição e no próprio nome da **nação que surgia: “República Rio-grandense”**.

O Presidente Bento Gonçalves afirmou em manifesto escrito em 1838 que:

Perdidas pois as esperanças de concluírem com o Governo de S. M. Imperial huma conciliação fundada nos principios da Justiça Universal, os Rio Grandenses reunidos as suas Municipalidades solenemente plocamam e juram a sua Independencia Politica debaixo dos auspicios do sistema

¹³²Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2019.

¹³³RODRÍGUEZ, 2015, p. 24.

Republicano, dispostos todavia a federarem-se, quando nisso se accorde ás Províncias Irmás que venha a adoptar o mesmo systema.¹³⁴

Esses dois movimentos, iniciados nas províncias da Bahia e do Rio Grande do Sul no Período Regencial trazem indícios de que o republicanismo era algo latente no Brasil oitocentista, tornando-se ainda mais forte na segunda metade desse século.

Bastante conhecido pela historiografia brasileira, o Manifesto Republicano de 1870 propôs a derrubada da Monarquia e o estabelecimento de uma República Federativa no Brasil. Tal documento, publicado em dezembro de 1870, assinado por 60 homens entre jornalistas, médicos, engenheiros, advogados e comerciantes frisou a necessidade da proclamação de uma república:

Se houver, pois, sinceridade ao proclamar a soberania nacional, cumprirá reconhecer sem reservas que tudo quanto ainda hoje pretende revestir-se de caráter permanente e hereditário no poder está eivado do vício da caducidade, e que o elemento monárquico não tem coexistência possível com o elemento democrático. [...] Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa consciência, apresentamo-nos, perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do Partido Republicano Federativo.¹³⁵

O Manifesto, representado pelo trecho anterior, demonstra a pretensão de seus proponentes em revogar o governo monárquico e iniciar uma nova senda política em nosso país. O texto do manifesto percorre o caminho histórico brasileiro desde sua independência mostrando o quanto já havíamos nos equivocado em seguir o modelo monárquico, **principalmente tecendo críticas à cópia do (segundo os manifestantes), “falido modelo francês de Napoleão III”**. Também se explicita na escrita republicana de 1870 duras críticas ao sistema vigente por não haver eleições livres, devido ao controle realizado por órgãos governamentais e à existência do poder moderador que poderia dissolver a câmara e um senado vitalício.¹³⁶

Na sequência, influenciados pelos convencionais de 1870, estiveram reunidos representantes republicanos no ano de 1873, na cidade paulista de Itu. Na ocasião ficou definido que criariam uma assembleia de representantes republicanos em São Paulo, de onde surgiria um partido republicano, o Partido Republicano Paulista – PRP. No encontro, ficaram definidas as diretrizes do republicanismo em São Paulo, orientando a postura dos membros do partido.¹³⁷

A partir da Convenção de Itu, alguns partidos e inúmeros clubes republicanos surgem no Brasil, inclusive em São Luiz Gonzaga. Junto à criação das agremiações citadas, também são confeccionados muitos manifestos em desfavor da monarquia.

¹³⁴Manifesto do Presidente da República Rio-grandense em nome de seus constituintes.

¹³⁵Manifesto Republicano de 1870.

¹³⁶Manifesto Republicano de 1870.

¹³⁷RODRÍGUEZ, 2015, p. 31.

O Manifesto do Clube Republicano do Pará em 1886 trouxe um conteúdo baseado nos ideais positivistas de Auguste Comte, filósofo francês criador da Teoria Positivista e o grande responsável pelo surgimento da Sociologia como uma ciência humana. Os republicanos paraenses afirmaram no texto que a mudança na forma de governo era condição essencial para que ocorresse um progresso no Brasil. O documento baseia-se no manifesto de 1870, ampliando suas análises históricas e políticas.¹³⁸

No Congresso Republicano Federal de 1887, além dos ideais Comtistas citados anteriormente, surgem elementos liberais. Denota-se no texto a concepção liberal quando é analisada a necessidade de uma política voltada à defesa de direitos inalienáveis do homem, como a liberdade e a igualdade, tecendo críticas ao modelo monárquico por distinguir a sociedade e manter privilégios para determinados grupos, em detrimento à maioria.

Em 1888 o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Pernambucano também lançam seus manifestos. Ambos trazem elementos Comtianos em sua sustentação, o manifesto paulista faz uma análise da Lei Áurea, daquele mesmo ano. Ao mesmo tempo em que aplaudem a ação, os republicanos lembram que o escravismo é um elemento monárquico. Por fim se manifestam frontalmente contrários à existência de um terceiro reinado. Os pernambucanos, por sua vez, apesar do apelo positivista, acentuam a importância da criação de uma república moderada, com poderes descentralizados. Esse modelo vai conduzir a uma república onde a paz se sustentará na ordem e no progresso.¹³⁹

Proposta em 1887 e aprovada em janeiro de 1888 pela Câmara Municipal de São Borja, a “Moção de São Borja” constitui um importante momento da história republicana brasileira. Apparício Mariense da Silva foi o proponente. O documento propunha que, ao fim do governo de D. Pedro II, fosse realizado um plebiscito para que o povo escolhesse seu futuro político, visto não ser admissível que o reinado continuasse com a filha do Imperador, Princesa Isabel. Proposta semelhante já havia sido aprovada por Apparício na Loja Maçônica do município.¹⁴⁰ O modelo são-borjense serviu de inspiração para outros tantos que foram aprovados na sequência.

Uma importante figura da propaganda republicana foi Antônio da Silva Jardim. O jovem professor e advogado (nascido em 1860) destacou-se em uma caravana por diversas cidades da região sudeste do Brasil em feroz combate contra a monarquia e em favor da república, do positivismo e da democracia. “Alertado” pela “Moção de São Borja” promoveu e participou de debates que levaram outras Câmaras Municipais e instituições políticas e sociais proporem moções contra a monarquia, como em Santos e São Simão no estado de São Paulo. A primeira seguia a premissa da moção são-borjense, mesmo que não houvesse sido debatida

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ RODRÍGUEZ, 2015, p. 36-40.

¹⁴⁰ O'DONNELL, Fernando O. M. Aparício Mariense: contextualização histórica e dados biográficos. Santa Maria: Pallotti, 1983.

promulgada em órgão governamental e sim por grupos republicanas. Enquanto a outra pedia um plebiscito ainda em 1888, para que o povo definisse logo a forma de governo a ser implantada no Brasil. Além dessas, outras cidades também tiveram reuniões de cunho republicano, como Campinas e São Paulo. Silva Jardim manteve uma intensa propaganda republicana, chegando, inclusive, a sugerir uso de armas para derrubar o poder monárquico em um discurso na cidade de Santos.¹⁴¹

Em célebre discurso no Congresso do Partido Republicano Paulista, em 24 de maio de 1888, Silva Jardim, representando o Clube Republicano de Santos, mais uma vez demonstrou toda sua aversão à forma monárquica, usando para isso um cabedal de recursos retóricos e conceituais que fizeram de seu pronunciamento o mais aplaudido da noite, sendo reconhecido como de extrema importância histórica pelo Presidente do Congresso e futuro Presidente da República, o senhor Prudente de Moraes.¹⁴²

Na oportunidade Silva Jardim chegou a propor a separação da Província de São Paulo do Brasil caso houvesse uma continuação monárquica no país. Afirmou com ênfase que:

[...] acima de tudo sou, é republicano; o que acima de tudo nós somos, é republicanos, é patriotas; o que portanto, acima de tudo nós somos, é adversarios, actualmente inimigos mesmo, da Monarchia em nosso Paíz; o que a todos nos invade é a convicção de que ella é hoje um perigo social, um elemento de perturbação e de lucta, pelo seu antagonismo com as aspirações nacionaes, corpo estranho que é no organismo brasileiro; o que nós queremos, portanto, acima de tudo, parece-me, de um modo mais ou menos perfeito, com federação, com unitarismo, ou com separação, é a Republica, é a eliminação da Monarchia, extinção do privilegio de casta, e governo da Opinião¹⁴³

O que parecia muito claro a todos é que a república chegava com força no Brasil. A mesma encontrou eco em grande parte dos políticos brasileiros, somada ao contexto internacional de supressão das monarquias e ascensão das repúblicas. Sobre o tema monarquia, o Brasil carregava fardos pesados desde o fim da Guerra do Paraguai em 1870.

A disputa por poder entre o Imperador e os oficiais do Exército e Marinha ficou conhecida como “Questão Militar”. Neste episódio, os militares queixavam-se de falta de aumentos salariais; “banimento” dos líderes militares para províncias distantes e de menor poder em relação às do Sudeste Brasileiro; censura em relação a publicações de artigos e ideias na imprensa; entre outros. Diante da crise institucional, em 15 de novembro de 1889 os

¹⁴¹RODRÍGUEZ, 2015, p. 50-58.

¹⁴²PESSOA, Reinaldo Xavier Carneiro. O discurso de Silva Jardim no Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888.

¹⁴³Idem.

militares efetuaram um golpe de Estado e retiraram D. Pedro II do poder, expulsando-o do Brasil e inaugurando a República Brasileira.¹⁴⁴

Somada à Questão Militar, tivemos ainda, atritos entre o governo e a religião. Tudo começou em 1864 quando o Papa Pio IX determinou que os membros da Maçonaria deveriam ser expulsos da Igreja Católica. No Brasil a situação ficou aflitiva, visto que o Imperador era maçom e católico. Baseado no sistema de Padroado, que dava poderes ao Imperador para vetar leis religiosas em seu país, D. Pedro vetou a bula papal, recebendo apoio da maioria dos clérigos brasileiros, com exceção dos Bispos de Olinda e Belém, que expulsaram maçons de suas paróquias e acabaram sendo presos e condenados pelo Imperador. Mesmo tendo revogado mais tarde a sentença, a Igreja Católica no Brasil passou a ocupar importante papel na divulgação dos ideais republicanos.

Outro importante fator de pressão sobre o governo de D. Pedro II (provavelmente o maior deles) estava centrado na discussão abolicionista/escravista. Diversas leis abolicionistas, como a Lei Euzébio de Queiroz (1850), que extinguiu oficialmente o tráfico de escravos no Brasil; a Lei do Ventre Livre (1871), que tornava livre os filhos de escravos nascidos depois da promulgação da referida lei; a Lei dos Sexagenários (1885), que dava liberdade aos escravos ao completarem 65 anos de idade; e, finalmente, a Lei Áurea, de 1888, assinada pela Princesa Isabel, aboliu a escravidão no Brasil foram elementos que atraíram críticas ao governo de ambos os lados. Tanto (ex) escravos e abolicionistas, que consideravam as leis demoradas e sem efeito prático, quanto escravistas que reclamavam da falta de políticas públicas para substituição da mão-de-obra e principalmente da ausência de indenizações sobre os escravos libertos puseram-se diametralmente contra o sistema monárquico.

Dessa forma, com tanta oposição contra si, a monarquia brasileira começava claudicar, seja pelos ideais militaristas pós-guerra do Paraguai e pelas questões religiosa e abolicionista, recém-enunciadas, seja pelo próprio enfraquecimento físico (falava-se que D. Pedro estava velho e cansado de governar) e de poder político do Imperador D. Pedro II.

Nesta onda, São Luiz Gonzaga foi um dos primeiros municípios do Brasil a aprovar um documento pedindo a mudança na forma de governo. Chamamos de **“Moção Republicana”**. A moção é uma proposta apresentada numa assembleia e submetida a avaliação e votação. Neste caso a moção foi uma proposta do conselheiro José Gomes Pinheiro Machado, mais tarde eleito Senador da República.

Há muito tempo sabia-se sobre a moção de São Luiz Gonzaga, mas foi somente no ano de 2017 que conseguiu-se estudá-la a fundo, a partir da doação de documentos do acervo de José Gomes (historiador leigo falecido no ano de 2004) por sua esposa Irene Gomes. Entre os

¹⁴⁴ Maiores dados sobre as Questões Militar, Religiosa e a causa abolicionista podem ser encontrados em COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à República: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 483-485.

documentos está a ata do Conselho Municipal de São Luiz Gonzaga de 27 de fevereiro de 1888. Naquela data os conselheiros (autoridades legislativas e executivas) de São Luiz Gonzaga aprovaram uma moção proposta por José Gomes Pinheiro Machado.¹⁴⁵

No livro *A História de São Luiz Gonzaga*, de autoria de José Gomes se encontrava o único relato sobre a moção: um pequeno texto cita a tentativa frutífera do conselheiro José Gomes Pinheiro Machado, em 27 de fevereiro de 1888, em aprovar uma moção requerendo que a Assembleia Provincial se manifestasse e promovesse perante o Parlamento Brasileiro a ideia da convocação de uma nova Constituição em que se declarasse o fim da monarquia no Brasil.¹⁴⁶

Partindo da informação supra, os pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga (IHGSLG) sempre nutriram a esperança de encontrar o livro de atas da Câmara de Vereadores do referido período, mas o mesmo era dado como queimado em um incêndio nos arquivos da casa legislativa. A viúva de José Gomes, senhora Irene Gomes informou que a posse dos livros por parte do historiador dava-se ao fato de que os livros haviam sido descartados e seriam queimados, então o mesmo ficou com eles para evitar seu descarte.

De posse da documentação, a equipe de pesquisadores do Centro de Documentação e Memória teve acesso à íntegra da ata que narra o episódio em estudo. Na sequência da pesquisa também foi encontrado o ofício vindo de Porto Alegre pedindo cópia da ata que aprovou a moção. Não foi localizada a moção propriamente dita: as buscas em arquivos da Assembleia Legislativa e outros na capital do Rio Grande do Sul não foram exitosas.

A análise da documentação e da bibliografia sobre o tema revelaram que esta moção foi muito audaciosa, tendo seguido o modelo proposto pela Câmara de São Borja – RS no mês anterior. Mas apesar de inspirar-se na moção são-borjense, a de São Luiz Gonzaga foi mais radical, pois afirmava a necessidade de acabar com a Monarquia, enquanto a de São Borja previa um plebiscito para discutir a sucessão do trono de D. Pedro II, não aceitando a Princesa Isabel como governante.

Pinheiro Machado propôs à Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul que esta, de forma urgente, pedisse ao Parlamento Nacional que convocasse uma constituinte para mudar a Carta Magna de 1824, propondo o fim da monarquia através da extinção do artigo quarto da lei. O artigo em tela escrevia que *“a Dynastia Imperante é a do Senhor Dom Pedro I actual Imperador, e Defensor Perpetuo do Brazil”*¹⁴⁷.

Desta forma, constatamos que São Luiz Gonzaga destaca-se como um dos primeiros (senão o primeiro) municípios brasileiros a sugerir, de forma oficial, a destituição de D. Pedro

¹⁴⁵ Livro de Atas do Conselho Municipal de São Luiz Gonzaga de 1888 a 1905. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga.

¹⁴⁶ GOMES, José. *A história de São Luiz Gonzaga*. São Luiz Gonzaga: Gráfica A Notícia, s/data.

¹⁴⁷ Constituição do Brasil de 1824.

II do cargo de Imperador do Brasil e o fim da monarquia. Nota-se que a proposta prevê a extinção da monarquia brasileira através de mudança na Constituição, ficando excluído do debate qualquer tentativa de ouvir a população via plebiscito, o que torna a moção são-luizense muito mais radical e enfática que as demais propostas já apresentadas.

A aprovação da moção não foi um momento tranquilo. O resultado final foi um empate em dois a dois. José Gomes Pinheiro Machado (autor da indicação) e Pedro Carneiro Lobo (presidente) votaram a favor; sendo contra os conselheiros Deolindo Vieira Marques e José Gomes Sertório Portinho. Estranhamos a ausência de João Luiz Nascimento. João Luiz era oficial do exército e grande proprietário de terras na região, fixando residência no então 3º distrito de São Luiz Gonzaga, hoje o município de Bossoroca.

Grande liderança política na região, o Coronel João Luiz era monarquista, apesar de algumas atitudes liberais para a época, como a libertação de seus escravos em 1876. Nascimento ocupava um dos cargos eletivos do Conselho Municipal desde a elevação de São Luiz à categoria de vila (onde teve participação importantes) em 1880, participando até o ano de 1902.¹⁴⁸ Seu nome era presença certa nos debates relatados nas atas da época referida, Então por que não estava presente no dia da votação? Como votaria em relação ao pleito de Pinheiro Machado? Obviamente não temos estas respostas. O fato é que sua ausência não prejudicou sua atuação política e tampouco evitou a aprovação da Moção. Sabemos que, apesar de seu partidarismo monarquista, mantinha estreita relação com Pinheiro Machado, o que pode ter sido decisivo para sua ausência.

Pinheiro Machado foi uma das figuras mais destacadas (senão a mais) no período de consolidação da República no Brasil. José Gomes Pinheiro Machado nasceu em Cruz Alta no ano de 1851, mas sua terra de coração era São Luiz Gonzaga, pois passou a residir no local em 1854. Em 1865 matriculou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, de onde fugiu para se alistar, ainda menos de idade, nas fileiras do Exército Brasileiro para lutar na Guerra do Paraguai. Esta ação demonstra a valentia e o vanguardismo que iria nortear os feitos de Pinheiro Machado, como demonstrado na Moção de São Luiz Gonzaga em 1888. Após concluir o curso de direito e casar-se em São Paulo, Pinheiro Machado retorna a São Luiz Gonzaga em 1878, onde fundou o Clube Republicano de São Luiz Gonzaga e elegeu-se Conselheiro Municipal.¹⁴⁹ O ápice de sua carreira política deu-se no Senado, onde atuou de 1890 a 1915 quando foi assassinado.¹⁵⁰

A Moção marcou a entrada de Pinheiro Machado no cenário político nacional e coloca, a partir da publicação deste estudo, São Luiz Gonzaga definitivamente nos estudos dos historiadores e amantes da história nacional. Este município deve figurar como um

¹⁴⁸ Livro de Atas do Conselho Municipal de São Luiz Gonzaga de 1888 a 1905. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga.

¹⁴⁹ PORTO, Costa. Pinheiro Machado e o seu tempo. Porto Alegre: L&PM, 1985.

¹⁵⁰ CABRAL, Cid Pinheiro. O senador de ferro. Porto Alegre: Sulina, 1969.

desbravador da política nacional nos em fins do século XIX ao propor oficialmente a criação de uma República no Brasil.

Considerações finais

A história não deve ser encarada como algo estanque, vedado, estagnado. Fatos e períodos históricos podem ser revistos a qualquer instante, as pesquisas históricas trazem à tona novos elementos que reescrevem a trajetória passada. Este é o caso da Moção de São Luiz Gonzaga.

São Borja foi pioneira no movimento de Assembleias Municipais em protesto ao modelo monárquico, destacam-se também municípios como São Simão em São Paulo, que em 31 de janeiro de 1888 aprovou uma moção republicana que pedia que se consultasse o povo sobre a presença ou não da monarquia, assim como outros o fizeram na sequência. Porém o documento de São Luiz Gonzaga é enfático: que a Assembleia Provincial se dirija ao Parlamento Federal requerendo uma nova Constituição que estabeleça o fim do regime monárquico no Brasil.

Também verificamos a presença de José Gomes Pinheiro Machado em uma de suas primeiras atuações como legislador. A figura de amplo destaque na jovem república brasileira surge na vanguarda dos acontecimentos, mostrando, já em 1888, que sua atuação na política brasileira seria indelével.

Trata-se também de reverenciarmos o papel das instituições de salvaguarda e custódia de documentos históricos, neste caso do IHGSLG e seu Centro de Documentação e Memória. Esta instituição completa 35 anos de ininterrupta ação em prol da história, memória e cultura no ano de 2019. O relevante papel do IHGSLG é de conhecimento público, a instituição destaca-se desde sempre por sua atuação brilhante na Região das Missões. Nos últimos, com a criação do Centro de Documentação e Memória, reuniu importante e vasta documentação sobre a história local e regional e cada vez mais aprofunda suas pesquisas e produções historiográficas.

Logicamente que não se esgotam os estudos e análises sobre o republicanismo no Brasil e tampouco sobre a participação de São Luiz Gonzaga na história nacional, mas com certeza, a partir da divulgação e análise dessa inédita documentação, o IHGSLG e São Luiz Gonzaga se fortalecem, o primeiro como centro de excelência em pesquisa histórica e o segundo mais uma vez como um dos mais importantes municípios na história do Brasil.

Até então esquecida, a Moção de São Luiz Gonzaga começa a ter destaque como um dos documentos mais importantes entre aqueles que propunham o fim da monarquia no Brasil.

Referências

BRASIL. Constituição de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso: 20 maio 2019.

CABRAL, Cid Pinheiro. O senador de ferro. Porto Alegre: Sulina, 1969.

CARVALHO, Maria Alice Ferreira de. Vertentes do republicanismo no oitocentos brasileiro. Disponível em: <<file:///D:/Downloads/13277-Texto%20do%20artigo-16250-1-10-20120517.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2019.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à República: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/rep%C3%BAblica>>. Acesso em: 8 maio 2019.

GOMES, José. A história de São Luiz Gonzaga. São Luiz Gonzaga: Gráfica A Notícia, s/data.

LIVRO de Atas do Conselho Municipal de São Luiz Gonzaga de 1888 a 1905.

MANIFESTO Republicano de 1870. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4360902/mod_resource/content/2/manifesto%20republicano%201870.pdf>. Acesso em: 19 de fev. 2019.

O'DONNELL, Fernando O. M. Aparício Mariense: contextualização histórica e dados biográficos. Santa Maria: Pallotti, 1983.

PESSOA, Reinaldo Xavier Carneiro. O discurso de Silva Jardim no Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888. Disponível em: <<file:///D:/Downloads/133174-Texto%20do%20artigo-254853-1-10-20170525.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

PORTO, Costa. Pinheiro Machado e o seu tempo. Porto Alegre: L&PM, 1985.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. O Republicanismo Brasileiro. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/11/rodriguez_republicanismo_brasileiro.jpg.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019

SCHMITZ, Anderson Iura Amaral. A Moção de São Luiz Gonzaga. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/89010>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SILVA, Bento Gonçalves da. Manifesto do Presidente da República Rio-grandense em nome de seus constituintes. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7479>>. Acesso em: 17 maio 2019.

REFLEXOS DA POÉTICA LEONENSE: QUANDO A HISTÓRIA VIRA POESIA E UM POETA VIRA LEI

Carlos Eugênio Costa da Silva¹⁵¹

A história de uma cidade, que vira poesia e ganha espaço em atividades municipais como a Semana Literária, Mostra Pedagógica, ações da Casa de Cultura e até o Projeto Autor Presente do Instituto Estadual do Livro. Uma lei que homenageia um poeta estimula à escrita e a leitura, proporciona à comunidade em geral o acesso à literatura, promove a composição poética e destaca as obras dos bardos locais... e tudo ganha vida na edificação coletiva que em varais poéticos invade a cidade. Este trabalho busca apresentar os reflexos impulsionados pela literatura na cidade de Capão do Leão e seu poder de transformação, na renovação da autoestima e mudanças de pensamentos, atitudes e ações a respeito de nossa importância para o meio em que vivemos e a promoção da cidadania, da conquista do espaço individual na construção do coletivo.

Palavras-chave: História regional. Poética histórica. Literatura. Cidadania.

A poesia é o alimento da alma e a voz do coração, é a materialização de sentimentos que desvendam o nosso ser e nos levam além através da imaginação. Do grego “poiésis”, que significa a ação de fazer algo, a poesia é um gênero literário de estrutura própria, dividida “basicamente” em verso (cada linha de um poema), estrofe (conjunto de versos) e rima (combinação de sons) ou não, como podemos ver em versos brancos.

Em todos os períodos históricos no mundo sempre existiu alguém que por meio de evocações imagéticas e impressões através de ritmos harmônicos, criou, recriou e fez da poesia a linguagem dos sentimentos, das emoções. No Brasil, bem antes da colonização portuguesa sabemos da existência de certo gênero de poesia entre os indígenas, servindo-lhes para o canto e seus poetas encontrando admiração até por seus inimigos. Com a chegada dos missionários jesuítas e após conhecerem as tendências indígenas, eles começaram a usar a música e a poesia como meios de catequese. Em seus colégios começaram logo ensinar a cantar aos pequenos filhos da terra e mais tarde compuseram comédias e autos sacros para eles representarem, provendo assim, o primeiro impulso da poesia e do teatro no Brasil, até então constituído por estrangeiros.

Na educação, a poesia também ganhou espaço, conforme Rosa (2009) nos revela:

¹⁵¹Professor graduado em Letras – Português/Literatura, com Especialização em Psicopedagogia Institucional. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Capão do Leão, Academia Sul-Brasileira de Letras e Estância da Poesia Crioula.

Os atenienses educavam os meninos tornando-os fortes e aptos para proteger a cidade. Eles ficavam aos cuidados de um pedagogo para aprenderem lições de aritmética, música, escrita, educação física e literatura. Decoravam longos poemas, como as narrativas heroicas, pois o ideário era inculcar-lhes o senso de virtuosidade que lhes forjaria o caráter de bom cidadão para a Polis (ROSA, 2009).

A presença da poesia abre horizontes, a educação como prática de transformação pode utilizá-la para estimular questões ligadas ao universo do sentir, pensar, agir e mover-se num sentido de união entre conhecimento e sensibilidade na busca da mudança em si e no mundo a sua volta:

O mundo da poesia é singular e múltiplo ao mesmo tempo. Ele é singular quando revela o Ser na sua forma única de existir e é múltiplo quando é fruto da experiência de mundo vivida. Portanto, a poesia é a maneira do homem perceber o mundo, mas ela só se revela quando o homem é tomado pelo mundo. Por isso, ao entregar-se ao mundo, de ser parte dele, o homem se percebe dentro da cultura em que está inserido. Pela poesia, este entregar-se busca o sentido de humanização através do educar-se. Neste sentido de entrega, reconhecemos a poesia não apenas como modo de expressão literária, mas como um estado do Ser que advém da participação, do fervor, da admiração, da comunhão, da embriaguez, da exaltação e, obviamente, do amor, que contém em si todas as expressões desse estado (FERREIRA, 2011).

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a influência da ação poética como ferramenta pedagógica no município de Capão do Leão, onde através de iniciativas voluntárias e da união de segmentos, públicos ou privados, a presença da poesia pode ganhar espaço contribuindo nas questões de pertencimento e fortalecimento da autoestima, divulgação da história do município, inclusive a literária, até então não abordada, suscitando o incentivo à escrita e leitura.

O cenário

Capão do Leão, município ao sul do Rio Grande do Sul, com aproximadamente 25.297 habitantes (IBGE, 2018), emancipou-se de Pelotas no dia 03 de maio de 1982. Mesmo sendo considerado um município novo, conforme pesquisas do professor Joaquim Dias, em 1809 já existiam documentos comprovando a sua existência e a rica história que constituiu. Seus domínios abrigaram históricas personagens como Rafael Pinto Bandeira – **“A maior Espada Continentina do século XVIII”** e Hipólito José da Costa – **“Patrono da Imprensa Brasileira”** e sua família. A carta para que a Freguesia de São Francisco de Paula, hoje Pelotas, fosse criada, partiu de Capão do Leão a pedido de Pedro Pereira de Mesquita - Padre Doutor, que também foi a sua primeira sede:

Outra figura importante da história da região foi o irmão de Ana Josefa, Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, o Padre Doutor. Esse apelido não era devido a ele ser médico, mas sim por ser grande estudioso, inclusive tendo feito faculdade em Coimbra. Foi Vigário da Vara - representante do Bispo em determinada região - por 25 anos. Também foi proprietário de parte da Estância Santa Ana, onde morou com sua irmã, cunhado e sobrinhos. Teve grande participação na educação dos sobrinhos prodígios. Foi Padre Doutor que enviou solicitação, através do seu sobrinho, Padre Felício, de criação da Freguesia de São Francisco de Paula, em 1812. A primeira sede da Freguesia foi na Estância Santa Ana (SILVA, 2017).

Reflexos da Poética Leonense

A azáfama diária a qual estamos expostos na busca por nossos objetivos materializados no trabalho, estudos e compromissos diversos, muitas vezes nos priva de um olhar perceptivo do que está a nossa volta, e tudo se torna prosaico, escondendo a beleza e o encanto do que deixamos de observar. Mas um dia, num simples levantar da frente, conseguimos perceber algo diferente, e assim, nosso ambiente se torna o melhor lugar do mundo, que apesar de seus problemas, nos incita a aferir soluções e escrever nova história através da labuta, da coletividade, da vivência (DA SILVA, 2017).

O projeto “Pra Poetizar minha Cidade” teve esse objetivo, fazer com que as pessoas olhassem com outros olhos o cotidiano e reconhecessem o quanto há de atrativo em sua cidade, semeando poesia para que os brotos nascidos mostrassem que há expectativas de uma renovação.

No ano de 2016, a cidade de Capão do Leão realizou a sua 3ª Feira do Livro inovando em algumas questões que refletiram de maneira positiva. O patrono da Feira, poeta Carlos Eugênio Costa da Silva, foi integrado à comissão organizadora do evento, quinze dias antes da **abertura oficial, realizando oficinas de poesias com o tema “Pra Poetizar minha Cidade”** (lema da Feira), em todas as dez Escolas Municipais de Ensino Fundamental, buscando tornar a literatura acessível e transformadora. Durante a III Feira do Livro, as produções poéticas dos alunos ganharam destaque transformando-se em adesivos que foram fixados nos ônibus intermunicipais e de transporte escolar da SMECD; cartões, que foram impressos compondo **uma árvore de poesia em plena praça onde os visitantes puderam “colhe-las”** para levar de lembrança e também foi lançado um opúsculo com todos os poemas estudantis. Tais ações, com o apoio incansável da Secretária de Educação Suélen Cunha e toda a equipe da SMECD, além de integrar alunos fazendo-os protagonistas do evento, também proporcionaram à Feira um público recorde, comprovado por informações da Biblioteca Itinerante do SESC, que registrou em seu espaço uma visita superior à da Expointer de Esteio.

Quando a história vira poesia

Em 2017, o Instituto Histórico e Geográfico de Capão do Leão estabelece uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação, a fim de ministrar palestras sobre a história do município, nas Escolas, o que possibilitou integrar-se à Educação levando uma síntese de suas pesquisas e experiências aos alunos e professores, pois em uma análise preliminar, constatou, nos educandários, a falta de material impresso, acessível e atualizado sobre Capão do Leão, para uso de todos.

As palestras alcançaram sucesso, levando o conhecimento e divulgando o IHGCL que começou a receber frequentes visitas.

Ciente dos fatos, atuando nas palestras e com base nas experiências poéticas que já faziam parte do cotidiano leonense desde a III Feira do Livro, o poeta Carlos Eugênio, alicerçado em pesquisas do IHGCL capitaneadas por Arthur Victoria Silva, Joaquim Dias e Jairo Costa, compôs a “Coleção Raízes Leonenses”, literatura de Cordel, confeccionada artesanalmente com capas em xilogravuras em isopor. Dividida em cinco títulos, buscou poetizar a temática histórica assim constituída: Opúsculo 01 – Pra versejar tua história – Reflexos de Cordel sobre a História de Capão do Leão; Opúsculo 02 – Hipólito José da Costa – um leonense por adoção; Opúsculo 03 – Culturalmente – Fragmentos Culturais da História Leonense (Fundação da Biblioteca Pública, Feiras do Livro, Casa de Cultura, IHGCL e “outras cositas”); Opúsculo 04 – Pedreira do Estado: onde o trabalho alicerçou o progresso, e; Opúsculo 05 – Nossos Prédios, Nossa História, que foi lançado em 2018.

A Coleção trouxe uma linguagem simples e de fácil interpretação, ganhando respaldo e sendo adquirida por algumas escolas. Também auferiu o status de ser a primeira obra em poesia sobre a história de Capão do Leão, tendo destaque na 1ª Semana Literária de Capão do Leão; Mostra Pedagógica das EMCL; Palestras da Casa de Cultura junto a projetos sociais; Projeto Autor Presente do Instituto Estadual do Livro e Projeto Herança Cultural realizado pelo CTG Herança Campeira.

Mas... precisava-se uma garantia de que a utilidade da poesia e as sementes plantadas continuariam a germinar como promotoras da cidadania, do incentivo à leitura e escrita, da expressão individual na construção do coletivo.

E um poeta vira lei

Florisbelo Garcia Barcellos, natural de Piratini, mas leonense por escolha desde tenra idade, nasceu no dia 5 de julho de 1907. Barbeiro por profissão e inspirado poeta, lançou em 1928, seu primeiro livro, intitulado “O orgulho quebrado pela força do amor e destino – Henrique Salcedo”. Algumas curiosidades sobre a obra nos trazem os seguintes fatos: de 1928 a 1979 o livro teve oito publicações alcançando um feito inédito para a época e até hoje superado por poucos escritores; é considerada a mais conhecida peça em cordel na história

literária do Rio Grande do Sul sendo lembrada ainda hoje e conhecida pelo domínio popular; em 1959, foi plagiada em São Paulo, conseguindo Florisbello Barcellos provar que era o verdadeiro autor e receber indenização do plagiador, dos males o menor é que podemos através desse fato comprovar a presença da obra fora do Rio Grande do Sul e sua qualidade. No ano de 1929 lançou “Mambira na Cidade – coleção de sonetos e variedades” e em 1931 “A derrota do Cavanhaque” em alusão ao presidente da República Washington Luiz de Souza, deposto em 1930 por uma junta militar. Florisbello faleceu em 1º de maio de 1983, dois dias antes de ver seu Capão do Leão completar um ano de emancipação.

E aí estava o mote necessário. Dedicado a uma pesquisa mais ampla, o poeta Carlos Eugênio, sob a indicação do pesquisador Arthur Victoria Silva, do IHGCL, busca informações junto a um dos filhos de Florisbello Barcellos, senhor Camilo Sidnei Barcelos, e ganha dele um exemplar de Henrique Salcedo e a cópia de algumas fotos e da certidão de óbito do bardo leonense. Em conversa com moradores antigos no município, recebeu informações sobre o local onde o poeta trabalhava, sua dedicação à poética, suas inspirações e vivências.

Munido de um importante dossiê, apresentou ao vereador Glei Rodales a sugestão da criação do “Dia do Poeta Leonense”, em homenagem a Florisbello Barcellos. Após a apresentação do projeto de lei e votação, engenha-se então a lei 1917/2018, aprovada por unanimidade instituindo o dia 05 de julho, aniversário de Florisbello Barcellos, como o Dia do Poeta Leonense:

LEI ORDINÁRIA Nº 1917/2018

“Dispõe sobre a instituição do Dia do Poeta Leonense a criação da Comenda de Mérito Poético Florisbello Garcia Barcellos e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

LEI

Art. 1º – Fica instituído o dia 05 de julho, como o “DIA DO POETA LEONENSE” em homenagem a FLORISBELO GARCIA BARCELLOS, vate leonense cuja inspiração ultrapassa fronteiras colocando nosso município no cenário literário nacional ainda hoje.

Parágrafo 1º – o presente projeto tem por objetivo proporcionar à comunidade em geral uma oportunidade maior de contato com as letras, incentivando a leitura e a escrita, bem como homenagear os poetas e escritores dedicados a nosso município.

Parágrafo 2º - buscar-se-á junto as escolas a promoção da composição poética, realizando-se a “Semana do Poeta Leonense” com uma exposição dos trabalhos produzidos.

Art. 2º – Fica criada a Comenda de Mérito Poético Florisbelo Garcia Barcellos, que passa a integrar o conjunto das honrarias da Câmara Municipal de Capão do Leão, e sua concessão darse-á por meio de Decreto Legislativo de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal, em consenso com cada um dos vereadores.

Art. 3º – A presente Comenda destina-se a homenagear personalidades físicas: poetas, escritores ou não, que tenham efetivamente prestado relevantes serviços ao desenvolvimento literário, artístico e cultural do Município, incentivando a leitura, a divulgação e a criação de textos literários.

Art. 4º – A referida Comenda será entregue anualmente, no dia 5 de julho, data comemorativa ao Dia do Poeta Leonense, instituído no art. 1º desta Lei, em sessão solene a realizar-se na Câmara Municipal homenageando uma personalidade de destaque que se enquadre na relevância do artigo anterior.

Parágrafo único – As personalidades que concorrerão ao agraciamento com a referida Comenda serão indicadas pelos membros do Poder Legislativo, que não poderão exceder ao número de uma indicação por bancada, encaminhando à Mesa Diretora da Câmara para que sejam tomadas as providencias necessárias no que tange à constituição da propositura concessória e a confecção da Comenda, preceituadas no art. 2º desta Lei.

Art. 5º – No dia da entrega da Comenda, o agraciado também receberá o Decreto Legislativo concessor em forma de Diploma.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, CAPÃO DO LEÃO, 11 DE JUNHO DE 2018.

Mauro Nolasco Prefeito

Registra-se e publique-se.

Crístoni Costa Secretário de Governo

Como a lei foi aprovada no dia 11 de junho de 2018, os responsáveis precisaram unir forças para que a 1ª Semana do Poeta Leonense se efetivasse, então, por conta da assessora Silvana Cunha foram traçadas metas, divulgada a lei e lavrado ofícios convidando os setores para integrassem-se ao momento, o que foi atendido por todos. Na Casa de Cultura, o diretor Everson Maré, a bibliotecária Dionara Bergmann e o estagiário Israel Saldanha se responsabilizaram pela exposição. Então, o poeta Carlos Eugênio incumbiu-se de organizar

uma Coletânea de Poetas Leonenses, tendo a participação de 28 bardos nascidos, moradores ou que tivessem alguma relação comprovada com o município. A coletânea foi impressa e doada à Biblioteca Jornalista Hipólito José da Costa e para o Instituto Histórico e Geográfico de Capão do Leão. Cópias dos poemas foram feitas para compor a exposição na Casa de Cultura e espalhadas em Varais Poéticos em vários pontos da cidade como a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Bannrisul, Secretaria de Assistência Social, IHGCL, Centro de Referência da Juventude e ONG Semear. Mesmo com o tempo reduzido, houve a participação dos alunos da EMEF Senador Darcy Ribeiro que com a organização da professora Anaurelina Carret, produziram poemas e se fizeram presentes à solenidade na Câmara de Vereadores.

Em uma manifestação de apoio e integração, o presidente Jairo Costa do Instituto Histórico e Geográfico de Capão do Leão promoveu a edificação e inauguração da Pedra Monumental em homenagem a Florisbello Barcellos e aos poetas leonenses. Na Câmara de Vereadores foi entregue pelo autor da lei, vereador Glei Rodales, a Comenda “in memorian”, aos representantes de Florisbello Barcellos.

Objetivos obtidos

Muitas vezes nossa falta de conhecimento sobre a história que nos cerca acaba influenciando atitudes e atos desabonadores. Quando a questão de pertencimento nos acompanha, fazendo-nos escritores dessa história, somos parte de um todo e reforçamos nosso direito à cidadania.

A 1ª Semana do Poeta Leonense, embora organizada em tempo exíguo, foi acolhida pela união em torno dos objetivos, surtindo efeitos como o de dar sequência a um trabalho iniciado na 3ª Feira do Livro de Capão do Leão, cujo objetivo era incentivar uma nova visão sobre o cotidiano. A participação de alunos e professores produzindo e integrando-se às atividades; a comunidade em contato com a literatura através de varais poéticos espalhados pela cidade divulgando trabalhos de poetas locais, nascidos, criados, moradores ou que tivessem alguma relação comprovada com o município; o registro da criatividade e inspiração leonense, eternizada em Coletânea de Poetas, fizeram com que o projeto fosse abraçado de forma positiva.

Beneduce (2015) nos diz: “na poesia não existe apenas a capacidade disruptiva de expressão tão querida para os amantes do gênero, mas há muito um condensado da essência do poeta, o que ele pensa, sente, vive”. A literatura nos permite reescrever o passado e projetar o futuro.

Considerações finais

Quando conhecemos nossa história, nos sentimos parte dela e passamos a ter a consciência de “pertencimento”, de sermos os escritores desta história. Assim, a autoestima

renova-se nos levando a mudanças de pensamentos, atitudes e ações a respeito de nossa importância para o meio em que vivemos. Guttman (2004) reforça essa afirmativa dizendo que:

A palavra é um dos instrumentos mais antigos e profundos, capaz de ligar o ser humano a si e aos outros e sem esse instrumento simbólico teríamos dificuldade de expressar, comunicar nossas percepções e sentimentos em relação a vida... vivendo atentos aos sinais e movimentos da vida, dos outros e de si mesmo. Olhando, cuidando, sentindo e respeitando o processo do outro como se fosse nosso e acolhendo nosso próprio processo como se acolhêssemos a uma criança carente que nos pede ajuda e estímulo, pois estas ligações espelham quem somos. E neste cenário natural da vida somos todos UM... vivendo parecidos e paralelos processos (GUTTMANN, 2004).

No ano de 2019, por sensibilidade e apoio da Secretária de Educação Gilciane Baldassari, o Dia do Poeta Leonense foi incluído na grade curricular do Município, alavancando as ações e harmonizando o contato com a poética pelo menos uma vez ao ano, estimulando dessa forma, a aproximação com a produção literária local e o surgimento de novos bardos. No mesmo ano, firmando a proposta da lei em seu artigo 1º - paragrafo 2º, realizou-se o lançamento do Projeto Poetas do Futuro, com a exposição de todos os poemas criados e a entrega de certificados.

Referências

BENEDUCE, Flora. La odissea di Capuano al circolo Possilipo – pote terapeutico dela poesia. Disponível em: <<http://www.florabeneduce.it/finestra.asp?n=450>>. Acesso em: 2015.

DIAS, Joaquim. Origem do nome de Capão do Leão. Disponível em: <<https://professorjoaquimdias.blogspot.com/2007/06/origem-do-nome-de-capo-do-leo.html>>. Acesso em: 2007.

FERREIRA, Gilmar Leite. A poesia educa. Revista da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acesso em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/1646/1494>>.

GUTTMANN, M. A criação literária na arteterapia (nas páginas da história e da poesia). Percursos em arteterapia. São Paulo: Summus, 2004.

LEI DO Dia do Poeta Leonense. Disponível em: <https://www.camaracapaodoleao.rs.gov.br/assinatura_digital/assinado/180611123248141-LEI-ORDINARIA-No-1917-2018.pdf>.

ROSA, Maria Fernanda Vieira. O sentido da poesia na Educação Infantil: a função social e algumas possibilidades pedagógicas. Salvador: UNEB, 2009.

SILVA, Arthur Victoria. Capão do Leão, 35 anos de emancipação política. *Jornal Tradição Regional*, 2017. Disponível em: <<http://www.jornaltradiacao.com.br/site/content/variedades/index.php?noticia=21774>>.

SILVA, Carlos Eugênio Costa da. *PoeticaMente – reflexos da Criação Poética como Oficina Terapêutica em um Centro de Atenção Psicossocial*. Pelotas: Cópias Santa Cruz, 2016.

SILVA, Carlos Eugênio Costa da. *Coletânea de Poetas Leonenses*. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/17UJdd-HgnRZnpD82OPM-AISah0MoTGJw/view>>. Acesso em: 2018.

SILVA, Carlos Eugênio Costa da. *Feira do Livro de Capão do Leão: nosso orgulho, nossa história* (1993 – 2016). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1K5oxhOUhWDFWgAcrHy_N5IXPFnYnYQW/view>.

SILVA, Carlos Eugênio Costa da. *Florisbelo Garcia Barcellos, um poeta do povo*. Acesso em: <<https://www.cloudsoftcam.com.br/CAPAODOLEAO/anexos/201805111052531526046773de1a20.pdf>>. Acesso em: 2018.

DIÁRIO DE PORTO ALEGRE:
APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O PRIMEIRO JORNAL DO
RIO GRANDE DO SUL¹⁵²

Aline Strelow¹⁵³
Ana Gruszynski¹⁵⁴
Antonio Hohlfeldt¹⁵⁵

O trabalho traça um breve panorama histórico do periódico Diário de Porto Alegre – primeiro jornal a circular no Rio Grande do Sul (1827) –, identificando e analisando os principais elementos que compõem as edições do periódico. Adota como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a documental e a análise de conteúdo. A avaliação evidencia o perfil oficial do jornal, com uma variedade de textos relacionados ao governo e aos conflitos bélicos da época reunidos na seção Declarações, além do cotidiano da sociedade escravagista em anúncios diversos. Trata-se de um primeiro exercício de aproximação com um dos objetos de pesquisa que fazem parte do projeto Primórdios da Comunicação no Rio Grande do Sul, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em História da Comunicação da Fabico/UFRGS.

Palavras-chave: Diário de Porto Alegre; História da Comunicação; História do Jornalismo no Rio Grande do Sul.

O dia 1º de junho de 1827 marcou o nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul, com o lançamento do Diário de Porto Alegre (Fig. 1), primeiro jornal da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Composto e impresso na Tipografia Rio-Grandense, trazia, entre outros

¹⁵² Este trabalho foi apresentado pela primeira vez no GT de História do Jornalismo, integrante do VII Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul, 2018.

¹⁵³ Professora Adjunta da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS). Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Realizou pós-doutorado em Comunicação na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Coordenadora do Grupo de Pesquisa em História da Comunicação da Fabico/UFRGS. Editora da Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM). E-mail: alinestrelow@terra.com.br.

¹⁵⁴ Professora Associada da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. É líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Edição, Cultura & Design (LEAD). Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Realizou pós-doutorado no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É bolsista produtividade nível 2 do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). E-mail: anagru@gmail.com.

¹⁵⁵ Professor Titular do Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Escola de Comunicação, Artes e Design da PUCRS; pesquisador do CNPq; Pós-doutorado pela Universidade Fernando Pessoa, do Porto-Portugal. Coordena grupo de pesquisa sobre História da Imprensa luso-brasileira na FAMECOS. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Coautor, dentre outras obras, de Teorias da comunicação: Conceitos, escolas e tendências (Vozes, 2001, em 15ª edição, 3ª reimpressão). E-mail: a_hohlfeldt@yahoo.com.br.

textos, atos e comunicados oficiais do governo provincial – o periódico surgiu, aliás, sob a proteção do presidente da Província, Salvador José Maciel (VIANNA, 1977, p. 17).

Figura 1 - Capa do Diário de Porto Alegre do dia 03 de julho de 1827.



Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Desde o final do século XIX, estudiosos têm se dedicado a pesquisar este jornal, com maior ou menor profundidade, de acordo com seus objetivos de investigação. Certo é que o Diário de Porto Alegre é sempre citado nos trabalhos voltados à gênese da imprensa no Rio Grande do Sul, embora nenhum deles tenha realizado uma análise focada em seus textos. Neste artigo, que consiste em um primeiro exercício de aproximação com esse objeto de pesquisa, que integra o projeto Primórdios da Comunicação no Rio Grande do Sul¹⁵⁶, traça-se um breve panorama histórico do periódico com base na pesquisa bibliográfica e na documental. Identifica-se e sistematiza-se as características materiais e dados de 34 edições que circularam

¹⁵⁶ O projeto é desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em História da Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS) e conta com a participação de pesquisadores da instituição e de outras universidades do estado.

nos anos de 1827 e 1828, utilizando-se da análise de conteúdo para avaliar a organização de seus textos ao longo das edições. Os exemplares foram consultados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.¹⁵⁷

A instalação da tipografia na Província de São Pedro

De acordo com Rüdiger (1985, p. 116-117), o primeiro projeto para a instalação de uma tipografia na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul data de 1821¹⁵⁸ – sua efetivação, no entanto, ainda é matéria não decidida. Neste ano, o brigadeiro português João Carlos Saldanha e Daun, então presidente da Província, fez uma subscrição entre os comerciantes locais para a aquisição de material tipográfico no Rio de Janeiro. A carga teria chegado pelo bergantim Reino Unido, de acordo com fatura de 04 de agosto de 1822, quando o brigadeiro se preparava para deixar a província e partir para o Rio de Janeiro, onde seria preso (RIBEIRO, 2012, p. 67). O projeto de instalação da imprensa precisaria esperar.

Em 1826, chegava a Porto Alegre o tenente-general Felisberto Caldeira Brant Pontes, Marquês de Barbacena, nomeado chefe das forças imperiais em ação no Rio Grande do Sul contra a República das Províncias Unidas do Rio da Prata. Ao deixar o Rio de Janeiro com destino ao Sul, como lembra Ericksen (1940, p. 8), Brant solicitara ao então ministro da Guerra que fosse enviada para a Província uma **tipografia de campanha**. “A solicitação foi atendida prontamente, sabendo-se que a tipografia em apreço teria vindo com os transportes de guerra de D. Pedro na sua viagem ao Sul”, salienta o autor (1940, p. 8).

Este prelo chegou no dia 23 de janeiro de 1827. Sabe-se que foram impressos nessa tipografia pelo menos dois boletins e uma proclamação – o primeiro com data de 5 de fevereiro de 1827, no acampamento das margens do arroio das Palmas; o segundo e a terceira, ambos com a mesma data (17 de fevereiro de 1827), no Quartel General de São Gabriel – todos os documentos traziam a inscrição: Tipografia Imperial do Exército (REVERBEL, 1996). No entanto, durante a Batalha de Passo do Rosário (Ituzaingó, para os platinos), na Guerra Cisplatina, o exército argentino teria apreendido material bélico e também os restos de uma imprensa, que seria, provavelmente, esta tipografia, tornando frágil a hipótese de que com seus materiais tivesse sido impresso o Diário de Porto Alegre (ERICKSEN, 1977, p. 9).

¹⁵⁷ O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) é uma instituição privada sem fins lucrativos, fundada em 1920. Está localizado na Rua Riachuelo, 1317, em Porto Alegre (RS). Site: <http://www.ihgrgs.org.br/>.

¹⁵⁸ É importante mencionar que, em 1698, teria existido uma fundição de ferro nas Missões – no início do século XVIII, ela estaria em pleno funcionamento. Era utilizada para impressão de obras religiosas em língua guarani. Eram atividades secretas dos jesuítas que tiveram de cessar em 1727, logo que as autoridades tomaram conhecimento (ERICKSEN, 1977, p. 17).

Figura 2 - Detalhe do Diário de Porto Alegre do dia 31 de julho de 1827 onde se informa sobre a Batalha de Ituzaingó.



Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Embora haja dúvidas a respeito de qual tipografia teria dado origem à imprensa no estado, prevalece a versão de Ericksen (1977), de que a Tipografia Rio-Grandense, onde era composto e impresso o Diário de Porto Alegre, fora criada com aqueles materiais tipográficos que chegaram a Porto Alegre em 1822, no bergantim Reino Unido. “O que causa espécie, contudo, é o fato de, somente quase após cinco anos da chegada do material tipográfico, ter saído em Porto Alegre o primeiro periódico. A que atribuir esse hiato? Conveniências de natureza política ou econômica ou efeito da censura ou interesse dos governadores?”, questiona (ERICKSEN, 1977, p. 18), lembrando que não há documentos que apontem para respostas a essas questões.

Baumgarten (1982, p. 13) caracteriza o Rio Grande do Sul dos séculos XVIII e XIX como um verdadeiro acampamento militar. O estado permanente de guerra, somado à atividade campeira, contribuiu para a caracterização do gaúcho, mas também para o pequeno desenvolvimento cultural que o estado apresentava até então. O crescimento e a importância econômica do estado eram ainda acompanhados por um vazio no que dizia respeito à ilustração: “Para uma população avaliada em pouco mais de 106 mil almas no ano de 1823, as escolas eram praticamente nenhuma”, descreve Cesar (1971, p. 68).

Figura 3 - Aquarela do pintor francês Jean-Baptiste Debret intitulada Paranaguá.



Porém, o título seria um equívoco do autor e a paisagem seria de Porto Alegre, no ano de 1827. No canto esquerdo, estaria o Caminho Novo (atual Rua Voluntários da Pátria).

Disponível em: <<https://bit.ly/2QYPNnp>>

A Porto Alegre da década de 1820 (Fig. 3), que se inicia com 12 mil habitantes, começa a assentar-se como núcleo mais estruturado do que o dos anos do início de sua ocupação e fixação no território – é o momento em que se consolidam suas características de entreposto comercial e porto de escoamento da produção regional com o estabelecimento das colônias de imigrantes alemães, vindos a partir de 1824 (MELLO, 2010, p. 45). A condição de cidade foi alcançada em 1822.

Não havia clubes para receber a sociedade local, como lembra Macedo (1999, p. 47-48) – os encontros e festas eram feitos em residências de pessoas abastadas, que reuniam amigos periodicamente e realizavam saraus musicais. A agitação intelectual, no entanto, não demoraria a acontecer – antes ainda do início da Revolução Farroupilha, em 1835, circularam jornais que atuaram como seus precursores, defendendo, em lados opostos da trincheira, as ideias que dariam corpo ao conflito. A vibração política era seguida de perto por preocupações de ordem literária em pelo menos seis centros principais – Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Caçapava, Rio Pardo e Alegrete (CESAR, 1971, p. 70).

Primeira fase da imprensa no Rio Grande do Sul

Consideramos a pré-história da imprensa sul-rio-grandense a partir de 1827, data em que – graças a um decreto de Dom Pedro I extinguindo a censura – surgiu boa parte da imprensa das províncias, inclusive a do Rio Grande do Sul, com o Diário de Porto Alegre (SODRÉ, 1977; VIANNA, 1977). Essa primeira fase se caracteriza pela efemeridade, pela generalizada falta de qualidade das publicações [com exceções, é claro], e pela relação de propriedade/editoria de seus responsáveis, ou seja, o publicista é o proprietário de um prelo e de uma coleção de tipos e divulga, em última análise, as suas próprias ideias.

Essa fase se caracteriza por publicações precárias e pouco qualificadas, desenvolvendo-se até 1835, quando explode a Revolução Farroupilha. A gênese da imprensa no Rio Grande do Sul está ligada, assim, ao processo político que desembocaria nessa revolução, como explica Rüdiger (2003, p. 18): “No final dos anos 20, a economia pastoril entrou em

relativa estagnação, que teve ressonância no plano político. Na conjuntura, saltou à vista da classe dominante local (estancieiros e charqueadores) sua subordinação política ao centro de poder do Rio de Janeiro”. A sociedade gaúcha, segundo o autor, havia atingido um grau de desenvolvimento econômico, político e social considerável – as condições de civilização estavam começando a progredir e surgia um público letrado que precisava ser contemplado, especialmente para fazer frente à circulação de boatos e informações contraditórias que punham em perigo o próprio exercício do governo.

Surgiria, em seguida, uma imprensa revolucionária, compreendendo um período anterior à Revolução Farroupilha, entre 1830, mais ou menos, quando se radicalizam os sentimentos revolucionários, e 1845, quando a totalidade dos jornais publicados segue uma orientação determinada, a favor ou contra os rebeldes. Terminado o conflito, organiza-se uma imprensa partidária ou panfletária civil, que vai de 1850 até 1900, pelo menos, quando os proprietários e editores de periódicos se alinham obrigatoriamente a algum dos partidos políticos existentes, já que, sem tal vínculo, era quase impossível a sobrevivência financeira. Contudo, essa imprensa já não é mais exclusivamente partidária. É de se lembrar que, até então, inexistia a publicidade paga, capaz de sustentar uma publicação; essa fase começa a ser quebrada com o surgimento do Correio do Povo, em 1895, mas, especialmente, com o cansaço e o desgaste que os partidos políticos sofreram depois da Revolução de 1893.

Verifica-se, portanto que esse período apresenta nuances que podem ser assim caracterizadas: (1) uma imprensa pasquieira, entre 1827 e 1835, marcada pela coincidência entre impressores gráficos, proprietários de imprensa e redatores de publicações que são mais panfletos que jornais, propriamente ditos; (2) uma imprensa revolucionária, que mescla notícias da nova república e artigos de fundo de caráter pedagógico e propagandístico; e (3) uma imprensa partidária mais moderna, marcada talvez pelas influências do liberalismo, que se preocupa e disputa a opinião pública.

Diário de Porto Alegre: sede e profissionais

Durante o governo de Salvador José Maciel seria lançado, então, o primeiro jornal da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Para alguns, tratava-se de um jornal oficial – Vianna destaca que por cima do cabeçalho, marcando de forma clara sua condição, vinha estampada a coroa imperial (1977, p. 18). No entanto, embora em suas páginas tenham sido publicados vários ofícios, atos e comunicados do governo provincial, Ericksen (1977, p. 20) sustenta que o Diário de Porto Alegre **não era um “órgão oficial do governo ou de qualquer corrente dominante de opinião no momento em que surgiu e assim permaneceu durante sua efêmera existência”** – o jornal deixou de circular um ano após o seu lançamento, em 1828.

Outro aspecto controverso está relacionado à sede do jornal, ou melhor, ao local onde se achava instalada a Tipografia Rio-Grandense (Fig. 4). Alguns historiadores afirmam que a mesma foi montada em uma sala do Palácio do Governo, mas também é presente a versão de que estava localizada na antiga Rua da Igreja, nº 113, hoje Rua Duque de Caxias

(VIANNA, 1977, p. 20). Seus números avulsos eram vendidos a 40 réis na loja de José Justiniano de Azevedo, na Rua da Praia, nº 85 (BARRETO, 1986, p. 23).

Figura 4 - Exemplos de assinatura da Typographia Rio-Grandense no rodapé de edições do Diário de Porto Alegre em 1827 e 1828.



O jornal circulava diariamente em Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, com exceção de domingos e feriados. A composição e a impressão do Diário de Porto Alegre couberam, e sobre isso não há dúvida, aos exilados franceses Claude Dubreuil e Estivalet, que, durante a Guerra Cisplatina, desertaram das tropas do general Carlos Maia Alvear, foram levados presos para o Rio de Janeiro e de lá regressaram a Porto Alegre, já contratados para a impressão do periódico (REVERBEL, 1996). Contribuiu intelectualmente para o jornal Lourenço de Castro Júnior, que durante muito tempo foi citado como redator do jornal, embora o mais provável é que essa atividade tenha sido exercida por João Inácio da Cunha, que era também o administrador da folha, e por Vicente Ferreira Gomes, conhecido como Carona (VIANNA, 1977, p. 20).

Na Guerra Cisplatina, Dubreuil e Estivalet atuaram como tipógrafo e impressor de boletins, respectivamente (RIBEIRO, 2012, p. 68). De acordo com Reverbel, (1996, p. 24), teriam sido eles os responsáveis pelos materiais impressos pela Tipografia Imperial do Exército, sob o comando do Marquês de Barbacena, antes da Batalha do Passo do Rosário. Após fixarem residência em Porto Alegre, desempenharam papel importante nos primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (VIANNA, 1977, p. 20).

Como sublinha Reverbel (1996), a vinda desses franceses contribuiu para o estabelecimento da imprensa na então Província sulina. Após o término do Diário de Porto Alegre, Dubreuil, que tinha 22 anos à época, permaneceu na cidade e se transformou num dos principais construtores da imprensa e do próprio jornalismo no Rio Grande do Sul, tendo participado, individualmente ou em grupo, em mais de vinte iniciativas na área gráfica e jornalística: “Chegou apenas como impressor, mas não tardou a desdobrar as suas atividades, em moldes correspondentes ao que atualmente se entende por empresário”, sublinha Reverbel (1996, p. 29).

Barreto (1986, p. 15) salienta o “exemplo inveterado de amor às lides jornalísticas” dado por Dubreuil, cujas atividades como editor de vários órgãos, publicados muitas vezes simultaneamente, lhe custaram insultos, detenções, atentados e a até a deportação para fora

da Província ou do país, “sem que isso arrefecesse seu entusiasmo por elas ou o fizesse desistir de voltar novamente à carga no mesmo tom e na primeira oportunidade que se lhe reabrisse”.

A respeito de Estivalet, as obras sobre a história da imprensa no Rio Grande do Sul apontam sua contribuição à área circunscrita ao Diário de Porto Alegre e sequer mencionam seu primeiro nome, tido como desconhecido. Tudo leva a crer, no entanto, que se trata de Claude Joseph Stivalet, que aportuguesou seu nome para Cláudio José Estivalet e, após participar dessa experiência pioneira, mudou-se para o interior do Rio Grande do Sul, sendo um dos primeiros povoadores da Freguesia de São Francisco de Assis (HAIGERT, 1999, p. 95). De acordo com Haigert (1999, p. 97), “no ano de 1829, os criadores do Diário de Porto Alegre desentenderam-se com o governo e Claude Joseph Stivalet migrou para o interior, para comerciar em São Francisco de Assis”.

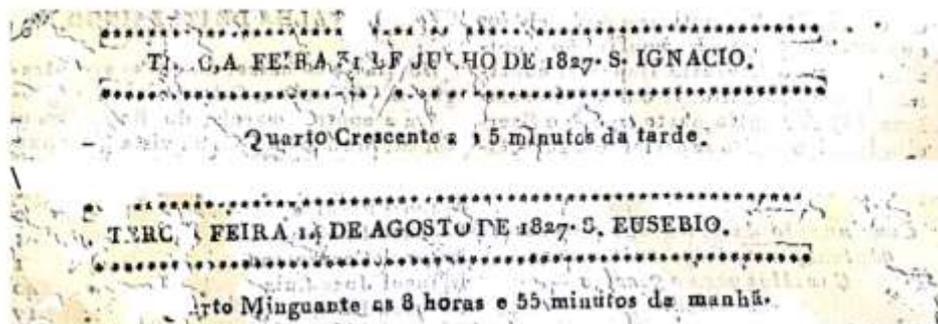
Sobre o primeiro redator do jornal, João Inácio da Cunha, pouco se sabe. Há menções a Visconde de Alcântara, que tinha o mesmo nome, mas dificilmente tratava-se da mesma pessoa – no período em que circulou o Diário de Porto Alegre, Visconde de Alcântara ocupava o cargo de Regedor na Casa da Suplicação da Bahia (PARANHOS, s. d.). Como já dito, o português Lourenço de Castro Junior, major comandante da companhia dos Henriques (força regular dos negros livres da cidade), aparece muitas vezes como redator e administrador do jornal, mas trata-se, segundo Ericksen (1977), de um equívoco. De qualquer modo, era Castro Junior o diretor da Tipografia Rio-grandense, o que justifica as tantas menções a seu nome e a sua influência na trajetória do periódico que lá era composto e impresso.

João Inácio da Cunha teria sido substituído na redação do jornal por Vicente Ferreira Gomes, que era amigo de Salvador José Maciel. Gomes tinha 22 anos à época e, além de jornalista, foi escriturário da contadoria da Junta da Fazenda, juiz municipal e advogado em Porto Alegre, deputado e, em 1836, chefe de polícia (MARTINS, 1978). Em 1828, ano em que deixou de circular o Diário de Porto Alegre, Gomes lançou o Constitucional Rio-grandense – para alguns pesquisadores (REVERBEL, 1968), o primeiro marcaria o nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul e o segundo, do jornalismo, com o espaço para o debate de ideias que praticamente não estava presente no Diário. Neste mesmo ano, o jornalista integrou-se ao grupo Sociedade do Teatrinho, em peças nas quais “brilhavam muitos jovens porto-alegrenses”, como salienta Damasceno Ferreira (1956, p. 11).

Diário de Porto Alegre: forma e conteúdo

O periódico consistia em apenas duas páginas (uma folha, frente e verso), de 30 cm de altura por 18 cm de largura. Abaixo do cabeçalho, trazia o santo dia: “A citação do onomástico em quase todas as edições do Diário é um sinal da influência da Igreja e do respeito aos leitores praticantes da religião católica”, explica Ribeiro (2012, p. 70). Destaca-se ainda que, em algumas edições, o fólio trazia menção às fases da lua e horário em que o periódico havia sido finalizado para impressão.

Figura 5 - Exemplos de fôlio com indicação do santo do dia, fases da lua e horário de fechamento de edições do Diário de Porto Alegre em julho e agosto de 1827.



Em seu primeiro número, a folha publicou um texto de agradecimento àqueles que colaboraram para a compra da tipografia, que teria sido adquirida com o produto de contribuições de pessoas generosas (ERICKSEN, 1977, p. 17-18):

Fazendo-nos dignos de respeito e considerações todos aqueles que procuram promover a instrução pública, como o mais seguro modo de tornar os homens bons, e felizes; e sendo a imprensa o meio mais fácil de comunicação de pensamento, e o mais preferível de todos os métodos para os Povos adquirirem os conhecimentos, que são inerentes à sua prosperidade, por isso, expomos aos Rio-Grandenses os nomes daqueles, que ávidos de prosperidade pública contribuíram generosamente para a compra da Tipografia, que ora se deve o presente Diário.

A análise de conteúdo do Diário de Porto Alegre teve como base o modelo proposto por Bardin (1977). Foram catalogadas todas as edições completas disponíveis para consulta no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ao todo, foram analisadas 34 edições (Quadro 1) publicadas nos anos de 1827 e 1828.

Quadro 1 - Edições do Diário de Porto Alegre que compuseram o corpus.

ANO	DATA	ANO	DATA
1827	23 de junho, sabbado	1827	22 de agosto, quarta
1827	3 de julho, terça	1827	29 de agosto, quarta
1827	7 de julho, sabbado	1827	30 de agosto, quinta
1827	11 de julho, quarta	1827	31 de agosto, sexta
1827	12 de julho, quinta	1827	3 de setembro, segunda
1827	16 de julho, segunda	1827	4 de setembro, terça
1827	19 de julho, quinta	1827	5 de setembro, quarta
1827	26 de julho, quinta	1827	7 de setembro, sexta
1827	31 de julho, terça	1827	11 de setembro, terça
1827	2 de agosto, quinta	1827	12 de setembro, quarta
1827	3 de agosto, sexta	1827	17 de setembro, segunda
1827	4 de agosto, sabbado	1827	19 de setembro, quarta
1827	7 de agosto, terça	1827	22 de setembro, sabbado
1827	9 de agosto, quinta	1827	25 de setembro, terça
1827	11 de agosto, sabbado	1827	27 de setembro, quinta
1827	14 de agosto, terça	1828	11 de janeiro, sexta
1827	16 de agosto, quinta	1828	17 de janeiro, quinta

Observamos a distribuição dos textos em seções que se repetiam, a sua maioria, ao longo das edições. O uso de um título específico para um determinado texto não era comum, o usual era apenas um texto ou um conjunto relacionado organizado em torno de um tema ou finalidade (Fig. 6). As seções identificadas (Gráfico 1) são: Vendas (16), Correspondencia (14), Declarações (9), Entradas (6), Sahidas (5), Fugas (3), Perdas (2), Compras (2), Aluguéis (4), Achados (1), Aviso (2), Não informada (14), Outras (9). Estas últimas apareceram em apenas uma edição do corpus e são: Boletim, Batalha de Ituzaingó, Soneto, Ode, Hymno Provincial, Noticias estrangeiras - Buenos Aires, Annuncio, Achados e Artigos de Offiicos - Cartas da lei.

Gráfico 1 - Seções do Diário de Porto Alegre identificadas no corpus analisado

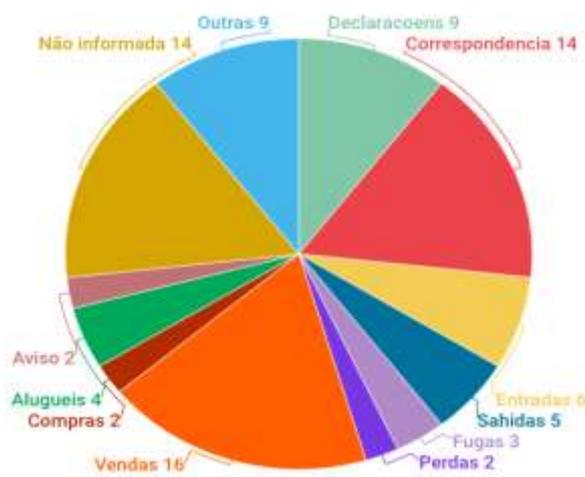
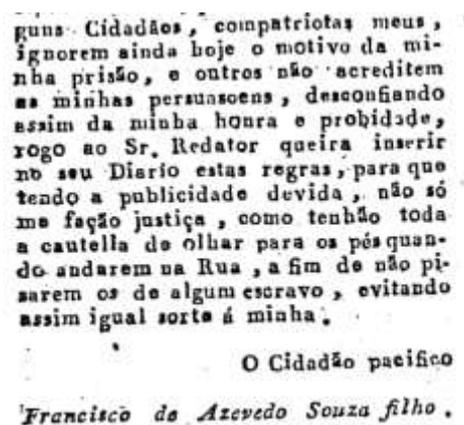


Figura 6 - Indicação gráfica das seções recorrentes e eventuais (outras) do jornal.



A seção mais recorrente é Vendas e reúne anúncios voltados ao comércio de imóveis, utensílios, livros e, muitos deles, de pessoas escravizadas. Estão também em destaque as Declarações, que, quando aparecem, estão sempre na capa do periódico – trata-se, de modo geral, da transcrição de ofícios assinados pelo presidente da Província ou a ele dirigidos – os nomes tanto do remetente quanto do destinatário da mensagem só aparecem no final do texto, como também observou Ribeiro (2012). A seção Correspondencia reúne cartas endereçadas ao redator do jornal, com assuntos diversos – na edição de 25 de setembro de 1827 (Fig. 7), por exemplo, foi publicada a carta de Francisco de Souza Filho, que se apresentava como O cidadão pacífico.

Figura 7 - Detalhe da seção Correspondencia edição de 25 de setembro de 1827.



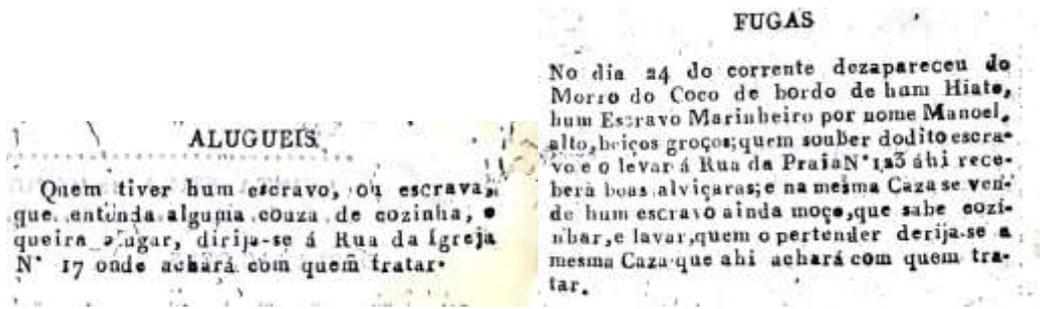
guns Cidadãos, compatriotas meus, ignorem ainda hoje o motivo da minha prisão, e outros não acreditem as minhas persunções, desconfiando assim da minha honra e probidade, rogo ao Sr. Redator queira inserir no seu Diário estas regras, para que tendo a publicidade devida, não só me fação justiça, como tenham toda a cautella de olhar para os pés quando andarem na Rua, a fim de não pisarem os de algum escravo, evitando assim igual sorte á minha.

O Cidadão pacífico
Francisco de Azevedo Souza filho.

O autor escreve para esclarecer os motivos que levaram a sua prisão por algumas horas – considerada, por ele, injusta. Em uma discussão de rua, Souza Filho teria dado um tapa no rosto de um “moleque” negro e escravizado: “Teria por acazocometido crime para se me formar Summario? E em summa mereceria indigno tratamento, que se me deu em toda a extenção, por ter levemente pisado sem querer hum pé de um moleque captivo, repellindo-lhe com uma pequena bofetada o desaforo e a altivez com que publicamente me insultou?”. A carta não recebeu resposta da redação do jornal, mas a objetificação dos escravizados, como uma categoria inferior, que pode ser violentada, vendida, alugada e perseguida perpassa as diferentes seções do Diário de Porto Alegre.

As seções Entradas e Sahidas registram, em notas, as partidas e chegadas de embarcações nacionais e estrangeiras, assim como destacam os nomes de alguns passageiros e a carga. Em Aluguéis, assim como em Vendas, são publicados anúncios de imóveis, móveis e escravizados – os textos também são publicados pelos interessados em fazer a locação, como é o caso do anúncio publicado no dia 12 de julho de 1827 (Fig. 8): “Quem tiver hum escravo, ou escrava, que entenda alguma couza de cozinha, e queira alugar, dirija-se á Rua da Igreja N° 17 onde achará com quem tratar”.

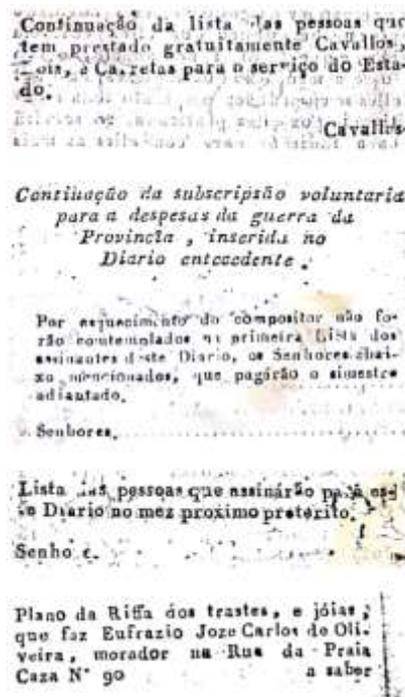
Figura 8 - Detalhe da seção Alugueis da edição de 12 de julho de 1827 e da seção Fugas de 03 de julho de 1827.



As seções Achados, Avisos, Compras, Fugas e Perdas aparecem em menor número e reúnem pequenos anúncios comerciais (de produtos ou pessoas) e notas informativas, como é o caso de um aviso publicado no dia 22 de agosto de 1827, que registra a mudança de endereço do leitor Thomaz Ignácio da Silva. Em Fugas, são anunciados os escravos desaparecidos, como se vê na edição de 03 de julho de 1827 (Fig. 8): “No dia 24 do corrente dezapareceu no Morro do Coco de bordo de um Hiato, um Escravo Marinheiro por nome Manoel; alto; beiços grossos; quem souber do dito escravo e o levar á Rua da Praia N° 123 ahí receberá boas alviçaras”.

Ao longo das edições, encontram-se diferentes tipos de listas (Figura 9). São relações de pessoas que emprestavam gratuitamente cavalos, bois e carretas para o serviço do estado, assim como listas de assinantes, de subscrições voluntárias para despesas de guerra e de bens que seriam sorteados em uma rifa.

Figura 9 - Detalhes da indicação de diferentes tipos de listas em edições que compuseram o corpus.



No caso dos cidadãos que emprestam animais para o estado, os citados são em sua maioria homens e alguns deles são figuras proeminentes da sociedade da época. As poucas mulheres mencionadas são viúvas e a maioria não tem seus nomes publicados, apenas os de seus falecidos maridos, como A Viuva de Felipe Brancezo, que consta na lista de 19 de julho de 1827. Os assinantes do jornal são relacionados em listas que trazem tanto aqueles que pagam o semestre adiantado quanto os que quitam a assinatura pelo período de uma semana.

Este mapeamento inicial dos conteúdos das edições possibilitou a aproximação pretendida com o objeto de pesquisa. A pesquisa bibliográfica foi fundamental para o levantamento das diferentes e conflitantes versões existentes sobre a gênese da imprensa no Rio Grande do Sul e a história do Diário de Porto Alegre – mesmo não sendo possível afirmar qual versão corresponde, enfim, à história do jornal. A observação das 34 edições disponíveis revelou um periódico de perfil oficial (embora não se possa assegurar que se tratava realmente de folha oficial), mas que também registrava o dia-a-dia da Província. Os ofícios, atos e relatos reunidos na seção Declarações trazem informações sobre o governo, com especial destaque para os conflitos bélicos que tomavam conta da região à época. São textos ricos em informações e opiniões, mas ainda distantes da roupagem jornalística de uma notícia – seriam hoje considerados matéria-prima para notícias e reportagens. O cotidiano da sociedade escravagista também está presente, nos abundantes anúncios que negociam pessoas escravizadas como produtos e ao lado deles.

Considerações finais

O percurso percorrido até aqui permitiu a construção de apontamentos históricos sobre o Diário de Porto Alegre, em uma investigação que envolveu o contexto da década de 1820 na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a origem dos equipamentos utilizados para a composição e impressão do jornal, a primeira fase da imprensa local, a tipografia e os profissionais responsáveis pelo jornal, além de seu conteúdo. A próxima etapa da pesquisa consiste na continuidade da análise de conteúdo, em uma abordagem quantitativa dos gêneros textuais presentes e qualitativa dos temas abordados nos textos.

O Diário de Porto Alegre se aproxima das demais publicações do gênero que circularam na primeira metade do século XIX no Brasil, bastando citar o primeiro jornal editado no país, a Gazeta do Rio de Janeiro, jornal oficial da corte de Dom João que sai diretamente dos prelos da Impressão Régia, mas que, como lembra Barbosa (2010, p. 22), também inclui informações de interesse mais amplo para o público a que se dirige.

Referências

BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil - 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: 70, 1977.
- BARRETO, Abeillard. Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.
- CESAR, Guilhermino. História da literatura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1971.
- COSTA FRANCO, Sérgio da. Gente e espaços de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- COSTA FRANCO, Sérgio da. Porto Alegre: Guia histórico. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- DAMASCENO FERREIRA, Athos. Palco, salão e picadeiro em Pôrto Alegre no século XIX. Porto Alegre: Globo, 1956.
- ERICKSEN, Nestor. O sesquicentenário da imprensa rio-grandense. Porto Alegre: Sulina, 1977.
- ERICKSEN, Nestor. Apontamentos para a história da imprensa no Rio Grande do Sul / A imprensa do Rio Grande do Sul da abolição à República. Porto Alegre: Globo, 1940.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Gente e espaços de Porto Alegre. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000.
- HOHLFELDT, Antonio; RAUSCH, Fábio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29, 2006, Brasília. Disponível em: <goo.gl/SHZb65>. Acesso em: 07 out. 2018.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. História de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de. A cidade de Porto Alegre entre 1820 e 1890 – As transformações físicas da capital a partir das impressões dos viajantes estrangeiros. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <goo.gl/yLghNd>. Acesso em: 25 set. 2018.
- PARANHOS, Paulo. A Casa da Suplicação do Brasil. Disponível em: <<https://goo.gl/ADZvpB>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- REVERBEL, Carlos; et. al. Enciclopédia Rio-Grandense. Porto Alegre: Sulina, 1968.
- REVERBEL, Carlos; BONES, Elmar. Luiz Rossetti: o editor sem rosto & outros aspectos da Imprensa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- RIBEIRO, Célia. O jornalista farroupilha. Porto Alegre: Libretos, 2012.
- RÜDIGER, Francisco. Tendências do jornalismo. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SILVA, Jandira; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense. Porto Alegre: Corag, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Graal. 1977.

VIANNA, Lourival. Imprensa gaúcha (1827-1852). Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (DAC-SEC), 1977.

A CIDADE RETRATADA: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DA CIDADE A PARTIR DO CONCURSO CULTURAL DE FOTOGRAFIA AMADORA “MEU OLHAR DE CANOAS”

Ketlin Quinhones Wons¹⁵⁹

A pesquisa propõe analisar as representações da cidade a partir da exposição “Meu Olhar de Canoas”, promovida pela Prefeitura Municipal de Canoas em 2018, através de um concurso de fotografia amadora. O concurso possibilitou conhecer os locais com os quais os canoenses se identificam e legitima o discurso do poder público de que os lugares de memórias preservados fazem parte da identidade local.

Palavras-chaves: Concurso. Fotografia. Memória. Identidade. Canoas/RS.

A cidade, local onde vivem as pessoas, com residências e prédios, ruas e avenidas, praças e parques, leis e transgressões. A formação das cidades envolve ação humana coletiva, simbólica e política. A cidade também é local de contradições, desigualdades e invisibilidades.

A cidade constantemente é representada por meio de registros documentais ou visuais. As imagens refletem e demarcam determinados lugares sociais. O uso da fotografia desde 1830, tem a finalidade de registrar o real. Desde então, seu uso é pensado e questionado, capaz de suscitar, reflexões acerca de seus usos, sua legitimidade e a sua intencionalidade:

O que o fotógrafo faz ao produzir uma fotografia é narrar um momento da vida através da imagem, eternizando-o historicamente, como um escritor o faria utilizando as palavras. Desse modo, a fotografia pode conter o caráter de narração via códigos visuais organizados no instante do enquadramento. (NOBRE, GICO, 2011, p. 115)

A fotografia está presente tanto no âmbito privado como no público, tendo a sua popularização com as câmeras Kodak, que revolucionou essa atividade ao possibilitar de que qualquer pessoa registrasse as suas recordações. Dessa forma, a fotografia foi se inserindo na vida cotidiana, e podemos afirmar que está entre as manifestações mais significativas da memória coletiva, permitindo guardar a memória do tempo e da evolução cronológica dos lugares, segundo Le Goff (1990), a fotografia exprime a recordação social daquilo que deve ser conservado.

De acordo com Maud (1996) as fotografias possuem a capacidade de impressionar, emocionar e incomodar, além disso, faz parte da nossa vida fotografar os acontecimentos

¹⁵⁹Graduada em História (UNISINOS). Contato: ketlinqw@gmail.com

importantes ou irrelevantes, de tal forma que “apreciamos fotografias, as colecionamos, organizamos álbuns fotográficos, onde narrativas engendram memórias”. (MAUD, 1996, p.5)

O interesse em preservar as memórias da cidade de Canoas pelo poder público municipal, começou com a criação do Arquivo Público Municipal e Museu Municipal¹⁶⁰, sendo que a prática de promover e estimular a preservação da história municipal, sempre foi rotineira, como pode ser vista na exposição “Povo que conserva seus documentos, preserva sua memória”, divulgada no jornal local, noticia a comemoração do nono aniversário da instituição e solicita a colaboração da comunidade com a doação de documentos e fotografias para constituição de seu acervo. (O TIMONEIRO, 2-8 out. 1998, p.11).

Outra ação realizada, foi o lançamento do álbum “Canoas em Retrato”, pelo Arquivo Público Municipal de Canoas Dr. Sezefredo Azambuja Vieira, em comemoração aos 65 anos de emancipação, em 2004. Na introdução do álbum, é afirmado que a fotografia é valorizada pelo seu grande significado, pois através dela contam fatos e a história dos acontecimentos locais, proporcionando reflexão e a formação da construção memória canoense, sendo uma das partes mais importantes do acervo, pois eterniza momentos, eventos e emoções.

Desse modo, percebemos que o poder público se preocupou ao longo dos anos em preservar as sua história e documentar as transformações urbanas e paisagísticas da cidade através da fotografia. Em comemoração aos 79 anos de emancipação, a Prefeitura Municipal de Canoas, promoveu em 2018 o concurso cultural de fotografia amadora, realizado em quatro etapas: envio das fotografias, escolha das fotografias por uma comissão, votação via rede social e exposição.

Figura 13 - Exposição na Biblioteca Pública Municipal João Palma da Silva

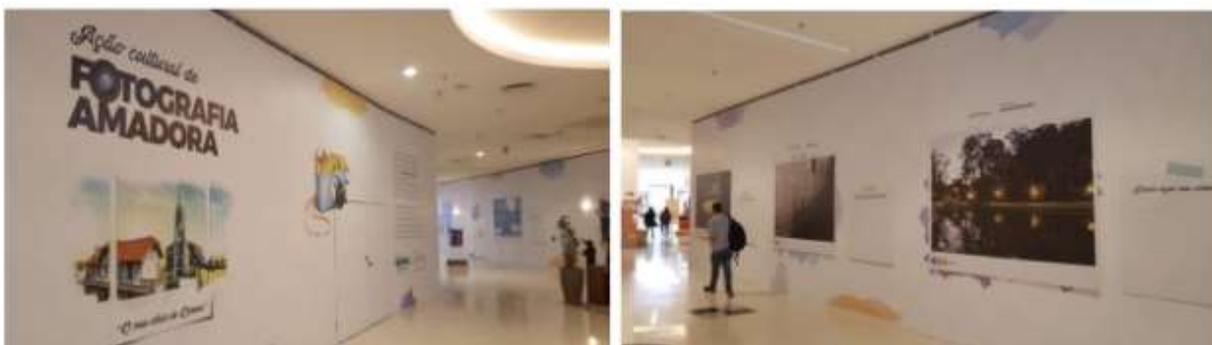


Fonte: Registrada pela autora

¹⁶⁰ Arquivo e Museu foram criados em 1989, possui um grande acervo com documentos da Câmara Municipal, doações da comunidade e da administração municipal, fototeca, mapoteca, hemeroteca e arquivo audiovisual.

De acordo com o regulamento, para participar não poderia ser servidor municipal, era necessário ser morador da cidade, com idade a partir de 18 anos, preencher um formulário digital e enviar apenas uma fotografia via internet. As fotografias poderiam ser de celular, tablet ou câmera digital de qualquer local da cidade com tema livre, podendo ser de paisagens, cotidiano, lugares ou arquitetura, não poderia ter rostos identificáveis.

Figura 14 - Exposição no Canoas Shopping



Fonte: Secretaria de Comunicação (SECOM)

Dessa forma, a comissão julgadora escolheu quarenta fotografias que foram publicadas na página do Facebook da Prefeitura para o público votar. As fotografias selecionadas para concorrer a votação, receberam um certificado de participação, as onze fotografias vencedoras receberam um certificado de reconhecimento e foram expostas em uma sala da Biblioteca Pública Municipal João Palma da Silva (Figura 1) e no Canoas Shopping (Figura 2), as cinco mais votadas serão publicadas, futuramente, em um livro (Figura 3), não foi informado data de lançamento pela SECOM.

Figura 15 - Livro de Canoas



Fonte: Secretaria de Comunicação (SECOM)

De acordo com Monteiro (2007), a fotografia não é nem espelho, nem desfiguração, mas um indício do real. Portanto, a fotografia pode ser considerada uma leitura da realidade, sendo um produto cultural de determinado local:

Dessa forma, a partir da fotografia, o ser humano chega a representar o seu mundo, o seu espaço e o outro no qual se espelha, enfim, o que apreende, e a partir da memória social do ser humano, um mundo repleto de representações e de aspectos simbólicos serão os elementos que configuram sua estruturação enquanto ser social, determinadas condutas, e diversificadas crenças. (NOBRE, GICO, 2011, p. 110)

Nesse caso, o concurso cultural de fotografia amadora de Canoas pode ser considerado uma construção que envolve um mediador, o fotógrafo e os expectadores, com uma função social específica, a legitimação de poder, por meio de representações sociais que interferem na **construção de modelos idealizados**. Nesse sentido, podemos compreender que “a realidade da fotografia reside nas múltiplas interpretações, nas diferentes leituras que cada receptor dela faz num dado momento; tratamos, pois, de uma expressão peculiar que suscita inúmeras interpretações” (KOSSOY, 2002, p. 38).

Além disso, a análise das fotografias vencedoras indica que as mesmas podem ser consideradas como uma representação da cidade a partir do olhar dos fotógrafos, da comissão e dos votantes. Sem esquecermos que a memória é seletiva, como Catroga (2001) afirma, escolhemos o que vamos preservar e perpetuar, de maneira que ela nunca é, somente, é um mero registro. De acordo com Pollak (1992), a memória é um elemento constituinte de identidade, tanto individual como coletiva. Ao promover um concurso de fotografia amadora, com objetivo de que os moradores reflitam sobre sua cidade, o poder público visa preservar e **relembrar o seu passado**. Pesavento (2004, p.11) coloca que “ao salvaguardar a cidade do passado, importa, sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história”.

A pesquisa tem uma abordagem descritiva, sendo os meios e os dados utilizados obtidos através de fontes bibliográficas, documentos oficiais e jornais locais. O estudo consiste na coleta de dados qualitativos e quantitativos, buscando identificar, analisar e interpretar todas as etapas do concurso. Através do levantamento documental, estabeleceu-se uma abordagem estatística e, desse modo, foi possível descrever o perfil dos participantes a partir da análise das fichas de inscrição, possibilitando comparar o local em que residem com o local onde foi registrada a fotografia.

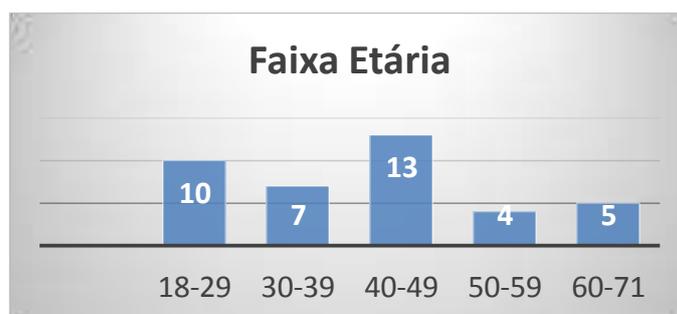
No decorrer da votação aberta ao público, foi verificado que um dos participantes não poderia ter se inscrito, por ser servidor municipal foi desclassificado. Por tanto, foram analisadas as fichas de inscrições e fotografias dos trinta e nove participantes selecionados pelos jurados.

As fotografias selecionadas para votação, trinta e seis são coloridas e três são preto e branca. Analisando os locais retratados, identificaram-se vinte e uma fotografias diurnas com a presença de céu azul e poucas nuvens, oito fotografias noturnas com a presença de iluminação e dez fotografias ao entardecer com pôr-do-sol. Segundo o regulamento, não poderia ter pessoas identificáveis, verificou-se a presença de pessoas nos locais retratados em cinco fotografias e percebe-se através da sombra ou estavam de costas.

Em relação à presença de automóveis foram identificados em treze fotografias, entretanto em apenas duas os veículos estão em primeiro plano e com destaque na imagem. Nota-se que as duas fotos com os veículos com destaque nas imagens estão localizados na rodovia federal BR-116 e percebe-se que uma das fotos possivelmente foi registrada da passarela e a outra de dentro do veículo em movimento. Em relação aos demais veículos, estão localizados em avenidas e ruas, no entorno das praças e parques e estão ao fundo da imagem necessitando atenção para sua visualização. Apenas uma fotografia registra um barco.

Em relação aos participantes do concurso, verificou que vinte e cinco se autodeclararam do sexo masculino e quatorze do sexo feminino, em relação a faixa etária (Gráfico 1) é bem diversificada, com maior predominância entre a faixa etária de 18-29 anos com dez participantes e 40-49 anos com treze participantes.

Gráfico 1 - Faixa Etária dos Participantes



Fonte: Elaborado pela autora

A cidade de Canoas está situada na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, faz divisa com as cidades de Esteio, Cachoeirinha, Nova Santa Rita e Porto Alegre; possui dezessete bairros e verificou-se que participantes de doze bairros (Gráfico 2) foram selecionados para concorrer a votação, com maior predominância de inscritos residindo nos bairros Centro, Niterói, Harmonia e Nossa Senhora das Graças.

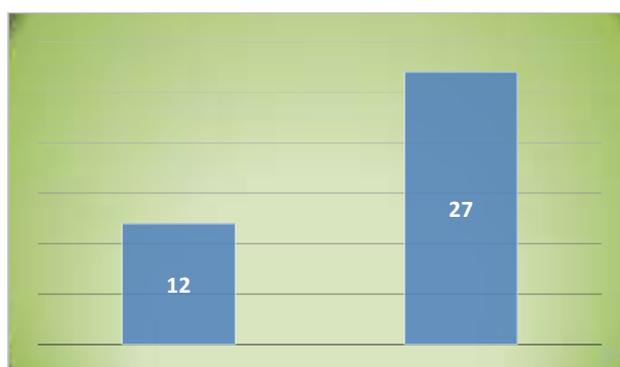
Gráfico 2 – Bairro Residente dos Participantes



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação ao local retratado e o bairro em que reside o participante (Gráfico 3), verificou-se que 69% dos participantes não fotografaram no bairro em que residem, apenas, 31% registraram no bairro residente.

Gráfico 3 - Quantidade de registros no bairro residente x Quantidade de registros em outro bairro



Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisar os bairros retratados (Gráfico 4) percebe-se que foram fotografados em onze bairros da cidade, sendo que os três bairros com maior incidência de fotografias, foram no bairro Centro com dezesseis fotos, no bairro Fátima com seis fotos e no bairro Marechal Rondon com quatro fotos.

Gráfico 4 - Bairros Retratos pelos Participantes



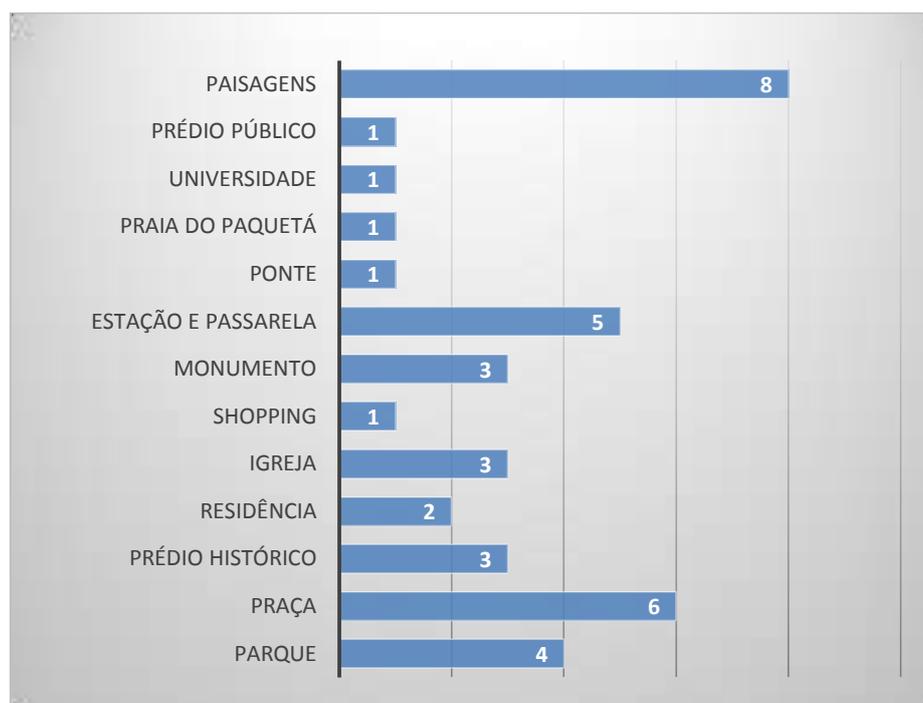
Fonte: Elaborado pela autora

Ao examinar as fichas de inscrições, no campo local da foto, o participante informava nome da rua ou avenida com número, foi pesquisado na internet e verificado que o local retratado é facilmente identificável e pode ser descrito conforme a classificação elaborada pela autora (Gráfico 5).

Ao analisar os locais fotografados (Gráfico 5) e selecionados pelos jurados para votação, percebe-se que foram escolhidas muitas imagens dos mesmos lugares sob ângulos e perspectivas diferentes, independente se a fotografia é descrita como paisagem ou é identificado o local onde foi fotografado. Percebe-se que as imagens possuem o jogo de luz e sombra ao entardecer e ao anoitecer, em relação às fotografias diurnas algumas delas o reflexo da local é retratado na água.

O bairro com maior registros foi o Centro, ao correlacionar as dezesseis fotografias registradas no centro com as treze descrições dos locais fotografados (Gráfico 5), verificou-se que foram registradas em oito lugares diferentes. Além disso, entre as fotografias vencedoras, foram retratados imóveis tombados como patrimônio histórico municipal, legitimando o discurso do poder público de que o centro da cidade e seus lugares de memórias preservados, fazem parte da identidade local.

Gráfico 5 - Locais Retratos



Fonte: Elaborado pela autora

Considerando a importância da pesquisa sobre a cidade de Canoas, a partir dos dados coletados, torna-se claro que as fotografias produzidas dentro do contexto do concurso constituem uma excelente fonte de pesquisa, com a possibilidade de conhecer, refletir e divulgar o olhar dos canoenses sobre o lugar em que residem. Podemos considerar que as fotografias enviadas para o concurso refletem, principalmente, a percepção dos moradores para a região central da cidade e seu patrimônio edificado.

Segundo o fotógrafo Sebastião Salgado, não se fotografa com sua máquina, mas com toda a sua cultura. Sendo assim, o ato de registrar lugares e acontecimentos através da fotografia, envolve conhecimentos adquiridos coletivamente e produz um documento que pretende-se preservar devido ao seu caráter simbólico e representativo. Afinal, uma imagem é um documento que expressa informação e não deve ser atribuído o seu uso apenas como ilustração. De acordo com Nobre e Gico (2011) a fotografia permite explorar o imaginário por sua narrativa visual e:

Através da fotografia, podemos perceber a singularidade de uma representação que indica informações referentes ao meio sociocultural onde foi concebida. Assim, a imagem fotográfica pode ser relida e revivida, trazida de volta à lembrança para estimular a memória. É isso que faz da fotografia produto da informação visual armazenada, tendo sido uma representação mental antes de ser visual. Nesse pensamento, podemos perceber a importância da fotografia como fonte de informação, cujo lugar

na pesquisa, tanto nas ciências sociais como na comunicação, bem como nas demais áreas do saber, deve ser ampliado. (NOBRE, GICO, 2011, p. 114-115)

As fotografias selecionadas pela comissão julgadora, invariavelmente, são paisagens urbanas, localizadas na área central ou próximas, locais onde transitam muitas pessoas, mostrando referências à religiosidade, poder, lazer, descanso e cultura, como igrejas, prédios públicos e residências, vias públicas, praças, parques arborizados, shopping, museu e monumentos. Sendo assim, podemos afirmar que as imagens selecionadas podem ser consideradas símbolos representativos da cidade e da história oficial do município. Ao observarmos as fotografias deste concurso “podemos, através de suas características visuais, identificar suas funções simbólicas e objetivas. As várias imagens produzidas de arquiteturas distintas orientam e carregam uma ideia “identitária” para os locais.”(AZEVEDO, 2015, p. 461).

Informamos que consta na ficha de inscrição dos participantes, o campo título da foto e todas as fotos selecionadas para participar da votação, foram publicadas com o título elaborado pelo inscrito, na página do Facebook da Prefeitura de Canoas. Após o término da votação, foi publicado no site e na rede social da Prefeitura o resultado. Ao analisar as fotografias vencedoras (Figura 4 e 5) e examinar as fichas de inscrições, verificou que a maioria das fotos estão localizados no bairro centro e as demais estão localizadas em bairros próximos ao centro.

No regulamento, era informado que o julgamento das fotografias seria em duas modalidades, escolha popular e escolha dos jurados. Desse modo, dez fotografias foram escolhidas pelo público votante e uma fotografia pela escolha dos jurados (Figura 4).

Figura 16 – **Escolha dos Jurados** “Somos pontes”



Fonte: André Luis Portal

Quadro 17 - Escolha Popular – As 10 Fotografias Vencedoras

1º "Dizem que o tempo está parado, nós que estamos em constante movimento"



Pedro Fuentes, Centro

2º "Sombras e Dúvidas no Parque dos Rosa"



Alisson Cardoso, Centro

3º "As luzes de Canoas"



Adriano Haguiwara, N. Sra. Graças

4º "Detalhes"



Luis Carlos Sivinski, Matias Velho

5º "Tempestade em Canoas"

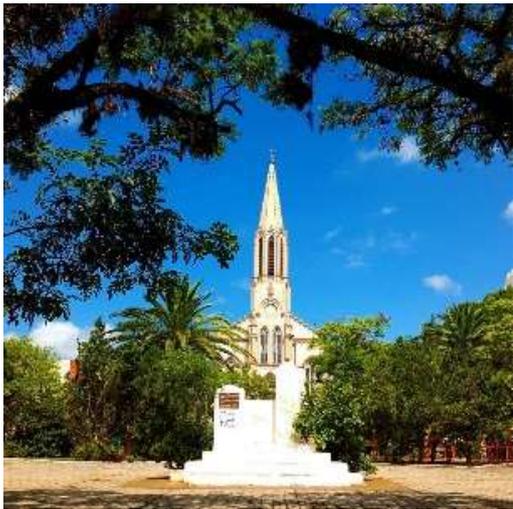


Luis Fabiano Gutierrez Pinto, N. Sra. Graças

6º "Descanso do descanso"



Marcus da Silva Duarte, Centro

<p style="text-align: center;">7º "Pôr da água"</p>  <p style="text-align: center;">Daniela Rossana, M.Rondon</p>	<p style="text-align: center;">8º "Os Tons da Resiliência"</p>  <p style="text-align: center;">Sandro Kraus Muller, Centro</p>
<p style="text-align: center;">9º "Sol, natureza e fé"</p>  <p style="text-align: center;">Ana Carolina Rios, Centro</p>	<p style="text-align: center;">10º "O monumento e a natureza"</p>  <p style="text-align: center;">Adilar Signori, Centro</p>

Fonte: Elaborado pela autora

Considerações Finais

A difusão da fotografia é presença constante na sociedade contemporânea, sua utilização é presente tanto na esfera pública quanto na privada. O hábito de retratar a si, a família, paisagens, seus bens ou eventos persiste. O ofício de fotógrafo profissional permanece a registrar os momentos importantes da sociedade e pode-se pensar que na atualidade os fotógrafos amadores estão em maioria, conquistando espaços nas redes sociais com suas fotografias digitais impressionantes ou singelas. Além disso, o mercado fotográfico se expande e se especializa, câmeras, celulares, concursos de fotografia amadora, exposições e lançamento de livros com essa temática são produzidos e consumidos.

Pensar, pesquisar e utilizar as fontes fotográficas para pesquisa histórica, possibilita entender a sua trajetória e os seus usos desde a sua criação. A fotografia deve ser pesquisada como objeto e fonte de pesquisa, não apenas como documento complementar ou ilustração,

mas como ferramenta que constrói narrativas e representações, carregada de simbologias e ideologias.

A cidade de Canoas é conhecida pela sua importância industrial e educacional. Entretanto, podemos constatar os avanços na promoção de atividades culturais, estimulando a valorização dos espaços públicos e da cidade de forma plural. Ao realizar um concurso de fotografia amadora, com tema livre e sem determinar o local, o poder público incentivou os participantes a exercitarem múltiplos olhares e significados. Além disso, estimulou a promoção e valorização da cultura local através do concurso, da divulgação e reconhecimento das imagens via rede social, exposição em local público e gratuito e publicação em livro.

Referências

AZEVEDO, Jussara Moreira de. O enquadramento: um olhar sobre a cidade, a fotografia e sua história. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/311MJussara_Moreira_deAzevedo.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CATROGA, Fernando. Memória e História. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

KOSSOY, Boris. Construção e desmontagem do signo fotográfico. In: KOSSOY, Boris. Realidades e ficções na trama fotográfica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LE GOFF, Jacques. História e memória. São Paulo: UNICAMP, 1990.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

MONTEIRO, Charles. Urbanização e modernidade em Porto Alegre. In: GOLIN, Tau; et al. História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007.

NOBRE, Itamar de Moraes. GICO, Vânia de Vasconcelos. Imagem fotográfica, cultura e sociedade. Discursos fotográficos, Londrina, v.7, n.10, p.107-126, jan./jun. 2011.

RESGATE de nossa história. O Timoneiro, Canoas, 2-8 out. 1998, p.11.

PESAVENTO, S. J. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. Fragmentos de Cultura, v. 14, n. 9, 2004, p. 1595-1604.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PREFEITURA DE CANOAS. Ação cultural de fotografia amadora. Disponível em: <<https://www.canoas.rs.gov.br/concurso-fotografia/>>. Acesso em: 10 fev. 2019.